

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA



UnB

A governança democrática em organizações de movimentos sociais: uma análise comparativa entre bancos comunitários no Brasil e bancos éticos na Espanha

Leonardo Prates Leal

Doutoramento em Ciência Política - Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), Portugal

Doutorado em Ciência Política, Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), Brasil

Orientadora

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Orientador

Doutor Adrián Albala, Professor Associado, Universidade de Brasília (IPOL/UnB), Instituto de Ciência Política.

Maio, 2024

A governança democrática em organizações de movimentos sociais: uma análise comparativa entre bancos comunitários no Brasil e bancos éticos na Espanha

Leonardo Prates Leal

Doutoramento em Ciência Política - Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), Portugal

Doutorado em Ciência Política, Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB), Brasil

Orientadora

Doutora Guya Accornero, Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL)

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte)

Orientador

Doutor Adrián Albala, Professor Associado, Universidade de Brasília (IPOL/UnB), Instituto de Ciência Política.

Maio, 2024

iscte

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS



UnB

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL)

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB)

A governança democrática em organizações de movimentos sociais: uma análise comparativa entre bancos comunitários no Brasil e bancos éticos na Espanha

Leonardo Prates Leal

Doutoramento em Ciência Política - Iscte-IUL, Portugal

Doutorado em Ciência Política, IPOL/UnB, Brasil

Júri:

Doutora Ana Espírito Santos, presidente do júri, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL)

Doutor Braulio Gomez Fortes, Universidad de Deusto (UD)

Doutor Giovanni Allegretti, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

Doutor Roberto Falanga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)

Doutora Rebecca Neaera Abers, Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPOL/UnB)

Doutora Guya Accornero, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL)

Maio, 2024

*Eu dedico esse trabalho a minha filha Flora Leal. Ela é a força que move a minha
existência.*

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida, pela iluminação nos caminhos percorridos e pela força que me concedeu para enfrentar as batalhas ao longo desta jornada.

Minha gratidão ao Xangô do meu Orí, ao Xangô da minha família. Kawó-Kabiyesilé!

À minha família, meu pai Raimundo Leal, minha mãe Niltamar Leal, meu irmão Ramon e meu irmão Charlon, que sempre estiveram ao meu lado, independentemente das circunstâncias. É com eles que encontro amor e apoio incondicional, sendo minhas principais fontes de inspiração e suporte. Também dedico uma lembrança especial ao meu irmão Lucas, in memoriam, e à minha avó materna, Aydil, assim como aos meus avós paternos, Edite e Leonardo, que enriquecem de forma lúdica minhas memórias com suas vivências e histórias de uma Bahia rural.

À minha amada filha, Flora, agradeço por trazer luz e conforto ao meu coração nos momentos de solidão durante o árduo trabalho acadêmico.

À Patrícia, agradeço a paciência e parceria no cuidado e na criação de nossa querida Flora.

Aos meus orientadores, Guya Accornero e Adrian Albala, manifesto minha profunda gratidão pela orientação e apoio no desenvolvimento desta pesquisa.

Dedico também um agradecimento especial, in memoriam, a Britta Baumgarten, a pesquisadora que primeiro aceitou a parceria para orientar esta pesquisa.

Ao Prof. Giovanni Allegretti e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, agradeço a calorosa recepção durante meu estágio e intercâmbio no doutorado em Democracia do Século XXI.

Aos professores do doutorado em Ciência Política do Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-IUL), em especial André Freire, José Santana Pereira, Ana Espírito Santo, Pedro Adão e Silva e Paulo Pedroso, expresso minha gratidão pela generosa partilha de conhecimentos.

Aos amigos que encontrei em Lisboa, especialmente os angolanos Domingos, Miguel Ajú, Fernando Ribeiro e Zeferino, o moçambicano Jaime, o guineense Denilaide e o cabo-verdiano Adildo, assim como a Luana, Viriato e David, manifesto meu apreço pela amizade e apoio.

Aos professores do doutorado em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (IPO/UnB), especialmente Débora Rezende, Danusa Marques, Adrian Albala, Thiago Trindade e Carlos Machado, agradeço pelas valiosas contribuições.

Aos colegas que conheci em Brasília, em especial Marina, Lorena, Leonardo Moraes, Hesaú, Barbára, Igor e Stela, expresso minha gratidão pela companhia e troca de experiências.

Um agradecimento especial ao meu querido amigo e parceiro de pesquisa, Professor Genauto França Filho. Embora já não seja meu orientador, este trabalho também é fruto de nossa amizade e parceria que se estende por quase duas décadas. Agradeço por ser uma fonte constante de inspiração, apoio e incentivo ao longo desses anos.

Agradeço a Pablo de Paula, que gentilmente contribuiu com o processo de análise metodológica e escuta acadêmica.

Agradeço ao querido Washington Oliveira pelas sessões de diálogos de cuidado e autoconhecimento.

Agradeço ao Iscte-IUL pela concessão da bolsa e por possibilitar a realização desta pesquisa doutoral. Agradeço também ao IPOL/UnB pela oportunidade do doutorado com dupla titulação.

Por fim, agradeço aos bancos comunitários brasileiros, aos bancos éticos espanhóis e aos seus membros que gentilmente concederam entrevistas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos amigos Davi, Simaia, Nita e Fábio, com quem compartilhei experiências e desafios durante nossas jornadas doutorais, agradeço pela amizade e pelo apoio mútuo.

A todos os mencionados e a outros que de alguma forma contribuíram para este trabalho, meu sincero agradecimento.

Resumo

A tese focaliza a relação entre governança democrática e organizações de movimentos sociais, analisando a estrutura de interações que sustentam a governança democrática nessas organizações. O estudo investigou as condições que influenciam a adoção da governança democrática em bancos comunitários no Brasil e bancos éticos na Espanha, formulando duas perguntas de pesquisa: 1) Como os bancos comunitários e éticos estruturam sua experiência com a governança democrática em interação com os atores e as arenas envolvidas nos processos decisórios? 2) Quais são os fatores que explicam a escolha da governança democrática como modelo organizacional nos bancos comunitários e bancos éticos no contexto do movimento social de economia solidária? A pesquisa foi conduzida por meio da abordagem *fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis* (fsQCA) para identificar condições causais cuja combinação influencia o resultado da governança democrática nos casos estudados. Os dados foram coletados por meio de entrevistas e questionários realizados em 14 casos no Brasil e na Espanha, sendo codificados com o uso do MaxQDA e analisados com o pacote QCA no R Studio. Os resultados desta pesquisa demonstram que os bancos comunitários e bancos éticos sustentam a governança democrática por meio de uma combinação de condições, que incluem a influência de movimentos sociais e participação em arenas públicas, interação com políticas públicas, uso de recursos compartilhados e preferências pelo consumo político. Vários casos estudados demonstram que a governança democrática pode ser explicada por essa configuração, bem como fornecem insights sobre a forma de lidar com práticas de participação e deliberação em processos decisórios.

Palavras-chave: Governança Democrática, Organização de Movimento Social, Bancos Comunitários, Bancos Éticos, Finanças Solidárias, Fuzzy-set Análise Comparativa Qualitativa (fsQCA).

Abstract

The thesis focuses on the relationship between democratic governance and organizations of social movements, analyzing the structure of interactions that sustain democratic governance in these organizations. The study investigated the conditions that influence the adoption of democratic governance in community banks in Brazil and ethical banks in Spain, formulating two research questions: 1) How do community and ethical banks structure their experience with democratic governance in interaction with the actors and arenas involved in decision-making processes? 2) What are the factors that explain the choice of democratic governance as an organizational model in community banks and ethical banks in the context of the solidarity economy social movement? The research was conducted using the fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis (fsQCA) approach to identify causal conditions whose combination influences the outcome of democratic governance in the studied cases. Data were collected through interviews and questionnaires conducted in 14 cases in Brazil and Spain, coded using MaxQDA and analyzed with the QCA package in R Studio. The results of this research demonstrate that community banks and ethical banks sustain democratic governance through a combination of conditions, including the influence of social movements and participation in public arenas, interaction with public policies, use of shared resources, and preferences for political consumption. Several studied cases demonstrate that democratic governance can be explained by this configuration, as well as provide insights on how to deal with participation and deliberation practices in decision-making processes.

Keywords: Democratic Governance, Social Movement Organization, Community Banks, Ethical Banks, Solidarity Finance, Fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis (fsQCA).

Índice

1. Introdução.....	14
1.1. Objeto e objetivos.....	14
1.2. O contexto da pesquisa	19
1.3. O problema analítico e teórico	26
1.4. O método	35
1.5. Os argumentos e contribuições	36
1.6. A estrutura da tese	37
Capítulo 1: Conceitos e abordagens da governança democrática em contexto de movimentos sociais	39
1.1. A Governança Democrática e os Movimentos Sociais	39
1.2. Quatro perspectivas de governança democrática participativa	47
1.3. A pluralidade da governança democrática	50
1.3.1. Conhecimento, Transformação de Preferências e o Comum	54
1.3.2. Argumentação e consenso.....	55
1.3.3. Igualdade, Inclusão e Transparência na Governança Democrática dos Movimentos Sociais	56
1.4. Adoção e Aprendizagem da Governança Democrática	57
1.5. Os desafios e fragilidades da governança democrática.....	58
1.6. Desenho de Pesquisa.....	60
Capítulo 2: Bancos Comunitários e Bancos Éticos: perspectivas cruzadas entre o Brasil e a Espanha	75
2.1. A herança comum das finanças solidárias	75
2.2. A atualidade e as contradições da microfinança	80
2.3. Uma visão integrada do campo das finanças solidárias	84
2.4. Microfinança: no seio da economia, democracia e solidariedade.....	87
2.5 As finanças e o paradigma da solidariedade democrática	92
2.6 Cruzando perspectivas para uma compreensão das Finanças Solidárias	94
2.7. O contexto de emergência dos Bancos Comunitários no Brasil e Bancos Éticos na Espanha	99
2.7.1 Os Bancos Comunitários no Brasil: a construção de um movimento social	100
2.7.2 A Emergência da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) ...	103
2.7.3 Bancos Comunitários no Contexto das Políticas Públicas no Brasil	105
2.7.4. As Entidades de Apoio e Fomento aos Bancos Comunitários.....	109
2.7.5 Ações e Serviços dos Bancos Comunitários	109
2.7.6 A estrutura de governança dos bancos comunitários	112

2.7.7	Conceitualização dos Bancos Comunitários	113
2.8	Bancos Éticos: a Emergência de um Movimento no Cenário Espanhol	115
2.8.1.	Rede e Organização Política dos Bancos Éticos	119
2.8.2.	Governo, Políticas Públicas e Regulação dos Bancos Éticos	122
2.8.3.	Ações e Serviços dos Bancos Éticos	125
2.8.4.	Estrutura e Governança dos Bancos Éticos	126
2.8.5	Conceitualização dos Bancos Éticos	128
Capítulo 3:	Método e Dados	130
3.1.	Abordagem Metodológica com Qualitative Comparative Analysis (QCA)	131
3.2.	Fundamentos do QCA com conjuntos difusos (fsQCA)	134
3.3.	A seleção e definição dos casos da pesquisa	137
3.4.	Estratégia Empírica	141
3.4.1.	Etapa 1: Medidas e valores nos conjuntos fuzzy	144
3.4.2.	Etapa 2 - Diretrizes do inquérito e da entrevista	147
3.4.3.	Etapa 3 - Codificação das entrevistas para classificação qualitativa ...	150
3.4.4.	Etapa 4: Atribuir valores do conjunto fuzzy	151
Capítulo 4:	A Configuração da Governança Democrática em Bancos Comunitários e Bancos Éticos - Resultado da análise de dados com fsQCA	154
4.1.	Análise configuracional	164
4.1.1.	Configuração – Horizonte	165
Capítulo 5:	A Estrutura da Governança Democrática: explorando processos de influência, uso de recurso, interação estado-sociedade e consumo político	183
5.1.	Implicações Teóricas	183
5.2.	Implicações Práticas.....	197
5.3.	Limitações e pesquisas futuras.....	200
6.	Conclusão	204
Apêndices	245
Apêndice 1 –	Análise fsQCA no pacote QCA no software R Studio	245
Apêndice 2 –	Guion de entrevista (Espanha)	248
Apêndice 3 –	Diretriz da entrevista (Brasil)	252
Apêndice 4 –	Codificação e calibração dos valores do conjunto fuzzy.....	256
Apêndice 5 –	Teste de robustez do resultado.....	296

Índice de gráficos e figuras

Figura 1 – Arranjo Institucional das Finanças Solidárias: Uma Visão Integrada	86
Figura 2 – Mapa dos Bancos Comunitários no Brasil.....	104
Gráfico 1 – Brasil: Bancos Comunitários por ano de criação (1998-2023).....	106
Figura 3 – Mapa dos Bancos Éticos na Espanha.....	121
Gráfico 2 – Espanha: Bancos Éticos por ano de criação (1984-2023).....	124
Gráfico 3 – Espanha: Bancos Éticos por número de usuários (2012-2022).....	125
Figura 4 – Configurações que levam ao resultado (governança democrática).....	163
Figura 5 – Quadrilátero Oxê.....	196

Índice de tabelas e quadros

Tabela 1 – Caracterização da governança democrática.....	53
Tabela 2 – Conceito operacional influência de movimentos sociais.....	62
Tabela 3 – Conceito operacional da participação em arenas públicas.....	64
Tabela 4 – Conceito operacional do uso de recursos financeiros compartilhados.....	66
Tabela 5 – Conceito operacional de relação com políticas públicas estatais.....	68
Tabela 6 – Conceito operacional de consumo político.....	71
Tabela 7 – Conceito operacional de tecnologias da informação e comunicação.....	73
Tabela 8 – Modelo de análise conceitual.....	73
Tabela 9 – Procedimentos Metodológicos.....	136
Tabela 10 – Casos selecionados e modelo de governança.....	139
Tabela 11 – Características demográficas da amostra.....	140
Tabela 12 – Condições e resultado.....	142
Quadro 1 – Medidas do resultado e das condições.....	145
Tabela 13 – Posição do informante da pesquisa.....	148
Tabela 14 – Fonte de dados secundários.....	150
Tabela 15 – Matriz de valores finais dos conjuntos fuzzy.....	152
Tabela 16 – Análise de necessidade por combinação.....	155
Tabela 17 – Tabela verdade.....	158
Tabela 18 – Soluções finais.....	160

Glossário de siglas e abreviações

Asmoconp	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
ATTAC	Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l'Aide aux Citoyens
BACEN	Banco Central do Brasil
BANDES	Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
CCFD	Comitê Católico Contra a Fome pelo Desenvolvimento
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNMV	Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários
ENCLAU	Red Para La Financiación Alternativa
EUA	Estados Unidos da América
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEBEA	Federação Europeia de Bancos e Financiadores Éticos e Alternativos
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FETS	Associação de Finanças Éticas e Solidárias
FIARE	Fundación Inversión y Ahorro Responsable
FSM	Fórum Social Mundial
FSMET	Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras
fsQCA	fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GJM	Movimento da Justiça Global
HOAC	Irmandade Obreira de Ação Católica
ICSEM	International Comparative Social Enterprise Models Project
IIC	Instituições de Investimento Coletivo
INVERCO	Instituições de Investimento Coletivo e Fundos de Pensões
ITES/UFBA	Incubadora da Universidade Federal da Bahia

LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
Nesol/USP	Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo
OMS	Organização dos Movimentos Sociais
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB	Partido Comunista do Brasil
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
QCA	<i>Qualitative Comparative Analysis</i>
RBBC	Rede Brasileira de Bancos Comunitários
REAS	Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria
REFAS	Red de Finanzas Alternativas y Solidarias
RIPESS	Rede Intercontinental para Promoção da Economia Social e Solidária
RUFAS	Rede de Instrumentos de Financiamento Alternativo e Solidário
SDS	Estudantes por uma Sociedade Democrática
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SNCC	Comitê de Coordenação Não Violenta de Estudantes
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
UNTFSSSE	Organização das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária

1. Introdução

*"¿Por qué me comprometo en un proyecto de esta naturaleza? Por eso creo que mi ahorro debe entenderse como un bien común. Desde esa reflexión sobre el derecho al crédito, se generan alternativas, pero no es un mero instrumento. Porque ciertamente los bancos neoliberales, al Santander y al BBVA, nos dicen: "yo con mi fundación doy mucho más microcrédito." Y es verdad, pero no transforma nada, no están tratando de justicia social. Las fuerzas motrices que impulsan nuestro proyecto son dobles. Nuestro proyecto es impulsado por dos fuerzas principales que convergen. Una reflexión sobre el derecho al crédito que reflexiona sobre la exclusión bancaria y cómo podemos orientar las finanzas hacia la justicia social. Y el segundo, un impulso muy singular de la banca ética como una práctica de consumo consciente y ciudadanía. Dentro de esta aproximación, rechazamos trabajar con bancos que financian el terrorismo, el deterioro ambiental o la fabricación de armas. Desde el principio entendimos que el aspecto más importante, donde se juega toda nuestra credibilidad, no es en cuestiones técnicas, sino en cómo construir el proyecto y generar una densa red de capital social humano. La gobernanza en sentido amplio. No interesa Fiare por el crédito que pueda dar, sino porque es un lugar para realizar militancia. Eso es lo que marca ideológicamente Fiare. Lo convierte en una herramienta de acción política. Eso genera una consecuencia. No es importante entender nuestros tipos de interés, nuestro sistema informático, sino nuestra acción cultural, qué hacemos para convocar gente. Así, consumir banca ética es porque quiere que exista como herramienta de transformación. Nuestro planteamiento es construir, que se llama desde Tocqueville, una red densa de capital social con personas y organizaciones densamente vinculadas que llegan al banco no por necesidades funcionales y instrumentales, sino por el recorrido político de la iniciativa. Del mismo modo que me vinculo a una red campesina, me vinculo a un movimiento de banca ética, no porque quiero ser cliente, sino porque quiero construir una banca ética en la Economía Social y Solidaria. Eso marca una estrategia de desarrollo y gobernanza determinada"*¹.

Peru Sasía (Cofundador, FIARE Banca Ética).

1.1. Objeto e objetivos

Esse excerto contextualiza a ação de bancos comunitários e bancos éticos como parte de um incessante movimento social de economia solidária no Brasil e na Espanha. Desde sua

¹ Entrevista concedida em 1 de dezembro de 2022.

origem, essas organizações de finanças solidárias têm buscado ativamente estabelecer dinâmicas de governança democrática em seus domínios internos, como uma forma de ação política e inovação democrática, caracterizadas por processos participativos e deliberativos.

No contexto dos movimentos sociais progressistas (della Porta, 2020), impulsionadas pelas convergências oriundas do Fórum Social Mundial, essas iniciativas ganharam destaque como parte do repertório do movimento de economia solidária (Lemaître & Helmsing, 2012). Desde a criação do Fórum Social Mundial, tem havido um renovado interesse em explorar diversas formas de governança democrática dentro de movimentos sociais de orientação progressista, especialmente no movimento de economia solidária.

Os resultados e legados dos movimentos sociais para a democracia têm despertado considerável interesse acadêmico, com destaque para a análise da democracia interna e inovação democrática dentro das organizações de movimento social como um domínio relevante de investigação (Schneiberg, King & Smith, 2008; Polletta, 2013; della Porta & Felicetti, 2019; Flesher Fominaya, 2022 e 2024). Mesmo diante da crise política marcada pela desconfiança e desencanto com algumas instituições da democracia representativa, muitos cidadãos não permanecem passivos ou despolitizados (Rosanvallon, 2022). Pelo contrário, contribuem para a renovação da democracia, introduzindo novas formas de participação e deliberação que podem enriquecer e ampliar a representação política (Young, 2002; Smith & Doerr, 2015).

Assim, a análise da governança democrática em organizações de movimentos sociais, como no caso dos bancos comunitários e bancos éticos, desempenha um papel importante na promoção e compreensão de vários problemas cruciais vocalizado pelos movimentos sociais em democracias contemporâneas, nomeadamente em termos de legitimidade, participação e demandas por um aprofundamento da democracia (della Porta, 2013; Fung & Wright, 2001).

Desse modo, esta tese focaliza duas dimensões da relação entre democracia e movimentos sociais: a democracia interna em organizações de movimentos sociais e as condições que exercem influência nesse tipo de escolha organizacional. A premissa básica desta pesquisa é que a democracia desempenha um papel importante na dinâmica organizacional de movimentos sociais e, inversamente, as organizações de movimentos sociais são atores importantes na prefiguração do ideal democrático participativo e deliberativo nas sociedades contemporâneas, como formas enriquecedoras e complementares da democracia representativa (Fung & Wright, 2001; Young, 2002).

Nesta pesquisa, reconhece-se que a adoção da governança democrática pelos bancos comunitários e bancos éticos não é uma ação isolada, mas sim um processo complexo que

envolve uma interação dinâmica entre diversos atores, arenas e processos, como enfatizado por Duyvendak e Jasper (2015). Segundo esses autores, os atores dos movimentos sociais não apenas interagem entre si para atingir objetivos estratégicos, mas também lidam com contradições internas, estabelecem prioridades e escolhem estratégias na relação com outras lógicas organizacionais e institucionais.

Nessa perspectiva, os bancos comunitários e bancos éticos são atores que se articulam em arenas, instituições e processos para construir relações de solidariedade e coesão política baseado em dinâmicas de governança democrática. As arenas são dispositivos, tanto espaciais quanto organizacionais, onde os processos de interação ocorrem, ou seja, são o conjunto “de regras e recursos que permitem e incentivam certos tipos de interações com algo em jogo” (Duyvendak & Jaspe, 2015, p. 14). Esse tipo de interação estratégica traz à tona a dinâmica relacional entre vários atores em diferentes arenas sociais.

Desse modo, o desenvolvimento e os resultados dos movimentos sociais são decorrentes das ações, reações e interações dos diferentes intervenientes. Sob essa ótica, nos movimentos sociais progressistas contemporâneos, surgem como condições proeminentes os princípios de participação, inclusividade, transparência, diversidade, descentralização e consenso, os quais são considerados características substantivas do processo decisório como um exercício de experimentação e inovação democrática (della Porta, 2009a, 2009b). Essa abordagem refletida na formação de redes, tomada de decisões consensuais e coordenação descentralizada, o que caracteriza um valor fundador de várias organizações de movimentos sociais que buscam prefigurar um tipo de organização social marcada por valores de democracia radical (Juris, 2004; Cohen & Fung, 2004).

Nesta tese, argumenta-se sobre a relevância do exame da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos sob a perspectiva do pragmatismo interacionista (Polletta & Jasper, 2001; Polletta, 2002; Jasper & Duyvendak, 2015), dada a complexidade das interações que essas organizações estabelecem com ativistas, movimentos sociais, arenas e instituições públicas na construção de suas práticas de governança democrática (Giovannini, 2020).

Apesar da existência de uma extensa literatura investigativa concernente à democracia no âmbito dos movimentos sociais, observa-se uma lacuna significativa de estudos que estabeleçam conexões significativas entre os bancos comunitários e bancos éticos e o corpus de conhecimento voltado para a análise da democracia em movimentos sociais e suas organizações. Portanto, as contribuições desta pesquisa para o campo de estudo da governança democrática em organizações de movimentos sociais se concentram na revisão, aprimoramento

e desenvolvimento de conceitos que enriquecem as referências analíticas e empíricas das práticas, experimentações e inovações democráticas. Especificamente, isso se relaciona às abordagens participativas e deliberativas adotadas pelos movimentos sociais.

Tendo isso em vista, este estudo tem como objetivo geral desenvolver argumentos teóricos e empíricos para examinar os diversos fatores que exercem influência sobre a governança democrática adotada pelos bancos comunitários e bancos éticos, inseridos no contexto do movimento social de economia solidária, tanto no Brasil quanto na Espanha.

Os objetivos específicos do trabalho incluem: i) realizar um mapeamento e descrever das diferentes modalidades e práticas de governança democrática aplicadas pelos bancos comunitários e bancos éticos; ii) identificar o conjunto de condições que levam os bancos comunitários e bancos éticos a instituir a governança democrática como um resultado específico em sua dinâmica organizacional; e iii) identificar as condições que se associam ao modelo de governança democrática adotado por essas organizações.

A motivação central consiste em analisar condições e configurações que explicam como os bancos comunitários e bancos éticos sustentam a democracia interna como forma de governança democrática, tais como, a utilização de mecanismos de tomada de decisão participativa e deliberativa envolvendo atores internos e externos, além de mecanismos institucionalizados e não institucionalizados de participação e deliberação.

Assim, o presente estudo se propõe analisar a governança democrática em organizações de movimentos sociais, enfatizando as interações que moldam a dinâmica democrática dessas organizações. Para tanto, realiza-se uma análise comparativa entre as experiências do movimento social de finanças solidárias, mais especificamente examinando os bancos comunitários no Brasil e os bancos éticos em Espanha.

A comparação entre os bancos comunitários do Brasil e os bancos éticos da Espanha é fundamentada na análise do fenômeno a ser explicado, que, neste caso, é a governança democrática. A abordagem segue o método da política comparada, focando em identificar condições causais heterogêneas entre os casos, cuja combinação exerce influência sobre o resultado em questão. Para embasar essa análise, utilizam-se as contribuições teóricas de Tarrow (2010), Landman (2011) e Lijphart (1975) no campo dos estudos comparados.

Ao adotar essa perspectiva, a intenção não é apenas identificar semelhanças no resultado, mas também compreender as nuances das estruturas e práticas de governança democrática em cada contexto específico. A análise visa, assim, destacar as condições que conduzem os casos que embora sigam caminhos heterogêneos, alcançam resultados semelhantes.

No contexto da comparação entre os bancos comunitários brasileiros e os bancos éticos espanhóis, a ênfase recai não apenas nas similaridades, mas também na compreensão das especificidades que moldam as dinâmicas de governança democrática dos casos analisados. Essa abordagem proporciona uma visão mais refinada e contextualizada, contribuindo para uma compreensão aprofundada das razões subjacentes ao resultado.

O Brasil e a Espanha emergiram como países singulares no contexto da mobilização e emergência do movimento de economia social e solidária. Essa constatação é respaldada por estudos conduzidos pelo International Comparative Social Enterprise Models Project (ICSEM), com foco no Brasil (Gaiger, Nyssens & Wanderley, 2019; Ferrarini, Gaiger, Veronese & Cruz Filho, 2019), e na Espanha (Defourny & Nyssens, 2021; Díaz-Foncea et al., 2021).

Além disso, a relevância desses países para o movimento de economia social e solidária, que inclui a atuação de bancos comunitários e bancos éticos em seus respectivos contextos, pode ser empiricamente comprovada por meio de dois momentos cruciais na trajetória do Fórum Social Mundial (FSM). O Brasil destaca-se como pioneiro na organização e continuidade do FSM, sendo responsável pela realização da primeira edição e de outras quatro subsequentes. Posteriormente, a Espanha consolidou-se como ponto de convergência para a realização do Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras (FSMET), eventos que serviram para aglutinar organizações e ativistas de inúmeros movimentos sociais a nível internacional.

Para o estudo do fenômeno da governança democrática adota-se uma abordagem comparativa entre dois países, nomeadamente sobre os casos de bancos comunitários no Brasil e bancos éticos na Espanha. Para tanto é utilizada uma variação conceitual sobre o fenômeno, conforme perspectiva de della Porta (2009a, 2009b), Andretta & della Porta (2009) e della Porta e Mattoni (2012). Essa variação consiste em quatro modelos de governança democrática em organizações de movimentos sociais: i) o modelo de participação deliberativa; ii) o modelo assemblear; iii) o modelo de representação deliberativa; e iv) o modelo associativo. Na prática, os diferentes modelos de governança democrática nos bancos comunitários e bancos éticos podem coexistir e se combinar de acordo com os desafios que enfrentam, tais como, mobilização de recursos, relação com instituições públicas, aliança com movimentos sociais, recrutamento de membros, entre outros.

Nessa concepção, este estudo investiga a governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos, considerando fatores que desempenham um papel fundamental na explicação desse fenômeno com base em um conhecimento conceitual abrangente do

campo. A análise desenvolvida examina um conjunto de condições como mecanismos causais na promoção da governança democrática nessas organizações.

Entende-se que as condições que podem explicar esse fenômeno incluem o papel desempenhado pelo movimento social da economia solidária, por meio de processos de aprendizado (della Porta, 2009a, 2009b; Dacheux & Laville, 2003; Bollier, 2020; Fournier, 2013; De Angelis & Harvie, 2013; Rossi, 2023; Flesher Fominaya & Feenstra, 2023). As arenas públicas também exercem influência por meio de repertórios de hábitos e práticas ou quadros comuns de significado (Gerhards & Rucht, 1992; Cefai, 2002; Haug, 2013; Gold, 2022; Duyvendak & Jaspe, 2015; Jasper, 2021). Além disso, a origem ou compartilhamento de recursos financeiros implica na coprodução de regras para a alocação desses recursos (Fournier, 2013; De Angelis & Harvie, 2013; Nyssens & Petrella, 2015; Hudon & Meyer, 2016; Périlleux & Nyssens, 2017). A integração em processos de políticas públicas afeta a dinâmica da governança organizacional (Banaszak, 2005; Silva & Oliveira, 2011; Narring, 2016; França Filho et al., 2018). O consumo político enfatiza a responsabilidade coletiva na provisão de bens e serviços por meio da participação (Micheletti, 2009; Graziano & Forno, 2012; Forno & Graziano, 2014; Bossy, 2014; Lekakis & Forno, 2019). Por fim, o uso de tecnologias da informação e comunicação como um mecanismo para aumentar a capacidade de ação coletiva e criação de comunidade (Diani, 2000; Downey & Fenton, 2003; Downing, 2000; Kahn e Kellner, 2004; Kelly Garrett, 2006).

Tendo isso em vista, as perguntas de pesquisa que conduzem esta tese são:

PP1: Como os bancos comunitários e bancos éticos estruturam sua experiência com a governança democrática em interação com atores e arenas envolvidos nos processos decisórios?

Após o mapeamento da experiência dos bancos comunitários e bancos éticos, procede-se à investigação da seguinte questão:

PP2: Quais os fatores que explicam a escolha da governança democrática como modelo organizacional nos bancos comunitários e bancos éticos no contexto do movimento social de economia solidária?

A partir dessas questões, busca-se traçar uma explicação plausível para os mecanismos subjacentes à sustentação da governança democrática em organizações dos movimentos sociais.

1.2. O contexto da pesquisa

O estudo da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos emerge em um contexto de busca por inovação democrática e socioeconômica, impulsionado pelas deficiências percebidas na democracia representativa e pelo domínio exercido pelo sistema financeiro tradicional. Este contexto é caracterizado por uma série de desafios e lacunas na representação e participação política, bem como por uma crescente exclusão financeira.

Em virtude da crescente espiral de insatisfação com o sistema de democracia representativa, vocalizada, por exemplo, por movimentos como o 15-M na Espanha (Flesher Fominaya, 2017) e as Jornadas de junho de 2013 no Brasil (Alonso, 2023), diversos movimentos sociais têm se posicionado contra políticas de austeridade, a redução dos serviços públicos e a corrupção. Eles também se posicionam a favor do incremento da participação democrática nas estruturas da democracia representativa, bem como sua expansão para outras esferas da vida humana associada (Kitschelt, 2002; Gohn, 2014; Carvalho, 2022; Accornero & Ramos Pinto, 2022; Accornero & Kousis, 2024).

O debate público e acadêmico contemporâneo evidencia uma crise na democracia liberal, marcada por uma crescente insatisfação com o funcionamento da democracia representativa (Mounk, 2019). Essa insatisfação manifesta-se em diversos aspectos, como a desconfiança nas instituições políticas, o aumento dos sentimentos antipartidários, a diminuição da filiação partidária, a falta de literacia política e os baixos índices de satisfação com a representação política. Além disso, observa-se um aumento do poder de atores não eleitos, como instituições transnacionais e bancos centrais. O declínio da capacidade dos principais partidos em representar os novos conflitos e preferências também contribui para a crise democrática representativa (Dryzek, 1997; Vibert, 2007; Warren, 2009; Rapeli, 2013; Runciman, 2014; Freire, 2015). Esses elementos combinados abrem espaço para o surgimento de perspectivas emergentes que buscam explorar as lacunas deixadas pelas instituições políticas tradicionais para inovar em termos de práticas democráticas (Bader & Maussen, 2023).

Conforme destacam Norris e Inglehart (2004), a participação política e as atitudes em relação ao sistema político são influenciadas pelo tipo de socialização e valores políticos, bem como pelos recursos (educação, renda e informação), oportunidades de participação política e pelas características do sistema político, tais como o grau de democracia, liberdade de expressão, pluralismo político e o contexto cultural.

Para Norris (1999), os cidadãos críticos, mais engajados em questões políticas, trazem novas demandas para as instituições e representação políticas, participando mais ativamente do processo político, seja por meio do voto, protesto, ativismo ou novas formas de participação.

Além dessa ampliação das bases críticas da cidadania, o aprofundamento das clivagens socioeconômicas (Ross, 2006) e a dinâmica das sociedades em rede (Castells, 2011) contribuem para aumentar a insatisfação com o sistema político no mundo ocidental liberal.

Neste contexto, dentre outros atores relevantes, diversos movimentos sociais de cariz progressistas buscam exercer influência por meio de práticas prefigurativas e ações de inovação democrática. Eles procuram redefinir certas perspectivas de democracia por meio de práticas inovadoras, tanto simbólicas quanto materiais, e discursivas (Leach, 2013; Maeckelbergh, 2016; Flesher Fominaya & Feenstra, 2019; Flesher Fominaya, 2022; della Porta, 2020). Tais iniciativas dos movimentos sociais podem inclusive servir como meio para diagnosticar disfunções no processo democrático tradicional.

De acordo com Mendonça e Domingues (2021), o cenário mais abrangente de crise democrática abarca múltiplas dimensões que permeiam os âmbitos econômico, político, social e epistêmico. Esta crise manifesta-se na forma de assimetrias na capacidade de exercer influência política, no questionamento das instituições tradicionais de mediação política, na aguda polarização no cenário político, na disseminação de estratégias de desinformação no espaço público e na emergência de protestos em massa. Esses desdobramentos apresentam desafios de grande relevância para a continuidade do sistema democrático tal como o conhecemos (Brown, 2015; Dean, 2016; Nunes, 2023).

Além da referida crise no contexto da representação democrática, o cenário atual, também é caracterizado pela preocupante debilidade da democracia frente ao caráter desmedido de financeirização da economia (conforme discutido por Erturk et al., 2007; Block, 2014; Davis & Kim, 2015; Nölke, 2020), é marcada pela interseção de dois fatores: socioeconômico e ético. Ambos desempenham um papel crucial na explicação dos dilemas da democracia contemporânea. Em resposta aos desafios interpostos pela finança mundializada, os bancos comunitários e bancos éticos, bem como outras organizações ligadas a movimentos sociais progressistas, engendram iniciativas contenciosas e ação direta para denunciar e transformar o corolário resultante de práticas especulativas do capital financeiro (Sasia & Cruz, 2008; Palacio, 2013), da exclusão financeira (Leal, Rigo & Andrade, 2016; Lagoarde-Segot, 2014; Affleck & Mellor, 2006) e dilemas éticos oriundos da relação entre instituições financeiras e empresas produtoras de armas (Calvo Rufanges, 2013).

A mundialização financeira expandiu seu alcance e assumiu uma liderança na ordem econômica mundial, exercendo um nível de influência que tem a capacidade de subjugar organizações, instituições, políticas e nações à lógica financeira (Pochmann, 2014). Essa dinâmica representa uma distorção do próprio sistema de mercado, uma tendência que desloca

a orientação das políticas públicas de estímulo à produção em favor de atividades especulativas, acúmulo de dívida pública e imposição de taxas de juros exorbitantes sobre o consumo das famílias (Dowbor, 2018).

Essa conjuntura gerou reações por parte de movimentos sociais nas últimas três décadas, tais como a Association pour la Taxation des Transactions Financières pour l'Aide aux Citoyens (ATTAC), fundada na França em 1998 (Ruggiero, 2002). Simultaneamente, no mesmo ano, emergiu a pioneira experiência de uma instituição bancária comunitária na periferia da cidade de Fortaleza, no Brasil, denominada Banco Palmas (França Filho, Silva Junior & Rigo, 2012). Ambos são casos representativos do rebote de setores da sociedade civil face às injunções e à crescente influência do poder da finança nas instituições políticas, mas fundamentalmente, sobre as consequências em termos de exclusão política, econômica e financeira de largas parcelas da população em diferentes países do mundo.

O poder da esfera financeira concentra-se nos atores-chave da finança liberalizada, englobando instituições financeiras não bancárias, investidores institucionais, fundos de previdência, fundos de investimento coletivo, seguradoras e empresas especializadas no setor financeiro. A concentração de recursos não alocados na produção e não destinados ao consumo (disfarçados sob o rótulo de poupança) conferiu a essas instituições a condição de acionistas proprietárias de um novo paradigma empresarial, simultaneamente detentoras de significativas quantidades de títulos de dívida pública, o que, por sua vez, transformou os governos em seus “devedores”. Consequentemente, a liberalização e globalização financeira proporcionaram aos detentores de ações e obrigações, bem como aos investidores institucionais, vastas riquezas advindas do capital financeiro. Diante dessa configuração, é desafiador conceber uma fonte de poder mais influente do que a esfera financeira (Chesnais, 2005; Davis & Kim, 2015).

Esse tipo de capital busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos, e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos da especulação bem-sucedida, além de repousar suas operações sobre cadeias complexas de créditos e de dívidas. As sequelas da operação colossal para gerar renda a margem da economia pública e produtiva é contabilizada pela instabilidade financeira global endêmica, com efeitos adversos para as economias e populações na periferia do sistema (Chesnais, 2022).

A liberalização do sistema financeiro contemporâneo é observada em paralelo ao aumento da exclusão financeira, uma situação que, de acordo com a análise de Dymski (2005, 2006), pode ser atribuída aos processos decorrentes da globalização financeira. Esses processos conduzem simultaneamente à inclusão financeira de estratos privilegiados e à exclusão

financeira de indivíduos economicamente desfavorecidos, como demonstrado também por Koku (2015).

A exclusão financeira refere-se à sistemática privação do acesso de indivíduos a produtos e serviços financeiros essenciais, como transações, pagamentos, seguros, poupança e crédito acessível, que atendem a diversas necessidades financeiras (Gloukoviezoff, 2007). Essa privação limita a capacidade econômica dos indivíduos, especialmente daqueles de baixa renda, dificultando o acesso ao sistema financeiro e restringindo sua contribuição econômica à comunidade (Sinclair, 2001; Anderloni et al., 2008; Krumer-Nevo, Gorodzeisky, Saar-Heiman, 2017). Nesse sentido, a exclusão financeira emerge como um elemento significativo na promoção de desigualdades e exclusão social.

Assim, percebe-se que organizações dos movimentos sociais de orientação progressista buscam formas para enfrentar os desafios vivenciados por segmentos da classe trabalhadora e pela população de baixa renda por meio de estratégias que promovam a equidade e a solidariedade nos serviços financeiros (Mendell & Nogales, 2012).

Nesse sentido, os bancos comunitários e éticos realizam ações para articular objetivos tanto políticos quanto econômicos, baseados em práticas de participação e deliberação na oferta de serviços financeiros de base comunitária. Diversos instrumentos são empregados para promover os objetivos sociopolíticos e socioeconômicos, tais como microfinanciamento, poupança, moedas sociais e digitais, microseguros, entre outros. Essas soluções são projetadas não apenas para atender às necessidades de indivíduos e famílias que fazem considerações éticas de suas decisões financeiras, mas também para beneficiar grupos marginalizados, como imigrantes, agricultores familiares e produtores agroecológicos, associações de recicladores, além de ativistas que estão envolvidos em atividades de movimentos sociais (Andretta & Guidi, 2017).

De acordo com as observações desenvolvidas por Servet (2004), a dificuldade de acesso ao sistema financeiro convencional, aos seus produtos e serviços desempenha um papel determinante sobre as possibilidades de indivíduos pertencentes a diversas comunidades viverem uma vida social plena. A partir desse ponto de vista, torna-se possível estabelecer uma correlação entre os processos crescentes de financeirização contemporâneos (French, Leyshon & Wainwright, 2011) e o grau de exclusão financeira enfrentado por esses indivíduos (Lana, 2015). Essa exclusão amplia a insegurança financeira, dada a existente vulnerabilidade vivenciada por esses extratos da população (Lana, 2015).

Em face desta condição, os bancos comunitários e os bancos éticos estão diante de dois desafios fundamentais: a crise da representação democrática e as implicações resultantes da

dominação do capital financeiro. Devido a esses desafios, essas instituições buscam, por um lado, disponibilizar uma variedade de serviços financeiros éticos e solidários em contexto comunitário e, por outro lado, empregam um conjunto de estratégias sociopolíticas prefigurativas, com o propósito de fomentar dinâmicas democráticas visando apoiar transformações nos domínios político e econômico.

Foi nessa perspectiva que no pós-crise global de 2008, inúmeros movimentos deram origem a inovações democráticas de base, a exemplo dos Movimentos de Justiça Global (GJM, sigla em inglês) e do movimento de economia solidária, que, simultaneamente, produziram experimentações democráticas e, face as instituições percebidas como pouco responsivas, demandaram ações que poderiam enriquecer e complementar a participação e deliberação nas instituições da democracia representativa (Accornero & Kousis, 2024), bem como constituir espaços em que poderiam desenvolver formas de experimentação democrática baseada na participação ampliada e decisão por consenso, utilizando-se de plataformas digitais e organização em rede como mecanismo para gerar inovação e enfrentar o déficit democrático das instituições (Gastil, 2018).

Algumas das bases para essas práticas de governança democrática encontram-se nas experiências passadas de movimentos sociais, como a organização ativista “Estudantes por uma Sociedade Democrática” (SDS, sigla em inglês) fundada nos Estados Unidos em 1960, e o grupo militante de direitos civis, “Comitê de Coordenação Não Violenta de Estudantes” (SNCC, sigla em inglês), que desempenhou um papel fundamental no movimento afro-americano pelos direitos civis na década de 1960 (Polletta, 2005). Destaca-se, portanto, a interpretação dos movimentos sociais como “espaços de incubação para concepções emergentes de democracia” (della Porta, 2020, p.159) e como um “laboratório democrático” (Flesher Fominaya & Feenstra, 2023, p. 6).

No contexto atual, o fenômeno da governança democrática refere-se a um conjunto de princípios e métodos de muitos coletivos, associações e cooperativas do movimento de economia solidária dedicadas à produção de bens e oferta de determinados serviços, tais como: novas energias, lojas que distribuem produtos agroecológicos, grupos de recicladores, cooperativas solidárias, fundos rotativos solidários, associação de investigadores, bancos éticos e solidários, moedas sociais, grupos de comércio justo e consumo ético, entre outros, colocam em prática uma série de reivindicações sociais, ambientais e políticas que se traduzem em arranjos organizacionais em vários níveis (Giovannini, 2020).

Desse modo, para Laville (2010) “Eles concentram-se não apenas em seu próprio funcionamento interno, mas também visam uma ação mais ampla na sociedade, postulando

uma conexão entre a autogestão e a democratização da sociedade” (p. 10). O objetivo é criar relações sociais e de trabalho que não reproduzam desigualdades, mas que visem a mudança política (Coraggio, 2011), a superação do dualismo entre estado e mercado (Laville & Salmon, 2016) e antecipem na prática a sociedade que desejam criar (della Porta, 2023).

No cerne do movimento social de economia solidária, encontra-se a promoção de iniciativas conduzidas pela comunidade, fundamentadas nos princípios da solidariedade democrática (Hulgard et al., 2019) e no reconhecimento da dimensão pública inerente à atividade econômica (Laville & Eynaud, 2019). Nessa conjuntura, a atividade econômica configura-se como um instrumento de consecução de objetivos políticos e de identidade desse movimento (Frère, 2020). Por essa razão, as organizações do movimento de economia solidária adotam práticas de *self-management* como princípio de democracia interna e meio para fomentar a governança democrática nos processos de tomada de decisão, especialmente em relação à autonomia para produção de bens e serviços (Laville, 2010; Mendell, 2015).

Essa perspectiva do movimento de economia solidária considera que a prática econômica não pode ser dissociada das dinâmicas amplas da ação coletiva e das interações que estabelecem, uma vez que tais iniciativas se fundamentam na criação de esferas públicas autônomas e mobilizadoras nas quais são experimentadas práticas sociais, éticas alternativas e contra hegemônicas (Laville & Eynaud, 2019; Fois, 2019; Esteves, 2020). Nesses processos, os participantes conferem novos significados à atividade econômica por meio de abordagens participativas e deliberativas, com o intuito de fomentar a cooperação entre produtores, consumidores e atores políticos e sociais, dentro de uma perspectiva de cidadania mobilizadora (Escoffier, 2018). Portanto, o movimento de economia solidária busca promover uma ação coletiva transformadora, seja ao envolver o aparato estatal na elaboração de políticas e regulamentações adequadas, ou ao criar incentivos à integração em redes locais de economia solidária (Sarria Icaza & Freitas, 2009; Mendell, 2009).

As iniciativas nesse contexto podem abranger aspectos relacionados à produção e à reterritorialização dos sistemas alimentares, por meio de trocas diretas entre produtores e consumidores (Grasseni, 2014; Rakopoulos, 2014). Além disso, podem englobar a formação de redes alternativas de comercialização, a implementação de sistemas de moedas sociais, o apoio a comunidades agrícolas sustentáveis, a promoção de mercados e feiras de economia solidária, e a organização de grupos de compra solidária (Graziano & Forno, 2012; Forno & Graziano, 2014; Migliore et al., 2014; Forno, Grasseni, Signori, 2015; Lekakis & Forno, 2018, 2019; Giambartolomei, Forno, Sage, 2018; Rigo & França Filho, 2017). Assim, a economia solidária constitui um movimento social devido ao seu caráter transformador ligado à sua dupla

dimensão, econômica e política, em oposição às racionalidades e políticas neoliberais (Laville, 2010; Lemaître & Helmsing, 2012; Utting, 2015).

Com isso, destaca-se os bancos comunitários e bancos éticos como atores estratégicos do movimento de economia solidária de modo geral e, mais especificamente, no contexto das finanças solidárias (Morales-López, 2012; Artis, 2017; Giovannini, 2020; Diniz et al., 2021; Leal, 2023). Isto porque, essas organizações realizam um conjunto de ações integrativas por meio de um repertório diversificado de serviços financeiros solidários, entre eles, financiamento ético e moedas sociais, além de ações de contestação dirigidas ao centro do poder econômico, como campanhas contra instituições bancárias e o financiamento de armas e agroquímicos (França Filho, Silva Júnior & Rigo, 2012; Guzmán, Savall & Solórzano-García, 2023).

Dito isto, o presente trabalho está baseado em uma literatura existente sobre democracia interna, participação e deliberação em movimentos sociais, que aborda de diferentes modos as dinâmicas do fenômeno que é denominado neste trabalho como governança democrática em organizações de movimentos sociais (Breines, 1989; Young, 2002; Juris, 2004; Maeckelbergh, 2009; della Porta, 2009a, 2009b, 2020; Blee, 2012; Polletta, 2002, 2013; Andretta & della Porta 2009; Felicetti, 2016; Wigger, 2018; della Porta & Doerr, 2018; Flesher Fominaya, 2007, 2020; Flesher Fominaya & Feenstra, 2023; Rossi, 2023). A fim de atingir esse objetivo conceitual, promove uma integração teórica que também envolve o conceito de bens comuns na perspectiva Ostromiana e de Dardot e Laval (2017), contribuindo assim para um aprimoramento tanto conceitual quanto analítico.

1.3. O problema analítico e teórico

A literatura recente sobre bancos comunitários e bancos éticos compreende essas organizações no contexto de movimentos sociais de cariz progressista, fornecendo serviços financeiros sob o regime de decisões formuladas democraticamente (França Filho, Júnior & Rigo, 2012; Leal, 2013; Leal & Santos Almeida, 2016; Hudon & Meyer, 2016; Périlleux & Nyssens, 2017; França Filho et al., 2018; Giovannini, 2020). Uma perspectiva incluída no movimento social de economia solidária, conectada a um modelo de governança que vai além das relações de mercado e do Estado (Eynaud & Laville, 2023; Guzmán, Savall & Solórzano-García, 2023) que busca promover alternativas para ressocializar e repolitizar a economia (De Angelis, 2007; De Angelis & Harvie, 2013). Os bancos comunitários são vistos por esses autores como experiências expressivas de um tipo de movimento que articula ação econômica

e política na construção de bens comuns (França Filho, et al. 2018; della Porta, 2023; Leal, 2023).

Os movimentos sociais, segundo Diani (1992) e Tarrow (2011), são processos caracterizados como um conjunto de práticas interativas e redes orientadas para a promoção de mudanças em nome de uma identidade coletiva reivindicada por seus membros. Por sua vez, de acordo com McCarthy e Zald (1977) e Edwards e McCarthy (2004), uma organização de movimento social é uma coalizão de atores que pode englobar grupos de base, redes, organizações não governamentais, sindicatos, associações e outras entidades que se unem com o propósito de promover transformações de ordem social, política ou econômica relacionadas a uma causa ou objetivo comum. Estas organizações desempenham funções de grande importância na coordenação e sustentação das atividades dos movimentos sociais, incluindo a mobilização de recursos para apoiar campanhas, projetos de mudança social, construção de redes e mobilização de membros. Nesse contexto, elas se destacam como elementos centrais na dinâmica dos movimentos sociais, desempenhando um papel fundamental na capacidade desses movimentos de alcançar seus objetivos. O que também permite desconstruir a ideia de espontaneidade e inorganicidade dos movimentos sociais (Taylor, 1989)

Os autores Goodwin e Jasper (2004) propõem uma abordagem complementar para compreender os movimentos sociais, destacando a interseção entre estrutura, significado e emoção. Eles argumentam que os movimentos sociais não podem ser adequadamente compreendidos somente em termos de sua estrutura organizacional ou demandas políticas, mas também devem ser examinados em relação às significações e interações que os sustentam e os motivam. Em relação à estrutura, os autores enfatizam a importância da organização interna dos movimentos sociais, incluindo suas redes, lideranças, recursos e estratégias de mobilização. No entanto, eles ressaltam que essa estrutura organizacional é moldada e influenciada por significados compartilhados e interações coletivas. Quanto ao significado, Goodwin e Jasper exploram como os movimentos sociais constroem e comunicam narrativas e identidades coletivas que dão sentido às suas lutas e mobilizam apoio. Eles destacam a relevância dos símbolos, discursos e rituais na construção de significados compartilhados dentro dos movimentos sociais.

Assim, os bancos comunitários e éticos, no contexto do movimento social de economia solidária, buscam mitigar os desafios enfrentados por segmentos da população socialmente marginalizados, resultantes da influência desestabilizadora da financeirização do capital e da exclusão financeira. O ambiente favorável ao desenvolvimento dessas iniciativas, que evoluíram para se consolidar como um movimento abrangente, no entanto, ainda carece de uma

compreensão precisa de seus princípios subjacentes e dos efeitos de suas intervenções. Portanto, é imprescindível conduzir pesquisas substanciais a fim de analisar as dinâmicas que orientam os objetivos destas organizações e lançar luz sobre a natureza de tais iniciativas, conforme os desenvolvimentos e resultados de pesquisa desta tese.

Os bancos comunitários e bancos éticos, como parte do campo das finanças solidárias, desenvolvem suas ações baseadas em princípios éticos, democráticos e solidários, condicionando a criação ou manutenção de laços sociais (Servet & Guérin, 2002; Artis, 2012) ao mesmo tempo que realizam um conjunto de serviços financeiros (microcrédito, moeda social, entre outros) visando dinamizar relações políticas e econômicas no território (Palacio, 2014). Tais organizações também suscitam uma proposta política de serviços financeiros que reinventa a concepção de riqueza dentro do quadro de lutas contra a dominação e as desigualdades (Guérin, 2015) e constitui um instrumento de democratização das relações econômicas e de mercado (Razeto, 1990).

Os fundamentos básicos das finanças solidárias baseiam-se em princípios que incluem: a) a subordinação do propósito econômico à utilidade social; b) a ausência de retorno sobre o capital empregado como objetivo primordial; c) a construção de relações de proximidade como parte integrante do modelo; e d) a busca pelo controle coletivo dos recursos financeiros em consonância com o ideal de governança democrática (Búrigo, 2006; Rigo, França Filho & Leal, 2015; Rigo, 2014; Silva, 2020; Ansorena et al., 2021).

Sob essa perspectiva, os bancos comunitários e bancos éticos procuram estabelecer novos circuitos financeiros que atendam às necessidades locais de serviços de cariz solidário, tais como crédito, financiamento e moedas sociais, com o propósito de alcançar objetivos de natureza sociopolítica e socioeconômica. Adicionalmente, essas instituições desenvolvem redes de ação em seus territórios e comunidades, envolvendo produtores, consumidores e diversos atores políticos e sociais. Além disso, participam de redes de ação política, exemplificadas pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), criada no ano de 2006 no Brasil e a Red de Finanzas Alternativas y Solidarias (REFAS), criada no ano de 2015 na Espanha (Rigo & Cançado, 2015; Farias, Garcia & Olave, 2020; Zaar, 2023). No contexto brasileiro, registra-se a existência de cerca de 158 bancos comunitários (NESOL, 2015), enquanto na Espanha o âmbito das finanças éticas solidárias envolve cerca de 30 entidades em atuação (FETS, 2023).

De acordo com as informações de Silva Júnior (2004), a gênese dos bancos comunitários brasileiros remonta à experiência seminal do Banco Palmas. Localizado no Conjunto Palmeiras, um bairro situado na periferia de Fortaleza/CE, o Banco Palmas foi

estabelecido em janeiro de 1998 como resultado de um processo de ações contestatórias e mobilizações populares voltadas para a melhoria das condições de vida no bairro. Essas iniciativas foram lideradas pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), cujas raízes remontam às atividades do movimento de comunidades eclesiais de base, surgido na década de 1960, e ao movimento de economia solidária no Brasil, que teve seu surgimento na década de 1990.

Os bancos comunitários, baseados na metodologia pioneira do Banco Palmas, caracterizam-se por diversos elementos fundamentais, delineados da seguinte forma: a) estrutura organizacional pautada na governança democrática das atividades e na administração de recursos, por meio de assembleias, conselhos e comitês; b) área de atuação geralmente delimitada em territórios periféricos e economicamente desfavorecidos, como bairros ou municípios; c) comumente realizam serviços financeiros, tais como microcrédito, poupança coletiva, implementação de moedas sociais (físicas ou eletrônicas), financiamento de empreendimentos e projetos locais; d) as relações financeiras entre o banco e seus usuários são baseadas em laços de vizinhança e solidariedade; e) além das operações financeiras, promovem ações de formação e capacitação em economia solidária, a organização de feiras e a criação de redes envolvendo produtores, consumidores e atores sociais. Também se engajam em projetos de desenvolvimento local, organizam eventos e fóruns locais e estabelecem parcerias e colaborações com prefeituras (Silva Júnior, 2004; Rigo, França Filho & Leal, 2015).

Na Espanha, por sua vez, os bancos éticos têm sua origem em projetos de intermediação financeira alternativa alicerçados em redes de capital social de organizações associativista e cooperativista que incorporam critérios éticos e democráticos nas decisões (Sasia & Cruz, 2008). As primeiras experiências surgem nos anos 1990, como a Coop57 – Cooperativa de Serviços Financeiros e, em 2005, o Banco cooperativo de finanzas éticas – FIARE, resultado da cooperação entre Banca Popolare Etica Italiana e a Fundação FIARE (Palacio, 2013, 2014).

Os bancos éticos dizem respeito a um amplo espaço configurados para realização de projetos de intermediação financeira criados e desenvolvidos por ativistas sobre a base de uma análise de insuficiências éticas dos modelos de intermediação das instituições financeiras tradicionais. Essas iniciativas se articulam para oferecer propostas alternativas baseadas em um conceito diferente de sociedade, em que variáveis sociais e ambientais são incluídas na operação das atividades financeiras (Carboni, 2011).

Os bancos éticos têm como propósito mobilizar recursos financeiros provenientes da poupança dos cidadãos, direcionando esses fundos para o financiamento de projetos que pertençam ao domínio da economia social e solidária, visando gerar benefícios para a sociedade

como um todo. O processo decisório é conduzido mediante assembleias compostas por indivíduos (sócios colaboradores) e entidades (sócios de serviço), todos detentores de direitos políticos e de participação, bem como de direitos econômicos e de acesso à informação. Além disso, a estrutura organizacional dos bancos éticos engloba assembleias, conselhos gerais e locais e comissões técnica e social (Alonso, 2020; Alsina, 2002).

As atividades realizadas pelos bancos éticos, em linhas gerais, consistem em ações de investimento e financiamento destinadas a organizações que possuem um compromisso substantivo com o bem comum, particularmente nas esferas social e ambiental. Estas iniciativas abrangem uma ampla gama de projetos, como os relacionados a energias renováveis, habitação de interesse social, microcrédito direcionado a empreendedores sociais e imigrantes, bem como apoio a movimentos sociais engajados em causas sociais (Palacio, 2013).

Adicionalmente, os bancos éticos podem conduzir programas de educação financeira, campanhas de boicotes e petições direcionadas a denunciar o financiamento fornecido pela banca tradicional a setores como a indústria de armas, empresas agroquímicas e a exploração de combustíveis fósseis. Cumpre notar que diversos bancos éticos têm alcançado resultados notáveis em termos de dimensão e volume de recursos. Por exemplo, até o final de 2022, a Coop57 registrou uma cifra cumulativa superior a 56 milhões de euros em contribuições e mais de 37 milhões de euros em financiamentos concedidos, além de contar com uma base social de mais de 6.300 mil sócios.

Nas últimas duas décadas, houve uma notável ampliação dos estudos no âmbito das finanças solidárias, com um foco proeminente nos bancos comunitários e bancos éticos em diversas regiões globais. A análise desse campo de pesquisa tem se direcionado para quatro perspectivas fundamentais, a saber: a) o acesso ao crédito e ao financiamento (Artis, 2012, 2017; Silva & Pereira, 2023); b) a democratização do sistema financeiro (Block, 2014; Dowbor, 2008, 2018; Wright, 2010; Mendell, 2015); c) a mitigação da pobreza e o estímulo ao desenvolvimento local (França Filho, Silva Júnior & Rigo, 2012; França Filho, 2013); e d) a governança de recursos comuns (Leal, 2013; Leal & Santos Almeida, 2016; Hudon & Meyer, 2016; Périlleux & Nyssens, 2017).

A governança democrática é entendida como um tema relevante nos estudos sobre as organizações de movimentos sociais. Conforme Melucci (1989) e della Porta (2005), os movimentos sociais são atores autorreflexivos que tendem a debater a questão da democracia à medida que se aplica às suas vidas internas, uma vez que “eles não apenas expressam críticas às democracias reais e existentes, mas também experimentam diferentes práticas democráticas em sua própria vida organizacional” (della Porta, 2013, p. 2).

Em pesquisas com organizações que participaram do Fórum Social Europeu (2002 – 2010), identificou-se o surgimento e desenvolvimento de várias concepções de democracia e de tomadas de decisão, tais como, controvérsias entre concepções verticais e horizontais, além de apelos por estruturas organizacionais fluidas, abertas e inclusivas, considerando a participação e a deliberação como valores principais para a democracia interna (Flesher Fominaya, 2007; Andretta & della Porta, 2009; della Porta, 2014; Flesher Fominaya e Feenstra, 2023). Isto pode sugerir que os movimentos sociais são caracterizados por “uma variação considerável na força organizacional dentro e entre os movimentos” (Klandermans, 1989, p. 4).

As pesquisas de della Porta (2009a, 2009b) observaram a presença de diferentes formas de governança democrática e de tomada de decisão, buscando equilibrar os dilemas entre participação e representação, bem como, entre deliberação e votação majoritária. Distingue-se, dessa forma, quatro modelos de governança democrática: o modelo de participação deliberativa, baseado na participação em assembleia aberta e decisão por consenso; o modelo assemblear, baseado na participação em assembleia aberta e decisão por votos da maioria; o modelo de representação deliberativa, baseado na representação/delegação com decisão consensual; e o modelo associativo, baseado na representação/delegação e decisão por votos da maioria. Segundo a referida pesquisa, o modelo associativo é o mais característico e difundido entre as organizações formais de movimentos sociais mais antigos. Por sua vez, os modelos participativos (assemblear e de participação deliberativa) são preferidos pelos membros da base e são mais notados em novas organizações de movimento social (della Porta, 2009a, 2009b).

Assim, os experimentos democráticos baseados em formas participativas e deliberativas estão em andamento em diferentes organizações de movimento social. Nessas experiências, coexistem e combinam-se múltiplas concepções de democracia com diferentes formas e equilíbrios, encarando diferentes desafios internos e externos. Um dos desafios fundamentais está em combinar demandas de participação e deliberação com exigências de eficiência na gestão de recursos. Esse equilíbrio é crucial para garantir que as decisões tomadas sejam viáveis e eficazes, além de democráticas. Ao mesmo tempo em que enfrentam desafios decorrentes de suas interações com as instituições políticas estabelecidas. A coexistência e a interação entre a governança democrática dos movimentos sociais e os sistemas políticos tradicionais podem gerar tensões e dilemas, tornando ainda mais complexa a busca por formas democráticas mais inclusivas e eficazes.

A concepção de democracia praticada em organizações e ações de movimento social ressoa como “um elemento antigo da teoria democrática que clama por uma tomada de decisões coletivas, referida de várias maneiras, como democracia clássica, popular, comunitária, forte, de base ou democracia direta” (Kitschelt, 1993: 15). Seguindo a perspectiva de della Porta (2009a, 2009b), ao reafirmar uma noção de democracia participativa deliberativa como típica de (novos) movimentos sociais, busca-se fazer referência a processos decisórios em que, sob condições de igualdade, inclusividade, transparência e construção de argumento podem transformar preferências individuais, levando a decisões orientadas para o bem comum (della Porta, 2007).

Na mesma linha, segundo Polletta (2013) a governança democrática tem sido uma característica proeminente de muitos movimentos progressistas, como, por exemplo, o movimento pacifista, o movimento estudantil, o movimento pelos direitos civis, a nova esquerda, os movimentos feministas, os movimentos ambientalistas, o ativismo antinuclear, os movimentos LGBTQIAPN+ e o movimento altermundialista. Segundo a autora, o ethos organizacional da democracia participativa é marcado por decisões descentralizadas, não hierárquicas e orientadas para o consenso (Ferree & Martin, 1995; Polletta, 2002). Esse ethos serve de inspiração para a criação de diversas entidades, como o fortalecimento de movimentos associativista e cooperativista (Rothschild & Whitt, 1986), movidos por um impulso prefigurativo em busca de igualdade radical, liberdade e comunidade (Breines, 1989).

Flesher Fominaya (2007), em sua análise sobre a perspectiva de movimentos autônomos na Espanha, observa que tais iniciativas demonstram uma tendência à rejeição da democracia representativa e do princípio de governo majoritário. Em contrapartida, essas correntes advogam por um paradigma participativo, fundamentado nos pilares da democracia direta e da autogestão, caracterizado por estruturas não-hierárquicas. No âmbito desses movimentos, a tomada de decisão é predominantemente consensual em assembleias abertas, evitando a delegação.

A tomada de decisão por consenso demanda tempo, a descentralização cria problemas de coordenação e a liderança rotativa sacrifica os benefícios da expertise (Freeman, 1973; Rothschild-Whitt, 1979, 1986; Staggenborg, 1986; Polletta, 2002; Mansbridge, 1983). Apesar dessas dificuldades, nos últimos anos, a democracia participativa voltou a ser popular entre os ativistas, especialmente nos movimentos contra a globalização corporativa e em prol da justiça social (Polletta, 2002).

Para contornar tais desafios e fragilidades enfrentadas pela democracia participativa em organizações de movimentos sociais, tem surgido uma nova vaga de formas organizacionais

híbridas, na qual se combina a força política da democracia participativa com a capacidade burocrática gerencial. Em muitos tipos de movimentos sociais contemporâneos as organizações híbridas tornaram-se a norma (Matthews, 1994).

A análise da governança democrática nos bancos comunitários e bancos éticos desempenha um papel crucial na compreensão de diversos desafios que essas instituições enfrentam, notadamente no que se refere aos dilemas inerentes à conciliação de eficácia e identidade, assim como aos conflitos que emergem da busca de equilíbrio entre autonomia e integração. Estes dilemas se manifestam em cenários nos quais os bancos comunitários se encontram envolvidos em processos de coprodução de políticas públicas, por meio da sua participação em conselhos ou na implementação de programas em colaboração com agências governamentais, bem como nas situações que demandam uma eficiente gestão de recursos financeiros, enquanto simultaneamente fomentam processos participativos e deliberativos na tomada de decisões.

Esses dilemas originam-se da complexidade das interações e arenas que exercem influência sobre o resultado da governança democrática dos bancos comunitários e os bancos éticos. Isso torna-se especialmente evidente em contextos permeados pela incerteza e pelo confronto, devido à limitada concessão de reconhecimento institucional do Estado a essas iniciativas e à postura política de contestação em relação às práticas financeiras vigentes de especulação e exclusão financeira.

Além disso, essas instituições confrontam-se com demandas que se apresentam de maneira contraditória e ambígua, particularmente no que concerne às lógicas políticas e organizacionais, tanto em níveis micro quanto macro, assim como no ambiente interno e externo. A governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos evidencia a coexistência de elementos de natureza política e de competência administrativa.

Essa caracterização advém da configuração singular dessas organizações no contexto de movimento social de natureza organizacional híbrida. Eles simultaneamente prefiguram um projeto político de transformação social em resposta às contradições do status quo do sistema financeiro vigente e adotam estruturas de gestão administrativa eficazes, com o intuito de enfrentar fragilidades e ineficiências que surgem nas demandas de coordenação e financiamento no tocante à gestão de recursos e pessoal.

Adicionalmente, os bancos comunitários e bancos éticos operam uma convergência reticular entre uma dinâmica instituída e outra instituinte, traduzida na ideia que combina estruturas formais de participação e decisão, como assembleias, conselhos e comitês, com estruturas informais de coparticipação, como os fóruns de associações e ONGs, ambientes

virtuais, redes e arenas de convergência entre atores políticos e sociais que atuam nos territórios. Essa complementariedade permite conceber interações tangíveis baseada na noção de “commoning” inspirado nos princípios de design de Ostrom (1990, 2010).

Embora as organizações híbridas tenham sido identificadas na literatura sobre movimentos sociais (Matthews, 1994; della Porta, 2009a, 2009b), é notável que a discussão sobre esse tópico na literatura relacionada a bancos comunitários e bancos éticos permanece incipiente. Nesse âmbito, há uma notável lacuna no entendimento teórico dos mecanismos subjacentes à sustentação da governança democrática nessas organizações, ou seja, falta uma compreensão conceitual sobre as condições que explicam o fenômeno da governança democrática – o que dialoga diretamente com os objetivos e resultados desta tese.

Nesse sentido, de acordo com Polletta (2005), a literatura sobre movimentos sociais aborda a adaptação instrumental das organizações às demandas do ambiente e a conciliação entre preocupações instrumentais e ideológicas dos membros. A primeira abordagem, na perspectiva da teoria do processo político, visa identificar as condições políticas estruturais que influenciam a eficácia de uma determinada forma organizacional (Minkoff, 1999; Meyer, 2004; Williamson, Trump & Einstein, 2018). A segunda abordagem, no campo da teoria dos novos movimentos sociais, assinala que os movimentos sociais incorporam princípios tanto ideológicos quanto instrumentais em suas ações (Voss & Sherman, 2000; Polletta & Jasper, 2001; Hsu & Hannan, 2005). Portanto, os movimentos sociais podem optar por modelos de decisão participativa e deliberativa, mesmo que isso reduza sua eficácia operacional.

Não obstante, a noção de repertório de ação coletiva enfatiza que os movimentos sociais recorrem a conjuntos de hábitos e práticas coletivas como base para a inovação diante de desafios (Tilly 1995; Taylor & Van Dyke, 2004; Gold, 2022). Portanto, a escolha da forma organizacional não é apenas guiada por lógicas de racionalidade instrumental ou ideológica, mas também pela lógica da adaptação (March & Olsen, 1989; della Porta & Mattoni, 2012).

Com o intuito de alcançar uma apreensão mais abrangente e refinada, adota-se perspectivas em conformidade com as visões de Polletta (2005), Duyvendak e Jasper (2015) e Jasper (2021) de que a adoção de estruturas organizacionais por parte dos movimentos sociais não representa um ato isolado, mas sim um processo imbricado em interações dinâmicas entre diversos agentes, arenas e contextos. Além disso, essa escolha pode ser influenciada pela associação simbólica de configurações específicas com diferentes grupos sociais.

Essa lente permite a análise das diferentes dinâmicas interativas possibilitando explicar os mecanismos de organizações de movimentos sociais em nível micro, ou seja, ela introduz a ideia de confluência entre atores e arenas na compreensão de processos envolvendo

dispositivos de movimentos sociais, mas também admite que diferentes forças, ao nível micro e macro, estão em jogo, abrangendo a ideia de heterogeneidade impulsionada por lógicas de poder, cooperação e conflito (Malamidis, 2020; Bosi & Zamponi, 2020; Jasper, 2021).

1.4. O método

Para conduzir esta pesquisa, adotou-se a abordagem de Qualitative Comparative Analysis (QCA) que utiliza dados de natureza qualitativa como base do trabalho. A partir do método QCA, pode-se identificar configurações causais que exercem influência sobre a produção de um resultado (Albala & Leal, 2022). A QCA também é uma técnica que segue procedimentos sistemáticos e transparente que permite transformar os dados qualitativos obtidos a partir das entrevistas e fontes secundárias em valores dentro de um conjunto difuso, conforme proposto em trabalhos de Lam e Ostrom (2010), Linder (2010) e Basurto e Speer (2012).

Os dados coletados para a presente análise se referem aos bancos comunitários e bancos éticos no contexto do Brasil e da Espanha. Em ambos os países, uma característica de destaque associada a essas organizações é a dinâmica de interação com o movimento social de economia solidária na produção de bens e serviços de natureza comunitária, mecanismos de participação e deliberação, bem como ações contestatórias vis-à-vis às consequências das ações das instituições do sistema financeiro para os diferentes segmentos da sociedade em cada contexto específico.

Os casos selecionados para este estudo compartilham uma origem homogênea, mas apresentam diversidade significativa quanto ao resultado. Por essa razão, a amostra selecionada abrangeu uma variedade de bancos comunitários e de bancos éticos que adotam a governança democrática como modelo organizacional, considerando a variação no resultado de interesse.

A técnica de pesquisa adotada envolveu análises detalhadas com base em entrevistas semiestruturadas, conduzidas com 14 participantes que ocupavam a posição de membro de conselho diretor em 14 casos distintos. Dentre esses casos, sete participantes representavam bancos comunitários no Brasil, e os outros sete eram de bancos éticos na Espanha, cujo histórico dos participantes esteve intimamente ligado a processos de constituição dessas organizações. Além das entrevistas, foram coletados dados secundários a partir de documentos acessíveis nos websites das organizações estudadas. Cada banco comunitário e cada banco ético é considerado um caso individual.

Foram empregados dois procedimentos analíticos combinados. Inicialmente, o resultado das entrevistas foi submetido a um processo de codificação utilizando o software MaxQDA, visando confirmar as evidências empíricas relacionadas aos valores fuzzy das condições e do resultado. Em seguida, com base nas informações obtidas nas entrevistas, procedeu-se a identificação das posições e valores no conjunto fuzzy para cada caso em estudo. Dessa forma, foi elaborada uma matriz de dados que, por sua vez, foi submetida à aplicação da técnica de análise qualitativa comparativa com conjuntos fuzzy (fsQCA), conforme descrito por Rihoux e Ragin (2008), realizada com o pacote QCA no ambiente do software R Studio, conforme abordagem de Duşa (2022). O objetivo principal desse procedimento analítico é identificar as combinações de condições que estão associadas ao resultado. A escolha desse método de análise se deve à sua capacidade de lidar de maneira apropriada com amostras de tamanho reduzido a moderado, o que torna viável a identificação de conjuntos ou combinações de condições que exercem influência sobre o resultado (Rihoux & Ragin, 2008; Marx, Rihoux & Ragin, 2014).

1.5. Os argumentos e contribuições

Argumenta-se que os bancos comunitários e bancos éticos são organizações representativas do movimento social de economia solidária, com o propósito central de desenvolver práticas no campo das finanças solidárias. Essas organizações não apenas prestam serviços em benefício de suas comunidades, mas também se engajam em ações que visam influenciar a opinião pública e as políticas governamentais, tanto local quanto nacionalmente e até internacionalmente.

Entende-se que os bancos comunitários e bancos éticos representam protótipos de inovação democrática, mas também são a caixa de ressonância da crise no núcleo duro do regime democrático representativo no mundo ocidental. Eles funcionam como uma espécie de política prefigurativa, buscando abrir novos caminhos por meio da articulação entre experiências de democracia participativa e processos de democracia deliberativa.

Além disso, a governança democrática dessas organizações parece ampliar os processos de tomada de decisão para abranger dinâmicas organizacionais e territoriais. Isso implica considerar uma combinação entre atores formais e não formais, mas que possuem legitimidade sociopolítica para participar das decisões, conferindo maior legitimidade às escolhas dessas organizações.

A compreensão empregada na presente pesquisa enfatiza as interações que contribuem para a configuração da governança democrática em organizações de movimentos sociais, destacando a importância da confluência entre diferentes atores e contextos sociais e políticos. O argumento central desta tese reside em demonstrar a estrutura subjacente que sustenta a governança democrática em bancos comunitários e éticos, considerando fatores como a relação com movimentos sociais, a participação em arenas públicas, o uso de recursos compartilhados, a interação com políticas públicas, o consumo político e o emprego de tecnologias da informação e comunicação.

Compreender a dinâmica interna das organizações de movimento social, em geral, e, em particular, da governança, constitui um trabalho de investigação fundamental por várias razões. Isso permite explicar os aspectos relacionados à legitimidade dos processos decisórios, a literacia e aprendizado democráticos dos membros, os desafios associados aos mecanismos de participação e deliberação, à resiliência das inovações democráticas e o efeito de transbordamento das práticas de governança democrática na interação com outras organizações e instituições. Ao compreender a governança democrática dentro das organizações de movimentos sociais, é possível revelar condições relevantes que podem contribuir para o entendimento do fenômeno, bem como para o aprimoramento das práticas democráticas nessas organizações.

Portanto, esta pesquisa oferece uma ferramenta valiosa para analisar e explicar de forma consistente os mecanismos que organizações de movimentos sociais podem empregar para alcançar a governança democrática. Além disso, sua estrutura de análise pode ser aplicada a um escopo mais amplo de organizações no campo dos movimentos sociais que governam diversos tipos de recursos. Por fim, a pesquisa tem implicações práticas importantes para membros e atores de organizações de movimentos sociais, fornecendo orientações para a adoção de melhores práticas de governança democrática.

1.6. A estrutura da tese

Assim, esta tese é composta por cinco capítulos, além da presente introdução, dos quais cada um é brevemente descrito a seguir.

O capítulo 1 apresenta uma revisão abrangente da literatura relevante. Começando por estabelecer uma base teórica no campo da governança democrática, partindo das principais teorias dos movimentos sociais e explorando as abordagens dos bens comuns e gestão social. Em seguida, é apresentado o referencial teórico que aborda as condições que exercem

influência sobre o modelo de governança democrática adotado pelos bancos comunitários e bancos éticos, descrevendo o processo de operacionalização dessas condições e resultado.

No capítulo 2 são introduzidas as noções conceituais que proporcionam uma base teórica e empírica para a compreensão das organizações pertencentes ao movimento de finanças solidárias, com foco nos bancos comunitários no Brasil e nos bancos éticos na Espanha.

O capítulo 3 detalha os princípios e conceitos subjacentes à análise comparativa qualitativa e à técnica fuzzy-set Qualitative Comparative Analysis (fsQCA). Além disso, são fornecidas informações pormenorizadas sobre a amostragem, os procedimentos de coleta e análise de dados, apresenta-se a matriz de dados com valores fuzzy que representam as condições e o resultado, a ser utilizada no software R Studio para a análise QCA.

No capítulo 4, apresenta-se as descobertas da pesquisa sob perspectivas tanto teóricas quanto empíricas. Também são discutidas as limitações do estudo e oferecidas recomendações para pesquisas futuras.

No capítulo 5, delineiam-se as implicações teóricas e práticas, fundamentadas na análise dos resultados obtidos, além das principais limitações da pesquisa recomendações visando nortear uma agenda de pesquisa para trabalhos futuros nesta área.

Por fim, são apresentadas as conclusões discutidas ao longo deste estudo, recuperando os objetivos gerais e específicos da tese, resume-se a trajetória da pesquisa, assim como os principais achados e contribuições, além de situá-los no contexto da tese.

Capítulo 1 – Conceitos e abordagens da governança democrática em contexto de movimentos sociais

O objetivo deste capítulo é apresentar a delimitação conceitual de cada construto, a saber do resultado e das condições relacionadas nesta tese. Primeiramente, é apresentado a conceituação da governança democrática no contexto dos movimentos sociais, que caracteriza o resultado de interesse da pesquisa. Em particular, busca-se explorar a discussão sobre a importância atribuída pelas organizações dos movimentos sociais à democracia, considerando perspectivas participativas e deliberativas nos processos decisórios das organizações, ações e outras estruturas relacionadas aos movimentos sociais. O objetivo central é compreender, à luz de teorias políticas, como os movimentos sociais aplicam os princípios democráticos à governança de suas organizações. Em segundo lugar, são apresentadas as formulações conceituais de cada condição explicativa derivadas do campo teórico dos movimentos sociais. Por fim, é delineado o modelo conceitual, as hipóteses e a relação entre condições e resultado.

1.1. A Governança Democrática e os Movimentos Sociais

Embora se tenha dito que os movimentos sociais propõem visões alternativas da democracia, os estudos dos movimentos sociais raramente têm abordado a questão da democracia interna dos movimentos, do ponto de vista empírico ou normativo (della Porta, 2013).

O estudo da governança democrática em organizações de movimentos sociais requer a sistematização das contribuições de uma vasta literatura, que se encontra relativamente dispersa em pesquisas nas áreas de ciência política, sociologia política e estudos organizacionais. Essa dispersão sugere que esse campo de estudos é pouco formalizado em termos conceituais. Em linhas gerais, essas pesquisas visam compreender e explicar um repertório diversificado de agenciamentos democráticos encontrados em organizações e ações de movimentos sociais. Nesta tese, esse fenômeno é denominado de governança democrática.

O termo "governança democrática" refere-se a um fenômeno elástico, caracterizado por um conjunto de princípios, valores, práticas e metodologias democráticas que servem para orientar os processos de tomada de decisão e processos de governança das organizações e ações em diferentes tipos de movimentos sociais, nomeadamente aqueles de cariz progressista. Portanto, para abordar conceitualmente a noção de governança democrática, adota-se uma bricolagem conceitual, que integra estudos sobre democracia associativa, autogestão,

democracia participativa, democracia deliberativa, governança dos comuns, entre outras noções tangenciais. Essa abordagem proporciona uma compreensão precisa e, ao mesmo tempo, abrangente do conceito de governança democrática.

Os movimentos reconhecidos como "novos movimentos sociais", são aqueles oriundos das lutas pelos direitos civis, igualdade racial, estudantis, feministas e ambientalistas (Melucci, 1980, 1985; Buechler, 1995). No cerne das reivindicações, os novos movimentos enfrentavam o autoritarismo presente nas instituições ao expressar uma crítica substantiva à política convencional. Além das ações de contestação, voltavam-se para construção de modelos emergentes de democracia numa perspectiva meta-política, com o intuito de desafiar as definições dominantes e as práticas burocráticas de democracia (Offe, 1985; Epstein, 1991; Lichterman, 1996).

As práticas democráticas dos movimentos sociais abordam um tipo de transformação e pluralização dos processos de tomada de decisão no interior das organizações e ações dos movimentos sociais, mas também podem inspirar mudanças políticas para o conjunto da sociedade por meio de processos participativos e deliberativos dos assuntos coletivos. Conforme delineado por Pateman (1970), a participação cidadã é tanto um valor substantivo da teoria democrática, quanto um processo no qual cada indivíduo tem poder para determinar igualmente o resultado das decisões nas diferentes esferas na qual participa na sociedade.

Carole Pateman, em sua obra clássica "Participation and Democratic Theory", publicada em 1970, procura dar substância à relação entre democracia e participação na medida em que vê o maior grau de participação da sociedade como condição fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade democrática politicamente desenvolvida.

Em suas formulações, Pateman (1970) recupera eventos de movimentações sociais da década de 60 em universidades, escolas, hospitais, fábricas e ruas de grandes cidades que reivindicavam um modelo de democracia em que a participação constitui um valor fundamental na tomada de decisão, uma vez que sem participação não seria possível pensar em uma sociedade mais humana e equitativa. A autora propõe o alargamento do entendimento de política ao levar a participação democrática à vida cotidiana em diferentes âmbitos da vida humana associada, fazendo referência à implementação de processos democráticos participativos em partidos, organizações sociais, empresas e Estados.

Pateman destaca que a esfera de maior relevância para a participação reside nas organizações do mundo do trabalho, as quais representam os principais lócus onde os agentes dedicam significativa parcela de seu tempo. Nesse sentido, tais organizações detêm o potencial de promover um aprendizado eficaz na gestão dos interesses coletivos. Além disso, a autora

ênfatisa que, para o funcionamento de uma política democrática, as qualidades requeridas dos indivíduos só podem ser desenvolvidas por meio da democratização das estruturas organizacionais e institucionais de autoridade em todos os sistemas políticos (Pateman, 1970).

O trabalho de Pateman abriu possibilidades diversas para o estudo sistemático de práticas democráticas participativas nas organizações, na medida em que possibilitou uma compreensão mais aprofundada sobre as dinâmicas de poder e participação que permeiam as estruturas organizacionais em diferentes contextos.

Seguindo essa tendência, os movimentos sociais foram vistos como atores historicamente relevantes para o desenvolvimento da democracia, seja no contexto da transição de regimes autoritários para democráticos (Giugni et al., 1998; Tilly & Wood, 2015; Johnston & Almeida, 2006; Tilly, 2004), seja para a disseminação de valores e ideais democráticos dirigidos às instituições governamentais (Schneiberg & Lounsbury, 2008) ou na geração de inovações democráticas participativas e deliberativas (Flesher Fominaya, 2022; della Porta, 2020; della Porta & Felicetti, 2019; Feenstra, 2015), ou ainda, servindo como espaços onde as habilidades de engajamento cívico são aprendidas (Fung & Wright, 2001; Fung, 2003; Cohen & Fung, 2004), ou onde novas formas participativas e democráticas de governança são experimentadas e desenvolvidas (Leach, 2009).

Com o objetivo de analisar a democracia dentro dos movimentos sociais, o trabalho de Flesher Fominaya & Feenestra (2023) demonstra, a partir do estudo sobre o movimento 15-M na Espanha, o impacto produzido em diferentes arenas da democracia no contexto espanhol, tais como o aumento da participação cidadã por meio da mobilização em massa, elevação de demandas por mais democracia, inovação democrática em organizações de movimento social e da sociedade civil, experimentação partidária, mudança eleitoral e inovação democrática nas instituições. Os achados da pesquisa recomendam aos estudiosos analisar os impactos democráticos além das instituições de Estado e olhar para as inovações democráticas advindas de movimentos sociais pró-democracia. Os autores enfatizam a produção de inovações democráticas em grupos e organizações de movimentos sociais por meio de uma larga utilização de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação e que produzem formas de participação e deliberação no interior dos movimentos sociais, nomeadamente do 15-M, e na produção de inovações democráticas em interação com o Estado.

Muitos estudiosos, baseados na teoria da mobilização de recursos (McCarthy & Zald, 1977), afirmaram que o tipo de governança dos movimentos sociais deveria ser explicado com base na disponibilidade de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização (capacidade de coordenação entre indivíduos), resumindo as

escolhas organizacionais à busca por uma estratégia eficaz. Entretanto, viu-se, a partir de outras abordagens, que as escolhas organizacionais também se baseiam em outras referências, uma vez que podem ter origem em perspectivas mais normativas, e ainda, com base nas interações (cultura) ou em perspectivas orientadas politicamente por valores (della Porta, 2009a, 2009b; Polletta, 2002; Leach, 2009; Juris, 2004; Haug, 2013).

Desde que os estudiosos dos movimentos sociais questionaram a abordagem que explica os movimentos sociais com base na mobilização de recursos, a partir da primeira década do século XXI, houve uma retomada dos estudos sobre as práticas internas das organizações do movimento social e sobre suas políticas prefigurativas (Leach & Haunss, 2009).

De acordo com della Porta (2014), de fato, como qualquer população organizacional, as OMS também atuam estrategicamente e por isso mesmo estão sujeitas a seleção ambiental, tanto quanto outras organizações políticas. Isso significa que, em diferentes gerações de movimentos sociais, vários modelos organizacionais são experimentados e testados, mas apenas alguns sobrevivem, geralmente transformando-se para se adaptar às rápidas mudanças no ambiente social, econômico e político. No entanto, sabe-se que essas escolhas também são influenciadas pelo contexto em que elas interagem, influenciando as decisões entre a gama de modelos disponíveis, especialmente àqueles bem-sucedidos, constituindo assim os diferentes repertórios de governança adotados pelas OMS.

A noção de repertório identifica um conjunto de rotinas que são aprendidas, utilizadas e difundidas por meio de processos de compartilhamento, trocas, criatividade e adaptação entre os atores, organizações e movimentos (Tilly, 1995; Tilly & Tarrow, 2007).

As estruturas organizacionais são muito mais do que instrumentais para os movimentos sociais. Mesmo que o critério seja estratégico ou baseado em valores, o design organizacional é limitado por uma espécie de inventário de instrumentos disponíveis, isto é, como um repertório de ação, construído sobre conhecimento prévio e marginalmente inovador (Clemens, 1996).

Dessa forma, argumenta-se nesta tese que, apesar da contundência dessas abordagens, elas limitam a compreensão da relação entre movimentos sociais e democracia pela dinâmica de interação com o Estado. Portanto, busca-se nesta tese aprofundar a relação conceitual entre movimentos sociais e democracia, no entanto, fazendo isso pelas noções de democracia dentro dos movimentos sociais, abordadas por diferentes autores, como Flesher Fominaya & Feenstra (2023), Flesher Fominaya (2020), della Porta (2020) e Polletta (2013).

O entendimento de Polletta (2002) é que a governança democrática, na perspectiva da democracia participativa em organizações de movimentos sociais, diz respeito a uma forma organizacional caracterizada por processos de tomada de decisão descentralizada, não hierárquica e consensual. Em seu trabalho "Freedom is an Endless Meeting", Polletta traça um panorama dos processos para explicar o surgimento e o declínio da democracia participativa no Comitê Coordenador Não-Violento dos Estudantes (SNCC). Trata-se de um movimento de estudantes afro-americanos dos Estados Unidos comprometidos com a luta pelos direitos civis na década de 1960. A autora reconstrói a história do SNCC e relata que essa organização adotava práticas de participação democrática em processos de tomada de decisões que transcendiam as hierarquias internas da própria organização. A tomada de decisões por consenso e a estrutura descentralizada do SNCC inspiraram, inicialmente, as ideias de democracia participativa da organização Estudantes por uma Sociedade Democrática (SDS) e, posteriormente, serviram de inspiração para diversas experiências pioneiras que defendiam a democracia participativa nos EUA (Breines 1989; Lichterman 1996; Sirianni 1993).

Conforme observado por Polletta (2002), foi precisamente nos projetos de organização comunitária da SDS que a democracia participativa transitou de uma visão macropolítica para uma prática interna do movimento. Utilizando-se de práticas consensuais e horizontais, a ideia de democracia participativa tornou-se uma forma organizacional concreta. Assim, a democracia participativa no contexto organizacional passou a ser caracterizada pela descentralização, divisão moderada do trabalho, ethos igualitário, preferência por participação direta e consenso em vez de voto da maioria.

Os ativistas do SNCC e da SDS consideravam a democracia participativa como um aspecto crucial na construção do poder político e um meio para o desenvolvimento de habilidades políticas democráticas. Para tanto, tornou-se fundamental o desenvolvimento de experiências nas quais essas habilidades pudessem ser adquiridas, através das oportunidades para expressão livre de ideias e superação da distinção entre ativistas de base e lideranças do movimento.

Na visão da autora, a participação em processos de tomada de decisão das organizações de movimento social constituía um mecanismo fundamental para a construção de relações de solidariedade, além de inovações táticas, inclusão da opinião pública e desenvolvimento de mecanismos de responsabilidade política. Além disso, possibilitava contribuições para operar transformações nas instituições políticas (Polletta, 2002).

Dessa forma, quando as pessoas compartilham a "propriedade" das decisões, seu senso de solidariedade é ampliado. A exigência de que todos os membros do grupo expressem suas

posições e se comprometam com uma linha de ação torna provável que as pessoas realmente ajam para promover os objetivos do grupo (Polletta, 2002, p. 9). Reconhecer as pessoas como agente autônomo no processo decisório implica proporcionar-lhes a oportunidade de ter seus interesses e preferências considerados no resultado da ação e na sobrevivência do grupo. Os benefícios da democracia participativa, em outras palavras, não devem ser restritos aos domínios da mudança "cultural" ou "pessoal".

No relato de Polletta (2002), o SNCC foi pioneiro em enfrentar os desafios e problemas do exercício da democracia participativa em suas fronteiras, como conflitos ideológicos entre abordagens radicais e pacifistas, tensões raciais, morosidade e baixa coesão nas decisões. Essas situações conflitivas levaram o SNCC a abandonar o compromisso com a democracia participativa, uma vez que essa forma de tomada de decisão foi considerada ineficaz.

No entanto, a autora argumenta que efetivamente o que explica o declínio da democracia participativa no SNCC é o fato de a mesma passar a estar simbolicamente associada a organizações de movimentos sociais de ativistas brancos, dos quais o SNCC buscou se diferenciar. Desse modo, Polletta (2002) compreende que a adoção da democracia participativa em organizações de movimentos sociais, diferente das explicações que sugerem como fator causal a adaptação às demandas ambientais ou o alinhamento ideológico, para a autora as associações simbólicas cumprem um papel crucial, ou seja, os movimentos sociais moldam a governança democrática de suas organizações e de suas ações pelas interações que estabelecem com atores, instituições e recursos aos quais buscam se alinhar ou se diferenciar.

Adicionalmente, Polletta (2013) explica que o formato organizacional do movimento, mesmo considerado frágil e ineficiente, do ponto de vista estratégico e utilitário, pode ser preferido por muitos ativistas por suas características expressivas e redentoras. Ao promulgar dentro do próprio movimento valores de igualdade radical, liberdade e comunidade, os ativistas buscam criar uma sociedade marcada por esses valores (Polletta, 2013). Para a autora, organizações democráticas participativas têm sido uma característica proeminente de muitos movimentos progressistas historicamente ligados a uma linhagem bastante heterogênea, como os pioneiros da antiga democracia ateniense, dos movimentos autogestionários, as reuniões da cidade de Nova Inglaterra e Quakers e nos grupos de afinidade da Guerra Civil Espanhola.

Embora os elementos estratégicos sejam certamente reconhecidos nas escolhas organizacionais, eles são apenas parte da explicação; os objetivos prefigurativos e as interações também são relevantes, pois os modelos organizacionais implementados, especialmente nos processos decisórios, modificam as relações dentro do movimento, ativando mecanismos institucionais, cognitivos e relacionais no ambiente interno e externo. Além disso, essas

abordagens permitem compreender as modalidades contemporâneas presentes em muitos movimentos sociais progressistas que buscam articular objetivos políticos e operacionais como resultado do aperfeiçoamento e da evolução de princípios, valores e normas democráticas adotadas por movimentos sociais.

Cabe salientar que os movimentos sociais, por meio de suas práticas e formas organizacionais democráticas, promoveram concepções democráticas que, por um lado, desafiavam a visão liberal de democracia, e por outro, buscavam prefigurar seus ideais democráticos participativos e deliberativos (della Porta, 2009a, 2009b). A perspectiva democrática desses movimentos enfatiza a participação e o empoderamento cidadão, frequentemente exercidos em processos decisórios das organizações dos movimentos, mas também em espaços institucionais do Estado. Esses mecanismos são construídos por meio de espaços públicos de discussão nos quais cidadãos com diferentes visões e identidades trocam argumentos e buscam construir acordos.

Nessa perspectiva, de acordo com della Porta (2014), os movimentos visam construir organizações que são, ou pelo menos são percebidas como sendo, ao mesmo tempo, eficientes e justas. A estrutura organizacional e o processo de tomada de decisão democrático dentro dos movimentos sociais não se limitam apenas à busca por métodos mais eficazes para promover ações coletivas. Eles também envolvem o reconhecimento de que tais escolhas são influenciadas pelas interações tanto internas quanto externas ao movimento (Accornero & Carvalho, 2023).

Na análise de della Porta (2013), a atenção à democracia dentro dos movimentos sociais passou a ter maior destaque com os estudos culturais e interacionistas no campo dos movimentos sociais, na medida em que se passou a reconhecer uma dimensão simbólica da política dos movimentos sociais. No entanto, esse reconhecimento não implica a negação do papel instrumental, nem a relevância dos aspectos relacionados à eficiência da forma organizacional dos movimentos sociais. De todo modo, o debate sobre formas participativas e deliberativas de democracia no interior dos movimentos sociais possibilitou o surgimento de instrumentos conceituais de novas visões sobre democracia nos movimentos sociais, a partir de princípios, valores e práticas internas. Assim, para a autora, cada vez mais a democracia interna é reconhecida como um aspecto importante das organizações de movimentos sociais, seja como elemento de identidade, prefigurativo ou estratégico (della Porta, 2013).

Em uma direção similar, a pesquisa sobre ação prefigurativa dos movimentos sociais apontou para a importância das formas organizacionais como um tipo de política preventiva, que se refere a uma orientação política baseada na premissa de que os fins alcançados pelo

movimento social são fundamentalmente moldados pelos meios que emprega, e que os movimentos devem, portanto, fazer o melhor possível para escolher meios que personifiquem ou pré-projetem o tipo de sociedade que desejam (Leach, 2013; Bosi & Zamponi, 2015).

Para tanto, baseados nessa perspectiva, os ativistas procuram desenvolver instituições e modos de interação contra hegemônicos que incorporam as transformações desejadas (Leach, 2013), em particular por meio da governança democrática que admite formas de organização e tomada de decisão baseadas em consenso e participação.

Alguns movimentos sociais são atores autorreflexivos que tendem a debater a questão da democracia e como ela se aplica às suas vidas internas (Melucci, 1989; della Porta, 2005). Eles não apenas expressam críticas às democracias reais e existentes, mas também experimentam diferentes práticas democráticas dentro de sua própria vida organizacional, construindo modelos prefigurativos por meio de um conjunto de práticas organizacionais específicas.

As práticas prefigurativas consistem em uma lógica de ação valor-racional e um compromisso com as táticas prefigurativas de ação direta - para encenar e cultivar diretamente em suas próprias vidas aquilo que elas esperam alcançar no nível societário (Leach, 2009).

Nas últimas décadas, a partir dos eventos do Movimento de Justiça Global e das diversas edições do Fórum Social Mundial, uma nova onda de organizações de movimento social que adotam a governança democrática emergiu, incluindo o ambientalismo, os movimentos queer e LGBTQIAPN+, o movimento pelos direitos civis, o feminismo, o movimento de economia social e solidária. Esses movimentos apresentaram diversas configurações e práticas que permitiram uma experimentação democrática criativa, mesclando abordagens participativas e deliberativas com abordagens diretas e representativas, apresentando resultados mais ou menos efetivos em termos táticos e estratégicos.

Nesse sentido, ganharam relevo o estudo de práticas de participação e deliberação a partir das organizações e ações dos movimentos sociais, enfatizando os processos de tomada de decisão por consenso e deliberação, a democracia interna como prefiguração e identidade política, horizontalidade, organização coletiva, a busca por alternativas fora de instituições, além de inspirar inovações democráticas na gestão de bens e serviços, organizações da sociedade civil, e ainda, nos processos em rede e fóruns (della Porta, 2013; Leach, 2009; Bosi & Zamponi, 2015). Assim, os estudiosos podem aprender muito estudando movimentos sociais que trabalham para democratizar suas próprias práticas, nomeadamente, o modelo de governança das organizações de movimento social.

Enquanto a democracia representativa tornou-se cada vez mais afetada por uma profunda crise de legitimidade, as concepções de democracia direta (re) emergiram como mais aptas a organizar cidadãos altamente críticos. Embora ainda não tenha surgido uma solução satisfatória para abordar os principais dilemas organizacionais - entre outros, participação versus eficácia, igualdade versus especialização, e assim por diante - desenvolvem-se experimentos, inovando os velhos e insatisfeitos modelos (della Porta, 2013).

Compreender as ideologias políticas, a distribuição do poder e as maneiras de tomar decisões em OMS, bem como os fatores que condicionam a capacidade para sustentar formas mais igualitárias de democracia é crucial, não apenas para identificar a diversidade de modelos ou determinar quais práticas podem ser viáveis, mas também para descobrir qual o impacto que eles podem ter sobre a cultura política mais ampla (Leach, 2009). Para compreender a governança democrática das OMS, é relevante identificar e explicar aspectos relacionados à transparência, igualdade, inclusão, consenso, argumentação, orientação para o bem comum e a transformação de preferências (della Porta, 2014).

1.2. Quatro perspectivas de governança democrática participativa

Embora a noção de governança tenha sido conceituada de várias maneiras, com perspectivas políticas inclusive conflitantes (Annahar et al., 2023), o debate sobre governança é significativamente amplo, com abordagens que enfatizam aspectos como participação (Kumar, 2010; Balassiano & Maldonado, 2014), acessibilidade (Thompson et al., 2014; Guimarães et al., 2016), poder (Steenbergen, 2016), estrutura de governança (Hendriks, 2010), empoderamento (Avritzer, 2009), accountability (Ahmed, 2017), justiça (Hoque, 2017), colaboração (Francis et al., 2020), capacidade institucional (Ziervogel, 2019) e tomada de decisão (Liyanage, 2017).

Nesta tese, aborda-se a noção de governança pelo prisma dos movimentos sociais, grupos e comunidades de base numa perspectiva de baixo para cima, em que os atores envolvidos possuem condições objetivas de vocalizar suas preferências e interesses em espaços e processos de tomada de decisão, tanto em ambientes organizacionais, como em ações coletivas, perspectiva que é apresentada em diversos estudos (Turnbull, 1995; Ostrom, 2009a, 2009b; Pirson & Turnbull, 2011; Andrée et al., 2019; Barkin, 2022; Turnbull, Stoianoff, & Poelina, 2023).

A noção de autogovernança policêntrica fornece uma perspectiva ampla que embasa as questões envolvendo o conceito de governança democrática empregado nesta tese.

Compreende-se que a autogovernança policêntrica pode promover a participação inclusiva de diferentes atores locais, possibilitando a vocalização e agregação dos interesses dos atores da base das organizações e movimentos, conforme a perspectiva de monitoramento de Ostrom (2009b).

Assim, a autogovernança policêntrica constitui um processo que procura cocriar princípios, acordos e regras para a governança de organizações, redes e recursos. Esse conjunto de regras criadas coletivamente fornece a sustentação e infraestrutura democrática para a governança, possibilitando que os indivíduos envolvidos em processos de ação coletiva criem condições viáveis para o funcionamento de sistemas sociopolíticos auto-organizados (Ostrom, Walker & Gardner, 1992; McGinnis & Ostrom, 1996).

De acordo com della Porta (2013), a governança e os procedimentos internos de decisão foram analisados em pesquisas sobre os movimentos sociais, sendo inicialmente conceituadas de duas maneiras. Em primeiro lugar, encontram-se as pesquisas que destacam o caráter instrumental das organizações dos movimentos sociais, que está no cerne da abordagem de mobilização de recursos, em que a tomada de decisão dentro da organização tende a ser analisada em termos de alocação eficiente de recursos sob restrições ambientais (Mueller, 1992; McCarthy & Zald, 1977; Armani, 2008).

Nessa abordagem, os movimentos sociais se formam, se organizam e buscam atingir seus objetivos por meio da alocação eficiente de recursos disponíveis, sejam eles materiais, humanos, sociais ou políticos. Desse modo, a escolha por processos de tomada de decisão democráticos pode variar conforme critérios de maximização do uso dos recursos disponíveis para aumentar a eficácia do movimento. Assim, questões como financiamento, apoio da comunidade, participação de membros, habilidades específicas, serão definidoras para a forma organizacional e os critérios empregados para tomar decisões estratégicas.

Em segundo lugar, a atenção à democracia dentro dos movimentos sociais aumentou, no entanto, com a virada de estudos voltados à teoria do processo político (McAdam, Tarrow & Tilly, 2001) e à teoria dos novos movimentos sociais (Tilly, 1975; McAdam, McCarthy & Zald, 1996). Essa perspectiva não implicou uma negação do papel instrumental que os movimentos sociais desempenham na política, nem a importância da eficiência na escolha de forma organizacional ou das estratégias de protesto. No entanto, abriu o caminho para considerar a dimensão prefigurativa subjacente à governança como forma de ação política dos movimentos sociais, oferecendo instrumentos conceituais para um novo olhar sobre as visões da democracia dentro e fora deles, na medida em que se passou a abordar as dimensões participativas e deliberativas no ambiente interno (della Porta, 2013).

Assim, muitos movimentos sociais foram vistos como fontes de identidade para seus membros, em que as suas organizações são consideradas arenas de conversação política, caracterizadas por temáticas específicas (Eliasoph, 1998).

No entanto, movimentos sociais comprometidos com a governança democrática têm sido frequentemente mal interpretados, sendo considerados inconsequentes e ineficientes. Eles tendem a ser retratados como casos anômalos sem que seja oferecida uma explicação teórica alternativa (Melucci, 1989).

Por exemplo, estudiosos que trabalham com a teoria da mobilização de recursos tendem a supor que os atores racionais adotariam uma estrutura burocrática para maximizar a eficiência, implicando que as organizações do movimento social que não são organizadas burocraticamente carecem de recursos ou habilidades para fazê-lo (Jenkins, 1983).

Essa tendência de ver as organizações do movimento social não burocráticas como desorganizadas, ao invés de organizadas de maneira diferente, as torna analiticamente invisíveis e mascara a possibilidade de que os ativistas rejeitem intencionalmente a organização burocrática com base em uma crítica política e ideológica (Klandermans & Tarrow, 1988; Koopmans, 1997; Leach, 2009).

Por outro lado, a escola da teoria dos novos movimentos sociais (TNMS) e uma parcela da escola da teoria do processo político (TPP) observaram o uso crescente de formas organizacionais democráticas como características de muitos movimentos sociais do pós-guerra (Cohen, 1985; Kitschelt, 1985; Offe, 1985; Rucht, 1990).

Para além dessa divisão preliminar, entre movimentos orientados estrategicamente e orientados ideologicamente, considera-se necessário explicar os estudos sobre a governança democrática em organizações dos movimentos sociais incluindo duas outras variações sobre a governança democrática. A primeira, diz respeito à ideia de governança democrática como prefiguração de um projeto político, e a segunda, diz respeito às formas organizacionais híbridas.

A primeira perspectiva, de acordo com Polletta (2002), é baseada em trabalhos de pesquisadores que investigaram o surgimento de organizações coletivistas durante a década de 1960. O impulso democrático participativo refletiu um repúdio juvenil da autoridade que estava em desacordo com as exigências de uma reforma política efetiva. Organizações democráticas participativas foram conceituadas como “expressivas” ou “redentoras” em contraste com suas contrapartes burocráticas “instrumentais” e “adversárias”, conforme observações de Breines (1989) e Polletta (2002), que compreendem a governança democrática participativa como animada por um impulso prefigurativo. Na medida em que as organizações dos movimentos

sociais adotam valores de igualdade radical, liberdade e comunidade, os ativistas buscam criar uma sociedade marcada por esses valores. Longe de ser antipolítica, a democracia participativa pode ser considerada como parte de um conjunto de ações que que transformar o que ser considerado como política, ou seja, como uma agenda que vai além da política institucional.

A segunda perspectiva destaca que diferentes estudos de caso mostraram que duas ou até três dessas dinâmicas frequentemente operam de forma concomitante em OMS. Além disso, demonstram que os grupos encontram benefícios estratégicos na organização democrática participativa e que eles o fazem em grupos que são significativamente diversos, de modo que lançam dúvidas sobre a inevitabilidade do fracasso da governança democrática participativa. No entanto, várias tendências transformaram as formas pelas quais os ativistas contemporâneos praticam a governança democrática, bem como os desafios que enfrentam. A tendência apresentada aqui é o crescimento de formas organizacionais híbridas.

Nas décadas de 1970 e 1980, muitas organizações de ativistas viram-se pressionadas a adotar estruturas organizacionais que combinam eficiência gerencial e intensa participação da base, visando fazer frente aos processos de interação com agências de financiamento. Os ativistas descobriram, no entanto, que podiam combinar formas organizacionais: capitalizando na capacidade da democracia participativa para promover a inovação tática, a capacidade de solidariedade e a burocracia, com a finalidade de maximizar a perícia (Matthews, 1994). Por exemplo, os grupos combinavam uma hierarquia de escritórios com consultas informais entre os níveis, dividiam as decisões entre aquelas que exigiam consenso e as que não exigiam, e assim por diante (Ferree & Martin, 1995). De fato, os estudiosos dizem que as organizações híbridas se tornaram a norma (Chen, 2009).

A partir de uma autoconcepção normativa, como uma arena pública inclusiva, o principal desafio organizacional dos movimentos sociais é visto na capacidade de abordar a tensão entre a necessidade de coordenação e o respeito à autonomia dos ativistas (della Porta, 2013).

Nesse contexto de organizações híbridas, há uma tendência de formalização de práticas democráticas participativas. Se a criação de formas organizacionais híbridas responde à tendência da democracia participativa em produzir ineficiências, a formalização de práticas democráticas participativas tem como objetivo combater as desigualdades que ela gera com frequência.

1.3. A pluralidade da governança democrática

O que diversos analistas de movimentos sociais têm observado nas últimas décadas é que muitos ativistas mantêm um compromisso contínuo com a democracia participativa como uma alternativa à burocracia e à hierarquia (Medearis, 2005; della Porta, 2005; Flesher Fominaya, 2007; Blee, 2012; Felicetti, 2016; Wigger, 2018; Flesher Fominaya & Feenstra, 2023; Silva Júnior, 2023). De fato, o surgimento dos movimentos de justiça global, altermundialismo e a formação de muitos dos movimentos reunidos pelo Fórum Social Mundial foram acompanhados por um renovado interesse em formas de governança democrática, desencadeando uma nova onda de práticas organizacionais participativas e deliberativas nos movimentos sociais.

Como demonstrado por Andretta & della Porta (2009) e della Porta (2009a, 2013), existem uma multiplicidade de formas que buscam concretizar o ideal contido na noção de governança democrática, representando um tipo de continuum democrático que varia entre visões horizontais e verticais da governança democrática. Os modelos "horizontais" favorecem redes e organizações de movimentos mais descentralizadas e flexíveis, com processos de tomada de decisão abertos, não hierárquicos e mais diretamente democráticos. Frequentemente, são autoconscientes ao prefigurar o tipo de sociedade que desejam criar. Quanto aos modelos "verticais", por outro lado, aceitam formas hierárquicas, institucionalidade, profissionalismo e estruturas representativas ou delegativas (Smith et al., 2007).

Outros estudos destacam que as controvérsias em torno da governança democrática para essa geração de movimentos sociais revelam uma imagem complexa e, ao mesmo tempo, sutil, apontando para uma ampla variedade de modelos de governança democrática. Como observado por Juris (2004, p. 257), "os espaços de convergência mais amplos, incluindo os fóruns sociais, envolvem um amálgama complexo de diversas formas organizacionais".

A pesquisa sobre os Fóruns Sociais Europeus identificou a presença de diferentes formas democráticas de tomada de decisão na Organização dos Movimentos Sociais (OMS), envolvendo diversos equilíbrios entre participação versus delegação de poder e deliberação versus voto majoritário na tomada de decisão (della Porta, 2009a, 2009b; Andretta & della Porta, 2009).

Dessa forma, ao atravessar esse quadro multidimensional, é possível sistematizar quatro modelos de governança democrática: a) o modelo de participação deliberativa, baseado na participação em assembleia aberta e decisão por consenso; b) o modelo assemblear, fundamentado na participação em assembleia aberta e decisão por votos da maioria; c) o modelo de representação deliberativa, apoiado na representação/delegação com decisão consensual; e d) o modelo associativo, que se fundamenta na representação/delegação e na

decisão por votos da maioria, conforme delineado nos trabalhos de della Porta (2009a, 2009b) e Andretta & della Porta (2009).

Consoante a pesquisa mencionada, o modelo associativo destaca-se como o mais característico e difundido entre as organizações formais de movimentos sociais mais antigos. Em contrapartida, os modelos participativos, como o assemblear e o de participação deliberativa, são preferidos pelos membros da base e notados com maior frequência em novas organizações de movimento social. Na referida pesquisa, o modelo associativo surge como predominante na estrutura formal das organizações dos movimentos sociais; no entanto, é relevante destacar a tomada de decisão consensual. Os modelos participativos, tanto assemblear quanto de participação deliberativa, são apresentados como preferenciais pelos membros (della Porta, 2009a, 2009b; Andretta & della Porta, 2009).

Della Porta (2009a, 2009b) e Andretta & della Porta (2009) enfatizam outros fatores no nível organizacional que explicam a disseminação do modelo associativo, como a idade organizacional, o tamanho da membresia e a disponibilidade de recursos materiais. Além disso, as posições normativas desempenham um papel ainda mais significativo, com as novas organizações do movimento social mais orientadas para a participação, enquanto aquelas fundamentadas no Global Justice Movement destacam os valores deliberativos (della Porta, 2009a).

Resultados consistentes surgem no nível individual a partir das pesquisas realizadas com os participantes do IV Fórum Social Europeu, indicando a predominância da importância das experiências passadas e presentes de socialização política. Membros de partidos e grandes ONGs tendem a apresentar níveis mais baixos de participação, enquanto os pertencentes às organizações informais de movimentos sociais defendem uma visão mais participativa e consensual da democracia. Entretanto, as concepções de consenso e participação são generalizadas entre todos os tipos de ideologias organizacionais (della Porta, 2009a, 2009b; Andretta & della Porta, 2009).

O complexo desenvolvimento da adoção e adaptação da governança democrática na organização dos movimentos sociais é cuidadosamente analisado por della Porta e Mattoni (2012) em uma perspectiva de difusão. Nessa abordagem, os movimentos sociais transferem e adaptam repertórios organizacionais com uma perspectiva democrática, tendo como ponto de partida o Movimento de Justiça Global, o Fórum Social Mundial e os protestos anti-austeridade. Em diferentes momentos e contextos de contenção ou de integração, os membros de um movimento desenvolvem suas concepções de democracia, introduzindo inovações que, então, viajam entre diferentes organizações e de uma geração de movimento para outra.

Processos de aprendizagem e adaptação contextual são os principais processos nesse desenvolvimento.

As autoras sustentam a argumentação de que a prática democrática coletivista encontra fundamentos em uma profunda contradição no cerne da ideologia do movimento, caracterizada pela tensão entre compreensões oposicionistas e coletivistas do conceito de autonomia. Para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno da governança democrática, elas desenvolvem um modelo explicativo. Esse modelo será adotado neste trabalho como uma grade analítica, permitindo a explicação da variação de modelos de governança democrática nas organizações de movimentos sociais.

Dentro dessa perspectiva, esta tese agrega os modelos sistematizados nas pesquisas de della Porta (2009a, 2009b), Andretta & della Porta (2009) e della Porta e Mattoni (2012) como critérios para a operacionalização conceitual da governança democrática. Esses modelos são utilizados como base para explicar os resultados nas organizações dos movimentos sociais, especificamente nos bancos comunitários no Brasil e nos bancos éticos na Espanha, conforme detalhado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1. Caracterização da governança democrática

Modelos de Governança Democrática		Decisão	
Forma	Horizontal	Consenso	Voto
		Participação	Assemblear
	Vertical	Representação	Associativo
		Deliberativa	

Fonte: Autor

Ademais, com base na teoria da democracia de base participativa e deliberativa, busca-se aprofundar no paradigma da governança democrática ao destacar os princípios e valores que orientam formas e processos organizacionais da tomada de decisão em organizações dos movimentos sociais, conforme delineado no trabalho de della Porta (2009a, 2009b) e Andretta & della Porta (2009).

Pode-se assim considerar os aspectos, tais como o conhecimento e a transformação de preferências (Dryzek, 2002) e a orientação para o bem comum (Cohen, 1989; Ostrom, 1990), além da argumentação racional (Habermas, 2012), consenso (Dryzek, 2002, 2012) e os princípios de igualdade, inclusão e transparência (Cohen, 1989).

1.3.1. Conhecimento, Transformação de Preferências e o Comum

Os movimentos sociais orientados por modelos de governança democrática não apenas funcionam como espaços de mobilização e contestação, mas também como ambientes propícios para a troca de informações, aprendizado mútuo, socialização e construção de conhecimento. Nestes processos, a identidade, valores e emoções adquirem uma atenção destacada na formação do que é comum (Goodwin, Jasper & Polletta, 2001; Jasper & Duyvendak, 2015; McGarry et al., 2016). Pragmaticamente, um discurso sobre a gestão dos comuns emerge no âmbito da governança das organizações dos movimentos sociais (della Porta, 2023).

Nos processos de compartilhamento de conhecimento dentro das organizações de movimentos sociais progressistas, são construídas perspectivas alternativas sobre diversas temáticas, como globalização, capitalismo e democracia (Leach & Scoones, 2007). Essa troca de conhecimentos ocorre principalmente entre os ativistas, facilitada pelos ambientes associativos que frequentam. Dessa forma, as preferências individuais são moldadas coletivamente, e esse conhecimento é disseminado entre os cidadãos, visando o bem comum e a construção de uma comunidade de interesses (Dryzek, 2002, 2012; della Porta & Pavan, 2017).

Nesse sentido, é possível considerar que o conhecimento está inserido nesse contexto específico, enfatizando tanto a razão quanto o conhecimento pessoal dos ativistas e as experiências interacionistas geradas nos processos de mobilização e participação. Ambos os mecanismos, cognitivos e afetivos, estão integrados em redes de relações formadas nas experiências movimentalistas de natureza democrática. Portanto, compreende-se que as organizações de movimentos governadas democraticamente desempenham funções políticas expressivas e antecipatórias tanto em termos individuais quanto coletivos.

Em contraste com os movimentos que adotam abordagens organizacionais burocráticas, a governança democrática tornou-se sinônimo de identidade para diversos movimentos. Além de prever uma sociedade diferente, imaginada pelos ativistas, a abordagem organizacional desses movimentos, conforme observado por Razsa e Kurnik (2012), desempenha um papel crucial na criação de futuros emergentes e alternativos, através do que denominaram de "política de se tornar".

No movimento Occupy, estudado pelos autores, ficou evidenciado que diversas minorias transformaram suas visões (preferências) por meio dos processos de trocas de conhecimento proporcionados pelas atividades participativas e deliberativas vivenciadas no

movimento. Conforme adiciona Juris (2013), os espaços ocupados pela onda Occupy foram vistos como arenas de interação que possibilitaram a formação de preferências e percepções, além de comunidades alternativas capazes de gerar laços de solidariedade entre os participantes na construção do comum (Villamayor-Tomas & García-López, 2018).

1.3.2. Argumentação e consenso

O Movimento da Justiça Global (GJM) desempenhou um papel crucial na promoção de práticas de governança democrática baseadas no método de decisão consensual. Embora métodos consensuais tenham sido adotados por diversas organizações de movimento social em seus processos de tomada de decisão, é essencial notar que a operacionalização do consenso variou consideravelmente. Em alguns casos, o consenso foi adotado pragmaticamente para alcançar acordos, enquanto em outros, houve uma ambição mais elevada de criar uma verdadeira comunidade (Mansbridge, 2003; della Porta, 2009b).

Conforme indicado por della Porta (2009b), a adoção do consenso difere entre movimentos, sendo empregado em conselhos de representantes ou delegados por alguns e em assembleias abertas, envolvendo um amplo número de participantes, por outros. O objetivo subjacente é construir acordos entre visões diversas por meio da troca de argumentos, mas também pela mobilização das emoções dos participantes (Polletta & Hoban, 2016; Leach, 2016).

Métodos consensuais foram desenvolvidos de maneira semelhante no movimento Occupy nos Estados Unidos, nas praças ocupadas pelo 15-M, na Espanha, e em organizações do movimento de economia social e solidária na América Latina. Um processo de tomada de decisão consensual e horizontal é forjado com base na formação contínua de pequenos grupos, que posteriormente se reúnem em uma escala mais ampla. Nas palavras de David Graeber, "o processo em direção ao pensamento criativo é realmente a essência da coisa" (Graeber, 201: 23).

A deliberação por consenso é vista não apenas como um instrumento para evitar a burocratização, mas também como uma maneira de impedir que as assembleias se tornem meramente protocolares, carentes de significado e para evitar a polarização. Desse modo, busca-se construir uma comunidade de intenção. O consenso é, assim, dotado de um significado profundo, capaz de desenvolver uma visão coletiva, que transcende a mera soma das ideias individuais (Graeber, 2013).

Assim, no consenso e na construção das soluções deliberativas, todos podem obter vantagem, não havendo êxito de uma parte em detrimento da outra, como ocorre em qualquer sistema baseado pelo voto. Portanto, por um lado, elimina-se a frustração e os sentimentos contrários associados à perda, que podem se manifestar em hostilidade em relação aos outros membros do grupo, divisões e polarização. Por outro lado, todos têm a percepção de ter contribuído para o resultado da solução.

1.3.3. Igualdade, Inclusão e Transparência na Governança Democrática dos Movimentos Sociais

Igualdade, inclusão e transparência são valores fundamentais na governança democrática de diversas organizações de movimentos sociais, embora com nuances importantes. Desde atividades realizadas em espaços ao ar livre, fortalecendo a natureza pública e transparente do processo, até assembleias, acesso à informação e espaços de debate entre os membros, são características que destacam a importância da inclusividade e igualdade nos processos decisórios e nas arenas de encontro de ativistas (della Porta, 2014).

Pateman (1992) sugere que a participação, como uma perspectiva de igualdade e inclusão, possui um caráter educativo e integrador, no qual indivíduos e organizações não podem ser considerados isoladamente. É nos domínios das organizações presentes na vida social que ocorre o "treinamento social", onde os sujeitos aprendem valores e comportamentos relacionados à política da vida coletiva.

O Fórum Social Mundial, por exemplo, tem sido caracterizado como um mercado para causas e uma feira de ideias para a troca de informações, ideias e experiências horizontais (della Porta, 2005).

Diferentes atividades convergem para proporcionar espaços de encontro para ativistas e membros de organizações de movimento social, estabelecendo as bases para uma compreensão mútua sobre diversos assuntos. As arenas de conversação e debate visam ampliar a conscientização sobre as preocupações e crenças de cada membro da organização, numa perspectiva de arenas inclusivas e de convergência de conhecimentos e informações.

Embora as organizações de movimentos sociais de base democrática enfrentem desafios para garantir transparência e diversidade nos processos internos, esses aspectos são princípios cruciais de adequação democrática à dinâmica dos movimentos. Em muitas ocasiões, as concepções participativas e deliberativas confrontam-se com versões representativas e

profissionais, levando os ativistas a exigirem, em alguns casos, democracia direta em vez de delegada (della Porta & Mattoni, 2012).

Dessa forma, a inclusividade dos modelos de assembleias abertas desempenha um papel crucial na tomada de decisão, possibilitando a criação de planos gerais que incluem criativamente as controvérsias presentes na base das organizações, permitindo o gerenciamento das ações sob bases democráticas através de um mecanismo transparente e horizontal entre os membros (della Porta & Doerr, 2018).

1.4. Adoção e Aprendizagem da Governança Democrática

Aqueles que participam de movimentos sociais que adotam práticas democráticas não apenas dirigem críticas à democracia representativa existente, mas também experimentam diferentes modelos de democracia inspirados em abordagens participativas e deliberativas dos movimentos sociais (Fung & Wright, 2001; Fung, 2003). Por um lado, essas experiências são fundamentadas nos processos de aprendizado de movimentos sociais anteriores; por outro lado, representam inovações desenvolvidas pelos ativistas à medida que desafiam as estruturas de dominação internas e externas, buscando superar as fragilidades de suas experiências organizacionais (Polletta, 2019).

Em muitos movimentos sociais progressistas, como o movimento de economia social e solidária, a forma organizacional representa um significativo experimento democrático, adotado e adaptado de um contexto para outro, de uma geração de movimento para outra, por meio de processos sucessivos de interação (Laville & Nyssens, 2000; Polletta, 2002; Haug, 2013).

O discurso dos ativistas sobre a governança democrática é frequentemente articulado e complexo, denotando críticas à qualidade das democracias liberais. No entanto, desenvolvem propostas inspiradas e aprendidas em iniciativas democráticas que vão além das perspectivas representativas. As concepções de democracia na base dos movimentos constituem arenas públicas de caráter igualitário e inclusivo (Cefaï, 2005; Haug, 2013), ressoando visões participativas e concepções deliberativas que enfatizam a criação de múltiplos espaços públicos, igualitários e plurais (della Porta & Mattoni, 2014; Juris, 2013), constituindo ambientes nos quais valores e práticas são aprendidos e transferidos entre ativistas e organizações de movimentos sociais.

Entende-se que essa concepção de governança democrática é, em parte, o produto dos processos de aprendizagem da longa trajetória da experiência dos movimentos sociais. No

entanto, também reflete a adaptação a um contexto caracterizado por interações com diversos atores, ambientes e recursos, refletindo tanto a construção de relações de aproximação quanto de diferenciação (Polletta, 2002). Além disso, para della Porta (2007) e Smith et al. (2007), as ideias e práticas de participação e consenso são adaptações de erros que foram cometidos pelos próprios movimentos, além de serem formas de atenderem às necessidades políticas e econômicas.

Além das estruturas sociais, as preferências normativas também afetam a escolha de formas organizacionais. Como observou Clemens (1996) que um modelo organizacional é adotado pela confiança em sua eficiência, no entanto essa adoção também envolve relações organizacionais familiares, incentivos simbólicos e congruência com as práticas sociais dos ativistas.

Como exemplo, na pesquisa sobre o ambiente do Fórum Social Europeu (FSE), tem sido demonstrado como um espaço no qual várias concepções de democracia aberta e inclusiva emergiram, foram desenvolvidas e difundidas entre diversas organizações, mas também ampliaram as clivagens entre concepções "vertical" e "horizontal" da democracia (Andretta & della Porta, 2009).

Assim, uma nova vaga de OMS foi liderada por uma nova geração de ativistas que impulsionaram novas ideias baseadas nas fórmulas organizacionais de movimentos anteriores, mas que também foram além do processo de governança burocrática (Zamponi, 2012).

Nessas experiências ocorre uma espécie de processo de aprendizagem contínua entre as organizações dos movimentos sociais, com autocrítica e adaptação em rápida mudança às condições de mobilização, conhecimento/recursos compartilhados e modelos organizacionais (Nez, 2012; della Porta, 2015).

Aprender com movimentos anteriores não significa, no entanto, um mimetismo, mas implica refletir sobre seus erros, o que deve ser aceito e o que deve ser criticado e transformado.

1.5. Os desafios e fragilidades da governança democrática

Existem diversas perspectivas que demonstram que a governança democrática de base participativa e deliberativa apresenta um conjunto de desafios e fragilidades que merecem atenção tanto do ponto de vista conceitual quanto empírico. A primeira compreende as experiências de governança como frágeis, na medida em que possuem grande potencial de conflito devido às disputas internas inerentes ao próprio modelo. A segunda perspectiva destaca a inevitável tendência ao desenvolvimento de estruturas oligárquicas devido às desigualdades

existentes nas organizações. A terceira aborda, por sua vez, que a viabilidade da governança democrática se sustenta apenas quando os interesses dos membros são congruentes.

O primeiro ponto de vista dos analistas de movimentos sociais percebe as experiências de governança democrática como frágeis, com elevado potencial de implosão organizacional devido a disputas internas sobre a estrutura organizacional. A explicação predominante para essa fragilidade reside na ineficiência do modelo (Breines, 1989; Polletta, 2002). A governança democrática baseada na participação e deliberação, embora inclusiva, torna os processos lentos e desgastantes, a coordenação é instável devido à descentralização e a baixa divisão do trabalho sacrifica os benefícios da especialização. Essas ineficiências são gerenciáveis em organizações pequenas ou com impacto político limitado; no entanto, à medida que grupos participativos e deliberativos crescem em tamanho ou estatura política, enfrentam novas demandas por coordenação e financiamento, tornando essas ineficiências incompatíveis com seus objetivos. Assim, a perspectiva sugere que esses grupos tendem a se burocratizar ou entrar em colapso.

A segunda perspectiva sugere que a degeneração dos movimentos democráticos está associada à incapacidade do grupo em viver de forma igualitária. Segundo essa visão, a vulnerabilidade da governança democrática é a desigualdade das formas organizacionais (Breines, 1980; Clemens & Minkoff, 2004; Leach, 2005). Michels (1958) sustentava que as organizações democráticas inevitavelmente desenvolvem estruturas oligárquicas, uma vez que as pessoas que ocupam posições baseadas em suas especialidades tendem a desenvolver uma forma de agência voltada para a manutenção de suas posições – a lei de ferro da oligarquia. Os ativistas participativos e deliberativos rejeitam esses imperativos e privilegiam a inclusão em detrimento da especialização (Diefenbach, 2019). Isso implica apenas que as hierarquias são informais, argumentam os estudiosos nesse sentido. O resultado é o que Freeman (1973) chama de “tirania da ausência de estrutura”, na qual a eliminação de estruturas formais de autoridade apenas facilita a livre circulação de grupos de poder informais. Quando membros excluídos da tomada de decisões reivindicam sua inclusão, pode-se esperar a ocorrência de uma crise organizacional, especialmente quando a organização não possui mecanismos para resolução de conflitos e responsabilização dos líderes.

A terceira perspectiva sustenta que, enquanto os interesses dos membros são congruentes – característica de grupos homogêneos, é improvável que eles se oponham às disparidades da influência informal, mas quando os interesses dos membros entram em conflito, a governança democrática não oferece meios adequados para arbitrar esse tipo de conflito (Mansbridge, 2003). Nessas situações, se as minorias não são coagidas a aderir aos

interesses da maioria, presume-se que ocorre um impasse, seguido de uma crise organizacional (Leach, 2016).

1.6. Desenho de Pesquisa

A literatura tem explicado de forma limitada porque as organizações de movimentos sociais adotam formas de governança democrática. A proposta central desta tese é que a governança democrática é resultado de um processo de interação com atores, arenas e recursos e não uma escolha normativa baseada apenas em estratégia ou ideologia. A governança democrática depende das relações de influência de movimentos e redes de organizações que transmitem ideias e práticas, do uso de recursos que podem mobilizar ou não os membros, do tipo de interação com políticas públicas e atores estatais que autorizam ou constroem determinadas práticas, além das preferências políticas que podem ampliar ou retrain a performance participativa e deliberativa das ações e organizações de movimentos sociais.

Assim, o argumento desta tese desafia a suposição simplificada de que os bancos comunitários e bancos éticos adotam a governança democrática de forma homogênea e normativa, sem questionar-se sobre sua variação e suas causas explicativas. A governança democrática nos bancos comunitários e bancos éticos pode variar significativamente conforme a configuração dos processos de constituição e desenvolvimento de cada experiência, produzindo um resultado de governança em um continuum democrático que varia entre visões horizontais e verticais, ou entre modelos mais participativos versus delegativos, e deliberativos versus majoritários. Portanto, não se trata meramente de criar definições democráticas e não democráticas entre os movimentos sociais, muito menos de utilizar princípios e doutrinas autorrealizáveis e atemporais, mas sim de reconhecer as conexões entre os princípios e as experiências ao longo do tempo e o enraizamento em cada contexto.

Com base na revisão de literatura, foi elaborado um construto conceitual de seis condições para examinar como diferentes fatores podem exercer influência no resultado da governança democrática no contexto dos bancos comunitários e bancos éticos.

Na seção a seguir, são explicadas as condições que podem influenciar o resultado da governança democrática em organizações de movimentos sociais. Especificamente, pretende-se apresentar os fatores selecionados que podem ser considerados como explicativos da adoção da governança democrática em bancos comunitários no Brasil e na Espanha. Dessa forma, cada condição é conceitualmente explicada e operacionalizada com o objetivo de detalhar a estrutura conceitual subjacente às condições e ao resultado.

São definidas seis hipóteses com o objetivo de compreender a configuração causal que representa a interação entre o resultado de interesse e as condições que podem explicá-lo.

A primeira hipótese aborda a influência dos movimentos sociais, particularmente o movimento de economia social e solidária, sobre as organizações de finanças solidárias - bancos comunitários e bancos éticos. Essa influência é caracterizada por um efeito de transbordamento no qual os movimentos sociais afetam uns aos outros tanto diretamente quanto indiretamente, influenciando ideologias, estruturas, táticas, membros, estrutura organizacional e oportunidades culturais ou políticas disponíveis (Whittier, 2024).

De acordo com Andretta e della Porta (2009), della Porta (2009a e 2009b), Dacheux e Laville (2003), os movimentos sociais, por meio de práticas aprendidas, promovem a adoção de métodos participativos e deliberativos em processos de tomada de decisão, assim como a construção de princípios e regras de governança democrática, que podem variar consideravelmente entre diferentes organizações e ações de movimentos sociais. Portanto, observa-se que a governança democrática de muitos movimentos sociais é adotada com base em princípios aprendidos de outras organizações, como demonstrado em organizações de economia social e solidária e outras formas de ação coletiva (Bollier & Helfrich, 2012; Fournier, 2013; De Angelis & Harvie, 2013), incluindo os bancos comunitários e bancos éticos (Leal, 2013).

A pesquisa de Polletta (2002) também enfatizou os processos de interação simbólica como o mecanismo subjacente pelo qual os movimentos sociais adotam ou rejeitam formas de governança democrática, como aspecto da identidade organizacional, como demonstrado nas relações entre o SNCC e a SDS.

Por exemplo, nos bancos comunitários e bancos éticos, os ambientes de participação e deliberação, como assembleias, comitês, plenárias e outras estruturas de decisão coletiva, representam os habituais "espaços de decisão democrática", herdados de movimentos sociais progressistas, como muitos daqueles presentes nos Fóruns Sociais Mundiais e no Movimento de Justiça Global. Destaca-se o movimento de economia social e solidária, que apresenta a governança democrática como um elemento fundamental de sua lógica política e organizacional. Essas estruturas refletem a lógica horizontal dentro da arquitetura organizacional (Juris, 2013), ao mesmo tempo em que representam um espaço inclusivo para a tomada de decisões (della Porta, 2005).

Assim, argumenta-se que a interação dos bancos comunitários e bancos éticos, com movimentos sociais, como o de economia social e solidária, podem constituir uma condição explicativa para a adoção da governança democrática por essas organizações.

Hipótese 1 - Quando as organizações de finanças solidárias têm vínculos mais fortes com os movimentos sociais progressistas, maior é a influência no modelo de governança democrática.

A Tabela 2 abaixo, apresenta a operacionalização do conceito de influência dos movimentos sociais. As medidas da condição proporcionam uma estrutura para entender e mensurar o grau de influência dos movimentos sociais sobre os bancos comunitários e bancos éticos para produzir o resultado da governança democrática.

Tabela 2 – Conceito operacional influência de movimentos sociais

Condição	Medidas
Influência de movimentos sociais	Modelo de governança aprendido e influenciado
	Modelo de governança similar e adaptado
	Modelo de governança com influência parcial e superficial
	Modelo de governança próprio e sem influência

Fonte: Autor

O argumento da segunda hipótese reside na compreensão de que as arenas públicas, como redes e fóruns, exercem influência nas práticas organizacionais de governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos. Esses ambientes são caracterizados por atores e organizações com características mais homogêneas, representado redes e fóruns de segundo nível dos próprios bancos comunitários e bancos éticos em seus respectivos contextos. Nestas arenas, são estabelecidos acordos estratégicos e operacionais que operam como incentivos para adoção de princípios, metodologias e práticas, incluindo a governança democrática.

As arenas públicas são espaços sociais onde ocorrem interações e debates públicos sobre questões políticas, sociais e culturais, permitindo aos atores sociais negociar significados, identidades e práticas. Elas podem assumir diferentes formas, intensidades e níveis de participação e deliberação. Esses espaços contribuem para influenciar a formação da opinião pública, estruturas organizacionais, construção de consenso e emergência de mudanças sociais (Cefaï, 2022).

Autores como Jasper e Duyvendak (2015) argumentam que as interações entre atores que ocorrem em arenas físicas ou virtuais incentivam a adoção de estratégias pelos atores,

moldando as suas preferências e resultados. Ademais, as arenas públicas oferecem novas possibilidades para construir a legitimidade dos atores, redistribuir recursos e poder, e forjar novos ambientes, organizações, lógicas de governança, tecnologias e políticas (Cefaï, 2022).

Assim, compreender essas interações e as características das arenas é fundamental para entender não apenas a ação e estrutura dos movimentos sociais, mas também os resultados do relacionamento entre os atores no contexto das arenas. Além disso, é importante entender como as arenas se caracterizam como um espaço de socialização para a identidade e forma de governança dos movimentos e suas organizações. Ao analisar as interações que ocorrem nas arenas, é possível entender como os movimentos sociais moldam suas estratégias, construindo consensos, negociando significados e estabelecendo normas de conduta. Dessa forma, as arenas não são apenas locais de debate e deliberação, mas também são cruciais para a construção e manutenção da coesão e identidade dos movimentos sociais, influenciando diretamente suas práticas de governança e sua capacidade de alcançar seus objetivos.

A partir dessa compreensão, pode-se considerar que as práticas democráticas na tomada de decisão em bancos comunitários e bancos éticos podem ser resultado da participação em redes e fóruns que estão vinculados, os quais criam estatutos e metodologias que fornecem incentivos às organizações para adotar hábitos, rotinas e condutas. Dessa forma, os papéis dessas arenas públicas funcionam como uma infraestrutura de movimento social, cumprindo funções que contribuem para uma integração estrutural e cultural dos grupos, organizações e redes, visando a elaboração de um quadro comum de significados (Gerhards & Rucht, 1992).

A estrutura das arenas sob formas de reuniões, encontros e assembleias nos movimentos sociais indicam o êxito do movimento, no sentido de que quando os espaços de participação e deliberação estão prosperando, constituem o lugar onde as organizações e redes do movimento social são (re) produzidas (Haug, 2013).

Para Haug (2013), uma arena é um cenário sociopolítico que evoca expectativas em relação à conduta apropriada, à existência de certos papéis, tomada de decisões, tipos de participantes, regras e definição da situação, entre outros aspectos da ordem de interação que os participantes potenciais podem esperar encontrar. Os participantes não simplesmente "encontram" uma arena, eles a constroem interativamente, e as expectativas dos participantes não são estáticas, mas continuamente negociadas e ajustadas às diferentes situações. Nesse sentido, as arenas constituem o que Fligstein e McAdam (2011, p.5) chamam de "unidades de governança" e "campos de ação estratégica".

Autores como Laville (2004), Laville et al. (2005) e Rigo e Cançado (2015) empregam a noção de espaços públicos de proximidade para situar as experiências comunitárias, como os

bancos comunitários e bancos éticos, como construtoras e difusoras de processos de auto-organização local, deliberação pública e governança participativa, por meio de ações coletivas reticulares que contribuem para a gestão de um bem comum.

A premissa é que a participação em arenas públicas projeta possibilidades de inclusão e aprendizado que podem favorecer a redistribuição de poder e recursos, bem como de ideias, valores, modelos organizacionais e rotinas de tomada de decisões que singularizam uma população organizacional ligada por redes e fóruns.

Hipótese 2 - Quando as organizações de finanças solidárias participam de arenas públicas (redes, fóruns, federações), há incentivos para adotar um modelo de governança democrática.

A Tabela 3 abaixo apresenta a operacionalização do conceito de participação em arenas públicas. As medidas da condição fornecem uma estrutura para entender e mensurar o grau de influência que a participação em arenas públicas exerce sobre os bancos comunitários e bancos éticos para produzir o resultado da governança democrática.

Tabela 3 – Conceito operacional da participação em arenas públicas

Condição	Medidas
Participação em arenas públicas	Incentivos explícitos e diretos
	Incentivos eventuais e contingentes
	Incentivos restritos e localizados
	Incentivos não percebidos ou não existente

Fonte: Autor

A terceira hipótese parte do princípio de design de governança dos bens comuns, conforme proposto por Ostrom (1990), especialmente no que se refere ao uso de recursos compartilhados, nomeadamente a influência que o uso compartilhado de recursos financeiros exerce sobre a governança de bancos comunitários e bancos éticos.

Os recursos financeiros desempenham um papel crucial na governança das organizações, especialmente quando são compartilhados e governados coletivamente. Isso pode ocorrer quando os recursos têm origem nas contribuições dos próprios membros da organização, ou ainda de fundos públicos e doações de terceiros. A governança democrática se torna essencial para garantir uma alocação justa e eficiente desses recursos (Nyssens & Petrella, 2015).

A concepção dos recursos financeiros como um bem comum destaca a importância de construir modelos de governança democrática que promovam o acesso equitativo a serviços financeiros. Isso ocorre por meio da construção coletiva de acordos e regras para o acesso e uso desses recursos, incluindo serviços de financiamento e moedas sociais (Leal & Santos Almeida, 2016; Hudon & Meyer, 2016; Périlleux & Nyssens, 2017; Leal, 2023).

Os membros das organizações de finanças solidárias contribuem com financiamento (poupanças) ou fornecem garantias, o que os envolve diretamente no processo de tomada de decisões e concessão de crédito. Há, portanto, claros incentivos financeiros para que os membros monitorem uns aos outros. A propriedade e o poder de decisão são igualmente distribuídos entre todos os membros, seguindo o princípio um membro, um voto.

Conforme apontado por Harvey (2010; 2012), o conceito de bens comuns refere-se a formas coletivas de organização da produção e distribuição de riqueza e valor, com o objetivo de contrapor as forças de mercado e a acumulação de capital. Pode ser entendido como um modo de produção e reprodução coletiva, representando uma alternativa ao controle exercido pelo mercado e pelo Estado (Federici, 2011; De Angelis, 2012).

Nesse contexto, Eynaud & Laville (2023) veem a governança democrática como uma busca pelo fortalecimento da democracia e humanização da economia, levando em conta o associativismo e as formas de autogoverno praticadas pela ação coletiva de cidadãos para gerir bens materiais e/ou imateriais por meio de acordos de governança democrática.

A governança democrática dos bens comuns implica que os recursos são geridos por meio de regras estabelecidas pelos próprios usuários. Esse tipo de propriedade e uso coletivo envolve mecanismos democráticos que permitem aos usuários governar coletivamente os recursos e as estruturas criadas para sua gestão, por meio da participação e deliberação (De Moor, 2011).

Essa abordagem política da governança democrática dos bens comuns contrasta com a racionalidade neoliberal, promovendo novas formas de organização governadas democraticamente (Laval & Dardot, 2014). Nesse sentido, a ação para a governança dos bens comuns representa um tipo de ação política que busca estabelecer bens e serviços em um regime de governança coletiva e uso compartilhado.

Por essas razões, Ostrom (1990) argumenta que a governança coletiva dos bens comuns é fundamental para uma democracia participativa, baseada no compromisso e na responsabilidade de cada indivíduo em relação aos interesses de longo prazo.

Os bens comuns podem ser a base da ação coletiva e da governança democrática, desde que haja recursos e serviços governados por atores que utilizem mecanismos participativos e

deliberativos para estabelecer acordos e regras de governança. Esse processo refere-se a um modelo de organização social em que os membros da comunidade coproduzem regras e compartilham a responsabilidade pela alocação de recursos compartilhados (Fournier, 2013).

Assim, fica evidente que o uso de recursos financeiros como bens comuns cria uma condição de interdependência entre os membros e a organização, demandando que a comunidade desenvolva conjuntamente regras para o uso e alocação desses recursos.

Hipótese 3 – Quando as organizações de finanças solidárias utilizam recursos financeiros de forma compartilhada, seu modelo de governança é mais democrático.

A Tabela 4 abaixo apresenta a operacionalização do conceito de uso de recursos financeiros compartilhados. As medidas fornecidas nesta condição oferecem uma estrutura para compreender e mensurar a influência do uso de recursos financeiros compartilhados sobre os bancos comunitários e bancos éticos, no que diz respeito à produção do resultado da governança democrática.

Tabela 4 – Conceito operacional do uso de recursos financeiros compartilhados

Condição	Medidas
Uso de recursos financeiros compartilhados	Decisão tomada em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples
	Decisão tomada por conselho com base na tomada de decisão consensual
	Decisão tomada por conselho com base na tomada por maioria simples
	Decisão tomada por membros especialistas sem a participação dos membros

Fonte: Autor

A quarta hipótese sugere que a governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos é influenciada pela intensidade de sua participação e interação com políticas públicas estatais. A premissa subjacente é que a interação dessas organizações com políticas públicas através de acordos, convênios, contratos e regulamentações, enfrentam uma série de exigências que podem moldar sua estrutura organizacional, levando à burocratização e profissionalização gerencial acompanhada de perdas de espaços de governança democrática.

Pode-se esperar pelo menos duas consequências. Primeiro, a transferência das decisões dos espaços participativos para a tomada de decisões por membros especialistas. Segundo, a criação de estruturas organizacionais híbridas que buscam conciliar as demandas burocráticas e profissionais decorrentes da interação com políticas públicas, com a necessidade de manter espaços de decisão coletiva e deliberativa exigidos pelos ativistas.

Os bancos comunitários e bancos éticos frequentemente se engajam em políticas públicas que visam apoiar e fomentar o setor da economia social e solidária. Isso ocorre através da operação de programas de financiamento e microcrédito, fundos de garantia, e, em alguns casos, estão sujeitos à regulação por parte das autoridades bancárias em seus respectivos contextos. Essa interação com políticas públicas pode resultar em mudanças significativas na governança democrática dessas organizações.

De acordo com Silva e Oliveira (2011), houve uma significativa mudança nas oportunidades de acesso à política institucional por parte das organizações de movimentos sociais. Os autores destacam três aspectos dessa mudança: a participação em novos espaços institucionais; o envolvimento na implementação de políticas públicas; o acesso a diversos recursos governamentais; e a ocupação de cargos no interior do aparato estatal. Isso resultou em um notável processo de integração em redes de políticas públicas em diferentes setores do Estado, afetando diretamente a vida organizacional dos movimentos sociais.

Nesse contexto, as organizações que estabelecem esse tipo de interação frequentemente precisam realizar ajustes organizacionais para lidar com os diversos desafios apresentados na relação entre os movimentos sociais e o Estado. Isso pode levar a variações na governança democrática, dependendo da intensidade da participação e da profissionalização nos processos e espaços de tomada de decisão.

Segundo Banaszak (2005), a intersecção entre Estado e movimentos sociais interfere no desenvolvimento, nas estratégias e nos resultados do movimento, afetando em diferentes graus de inclusão e exclusão institucional os processos de organização e atuação dos membros nas ações dos movimentos sociais.

Pesquisas sobre o Movimento de Justiça Global mostraram que quanto maior a preocupação com a democracia interna nas organizações de movimento social, menos preparadas essas organizações se sentem para interagir com o Estado, incluindo a cooperação em inovações democráticas (della Porta, 2009a, 2009b; Talpin, 2015).

Oliveira e Dowbor (2020) enfatizam que a interação entre movimentos sociais e o Estado gera efeitos contraditórios na concepção e implementação de projetos e experimentos dentro e fora das estruturas estatais, moldando tanto as organizações dos movimentos sociais

quanto as instituições políticas. Para esses autores, o movimento de economia solidária no Brasil exemplifica essa dinâmica.

No entanto, Lima (2021) observa que, apesar dos riscos e tensões inerentes à relação entre movimentos sociais e o Estado, como o risco de cooptação e institucionalização, que podem minar a credibilidade e a autonomia dos movimentos sociais como agentes de mudança. A autora sugere que o aprendizado de habilidades deliberativas e a experiência institucional podem permitir que os movimentos mantenham sua autonomia em relação ao Estado dentro dos espaços de formulação de políticas.

Assim, é possível compreender que a interação com políticas públicas estatais pode causar deslocamentos na governança democrática, com potencial para perda de espaços participativos e deliberativos. No entanto, as organizações podem contornar esse resultado, criando estratégias híbridas para atender às necessidades tanto tecnocráticas quanto democráticas.

Hipótese 4 – Quando as organizações de finanças solidárias participam de políticas públicas o seu modelo de governança é menos democrático.

A Tabela 5 abaixo apresenta a operacionalização do conceito de relação com políticas públicas estatais. As medidas fornecidas nesta condição oferecem uma estrutura para compreender e mensurar o impacto da relação com políticas públicas estatais sobre a governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos.

Tabela 5 – Conceito operacional de relação com políticas públicas estatais

Condição	Medidas
Relação com políticas públicas estatais	Por assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples
	Por conselho com base na tomada de decisão consensual
	Por conselho com base na tomada de decisão por maioria simples
	Por de membros especialistas sem a participação dos membros

Fonte: Autor

A quinta hipótese se relaciona com o impacto do consumo político sobre o modelo de governança das organizações de finanças solidárias. O consumo político de bens e serviços tornou-se um elemento significativo no repertório de ações de movimentos sociais, como a economia social e solidária, o ambientalismo, entre outros. Nestes movimentos sociais, há uma preocupação destacada com a origem, processo de produção, destino e descarte dos produtos e serviços, bem como a recusa em consumir produtos ou serviços que entrem em conflito com as preferências políticas de indivíduos, grupos, coletivos ou movimentos cidadãos. Frequentemente, essa estratégia está associada à promoção da ação coletiva e participação, envolvendo aprofundamento da participação política por meio de processos participativos e deliberativos em coletivos, partidos, movimentos, redes e fóruns.

Conforme destacado por Pleyers (2011, 2013), os movimentos com ênfase no consumo político têm como objetivo central a educação popular sobre o papel do consumo na sociedade, além de servirem como espaço de encontro e reflexão, inserindo os consumidores em movimentos ou tendências mais amplas que questionam o papel do consumo em massa nas sociedades.

Essas experiências refletem aspirações irreduzíveis de democracia econômica. Muitos atores envolvidos no movimento de consumo político compartilham o interesse em combinar propostas emergentes sobre o consumo com a implementação de abordagens participativas e deliberativas na atividade socioeconômica (Laville, 2010).

O consumo político e o ativismo de estilo de vida, conforme Lorenzini & Forno (2022) e Laamanen, Forno e Wahlen (2022), representam formas inovadoras de ação política no século XXI. Esses movimentos realizam assembleias de cidadãos, fóruns participativos e deliberativos, conselhos de políticas alimentares, além de reunir organizações alternativas que buscam transformar a sociedade de baixo para cima, constituindo uma via promissora para a renovação democrática.

O trabalho de Ostrom (1990) sugere que o tipo de consumo é fundamental para explicar a governança democrática, pois um dos princípios de design para governança dos comuns destaca a necessária congruência entre os bens comuns e seus usuários.

Como argumenta Micheletti (2009), o consumo político enfatiza a responsabilidade individual pelos bens comuns, reconhecendo o ato de consumir como parte fundamental do processo de produção e, portanto, conferindo-lhe um significado político implícito (se não explícito), especialmente no contexto da ação coletiva.

Essa explicação é orientada pela ideia de que o consumo político está relacionado a dois aspectos: a provisão de bens e serviços e o “consumo” da participação. Ou seja, o consumo

político não se limita a prover o abastecimento de bens e serviços politicamente orientados, mas também envolve algum tipo de governança sobre o bem ou serviço, participando de decisões em alguma etapa do processo de produção.

Conforme observado por Forno e Graziano (2014), muitos movimentos sociais contemporâneos começaram a atrair indivíduos em seu papel de consumidores e identificaram o "consumo político" como uma forma importante de ação por meio da qual podem alcançar mudanças sociais. Para alguns movimentos sociais, como o comércio justo e o veganismo, o ato de comprar não é simplesmente uma ação individual, mas sim socializada entre um grupo de pessoas, organizada de maneira democrática.

Ao promover uma visão política do consumo como um mecanismo de mobilização, diferentes autores enfatizam a solidariedade e o uso de formas alternativas de organização como meio para reintegrar o sistema econômico em relações sociais e alcançar maior justiça ambiental e social (Bossy, 2014; Graziano & Forno, 2012).

Forno e Graziano (2014) e Andretta e Guidi (2017) consideram que as organizações do movimento comunitário sustentável buscam ir além do mercado capitalista, incentivando relações diretas e contínuas entre produtores e consumidores, numa perspectiva de coprodução e estratégias e práticas baseadas em redes. Segundo della Porta (2007), tais características culturais têm origem na cultura política desenvolvida anteriormente pelo Movimento de Justiça Global. Essas organizações, a nível político, experimentam modelos inovadores de governança baseados em ações voluntárias e participação, encorajadas por uma diversificada gama de atores.

Desse modo, percebe-se que o consumo político de serviços financeiros solidários dos bancos comunitários e bancos éticos cumpre uma dupla funcionalidade: provisão de bens e serviços e “consumo” da participação. Assim, o consumo configura-se como parte fundamental do processo de tomada de decisão.

Hipótese 5 – Quando há um tipo de consumo político em organizações de finanças solidárias, maior é a influência no modelo de governança democrática.

A Tabela 6 abaixo apresenta a operacionalização do conceito de consumo político. As medidas fornecidas nesta condição oferecem uma estrutura para compreender e mensurar a influência do consumo político sobre o resultado da governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos.

Tabela 6 – Conceito operacional de consumo político

Condição	Medidas
Consumo Político	Participação direta na tomada de decisão
	Participação por meio de representantes (conselhos) na tomada de decisão
	Participação parcial ou eventual na tomada de decisão
	Não há participação na tomada de decisão

Fonte: Autor

A sexta hipótese postula que o uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) influencia a capacidade de ação coletiva e a criação de comunidade pelas organizações de movimentos sociais (Diani, 2000; Kahn & Kellner, 2004; Kelly Garrett, 2006; Gerbaudo, 2017).

Observa-se que muitas organizações de movimentos sociais cresceram em paralelo com a expansão e popularização das tecnologias digitais, como aplicativos de troca de mensagens e plataformas de encontros e trabalho virtual, amplamente utilizados em experiências de bancos comunitários e bancos éticos. Especialmente após a grande crise da pandemia de Covid-19, as tecnologias digitais tornaram-se cruciais para o funcionamento dessas experiências em ambos os contextos. Encontros, reuniões, avaliações e processos decisórios passaram a ser realizados por meio do uso dessas tecnologias, exigindo dos membros o desenvolvimento de habilidades para a realização de processos decisórios que mantivessem as exigências de participação e deliberação. No entanto, esse processo não ocorreu sem controvérsias.

O uso das tecnologias digitais no contexto dos movimentos sociais molda e afeta questões fundamentais sobre a prática da governança democrática (Bernholz, Landemore & Reich, 2021). Essas tecnologias desempenharam um papel proeminente na ação coletiva de eventos de protesto importantes, como a Primavera Árabe, o Movimento Black Lives Matter, o movimento #MeToo e a ação climática liderada por jovens na Europa, demonstrando o potencial das redes sociais nesse sentido.

Atualmente, está em andamento um amplo movimento cooperativo baseado no uso de plataformas digitais, que visa a transformação por meio da propriedade comunal, governança democrática e distribuição equitativa de valor (Scholz, 2016). No entanto, é essencial evitar tanto o utopismo digital quanto o distopismo, buscando entender as interações entre as

tecnologias digitais e os ideais democráticos (Bernholz, Landemore & Reich, 2021; Mikhaylovskaya, 2024).

Assim, Cohen et al., (2021) compreende que tecnologias digitais podem contribuir para práticas democráticas com o objetivo de se orientar por ideais democráticos. Nessa perspectiva, reside um enorme potencial para aproveitar, moldar e criar ferramentas digitais a serviço de aspirações democráticas, tais como ferramentas para deliberação online, financiamento coletivo, eleições online, plataformas de decisão remota, entre outras.

Os autores afirmam que a interseção entre valores democráticos e tecnologias digitais é crucial para imaginar e potencialmente desenvolver ferramentas que promovam a governança democrática. Este reconhecimento destaca a influência mútua entre tecnologia digital e democracia, destacando a necessidade de considerar não apenas como as tecnologias moldam a democracia, mas também como a democracia molda o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Embora as ferramentas digitais presentes em nossa sociedade não sejam inerentemente libertadoras ou destrutivas para a democracia, é fundamental reconhecer que a exploração democrática dessas tecnologias requer um compromisso ético, envolvimento político, design cuidadoso e expectativas realistas. A perspectiva otimista reside na construção de uma relação mais estreita entre participação ampla, discussão pública e tecnologia digital (Cohen et al., 2021).

Von Bülow (2018) destaca que o uso de ferramentas digitais pode acentuar assimetrias de poder dentro dos movimentos sociais, embora não seja determinístico, uma vez que os atores podem reagir de maneiras diversas e criar mecanismos para utilizar as tecnologias digitais na busca de interesses comuns.

Essas pesquisas demonstram o caráter não neutro das tecnologias digitais em relação à governança democrática no contexto dos movimentos sociais, com seu efeito sendo evidente nas dinâmicas internas e externas produzidas por movimentos sociais que utilizam tecnologias de informação e comunicação para mediar suas ações.

Hipótese 6 - Quando as organizações de finanças solidárias utilizam TICs para tomada de decisões, maior é a influência no modelo de governança democrática.

A Tabela 7 abaixo apresenta a operacionalização do conceito de tecnologias da informação e comunicação para a governança democrática. As medidas fornecidas nesta condição oferecem uma estrutura para compreender e mensurar a influência das tecnologias da informação e comunicação sobre os bancos comunitários e bancos éticos, no que diz respeito à produção do resultado da governança democrática.

Tabela 7 – Conceito operacional de tecnologias da informação e comunicação

Condição	Medidas
Tecnologias da Informação e Comunicação	Participação realizada por meio de TIC
	Participação por meio de TIC é contingencial
	Participação por meio de TIC apenas quando é inviável a presencial
	Não há participação por meio de TIC

Fonte: Autor

A hipótese geral desta tese sugere que essas condições combinadas explicam a adoção da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos, desenvolvendo formas de governança democrática no interior de suas organizações. A Tabela 8 abaixo sintetiza o modelo de análise conceitual desta tese.

Tabela 8 – Modelo de análise conceitual

Resultado	Caracterização	Medidas
GDEMP	Tipo de tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> - Assembleia aberta com decisão consensual ou maioria simples. - Conselho com decisão consensual. - Conselho com votos da maioria. - Por administradores especialistas sem a participação.
Condições	Caracterização	Medidas
INFL_MSA	Tipo de influência na governança	<ul style="list-style-type: none"> - Aprendido e influenciado - Similar e adaptado - Influência parcial e superficial - Próprio e sem influência
PART_AREPU	Tipo de inventivo na governança	<ul style="list-style-type: none"> - Explícitos e diretos - Eventuais e contingentes - Restritos e localizados - Não percebidos ou não existente
COMP_REC	Tipo de tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> - Assembleia aberta com decisão consensual ou maioria simples. - Conselho com decisão consensual - Conselho com votos da maioria

		- Por administradores especialistas sem participação
REL_POLP	Tipo de tomada de decisão	- Assembleia aberta com decisão consensual ou maioria simples - Conselho com decisão consensual - Conselho com votos da maioria - Por administradores especialistas sem participação
CON_POL	Tipo de tomada de decisão	- Participação direta - Participação por meio de representantes - Participação parcial ou eventual - Sem a participação
TIC_PART	Uso de TIC na tomada de decisão	- Uso de TIC - Uso contingencial - Uso por exigência - Sem uso

Fonte: Autor

Capítulo 2 - Bancos Comunitários e Bancos Éticos: perspectivas cruzadas entre o Brasil e a Espanha

O objetivo deste capítulo é contextualizar, definir conceitos e abordar as práticas relacionadas ao fenômeno dos bancos comunitários no Brasil e dos Bancos Éticos na Espanha. Além disso, busca-se evidenciar a conexão dessas experiências com a história das organizações mutualistas, associacionistas e cooperativistas do passado no campo das finanças. Para isso, resgata-se as experiências pioneiras e em seguida realiza-se uma análise crítica do campo das microfinanças contemporâneas, culminando na formulação de uma visão expandida dos bancos comunitários e bancos éticos, no contexto do movimento de economia social e solidária em geral e das finanças éticas e solidárias em particular.

Posteriormente, são apresentadas de maneira minuciosa as características, escopo e principais aspectos dos bancos comunitários e bancos éticos em seus respectivos contextos. Esse enfoque detalhado tem como propósito proporcionar uma compreensão abrangente dessas instituições, permitindo uma análise mais aprofundada e crítica deste estudo.

2.1. A herança comum das finanças solidárias

O desenvolvimento conceitual das finanças solidárias está em constante evolução, com suas raízes profundamente vinculadas à extensa história do movimento cooperativista financeiro. Destacam-se a origem e a longa história das organizações mutualistas, instituições financeiras cooperativas e o movimento de cooperativas de crédito, evidenciadas em casos como: os Países Baixos, que testemunharam a criação da primeira sociedade mútua de seguros em 1663; e, a França, onde a primeira "caisse de secours" foi estabelecida no século XVIII (Mendell & Nogales, 2011).

Além disso, a história das finanças solidárias está intrinsecamente ligada às experiências pioneiras do movimento de cooperativismo de crédito do século XIX, notadamente os modelos cooperativistas Schulze-Delitzsch, criado em 1840, e o modelo Raiffeisen de 1864, ambos originados na Alemanha, as quais também ficaram conhecidos como "Bancos do Povo". Luigi Luzzatti introduziu esses modelos na Itália em 1866, e Alphonse Desjardins inaugurou a primeira cooperativa no Canadá em 1901, no Québec. Essas iniciativas tornaram-se referências fundamentais para a disseminação das finanças cooperativas em diversos países (Cornée, Fattobene & Migliorelli, 2018; Singer, 2022; Mladenatz, 2003; Groeneveld, 2018, 2020).

A abordagem subjacente às experiências pioneiras é fundamentada na concepção de que o associacionismo cooperativista representa uma ferramenta adotada por grupos de indivíduos, incluindo trabalhadores, agricultores e pequenos comerciantes, para efetuar suas operações socioeconômicas com base em princípios que incluem ajuda mútua, resistência à exclusão, reciprocidade, controle democrático e promoção de um ideal coletivo. Esses grupos utilizam uma variedade de instrumentos financeiros como parte de sua estratégia de ação coletiva, tais como microcrédito, fundo rotativo, financiamento, poupança, seguros, moedas complementares, entre outros.

No passado, as experiências cooperativas no setor financeiro buscavam promover relações de trabalho fundamentadas na solidariedade, muitas delas influenciadas por uma ética de origem cristã e do movimento operário com a finalidade de apoiar a realização de greves. Nesse contexto, todos os membros associados tinham o direito de participar das assembleias e exercer seu voto na tomada de decisões. Além disso, o processo de aprovação de empréstimos baseava-se em procedimentos conduzidos por comitês participativos, que desempenhavam um papel fundamental na oferta de serviços relacionados a crédito e poupança. Esse tipo de cooperativas estruturava-se em três níveis distintos: as cooperativas singulares, as centrais e as federações (Singer, 2002; Búrigo, 2006).

A tríade composta por autoajuda, autorresponsabilidade e autogestão erigiu-se como o lema preponderante na promoção do cooperativismo pioneiro. A aplicação desses princípios não apenas acarretaria benefícios econômicos aos cooperados, mas também expandiria a sua capacidade de engajamento em ações coletivas, constituindo, assim, um fundamento para a estruturação de uma forma de organização política e econômica. Em outras palavras, as cooperativas emergiram como entidades socioeconômicas destinadas a capacitar comunidades locais em face das consequências oriundas da exclusão econômica e financeira (Colvin & McLaughlin, 2014; Groeneveld, 2020).

Os elementos fundamentais do cooperativismo pioneiro mantêm sua relevância até os dias atuais, sendo frequentemente citados em diversas pesquisas no campo do movimento social (Schneiberg, King & Smith, 2008), da inovação social (Borzaga & Bodini, 2014; Bouchard, 2013), do capital social (Putnam, 2000) e das empresas sociais (Borzaga & Defourny, 2001).

O legado das ideias e modelos cooperativistas ainda subsiste, sobretudo nos continentes europeu e americano, manifestando-se em diferentes experiências cooperativistas adaptadas ao cenário contemporâneo face as necessidades e pressões em cada contexto geográfico específico. Embora sua replicação não tenha alcançado êxito em todos os países, tais como

Bélgica, Irlanda, Suécia e Dinamarca, muitos conceitos permanecem válidos como símbolos de um movimento (Colvin & McLaughlin, 2014; Körnert, 2012). Entre eles, destacam-se a solidariedade, a governança democrática entre poupadores e mutuários, a confiança e as relações de longo prazo, bem como a prestação de serviços financeiros sem usura. Além disso, são mantidos princípios como a gestão econômica prudente, de baixo custo e baixo risco, uma abordagem territorial fundamentada em relações de proximidade, a organização federativa entre cooperativas e a geração de capital financeiro de forma intergeracional. Assim, é importante salientar que os objetivos dessas cooperativas são essencialmente políticos e sociais, alcançados por meio de instrumentos econômicos, o que difere das abordagens caritativas e filantrópicas, devido ao seu conteúdo político de transformação social (Groeneveld, 2020).

Se os valores cooperativistas permanecem atuais, deve-se salientar que à medida que as experiências das cooperativas financeiras se disseminaram ao longo do século XX, as aspirações utópicas associadas às doutrinas cooperativistas perderam influência progressivamente. Elas foram gradativamente substituídas por um novo consenso de ideias, caracterizado pelas mudanças econômicas de natureza neoliberal no contexto das políticas econômicas pós-Segunda Guerra Mundial e Consenso de Washington, que refletiam os elementos da emergente ordem mundial. Nesse cenário, as orientações pragmáticas passaram a ganhar destaque dentro das cooperativas, caracterizadas pela implementação de métodos e técnicas derivados das disciplinas de economia e administração de empresas. Essas abordagens estavam principalmente direcionadas para o fortalecimento empresarial das cooperativas (Pinho, 2004; Búrigo, 2006).

Como argumentado por Laville (2023), a disseminação e a evolução econômica do movimento cooperativista resultaram no fenômeno de hibridização e isomorfismo institucional das cooperativas. Esse processo reflete a constatação de que as cooperativas, originalmente concebidas com a finalidade de transformar o mercado, acabaram por ser influenciadas e moldadas por ele.

Groeneveld (2020) e Caselli (2018) concluem que essa transformação é o resultado de práticas que levaram muitas cooperativas a adotar características semelhantes às organizações orientadas pelo mercado. Isso culminou em uma convergência crescente com as instituições bancárias tradicionais, uma vez que passaram a adotar abordagens que enfatizam a competitividade de mercado, direcionam suas atividades para nichos mais rentáveis, buscam a profissionalização e implementam medidas para se adequar às práticas dos bancos convencionais, bem como dos sistemas regulatórios e das agências de classificação de risco.

Um aspecto que merece destaque se refere à integração das cooperativas financeiras nos sistemas regulatórios, o que as conduziu a adotar modelos de governança mais centralizados, com tomada de decisão hierárquica, e a uma quase exclusão de critérios sociais na avaliação de crédito (Cornée, 2014; Cuevas & Fischer, 2006; Goglio & Catturani, 2018). Acrescenta-se, a redução relativa da participação dos membros e uma gradual limitação da solidariedade, resultando em um afastamento da base em direção a uma gestão mais profissionalizada (Vogelaar, 2012; Goglio & Kalmi, 2017; Van Dijk, Sergaki & Baourakis, 2019). Em alguns casos, as cooperativas envolveram-se em atividades que não se alinhavam com a lógica cooperativa, tais como projetos corporativos, investimentos, aquisições e fusões com empresas de seguros e leasing (Groeneveld, 2015), competindo diretamente com os bancos comerciais. Isso resultou na redução das diferenças entre bancos comerciais e cooperativas de crédito em termos de serviços e operações ao longo do tempo (Kalmi, 2017).

Dessa forma, esse processo de hibridização e isomorfismo implicou mudanças significativas nas operações e nos princípios fundadores das cooperativas, afetando substancialmente o movimento cooperativo (Alexopoulos & Goglio, 2009; Puusa et al., 2013).

Vários estudos recentes destacam as consequências alienantes das mudanças que ocorreram na dinâmica das cooperativas financeiras. De forma resumida, pode-se destacar os seguintes fatores como desagregadores dos princípios originais do cooperativismo de crédito nas experiências atuais: a progressiva redução da presença local e o enfraquecimento das relações de proximidade, o que é prejudicial para a ação coletiva, redes locais e capital social (Boscia et al., 2015; Jones & Kalmi, 2012; Poli, 2019).

Recentemente, as experiências das cooperativas de crédito, testemunharam o surgimento de uma nova vaga no setor, conhecida como "a onda da microfinança". Essa evolução transformou completamente a operacionalização do crédito entre as camadas mais empobrecidas da sociedade. Com o advento da microfinança, as necessidades financeiras da economia dos setores populares seriam supostamente atendidas por serviços financeiros especialmente adaptados para os segmentos marginalizados e excluídos do sistema financeiro convencional, com a implementação de produtos financeiros, processos operacionais e práticas de gestão distintas (Robinson, 2001; Labie & Vanroose, 2013).

Apesar das transformações que acompanharam o desenvolvimento do cooperativismo de crédito, é evidente que ao longo das últimas décadas, as ideias fundamentais que inspiram o cooperativismo continuaram a estimular ativistas e defensores que se envolvem em ações de coletivas de movimentos sociais voltadas para o bem comum. Nesse contexto, a contemporaneidade das práticas de finanças solidárias está intrinsecamente ligada à herança de

um amplo movimento associacionista e cooperativista que promove modalidades emergentes de vínculo social e político, notadamente a economia solidária (Chanial & Laville, 2009; Laville, 2023).

Essa conexão está fundamentada na concepção de que o compromisso estabelecido por um grupo de pessoas que põe em comum os seus recursos, conhecimentos e atividades, visa a consecução de objetivos relacionados ao reconhecimento, à governança de bens e serviços, à ação política, entre outros. Essas iniciativas podem adotar diversas formas institucionais, que podem incluir não apenas estatutos associativos ou cooperativos, mas também outras estruturas estatutárias (Eyanaud & Laville, 2021; Laville, 2023).

A economia solidária constitui a base fundamental para um tipo específico de movimento social, no qual são consolidadas diversas práticas, incluindo as experiências de finanças solidárias, que englobam os bancos comunitários e éticos, entre outras iniciativas. Originada no início da década de 1990, a ideia de economia solidária refere-se a iniciativas de trabalhadores, produtores e consumidores em diversas atividades econômicas, pautadas em princípios de cooperação, solidariedade e gestão democrática, contrastando com o individualismo utilitarista (Laville e Gaiger, 2009).

As práticas de economia solidária, embora existam controversas, remetem à origem do cooperativismo clássico do século XIX, à cooperativa de Rochdale e ao socialismo utópico e fabiano, que preconizavam a autonomia econômica e iniciativas de trabalho cooperativo (Singer e Souza, 2000; Laville e Gaiger, 2009).

Tanto como conceito quanto como prática, a economia solidária passou a ser amplamente adotada em vários países, visando orientar organizações socioeconômicas coletivas e defender um modelo econômico baseado em relações igualitárias, eliminação da exploração e superação das desigualdades socioeconômicas. Isso deu origem a um movimento de cooperativismo contestatório em resposta às demandas da crise do estado de bem-estar social na Europa ocidental e aos desafios do neoliberalismo em países latino-americanos. Nesse contexto, a economia solidária ganhou destaque em países como França, Espanha e, posteriormente, no Brasil (Lechat, 2002).

Além de ser vista como uma alternativa de trabalho e renda ou como uma forma de inclusão produtiva para os setores excluídos do mercado de trabalho, os defensores do movimento de economia solidária a veem como parte integrante de um modelo alternativo de desenvolvimento, sintetizado na ideia de "outra economia".

Muitas dessas iniciativas são promovidas por setores da igreja católica, sindicatos de trabalhadores, setores de partidos de esquerda e associações de serviços comunitários,

resultando na participação de diversas organizações no movimento, incluindo empreendimentos e grupos produtivos, entidades de apoio, grupos de pesquisa e extensão universitária, organizações não governamentais e órgãos governamentais, entre outros. Esses atores frequentemente se unem em fóruns e redes que formalmente articulam o movimento de economia solidária em seus respectivos países, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Rede de Redes de Economia Alternativa y Solidaria (REAS) na Espanha. As edições dos Fóruns Sociais Mundiais são consideradas momentos importantes para a articulação dos atores da economia solidária em nível nacional e internacional (Laville, 2009).

Desse modo, o movimento de economia solidária pode ser entendido como uma forma de movimento em rede que se manifesta publicamente de maneira contestatória, dentro de um contexto de processos relacionais e experimentais de ação política envolvendo diversos atores ligados por laços solidariedades e identidades compartilhadas, resultando na formação de densas redes interorganizacionais (Diani, 1992; Melucci, 1996; Tarrow, 1998; Diani & Bison, 2010).

2.2. A atualidade e as contradições da microfinança

Em contraposição às expectativas otimistas e às projeções de transformações socioeconômicas frequentemente difundidas por defensores da microfinança, Isabelle Guérin, em 2015, na sua obra intitulada "La Microfinance et ses Dérives," apresenta uma variedade de análises que suscitam questionamentos acerca dos benefícios da indústria da microfinança.

Desconhecida pelo público há pouco mais de duas décadas, a microfinança emergiu como uma estratégia de desenvolvimento amplamente adotada e respaldada por políticas públicas nacionais, organizações internacionais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

A microfinança engloba um conjunto abrangente de serviços financeiros direcionados para as populações excluídas das instituições financeiras convencionais. Isso engloba o microcrédito, notavelmente divulgado devido às suas implicações presumidas na economia local. Além disso, abarca a poupança, concebida para proteger contra adversidades financeiras ou permitir investimentos, bem como o seguro, com o propósito de mitigar riscos que envolvem questões de saúde, morte, produção, entre outros (Morduch, 1999, 2000; Cull et al., 2009; Guérin, 2015)

Ao longo de sua trajetória, as microfinanças ocuparam várias posições no contínuo espectro político e ideológico. Contudo, nas últimas três décadas, esse setor passou por transformações significativas, culminando na predominância de uma abordagem mais liberal.

Entre os pioneiros bem conhecidos da microfinança, estão o Grameen Bank, estabelecido na Universidade de Chittagong, em Bangladesh, em 1976, e o Bancosol, o primeiro banco comercial especializado em microfinanças, foi estabelecido na Bolívia em 1992 (Mendell & Nogales, 2011).

O paradigma econômico hegemônico, no qual se insere a microfinança dominante, é caracterizado pela centralidade do mercado na condução dos processos de desenvolvimento, entorno do qual gravitam a maioria das instituições e organizações da sociedade (Guerreiro Ramos, 1981). De modo que, analisando os problemas decorrentes da orientação política da microfinança dominante, eles não podem ser resolvidos e sim perpetuados, caso permaneçam válidos os princípios subjacentes que caracterizam as práticas adotadas pela microfinança centrada no mercado (Rosenberg et al., 2009; Guérin, 2015).

O surgimento desse tipo de microfinança aparece no bojo das transformações no pós-segunda Guerra Mundial, relativamente aos controversos programas de recuperação, modernização e industrialização dos países mais pobres (Armendáriz & Morduch, 2011; Duvendack et al., 2011). Posteriormente, os planos de ajuste estrutural e "consenso de Washington", no decorrer da década de 1990, incentivados pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, enfatizando as privatizações, liberalização, estabilidade macroeconômica e concorrência, visando atrair investimentos privados no mercado cada vez mais globalizado (Mader & Mader, 2015), também passou a considerar a microfinança como uma estratégia no *pool* de políticas de desenvolvimento e luta contra a pobreza.

Atualmente, a microfinança foi absorvida pela espiral do sistema financeiro especulativo, diante das pressões dos investidores por rentabilidade, passando a integrar o leque de mecanismos que contribuem para a exploração econômica e o agravamento da desigualdade devido a práticas desviantes e excessivas (Bédécarrats, 2010).

De acordo com Cull et al. (2009) e Guérin (2015), as derivações das microfinanças podem ser compreendidas não somente como uma ilusão no que tange à sua eficácia na luta contra a pobreza, mas também como uma ferramenta de controle, padronização e imposição de disciplina moral sobre as populações economicamente desfavorecidas, que são frequentemente rotuladas como imprudentes e gastadoras.

Uma das características distintivas da última onda de microfinanças é a atribuição de objetivos grandiosos a esse campo. A esse respeito, são frequentemente creditadas à

microfinança qualidades e soluções quase mágicas para uma ampla gama de dilemas socioeconômicos, incluindo, entre outros, a erradicação da pobreza, o empoderamento das mulheres, a democratização das comunidades locais, a superação de opressões, a autonomia das classes subalternas, bem como a promoção de vantagens econômicas, como o acesso a serviços financeiros, a criação de novos mercados e a autonomia financeira dos excluídos (Sachs, 2006; Bédécarrats, 2013; Mader, 2018).

No entanto, deve-se ressaltar que o notável êxito das supostas virtudes da microfinança foi obtido mediante um custo exagerado e por meio da adesão a um quadro ideológico particular da economia da base da pirâmide (Prahalad, 2005; Servet, 2006). A análise crítica da literatura sobre o tema evidencia que os efeitos da microfinança nas comunidades locais estão progressivamente se tornando motivo de debate e contestação.

Essa percepção da microfinança como uma solução redentora ganhou destaque com o reconhecimento do professor Muhammad Yunus que juntamente com o Grameen Bank recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006. Yunus é autor do livro "Banker to the Poor" (1998) no qual sustenta que a microfinança tem o potencial de erradicar a pobreza, conforme expresso em sua afirmação de que a microfinança poderia relegar a pobreza ao passado (Yunus, 2002, 2017).

A perspectiva implícita à concepção hegemônica da microfinança baseia-se na premissa de que o acesso ao crédito pode capacitar os indivíduos economicamente desfavorecidos a estabelecer empreendimentos, muitas vezes de pequena escala e frequentemente informais, mas suficientes para proporcionar uma saída da condição de pobreza (Morduch, 1999; 2000; Banerje et al., 2015). Nesse contexto, o empreendedorismo é visto como a via para a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda, sendo a exclusão financeira o principal obstáculo a ser superado (Fielden & Dawe, 2004; Yunus, 2017).

Esse tipo de microfinança tem como cerne de sua operação a integração aos mercados de crédito, baseada em princípios de competição e regulamentação de preços. Ainda que o financiamento por meio de recursos públicos predomine, a microfinança têm se aproximado cada vez mais das práticas financeiras de mercado. Além disso, fundos de investimento privados e instituições bancárias comerciais têm demonstrado um crescente interesse nesse segmento financeiro, seja como parte de esforços para aprimorar sua imagem ou para explorar novas oportunidades de mercado (Servet, 2006; Cull et al., 2009; Ledgerwood et al., 2013).

A microfinança não apenas representa uma abordagem integrada em políticas de desenvolvimento, quando comparada a programas de assistência filantrópica na luta contra a pobreza, mas também tem sido adotada como uma estratégia capaz de proporcionar perspectivas de lucro consideráveis para investidores (Dieckmann et al., 2007; Janda, 2010).

Consequentemente, o potencial de mercado associado a essa abordagem é significativo, particularmente em países do Sul global (Maclean, 2010).

De acordo com Guerin (2015), muitas iniciativas de microfinanças enfrentam desafios em sua capacidade de autofinanciamento e na geração de retornos financeiros positivos, mesmo operando com muitos clientes e volumes substanciais de empréstimos. A pressão por rentabilidade leva algumas instituições a buscar um crescimento rápido em detrimento das relações de proximidade. Mesmo organizações bem-intencionadas, impulsionadas por sua sobrevivência e oportunidades de mercado, podem negligenciar as implicações do endividamento das famílias locais. Isso resulta em um foco mais voltado para a eficiência financeira, controle da inadimplência e garantias de reembolso.

Essa vertente da microfinança reflete as tendências predominantes na esfera microfinanceira contemporânea, desempenhando, em última análise, um papel essencial na compreensão das consequências derivadas das práticas de exploração financeira que constituem a essência do sistema de mercado neoliberal e sua relação com os setores populares da economia, especialmente sobre as mulheres. Tais consequências englobam a exclusão financeira, o endividamento em larga escala e a dominação por meio da dívida (Graeber, 2011; Guerin, 2015; Chena & Roig, 2017; Federici, 2018; Cavallero & Gago, 2021).

Apesar da expansão da microfinança ao longo das últimas décadas, observa-se, por outro lado, a ocorrência de distorções e desvios, com a raiz do problema centrada na crescente adoção de práticas abusivas de mercado e no enfraquecimento das políticas públicas sociais e de redistribuição (Bateman, 2010; Fernando, 2004; Servet, 2006; Bédécarrats, 2013; Fouillet et al., 2016).

Mesmo as abordagens mais pragmáticas da microfinança, como exemplificadas pelo trabalho de Banerjee e Duflo em 2007 e 2010, considerado um marco influente no contexto do desenvolvimento, enfrentam críticas. Guérin (2015) argumenta que essa perspectiva é excessivamente simplista, pois tende a reduzir os complexos processos subjacentes ao desenvolvimento, oferecendo soluções que afirmam ser universalmente aplicáveis para combater a pobreza. Isso ocorre à custa da consideração inadequada das dimensões sociais, culturais e políticas relevantes (Bédécarrats, Guérin & Roubaud, 2020).

Neste contexto, a microfinança revela-se frequentemente incapaz de cumprir as promessas associadas a ela. Em muitos casos, os interesses e a sobrevivência de seus promotores prevalecem sobre o bem-estar de seus usuários. Os serviços oferecidos deixam de ser direcionados para atender às necessidades existentes, passando a priorizar a cobertura de custos e a satisfação das exigências de promotores e/ou financiadores, incluindo o retorno sobre

o capital investido. Isso se traduz em uma busca incessante por clientes, aumento do endividamento e aplicação de taxas de juros exorbitantes.

A autora Guerin (2015) categoriza a microfinança dominante como vinculada às ideologias prevalentes de natureza neoliberal, moralista e patriarcal. Essas ideologias são promovidas tanto pelo chamado capitalismo "social", quanto pela economia comportamentalista, refletindo assim as relações hierárquicas, a dominação e as desigualdades estruturais de poder.

Apesar dessa análise considerar a microfinança excessivamente ambiciosa em relação aos desafios associados à erradicação da pobreza, e diante da influência crescente de abordagens neoliberais em suas iniciativas, suscitando dúvidas substanciais quanto à sua capacidade de gerar resultados multidimensionais, é importante reconhecer a ambivalência inerente a essas experiências. Reduzir a microfinança a uma mera retórica hegemônica pode negligenciar uma parte significativa da complexidade social que permeia esse campo, tornando-se um obstáculo para a identificação de organizações e redes inovadoras, agentes de transformação social e vozes dissidentes que operam nesse contexto.

Numerosas experiências e ativistas da microfinança não se alinham com as práticas mencionadas, mantendo a convicção de que os serviços financeiros são, de fato, benéficos. Portanto, eles advogam por uma abordagem mais enraizada e solidária da microfinança, destacando a presença de modalidades emergentes e solidárias de poupança e crédito. Essa perspectiva baseia-se na busca pela redefinição da riqueza, construção de redes de desenvolvimento local, fortalecimento da solidariedade e na luta contra sistemas de dominação e desigualdades.

2.3. Uma visão integrada do campo das finanças solidárias

A luta contra a exclusão econômica e financeira permanece evidente em diversas experiências que se consolidaram em amplos movimentos, como o movimento de economia social e solidária, em diferentes países ao redor do mundo. Essas iniciativas remontam a períodos distantes, desde as primeiras experiências cooperativas durante o auge da Revolução Industrial, exemplificadas pelo caso de Rochdale desde 1844, na Inglaterra, mas também pode-se fazer referência às irmandades negras que atuaram como resistência ao escravismo colonial, como no célebre caso da Sociedade Protetora dos Desvalidos desde 1832 no Brasil.

Atualmente, essas iniciativas visam atender às necessidades financeiras de segmentos da população excluídas do sistema econômico e financeiro, além de representarem

modalidades emergentes de organizações no campo da economia, em geral, e das finanças, em particular. Tais organizações oferecem serviços que viabilizam investimentos em atividades socioeconômicas individuais, familiares ou coletivas em contextos territoriais, contribuindo assim para uma participação socioeconômica mais equitativa na sociedade.

As diferentes organizações que lideram esses esforços numa perspectiva de mudança social, entre elas estão, cooperativas de crédito solidário, bancos éticos, bancos comunitários, fundos rotativos solidários, entre outras, variam significativamente em termos de abordagem, entre elas há perspectivas caritativas, mutualistas, ativistas, solidárias e de impacto social. Essas organizações utilizam-se de uma variedade de instrumentos para alcançar objetivos de natureza política e econômica, como, microcrédito, poupança, moedas sociais, educação financeira, microseguros, fundos, serviços digitais, títulos sociais, entre outros.

Embora, muitas experiências tenham sido tragadas pelo setor financeiro, identifica-se uma multiplicidade de experiências do campo das finanças solidárias que desafiam esse ceticismo de mercado, orientadas por abordagens políticas que podem ser muito diversas, tais como perspectivas autonomistas, reformistas, libertárias ou até cristãs (Servet, 2006; Armendáriz & Labie, 2011; Armendáriz & Morduch, 2011; Fouillet et al., 2016).

O campo das finanças solidárias se revela excepcionalmente heterogêneo, abarcando uma multiplicidade de objetivos, métodos e políticas, conforme ilustrado na Figura 1 abaixo. Essa heterogeneidade é reflexo da presença variada de redes e organizações em distintos territórios, resultando em uma riqueza de perspectivas e práticas complementares, embora, por vezes, conflitantes. Desse modo, as finanças solidárias emergem como parte integrante de um repertório mais amplo de práticas empregadas por movimentos sociais e diversas organizações voltadas para a emancipação política e econômica.

Figura 1 – Arranjo Institucional das Finanças Solidárias: Uma Visão Integrada



Fonte: Autor

Na representação central do esquema acima, delinea-se o conjunto abrangente das experiências pertencentes ao domínio das finanças solidárias, que engloba organizações como cooperativas de crédito solidário, bancos éticos, bancos comunitários, bancos do tempo, fundos rotativos, *crowdfunding*, bancos comunais, associações locais de apoio a grupos marginalizados e clubes de investimento e poupança. Esse conjunto constitui a base organizacional e operacional dessas iniciativas, as quais integram o campo das finanças solidárias.

No canto superior direito, destacam-se as auto-organizações de segundo nível, representadas pelas redes e fóruns das organizações de finanças solidárias. Estas entidades desempenham um papel crucial na articulação política e na troca de conhecimento entre as organizações de base, fortalecendo a coesão e a eficácia do movimento das finanças solidárias.

No canto inferior direito, figuram as entidades dedicadas ao suporte, formação e pesquisa, como incubadoras universitárias, fundações vinculadas às redes e organizações de finanças solidárias, além de outras organizações da sociedade civil. Essas entidades fornecem recursos intelectuais, formativos e práticos para fortalecer as capacidades das organizações de finanças solidárias, contribuindo para a inovação e aprimoramento contínuo.

No canto superior esquerdo, situam-se as ações contestatórias realizadas em arenas públicas por organizações e redes de finanças solidárias. Tais ações incluem campanhas em

redes sociais, participação em manifestações públicas, financiamento coletivo para causas sociais, panfletagem, produção de material didático para mobilização e crítica social, bem como manifestações contra a atuação de bancos privados.

Já no canto inferior esquerdo, encontram-se as ações governamentais públicas, abrangendo políticas específicas como microcrédito, agências de fomento, políticas de desenvolvimento local, conferências e conselhos de políticas públicas dedicados às finanças solidárias, orçamentos participativos, ações de bancos públicos, além de iniciativas de incentivo e regulamentações provenientes de bancos centrais, agências reguladoras e organismos multilaterais. Esse conjunto de ações do poder público evidencia o reconhecimento institucional das finanças solidárias como um segmento relevante para a promoção de uma abordagem mais inclusiva e democrática nas práticas financeiras.

2.4. Microfinança: no seio da economia, democracia e solidariedade

Ao longo da história, a microfinança foi impulsionada por abordagens fundamentadas em princípios de solidariedade, reciprocidade e emancipação de comunidades locais, buscando tanto a proteção quanto a contestação relativamente aos excessos da financeirização (Servet, 2006; Munõz, 2009; França Filho, 2013). Esse tipo de microfinança foi nomeada por diversos movimentos sociais como finanças solidárias, desde as primeiras edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001), seguido da Índia (2004), Quênia (2007), Belém (2009), Dakar (2011), Tunísia (2015), Salvador (2018) e posteriormente, com a criação do Fórum de Economias Transformadoras realizado em Barcelona em 2020.

O movimento das finanças solidárias adota uma abordagem socioeconômica multidimensional, considerando a interconexão entre práticas econômicas e instituições sociais, culturais e políticas, operando em diferentes níveis de ação em rede (micro, meso e macro). Essa forma de microfinança destaca-se por sua participação em processos de reorganização das economias locais, atuando como vetor socio-organizativo de territórios empobrecidos (Guérin & Servet, 2005; Munõz, 2007; Artis, 2017).

Essa atuação se manifesta por meio de estratégias diversas, incluindo apoio a pequenos empreendimentos comunitários, mecanismos para impulsionar a demanda local, instrumentos de micro-poupança, fundos rotativos, financiamento para projetos de mulheres, populações negras, imigrantes e outras minorias, bem como para projetos ecológicos. Além disso, as finanças solidárias servem como espaço de aprendizado político para a democracia (Laville & Salmon, 2015; Eschweiler & Hulgård, 2018).

Contudo, é crucial manter expectativas realistas em relação às finanças solidárias, reconhecendo que suas ações agem de modo complementar a outros instrumentos e organizações no território. Ao promover o controle democrático dos serviços financeiros pelas comunidades locais, essas ações contribuem para a inclusão econômica das pessoas (França Filho, 2013; Leal & Silva Júnior, 2023). Esse enfoque combina elementos políticos e econômicos, promovendo serviços financeiros com base em uma perspectiva de hibridização de recursos de mercado, redistribuição, domesticidade e reciprocidade (Rigo & França Filho, 2017).

As finanças solidárias destacam-se como uma prática frequentemente associada ao movimento de economia solidária (Muñoz, 2009). No amplo repertório de práticas desse movimento, o ativismo financeiro solidário tornou-se emblemático, a exemplo de experiências notáveis como o Banco Palmas no Brasil, ativo desde 1998, e a Coop57 na Espanha, em operação desde 1995, casos que inclusive são analisados neste trabalho.

A economia solidária representa uma forma de associacionismo conduzido por diversas iniciativas de cidadãos, produtores e consumidores que organizam atividades socioeconômicas com base em princípios de cooperação, distribuição equitativa de resultados e gestão democrática. Essa expressão diversificada inclui associações de artesãos, cooperativas de produção e comercialização, empresas recuperadas pelos trabalhadores, sistemas de comércio justo, agricultores familiares e agroecológicos, finanças solidárias, moedas sociais, cooperativas de recicladores, grupos de mulheres, redes de pesquisadores e gestores públicos, além de iniciativas de políticas públicas em diferentes níveis governamentais (Razeto, 1984; Singer, 2002; Coraggio, 2011, 2014; Laville, 2019; França Filho & Laville, 2004).

Na perspectiva de França Filho (2004) e Laville, (2016), as práticas de economia solidária propiciam a criação de espaços públicos de proximidade, estabelecendo as bases para um modelo democrático dialógico na relação entre as organizações e o território, bem como, na relação entre as organizações de economia solidária e as instituições públicas. Nesse contexto, os mecanismos de participação e deliberação da economia solidária interagem com o sistema da democracia representativa e as instituições participativas.

Para França Filho e Eynaud (2020), as sociedades contemporâneas enfrentam desafios substanciais relacionados ao desenvolvimento econômico, questões ecológicas como a mudança climática e o aumento das desigualdades socioeconômicas, além das ameaças aos governos democráticos em várias partes do mundo. Diante desse cenário, a economia solidária emerge como uma empreitada teórica e prática, representando uma abordagem associativa, cooperativa ou híbrida que opera em contextos locais e internacionais. Assim, a economia

solidária não apenas identifica desafios, mas também propõe uma lógica orientada para atividades econômicas que servem aos propósitos da solidariedade democrática, visando à produção de bens e serviços voltada ao bem comum.

Conforme Laville e Frère (2023) e Laville (2023), a economia solidária é uma iniciativa realizada pelos cidadãos associados, caracterizada pela hibridização de recursos. Em consonância com uma perspectiva polanyiana, que reconhece a pluralidade de princípios econômicos, a economia solidária vai além do mercado ao incorporar a redistribuição dos recursos do Estado, a reciprocidade por meio de práticas colaborativas e a administração doméstica na partilha dentro de grupos familiares e comunitários. Essas diversas formas de agenciamento socioeconômico são evidenciadas em práticas e nas trajetórias concretas, refutando a ideia de uma pureza alternativa desvinculada de qualquer economia (Servet, 2013; Hillenkamp, 2013, 2015; Gaiger, 2021).

A economia solidária, assim, mantém uma estreita relação com diferentes princípios econômicos e assume uma forte dimensão política, representando uma nova cultura de mudança social que combina movimento social e empreendimento econômico, conforme a perspectiva de della Porta (2023) e Esteves et al., (2021). Na economia solidária, produtores, consumidores e ativistas sociais se organizam em processos colaborativos de construção conjunta da oferta e da demanda por meio de debates em arenas públicas. Isso caracteriza uma coprodução socioeconômica de bens e serviços, seguindo a lógica do "commoning" (Ostrom, 1990) ou de uma abordagem substantiva da economia (Polanyi, 1944, 1977).

Laville e Frère (2023) afirmam que a economia solidária incorpora diversos princípios econômicos, destacando-se não apenas como uma mera combinação entre mercado e redistribuição, mas abrangendo também a reciprocidade entre seres humanos, incluindo espécies não humanas. Essa abordagem revela uma ecologia intrínseca à ação socioeconômica, integrando dimensões não-monetárias e não-mercantis na provisão de necessidades. O potencial emancipatório da economia solidária reside na sua capacidade de integrar processos de transformação econômica com dinâmicas sociais, culturais, políticas e ambientais.

Os autores também argumentam que as experiências de economia solidária contribuem para redefinir a noção de solidariedade em uma perspectiva democrática, afastando-se de formas filantrópicas, identitárias ou assistencialistas. Baseando-se em Jürgen Habermas (2012 [1987]), entendem que a solidariedade possui um poder de integração social capaz de atender às necessidades do mundo da vida, acrescentam que de acordo com Axel Honneth (2009 [1992]), a solidariedade constitui um mecanismo para construir laços de estima e reconhecimento entre atores em posições simétricas, unindo-se para agir em conjunto.

Nesse contexto, a concepção de solidariedade democrática engloba tanto a proteção contra as adversidades da vida, quanto a emancipação política. O princípio da solidariedade ocupa uma posição central nas ações dos empreendimentos de economia solidária, atuando como um mecanismo que fortalece os vínculos entre os ativistas e, ao mesmo tempo, orienta as relações nos diversos níveis de atuação. Esse princípio não apenas sustenta a coesão interna, mas também serve como guia para as interações em diferentes esferas da prática econômica e social dessas iniciativas.

Outra característica relevante que se pode destacar no movimento de economia solidária, trata-se da organização em redes em diferentes níveis de ação. Redes locais viabilizam o intercâmbio socioeconômico, conectando esferas políticas, culturais e ambientais (França Filho & Cunha, 2009; Shawki, 2013). Em níveis mais amplos, existem redes regionais e internacionais, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)², a Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria (REAS)³ na Espanha e a Rede Intercontinental para Promoção da Economia Social e Solidária (RIPESS)⁴. Essas redes constituem consórcios de organizações que não apenas facilitam a articulação econômica, mas também desempenham um papel crucial na articulação política, viabilizando políticas públicas e ações contestatórias contra sistemas de opressão e discriminação. Assim, a economia solidária configura-se como uma articulação de movimento social que opera em escalas que vão do local ao global.

A implementação da economia solidária está associada a diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), movimento agroecológico de mulheres, comunidades eclesiais de base, movimento de catadores de material reciclável, sindicatos, movimentos afro e indígena, movimento da luta antimanicomial, movimentos culturais, movimento de consumo político, movimento de tecnologias e software livres, além de redes de incubadoras universitárias e a rede de gestores públicos dedicada à economia solidária.

Além da atuação desses grupos, há uma agenda pública significativa que se traduz na formulação de instrumentos legislativos e políticas públicas em diversos países (Nagem & Silva, 2013; Castelao Caruana & Srnec, 2013; Anglada, 2020; Chaves-Avila & Gallego-Bono, 2020). Exemplos notáveis incluem a Lei de Economia Social e Solidária na França⁵ e no

² Ver site do FBES: <https://fbes.org.br/>

³ Ver site da REAS: <https://reas.red/>

⁴ Ver site da RIPESS: <https://www.ripest.org/>

⁵ Lei 2014-856: <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000029313296>

Equador⁶. No contexto brasileiro, destaca-se a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária durante os governos (Lula I e II, Dilma I e II), com a retomada durante o governo Lula III. Na Espanha, cabe destaque o conjunto de políticas públicas realizadas pela Generalitat de Catalunya e da Autarquia da cidade de Barcelona⁷. Essas iniciativas refletem a amplitude da agenda da economia solidária em níveis governamentais.

A relevância da economia solidária também se estende a organismos multilaterais, como a Força Tarefa Inter-Agências da Organização das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária (UNTFSSSE)⁸ (Ofreneo, 2019). Essa força-tarefa desempenhou um papel crucial ao criar a resolução "Promovendo a Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável" durante a 66ª reunião plenária, em abril de 2023. Essa resolução evidencia o reconhecimento internacional da importância da economia solidária no contexto do desenvolvimento.

Essa síntese permite uma compreensão mais aprofundada da economia e finanças solidárias, de um ponto de vista conceitual e prático, fundamenta-se em iniciativas, experiências concretas, práticas e lutas enraizadas na vida cotidiana de comunidades periféricas e em redes emergentes. Esse movimento visa efetuar uma mudança social diante das pressões resultantes da globalização financeira, por meio de ações em nível local, regional e em redes internacionais.

A economia solidária, embora reconhecida por seus princípios de solidariedade, cooperação e emancipação, enfrenta diversos desafios e limitações. Entre eles, destaca-se a necessidade de superar obstáculos estruturais, como a falta de acesso a recursos financeiros e a resistência de instituições convencionais do Estado e do mercado. Além disso, a diversidade de práticas e perspectivas no campo da economia solidária pode resultar em conflitos internos e dificuldades de coordenação. A dependência de políticas públicas favoráveis, a carência de apoio institucional sólido e a pressão por resultados econômicos imediatos também se configuram como desafios. A busca por uma integração mais ampla na sociedade, enfrentando estigmas e preconceitos, é outro obstáculo a ser transposto. Em síntese, a economia solidária enfrenta desafios multifacetados que exigem abordagens inovadoras e estratégias colaborativas para sua compreensão e implementação (Utting, Van Dijk & Matheï, 2014; Morais & Bacic, 2020).

⁶ Lei 444, 10 de maio 2011: <https://www.seps.gob.ec/wp-content/uploads/LOEPS.pdf>

⁷ Autarquia de Barcelona: <https://ajuntament.barcelona.cat/economia-social-solidaria/ca/impulsem-less-piess/que-es-leconomia-social-i-solidaria>

⁸ Ver site da UNTFSSSE: <https://unsse.org/?lang=pt-br>

2.5 As finanças e o paradigma da solidariedade democrática

As finanças solidárias, em contraste com as microfinanças convencionais, não se propõem como solução direta para a pobreza e desigualdade. As finanças solidárias referem-se a um conjunto de práticas que se propõem a democratizar os recursos financeiros a serviços de todos (Muñoz, 2009), utilizando instrumentos financeiros básicos como a poupança e o crédito para realizar uma intermediação que visa satisfazer necessidades, tanto na produção, como na reprodução socioeconômica (Muñoz, 2013; Artis, 2017; Lagoarde-Segot, 2014).

As experiências de finanças solidárias definem suas práticas a partir de algumas premissas básicas, entre as quais estão: i) não há finalidade lucrativa; ii) o propósito econômico está subordinado à sua utilidade social; iii) apoiam-se em relações de proximidade; e iv) buscam o controle coletivo do dinheiro, como iniciativa de democracia econômica (Búrigo, 2006; Magalhães & Abramovay, 2007; Silva, 2017).

Nesse caso, o paradigma das finanças solidárias segue no sentido de desenvolver um sistema cujo interesse não é mero alastramento do crédito na economia, o que traria consigo todos os riscos da financeirização presentes na experiência do microcrédito. Ao contrário, busca fazer com que o crédito se integre a um conjunto variado de necessidades de serviços financeiros das famílias, buscando garantir os mecanismos necessários para a sustentabilidade das organizações voltadas a essa finalidade, baseando sua existência na força localizada que recebem da adesão de seus participantes. A capacidade coletiva de identificar estratégias promissoras de investimento em projetos locais é um fator fundamental nesse processo, na medida em que permite identificar os serviços financeiros mais adequados a serem ofertados e os mecanismos de proteção de risco que de fato atendam às necessidades dos seus beneficiários, favorecendo a composição de sistemas financeiros de proximidade.

Segundo Ferreira Júnior et al. (2018, p. 13), as finanças de proximidade, desse modo, “favorecem a migração de uma lógica de subordinação individual do tomador pelo fornecedor do produto e serviço financeiro, na grande maioria das vezes de exclusão financeira, para uma lógica de comprometimento e aprendizado coletivo”.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as finanças solidárias são organizações que desenvolvem serviços financeiros em rede de natureza associativa e comunitária em determinado território, o que permite o estabelecimento de sistemas de crédito solidários e imersos na realidade local. Ou seja, as ações que eles promovem não estão voltadas à prospecção localizada de “clientes”, mas, sim, de articular moradores, instituições locais e comerciantes (Búrigo, 2006; Nesol, 2015; Rigo 2014).

O objetivo das organizações de finanças solidárias está estreitamente relacionado com o território, na busca pela reorganização dos fluxos políticos e econômicos, buscando fortalecer os circuitos econômicos locais de produção, serviços e consumo, bem como para a articulação sociopolítica dos atores locais. Seu objetivo é contribuir para ampliar os fluxos de retenção e criação de riqueza no âmbito local, promovendo a autonomia financeira de grupos subalternos, como mulheres, populações negras e imigrantes, bem como buscam influenciar políticas públicas de trabalho e renda para suas comunidades (Mendell & Nogales, 2011; França Filho, Silva Júnior & Rigo, 2012; França Filho, 2013).

As finanças solidárias são experiências profundamente enraizadas em contextos socioculturais, econômicos e políticos específicos de cada território (Salinas & Sastre-Merino, 2021). Em muitos casos, as ferramentas e instrumentos de ação, como crédito, poupança, moeda ou seguro, são cocriados, levando em consideração as potencialidades e restrições locais (França Filho, 2013). Além disso, essas práticas resultam das interações estabelecidas com atores locais, agentes políticos, recursos e organizações da sociedade civil envolvidos em seu processo de criação e funcionamento. Essa dinâmica é essencial para que as populações locais recuperem o protagonismo na governança de seus territórios, buscando maior autonomia em relação aos atores institucionais do Estado e do mercado (Junqueira & Abramovay, 2005).

É importante observar que a orientação das finanças solidárias, embora tenha como foco de atuação o local, não se restringe ao localismo, pelo contrário, destacam a necessidade de estabelecer relações de proximidade que combinem ação política coletiva e desenvolvimento local. Essa abordagem reconhece que seu propósito exige um enraizamento na vida cotidiana do território, demandando respostas imediatas aos desafios enfrentados pela comunidade e colocando a oferta de serviços financeiros a proveito do território (Melo Neto & Magalhães, 2006).

A governança das organizações de finanças solidárias incorpora mecanismos de participação e deliberação, utilizando tanto lógicas institucionais quanto extra-institucionais na tomada de decisão. Esses mecanismos mobilizam os membros formais das organizações, bem como os diversos atores do território, mesmo aqueles que não são membros formais, mas estão implicados na dinâmica reticular promovida pelas finanças solidárias. Os instrumentos das finanças solidárias operam como fios condutores que conectam pontos diversos da rede no território, abrangendo desde atores mais formais e coletivos até aqueles menos organizados e informais, num tipo inovador de co-construção das decisões (França Filho, 2013; Leal, 2023).

As finanças solidárias representam uma forma inovadora de solidariedade, caracterizada por princípios democráticos e inteligência coletiva, combinando elementos de

mercado, redistribuição e reciprocidade (França Filho, 2008). Esse modelo, que inclui serviços como microcrédito e outras práticas socioeconômicas, visa atender aqueles excluídos do sistema financeiro e indivíduos que buscam se associar a experiências emergentes como uma forma de consumo e ação coletiva (Palacio, 2016).

As finanças solidárias suscitam uma proposta política de serviços financeiros que reinventa a concepção de riqueza dentro do quadro de lutas contra a dominação e as desigualdades (Guérin, 2015) e constitui um instrumento de democratização das relações econômicas e de mercado (Razeto, 1990).

Essas iniciativas acreditam que os objetivos econômicos não são contraditórios aos objetivos políticos, mas, pelo contrário, são mutuamente enriquecedores. Nesse sentido, para os defensores das finanças solidárias, conciliar metas econômicas, cidadãos e políticas é um desafio constante que exige avaliação contínua e compromissos diante das incertezas internas e hostilidades externas.

Dentro desse contexto, diversas iniciativas, como cooperativas de crédito solidário, bancos éticos e comunitários, fundos rotativos e sistemas de moedas sociais, compõem o cenário das práticas de finanças solidárias. Apesar das particularidades de cada território, essas organizações compartilham características comuns. Destaca-se a política de crédito voltada para atender e adaptar-se à demanda, evitando a criação artificial e captação de clientes. Além disso, os preços são formados com base em critérios de compatibilidade entre as necessidades dos usuários e da organização, em oposição a metas de rentabilidade. A formação de redes locais é priorizada em detrimento do apoio restrito ao empreendedorismo individual.

2.6 Cruzando perspectivas para uma compreensão das Finanças Solidárias

Mendell & Nogales (2012) e Munõz (2017) destacam o significativo crescimento da microfinança solidária, que complementa a extensa história de organizações mutualistas, associações e cooperativas de crédito. Além de enriquecer essa tradição, as finanças solidárias têm desempenhado um papel crucial nas inovações sociais recentes no âmbito das relações financeiras, promovidas por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e comunidades em várias regiões do mundo.

A partir do final da década de 90 e início dos anos 2000, observa-se uma relativa expansão de estudos e pesquisas sobre as finanças solidárias, abrangendo diversas áreas do conhecimento, notadamente nos campos da economia, gestão, sociologia e antropologia.

Entretanto, a ciência política tem concedido pouca atenção ao tema, com exceções pontuais, como o trabalho de Bédécarrats (2010).

Nesse contexto, o trabalho de Leal (2023) desempenha um papel relevante ao sistematizar as diversas perspectivas e abordagens de pesquisa no campo das finanças solidárias, categorizando-as em quatro conjuntos temáticos: a) acesso a crédito e financiamento; b) democratização do sistema financeiro; c) desenvolvimento local; e d) governança dos commons. Essa sistematização contribui para a compreensão abrangente das dimensões exploradas nas pesquisas sobre finanças solidárias.

A primeira perspectiva diz respeito a uma noção das finanças solidárias em que as suas organizações operam como um mecanismo para facilitar o acesso ao crédito e financiamento de populações marginalizadas e sem acesso ao sistema financeiro convencional. O objetivo principal das finanças solidárias, nessa perspectiva consiste em promover o acesso ao financiamento para aqueles que criam, desenvolvem ou assumem uma atividade geradora de renda, especialmente para aqueles que são frequentemente excluídos dos canais bancários convencionais por causa de suas especificidades e sua opacidade informacional (Artis, 2012; Silva & Pereira, 2023).

Entende-se que o papel da intermediação financeira é desempenhar tarefas especializadas que ajudam a reduzir os custos relacionados à obtenção de informações e à condução de transações financeiras. Isso é feito com o propósito de oferecer seguros e compartilhar riscos, com o objetivo final de promover o financiamento das necessidades de liquidez por meio de linhas de crédito e produtos especializados (Jaad & Haia, 2021).

De acordo com a definição dada por Guérin & Vallat (1999), as finanças solidárias são definidas a partir dos serviços e produtos financeiros, tais como, operações de poupança e crédito, mas também capital de risco, apoio e acompanhamento de pessoas marginalizadas pelo desemprego com vista à criação de empresas locais.

Na pesquisa de Taupin e Glémain (2007), o financiamento solidário é um conjunto de atividades de apoio e financiamento para pequenas empresas e indivíduos com dificuldades de fluxo de caixa, excluídos dos serviços bancários e financeiros básicos.

As perspectivas de Haida e Jaad (2021), Sasia Santos (2012) e Ferraton e Vallat (2011), também coincidem nesse ponto de vista, na medida em que compreendem as finanças solidárias e os mecanismos de intermediação financeira de cariz solidário como uma possibilidade de financiamento de atividades econômicas geradoras de trabalho e renda em setores econômicos em que as finanças de mercado tem pouco interesse ou são inadequadas para as necessidades e

preferências de consumo de certos segmentos sociais, tais como de empreendimentos no campo da economia social e solidária, bem como de ativistas do consumo ético e político.

A segunda perspectiva aborda a compreensão das finanças solidárias, conforme delineado por Block (2014), Dowbor (2008), Wright (2020) e Mendell (2015). Esses autores convergem na visão de que as finanças globalizadas desempenham um papel crucial na estratificação socioeconômica global, funcionando como um mecanismo fundamental que perpetua a distribuição desigual de renda e poder na sociedade. Na ótica desses estudiosos, as finanças solidárias são percebidas como um instrumento capaz de contribuir para a reorganização e democratização do sistema financeiro.

Diante dessa perspectiva, surge a urgente necessidade de desenvolver ideias que possam reestruturar as finanças, contrabalançando o poder da elite financeira existente e proporcionando maior segurança econômica para aqueles desprovidos de riqueza em seus empreendimentos. Para esses autores, as finanças solidárias, em conjunto com outras iniciativas, têm o potencial de impulsionar a reforma e democratização do sistema financeiro, ampliando consideravelmente o escopo da política democrática dentro desse sistema. Essa abordagem propõe uma sociedade em que os cidadãos possam utilizar a política democrática para influenciar decisões-chave relacionadas à economia, mantendo um compromisso claro com as instituições e normas democráticas.

McCarthy (2019) define a democratização dos fluxos financeiros como a submissão das instituições do sistema financeiro aos processos democráticos e à prestação de contas públicas. Dessa forma, a reforma financeira baseia-se na implementação progressiva de organizações financeiras democráticas e sem fins lucrativos, as quais direcionam investimentos para setores desprovidos de crédito a taxas de juros mais acessíveis.

Block (2014) e Wright (2020) destacam que os efeitos da democratização do sistema financeiro podem resultar em melhorias significativas na distribuição de crédito, promovendo o bem-estar econômico de trabalhadores, pessoas de baixa renda e setores empresariais com deficiência de crédito. Além disso, um sistema de crédito democrático poderia contribuir para superar obstáculos em processos de transição democrática.

A terceira perspectiva destaca que, nas últimas duas décadas, as finanças solidárias têm sido reconhecidas como uma estratégia eficiente dentro do conjunto de experiências de desenvolvimento local (França Filho, Silva Júnior & Rigo, 2012). Trata-se de uma prática emergente adotada por diferentes populações ou grupos organizados em seus respectivos territórios, gerenciando recursos econômicos com base em princípios de solidariedade,

confiança e ajuda mútua. Essa abordagem cria mecanismos eficazes para superar as desvantagens oriundas da pobreza e desigualdade (Abramovay, 2003; Contel & Contel, 2020).

França Filho (2008) considera as práticas de finanças solidárias, especialmente os bancos comunitários de desenvolvimento, como iniciativas de natureza associativa. Elas envolvem moradores em determinado contexto territorial que buscam resolver problemas públicos concretos relacionados à sua condição de vida cotidiana, incentivando a criação de atividades socioeconômicas. Nesse contexto, a geração de trabalho e renda, por meio da produção de bens ou prestação de serviços, é (co)elaborada com base nas necessidades e potencialidades identificadas no território, seguindo a ideia de um circuito reticular de relações entre produtores, consumidores e atores sociais.

Assim, a contribuição das finanças solidárias é percebida de maneira multidimensional, destacando-se as relações de proximidade geográfica, organizacional, institucional ou social. Essas relações de proximidade permitem que as experiências de finanças solidárias desenvolvam uma coordenação territorial em contextos socioeconômicos desafiadores. Isso é alcançado por meio da definição e consideração das potencialidades e necessidades locais, coesão social entre os atores, organização de atividades e produção de recursos específicos. No entanto, é importante notar que as práticas das finanças solidárias frequentemente enfrentam tensões devido à baixa mobilização de poupança, desafios na sustentabilidade das estruturas e conflitos de governança, entre outros (Artis, 2019).

Cuenoud et al. (2018) destacam que o financiamento participativo induz a cooperação e a criação de comunidades em um contexto territorial. A proximidade geográfica facilita a organização local dos atores, como os empreendimentos econômicos solidários, para enfrentar os diversos desafios territoriais por meio do financiamento participativo. Mais do que o financiamento em si, é o apoio e a inclusão em um ecossistema de proximidade que podem fortalecer as iniciativas locais. A proximidade territorial estabelece relações de confiança entre as estruturas que apoiam e financiam os projetos, promovendo uma melhor gestão de riscos e oferecendo oportunidades mais favoráveis para o financiamento de projetos inovadores.

Nessa linha, Glémain et al. (2010) compreendem que o território é o espaço privilegiado para o financiamento solidário por inventar novos modelos locais de desenvolvimento socialmente sustentável, equilibrando o econômico e o social. Dependendo da dinâmica territorial e das características socioeconômicas, as finanças solidárias são organizadas para apoiar o surgimento de redes territoriais e interterritoriais.

Por fim, a quarta perspectiva enfatiza a governança das organizações de finanças solidárias na perspectiva dos commons, ao disponibilizar serviços financeiros sob o regime de

decisões democraticamente formuladas por organizações de movimentos sociais, comunidades e coletivos (Leal, 2013; Leal & Almeida, 2016; Périlleux & Nyssens, 2017; Palacio & Climent, 2018). Essa abordagem está intrinsecamente relacionada a modelos de governança que transcendem as relações de mercado e estatais (Ostrom, 2000, 2005), buscando promover alternativas que visam re-socializar e re-politizar a economia (De Angelis, 2007; De Angelis & Harvie, 2013). As finanças solidárias passaram a ser consideradas por esses autores como expressões de um tipo novo de commons que articula ação econômica e ação política.

O trabalho de Leal (2023) compreende que as organizações dentro do movimento de finanças solidárias adotam estratégias de governança democrática que podem ser mais bem compreendidas por meio de uma abordagem de *commoning* (Ostrom, 2000; Hess & Ostrom, 2007), considerando mecanismos de confiança, regras coletivas e um senso de comunidade como elementos essenciais para alcançar o êxito e a sustentabilidade na governança dos *commons* financeiros.

Esse tipo de argumentação fundamenta-se nas contribuições do campo da governança democrática, enfatizando a construção de modelos emergentes para promover o acesso a bens e serviços (De Angelis, 2003; Linebaugh, 2008; Federici & Caffentzis, 2013; Bianchi, 2018; Bollier & Helfrich, 2019). Os commons tornaram-se uma característica proeminente em muitas organizações de finanças solidárias, impulsionadas por um impulso prefigurativo que busca criar uma sociedade caracterizada por valores radicais de igualdade, liberdade e comunidade para a produção, distribuição e reprodução coletiva (Bollier & Helfrich, 2013; 2015). Além disso, oferecem uma oportunidade de governar bens e serviços que não estão sujeitos ao mercado e ao Estado, buscando aprofundar a democracia e humanizar a economia (Harvey, 2010, 2012; Federici, 2018; De Angelis, 2017; Eynaud & Lavielle, 2021).

A partir dessa noção depreende-se que as finanças solidárias constituem um gênero de commons financeiros, designando experiências que potencialmente desmercadorizam as finanças e o dinheiro na medida em colocam em regime de governança democrática os princípios, as regras, a regulação e a finalidade da intermediação financeira utilizando princípios éticos, justos e solidários na criação e realização de instrumentos e serviços financeiros (Leal, 2023).

Em resumo, as finanças solidárias constituem um campo heterogêneo e dinâmico, sendo que as pesquisas desempenham um papel fundamental na ampliação da compreensão desse fenômeno. A diversidade de abordagens permite uma visão mais abrangente, evitando explicações restritas a quadros ideológicos limitantes e proporcionando uma compreensão mais holística do campo.

Na próxima seção, aprofunda-se nas práticas específicas dos bancos comunitários e bancos éticos, explorando como essas instituições desempenham papéis distintos dentro do panorama das finanças solidárias em seu contexto específico, a saber os bancos comunitários no Brasil e os bancos éticos na Espanha. Ao examinar suas características, estratégias e definições, busca-se compreender especificamente o fenômeno dos bancos comunitários e bancos éticos e as relações que essas organizações possuem com diferentes atores que influenciam o seu desenvolvimento, bem como o conjunto de recursos que utilizam, as instituições com as quais interagem e as preferências. A descrição dos bancos comunitários e bancos éticos permitirá uma visão mais detalhada das dinâmicas contextuais, conceituais e operacionais que caracterizam essas organizações, enriquecendo o entendimento sobre o potencial e limitações das experiências de finanças solidárias no contexto contemporâneo.

2.7. O contexto de emergência dos Bancos Comunitários no Brasil e Bancos Éticos na Espanha

As instituições financeiras, frequentemente excluídas de propostas transformadoras ou emergentes, foram consideradas improdutivas e dispensáveis para uma agenda de superação das desigualdades. Movimentos sociais com orientação marxista revolucionária, imaginaram um futuro desprovido de instituições de fornecimento de crédito (Block, 2014). Mesmo no contexto atual, o ativismo econômico enfrenta sérias dificuldades para ser reconhecido no campo dos movimentos sociais contemporâneos, uma vez que suas práticas se relacionam com a produção de bens e serviços, como é o caso dos bancos comunitários e bancos éticos, frequentemente limitados à categorização de empreendimentos solidários ou negócios sociais.

Com o avanço do processo de financeirização da vida cotidiana, conforme indicado por diversos autores, incluindo Chesnais (2005), Servet (2006) e Dowbor (2018), o acesso a bens e serviços cruciais para os cidadãos depende significativamente da inclusão no sistema financeiro, especialmente no que se refere aos serviços financeiros, como financiamento, crédito e poupança.

No entanto, nas últimas décadas, à medida que o processo de financeirização se intensificou, houve uma concentração desses serviços em áreas geográficas específicas, capitaneada por bancos globais e instituições de investimento em capital, conforme observado por Sinclair (2001) e Gloukoviezoff (2007). Essa concentração, por sua vez, conduziu a economia mundial a crises profundas, como a crise do mercado imobiliário de alto risco (subprime) em 2008 nos EUA com repercussões globais, a crise da zona do euro entre os anos

2010 e 2012, na qual vários países implementaram medidas de austeridade. Outro exemplo é a crise financeira e econômica na Argentina entre os anos de 2020 e 2023. Em resumo, a concentração do poder financeiro tornou-se uma ameaça para o desenvolvimento econômico, mas também para a democracia.

Portanto, há uma urgência de ideias e iniciativas sobre como reorganizar as finanças para contestar os excessos do sistema financeiro global governado por grandes instituições financeiras por meio de bancos centrais autônomos que constituem o Acordo de Basileia⁹.

Nesse contexto, surgem movimentos como o dos bancos comunitários e bancos éticos, buscando viabilizar e antecipar transformações no cenário financeiro, procurando redefinir o papel das instituições financeiras na sociedade apoiando-se em princípios de solidariedade e democracia.

2.7.1 Os Bancos Comunitários no Brasil: a construção de um movimento social

Os bancos comunitários representam uma manifestação política e socioeconômica singular que surgiu no contexto do movimento social de economia solidária no Brasil no final da década de 1990 (Silva Júnior, 2004). Estas organizações possuem uma dupla finalidade. Em primeiro lugar, compartilham o propósito das microfinanças solidárias, concentrando-se na prestação de serviços financeiros para facilitar o financiamento de atividades produtivas, serviços e consumo em territórios caracterizados por condições de pobreza e desigualdade. Em segundo lugar, desempenham um papel crucial na formulação de uma agenda de crítica e contestação social diante das condições de exclusão financeira e marginalização econômica e produtiva enfrentadas por populações de territórios periféricos em contextos rurais e urbanos, assim como das práticas abusivas adotadas pelas instituições financeiras convencionais.

A formação dos bancos comunitários como um movimento social está intrinsecamente ligada aos processos de interação com várias organizações de base. Essas organizações desempenham um papel fundamental como uma infraestrutura social, política e econômica que facilita a consolidação e disseminação do movimento de bancos comunitários no Brasil. Uma diversidade significativa de organizações, incluindo setores progressistas da igreja católica com orientação teológica libertária, setores de partidos de esquerda ligados ao associacionismo, movimentos sociais progressistas urbanos e rurais, redes de ativismo econômico, organizações não governamentais nacionais e internacionais, além de uma miríade de associações

⁹ Ver sobre o acordo de Basileia: https://en.wikipedia.org/wiki/Basel_Accords

comunitárias, são exemplos de organizações as quais aos bancos comunitários estão alinhados (Silva Rocha & Miranda, 2021; Nardi, 2012; Bergamin, 2011).

A presença de redes universitárias de pesquisa e extensão, juntamente com redes de gestores públicos e políticas públicas de apoio à economia solidária, também se destacam nesse campo. Essa rede de organizações e atores desempenha um papel crucial fornecendo apoio à criação e desenvolvimento dos bancos comunitários, incluindo recursos financeiros, advocacy para formulação de políticas públicas, pesquisa, material didático, campanhas de comunicação, formação e capacitação, entre outros tipos de apoio. Dessa forma, a conformação dessa rede possibilitou a expansão de inúmeros bancos comunitários no Brasil. Desde a primeira experiência do Banco Palmas em 1998, aproximadamente 158 bancos comunitários se estabeleceram em 23 estados brasileiros, atestando a nacionalização do movimento de bancos comunitários.

Especificamente, o processo de expansão do movimento de bancos comunitários, no contexto do movimento de economia solidária, teve início com a criação do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária (Instituto Banco Palmas), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada em 2003 com o objetivo de sistematizar e replicar o repertório de práticas, metodologias e instrumentos de bancos comunitários em diferentes contextos do território brasileiro (Melo Neto, 2023). Este instituto desempenha um papel especial em comunidades que identificam na estratégia do Banco Palmas um mecanismo de intervenção política e econômica em seus territórios.

A primeira experiência de replicação da metodologia do Banco Palmas ocorreu com a criação do Banco PAR na cidade de Paracuru, Ceará, em 2004. Posteriormente, por meio de um convênio entre o Instituto Banco Palmas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em 2005, foram implementados quatro novos bancos comunitários no estado do Ceará, a saber: Banco Bassa em Santana do Acaraú, Banco Serrano em Palmácia, Banco Bem em Vitória e Banco Terra em Vila Velha, Espírito Santo (Silva Júnior, 2004; Melo Neto & Magalhães, 2009).

Numerosas organizações comunitárias adotaram os bancos comunitários como estratégia associativa de ação política e econômica em seus territórios, inicialmente com apoio do Instituto Banco Palmas e, posteriormente, com contribuições de outras entidades que facilitaram sua disseminação. As incubadoras universitárias de economia solidária em diversas instituições de ensino público, como a Incubadora da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), desempenharam papel significativo. A partir de 2005, com a criação do Banco Eco-Luzia na periferia de Simões Filho, Bahia, a ITES/UFBA contribuiu para a criação de nove

novos bancos comunitários na Bahia, além de apoiar e criar em outros estados da região Nordeste do Brasil. Adicionalmente, organizações não governamentais, exemplificadas pelo Instituto Ateliê de Ideias em Vitória, Espírito Santo, criaram não apenas o Banco Bem no morro do São Benedito, mas também desenvolveram uma rede com mais de dez bancos comunitários na região Sudeste do Brasil (França Filho, 2013; Nesol, 2015).

No caso da experiência pioneira do Banco Palmas em 1998, no bairro Conjunto Palmeiras, periferia de Fortaleza, é relevante destacar a atuação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), da Comunidade Eclesial de Base (CEB) e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), inspiradas na Teologia da Libertação, e de setores de partidos de esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCB). Além disso, a presença de organizações de cooperação internacional, tais como Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e MISERIOR da Alemanha, STROHALM, ICCO e CORAID da Holanda, OXFAM da Inglaterra devem ser mencionadas. Também é relevante citar a participação da organização não governamental francesa Comitê Católico Contra a Fome pelo Desenvolvimento (CCFD) - Terre Solidaire e da organização não governamental CEARAH Periferia, responsável pela primeira doação financeira para a criação do Banco Palmas, possibilitando a criação do primeiro instrumento financeiro do banco, o Palmacard (Silva Júnior, 2004; Melo Neto, 2023).

No início dos anos 2000, o Banco Palmas emergiu como um ator relevante no movimento de Economia Solidária no Brasil e internacionalmente, passando a articular o movimento brasileiro de economia solidária por meio de sua participação na coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e, posteriormente, no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Além disso, tornou-se uma figura proeminente nos encontros do Fórum Social Mundial (FSM) em diferentes edições (Melo Neto, 2023).

A participação dessas organizações na concepção do Banco Palmas é esclarecedora no sentido de enriquecer a compreensão do conjunto de interações que fundamentam a criação e a atuação dos bancos comunitários em distintos contextos nacionais. Como exemplo ilustrativo, a gênese dos bancos comunitários está intrinsecamente vinculada à experiência pioneira do Banco Palmas. Portanto, é por meio desse conjunto de interações que se pode elucidar por que os bancos comunitários adotam uma abordagem de movimento social, notadamente no âmbito do movimento de economia solidária no Brasil. Conseqüentemente, os bancos comunitários se inserem em complexas redes de relações com organizações de base comunitária, movimentos sociais, redes universitárias, agendas políticas progressistas e apoios provenientes de organizações não governamentais, assim como de políticas públicas voltadas para superar os

desafios enfrentados por territórios e comunidades com pouco acesso as políticas de desenvolvimento e geração de trabalho e renda (França Filho & Silva Júnior, 2009; Leal et al., 2016).

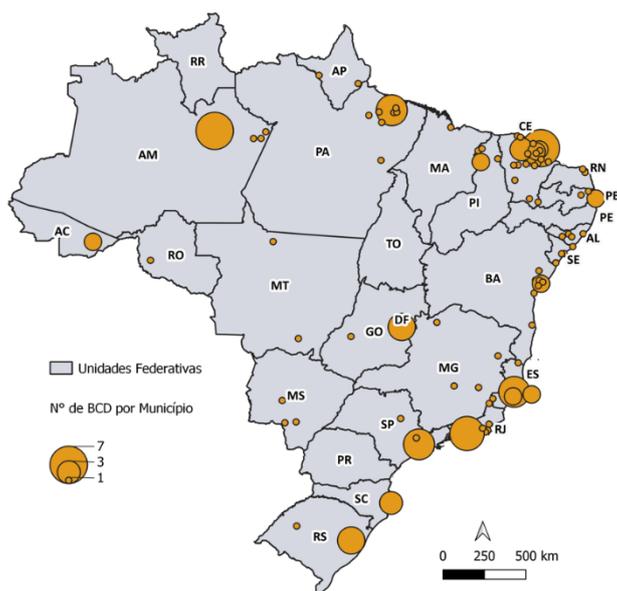
2.7.2 A Emergência da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC)

A constituição da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) resultou da disseminação e consolidação dos bancos comunitários em território nacional. A primeira replicação da metodologia do Banco Palmas no estado do Ceará foi realizada em 2004 (Melo Neto & Magalhães, 2009; Rigo & Caçado, 2015). Em 2005, quatro novos bancos comunitários foram implantados, e até 2009, o Brasil já contava com um total de 50 bancos comunitários em operação. Esse número aumentou para 78 em maio de 2012, atingindo 103 em 2013. Atualmente, existem 158 bancos comunitários distribuídos regionalmente da seguinte forma: 28 na região Norte; 69 no Nordeste; 11 na Centro-Oeste; 38 na Sudeste e 12 na região Sul.

Diante da expansão dos bancos comunitários, a RBBC foi oficialmente fundada em 2006, durante seu primeiro encontro na cidade de Fortaleza. Nesse momento, uma estrutura de governança foi eleita, passando a contar com três coordenadores: Joaquim Melo do Banco Palmas - Ceará, Marivaldo Vale do Banco Tupinambá - Pará e Leonora Mol do Banco Bem - Espírito Santo (Pupo, 2022).

O propósito fundamental da RBBC é desempenhar o papel de uma instância de articulação política e intercâmbio de experiências voltadas para o desenvolvimento institucional do movimento de bancos comunitários (REDE, 2006; Melo Neto & Magalhães, 2007). Sua formação ocorreu por meio da inclusão de todos os bancos comunitários criados no Brasil, seguindo a metodologia desenvolvida pelo Banco Palmas, ao passo que devem estar alinhados com o termo de referência e o marco teórico-conceitual dos Bancos Comunitários. Cada um desses bancos recebe uma espécie de "certificação" da RBBC (Rigo & Caçado, 2015; Souza, 2019). Atualmente, a RBBC é composta por 158 bancos comunitários, conforme ilustrado na Figura 2 abaixo.

Figura 2 - Mapa dos Bancos Comunitários no Brasil



Fonte: Autor

Ao examinar a evolução histórica da RBBC no período de 2006 a 2023, verifica-se que ao longo das últimas duas décadas, a RBBC manteve consistentemente sua coesão por meio de encontros nacionais. Nesse intervalo, a RBBC desempenhou um papel central na articulação política do movimento de bancos comunitários no Brasil.

O I Encontro Nacional da RBBC foi em Fortaleza, em 2006, marcou o início dessa trajetória, configurando-se como uma plataforma crucial para articulação política e troca de experiências entre os Bancos Comunitários. O II Encontro em Caucaia, em 2007, consolidou essa abordagem. Já o III Encontro, novamente em Fortaleza, em 2013, destacou inovações e desafios, enquanto o IV Encontro, em 2015, solidificou a perspectiva política e econômica dos Bancos Comunitários como agentes de desenvolvimento local. Em 2018, o I Encontro Global, também em Fortaleza, procurou internacionalizar a experiência brasileira. O V Encontro adaptou-se ao ambiente online em 2020 devido à pandemia de Covid-19. O I Encontro das Moedas Sociais Digitais, em Fortaleza, 2023, celebrou os 25 anos do Banco Palmas, destaca a evolução da RBBC diante das transformações sociais e tecnológicas. A trajetória da RBBC, delineada por esses encontros, evidencia não apenas sua relevância nacional, mas também seu papel como articulador político dos bancos comunitários, bem como sua relação com instituições públicas e organizações não governamentais.

A expansão das experiências dos bancos comunitários alcançou reconhecimento relativo em termos de políticas públicas, possibilitando o surgimento de um conjunto de instrumentos e programas públicos, além de parcerias com bancos públicos para o fomento dessas experiências.

2.7.3 Bancos Comunitários no Contexto das Políticas Públicas no Brasil

Considerando que os bancos comunitários não são reconhecidos como intermediadores financeiros pelas principais autoridades monetárias do país, a saber, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN), destaca-se que tais instituições não são regulamentadas por essas autoridades, mas são consideradas iniciativas da sociedade civil atuando no domínio das microfinanças, conforme preconizado pela legislação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Lei 9.790/1999. Elas são reconhecidas como experimentações, sem fins lucrativos, voltadas para novos modelos socioproductivos e sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.

Apesar de não integrarem o sistema financeiro nacional, ao longo das duas últimas décadas, uma variedade de instrumentos de políticas públicas foi formulada por diferentes governos a nível federal para apoiar e fomentar organizações no campo das finanças solidárias em geral, e dos bancos comunitários em particular.

A Economia Solidária foi institucionalizada durante o governo Lula da Silva I, em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A SENAES operou entre 2003 e 2016, foi extinta entre 2017 e 2022, e retomou suas atividades em 2023, alinhada com as políticas públicas dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que incluem os governos de Lula da Silva I e II (2003-2010), Dilma Rousseff I e II (2011-2016) e Lula da Silva III a partir de 2023. Durante os governos de Michel Temer (2016-2019) e Jair Bolsonaro (2019-2022), a SENAES foi descontinuada.

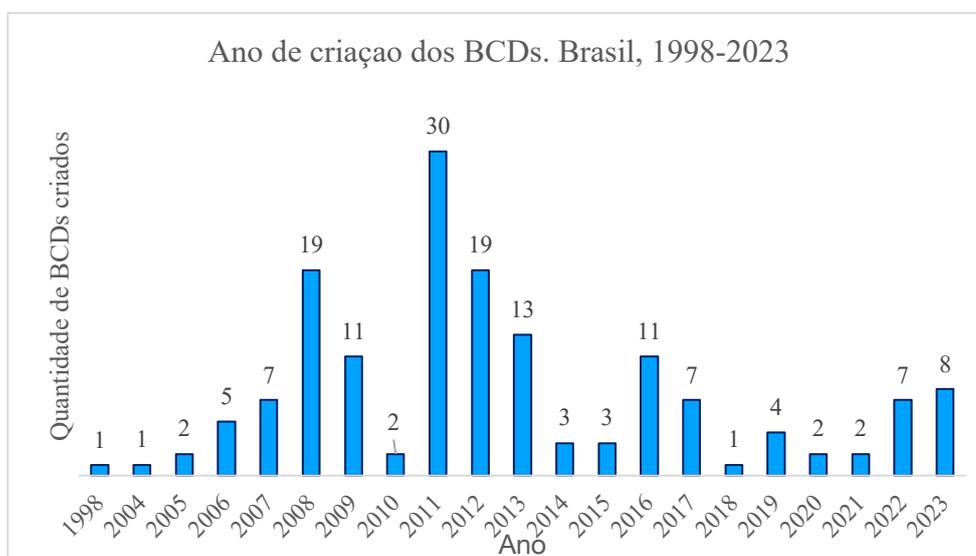
Desde sua criação, a SENAES destacou instrumentos de políticas públicas que se tornaram cruciais para o fortalecimento e expansão dos bancos comunitários no Brasil. Em 2006, um convênio foi firmado entre a SENAES, a Fundação do Banco do Brasil (FBB) e o Instituto Palmas, dando origem ao "Projeto de Apoio à Expansão da Metodologia de Bancos Comunitários em Municípios de Baixo IDH," marcando um ciclo inicial de expansão.

O ápice desses instrumentos de políticas públicas ocorreu com o lançamento de dois editais públicos para fomentar bancos comunitários no Brasil, o primeiro em 2010 e o segundo em 2013. Esses editais visavam a seleção e contratação de instituições especializadas em criar e prestar assessoria técnica para organizações de finanças solidárias em âmbito nacional e em cada região do país.

O primeiro edital, intitulado "Ação de Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários" (SENAES/MTE nº03/2010), disponibilizou R\$ 4 milhões especificamente para os bancos comunitários. Esse edital resultou das negociações entre a RBBC e a SENAES durante a I Conferência Nacional de Finanças Solidárias, realizada em São Paulo em 2010. O segundo edital, "Apoio e Fomento às Iniciativas de Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário" (SENAES/MTE nº001/2013), ofereceu R\$ 7 milhões para projetos de implantação de bancos comunitários no país (Pupo, 2022; Melo Neto, 2023).

A execução dos projetos provenientes do financiamento desses editais públicos resultou em uma expansão de cerca de 50% no número de bancos comunitários no Brasil (Pupo, 2022). O Gráfico 1, apresentado a seguir, ilustra a evolução desses bancos entre 1998 e 2023, evidenciando um aumento significativo entre 2011 e 2016, período coincidente com a implementação dos projetos financiados pelas políticas públicas da SENAES para apoio aos bancos comunitários.

Gráfico 1 - Brasil: Bancos Comunitários por ano de criação (1998-2023)



Fonte: Autor

É pertinente salientar que diversos bancos comunitários, em seus respectivos estados, atingiram níveis significativos de organização política em rede, contribuindo para a elaboração de políticas públicas estaduais. Destacam-se três casos notáveis no cenário nacional: a parceria do Banco Palmas com o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) do estado do Ceará, entre 2007 e 2008; a colaboração do Banco Bem com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), buscando a operação conjunta de recursos para viabilizar crédito para pequenos empreendimentos nos territórios dos bancos comunitários; e a contribuição da Rede Baiana de Bancos Comunitários na formulação de uma política pública estadual para expansão, fortalecimento, estímulo e desenvolvimento das finanças solidárias, por meio do associativismo de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos no Estado da Bahia.

As parcerias com bancos públicos representam outra forma de interação na trajetória dos bancos comunitários, mediadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em diálogo com os diversos bancos públicos brasileiros. Entre 2005 e 2012, o Instituto Palmas estabeleceu uma parceria com o então denominado Banco Popular do Brasil (atualmente extinto), permitindo que os bancos comunitários atuassem como correspondentes bancários e operassem o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) (Melo Neto & Magalhães, 2009; Melo Neto, 2023).

Outra colaboração significativa foi estabelecida com a Caixa Econômica Federal, visando a operação como correspondente bancário para diversos serviços financeiros, como o pagamento do Bolsa Família, entre 2009 e 2014. Atualmente, apenas quatro bancos comunitários permanecem operando como correspondentes da CAIXA (Melo Neto, 2023). Destaca-se também a parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2010 e 2012. Por meio do Banco Palmas, uma carteira de crédito no valor total de R\$ 1.700.000,00 foi disponibilizada para a RBBC, promovendo o acesso a crédito para 5.452 empreendimentos de economia solidária em diversos municípios brasileiros. Além disso, houve uma parceria com o Banco do Nordeste entre 2003 e 2013, onde o BNB apoiou projetos produtivos, de educação financeira e assessoria técnica vinculados aos bancos comunitários, visando o seu fortalecimento nos territórios (Melo Neto, 2023).

Ressalta-se que a relação dos bancos comunitários com as políticas públicas e os bancos públicos apresentou avanços, desafios e controvérsias. Nesse sentido, a necessidade de adequação às regras e procedimentos das instituições financeiras e da gestão de políticas públicas exigiu dos bancos comunitários uma profissionalização da gestão, a adaptação de estatutos, a contratação de especialistas, entre outras medidas específicas de cada caso para garantir níveis de eficiência e segurança. Assim, embora essa relação seja marcada por um

profundo processo de aprendizado pelos bancos comunitários em relação ao funcionamento das políticas públicas e dos bancos públicos, o desafio de contornar o isomorfismo permanece uma questão em aberto (Melo Neto, 2023).

Além disso, no que diz respeito à interação dos bancos comunitários com governos e políticas públicas, observa-se, nos últimos anos, o surgimento de uma nova onda de bancos comunitários por iniciativa de prefeituras municipais. Em contraste com as experiências tradicionais, onde os bancos comunitários geralmente são iniciativas de organizações comunitárias apoiadas por entidades de fomento, nessa nova tendência, as prefeituras municipais assumem um papel de destaque, embora incorporem organizações associativas no mecanismo de governança. Atualmente, 12 bancos comunitários municipais foram criados por diversas prefeituras em pequenos municípios brasileiros.

A primeira instância de um banco comunitário municipal foi estabelecida em 2013 no município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. Através da promulgação da Lei Municipal nº 2.448, em 26 de junho de 2013, que instituiu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, a cidade pioneira introduziu diversos elementos inovadores. A legislação não apenas previa a criação da moeda social Mumbuca, mas também contemplava um programa de fomento à economia solidária, a celebração de parcerias com instituições públicas ou privadas para a operacionalização do banco comunitário e serviços de finanças solidárias, além do Programa Social Bolsa Mumbuca, um mecanismo de transferência de renda municipal foi efetuado por meio da moeda social Mumbuca (Mumbuca, 2022, 2023; Pereira et al., 2020; Faria, 2018; Cernev & Diniz, 2020).

Outros municípios seguiram a iniciativa pioneira de Maricá. Em 2019, a prefeitura de Limoeiro de Anadia, localizada em Alagoas, lançou o Banco Livramento. Posteriormente, nos anos de 2022 e 2023, as prefeituras de Indiaroba e Nossa Senhora do Socorro (no estado de Sergipe), Lauro de Freitas, no estado da Bahia, juntamente com diversas prefeituras do estado do Rio de Janeiro, como Niterói, Cabo Frio, Iguaba Grande, Itaboraí, Porciúncula, Macaé e Rio de Janeiro, promulgaram legislações específicas visando a implementação de experiências de bancos comunitários municipais.

Essas ações refletem uma tendência crescente de engajamento das administrações municipais na promoção de bancos comunitários como parte integrante de estratégias mais amplas para o desenvolvimento econômico local e economia solidária, evidenciando uma mudança no panorama dos bancos comunitários, agora influenciado diretamente pelo âmbito governamental local. Este dinamismo ressalta a necessidade de um acompanhamento

cuidadoso e contínuo para compreender as transformações e implicações dessas interações ao longo do tempo.

2.7.4. As Entidades de Apoio e Fomento aos Bancos Comunitários

As organizações identificadas como entidades de apoio e fomento desempenham um papel fundamental no suporte e na expansão dos bancos comunitários, sendo compostas por instituições da sociedade civil e núcleos acadêmicos especializadas nesse domínio. Eles exercem influência no processo de desenvolvimento dos bancos comunitários ao fornecerem assistência técnica, sistematizarem metodologias, conduzirem pesquisas e promoverem processos de formação e capacitação.

No contexto das incubadoras tecnológicas de economia solidária, destacam-se iniciativas como a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento de Territórios da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) e o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (Nesol/USP). Essas incubadoras desempenharam papel significativo na execução de editais públicos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) voltados ao apoio dos bancos comunitários. Além disso, contribuíram para o reconhecimento acadêmico e institucional dessas iniciativas por meio de pesquisas, como o Mapeamento Nacional dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento realizado pela ITES/UFBA em 2012-2013 e os Cadernos de Finanças Solidárias elaborados pelo Nesol/USP em 2015. Outras entidades notáveis nesse contexto são a Organização Não Governamental Ateliê de Ideias do Espírito Santo e o Instituto Capital Social da Amazônia do Pará, que desempenham papéis de promoção e formação de novos bancos comunitários em suas respectivas regiões (Nesol, 2015; Souza, 2019).

Apesar das particularidades de cada uma dessas organizações, há uma convergência metodológica com ênfase no protagonismo comunitário e na perspectiva associativista durante a criação dos bancos comunitários ou no processo de incubação (Leal & Almeida, 2016).

2.7.5 Ações e Serviços dos Bancos Comunitários

Os bancos comunitários orientam suas atividades para realização de serviços financeiros solidários e serviços não-financeiros. Os serviços financeiros abrangem o apoio a atividades socioeconômicas no território, como microcrédito solidário e moeda social. Adicionalmente, os serviços não financeiros se referem aos processos de organização em rede

dos atores locais, além de ações de formação, capacitação, orientação e acompanhamento de empreendimentos locais, bem como a criação de fóruns e redes locais (França Filho, 2013; Silva Júnior, 2007).

O microcrédito solidário nos bancos comunitários tem como finalidade financiar a produção e o consumo local, criando um fluxo endógeno que sustenta os processos de reorganização da economia local, por meio de diferentes linhas de crédito adaptadas às demandas específicas de cada território. A metodologia desses bancos adota uma abordagem na qual a política de crédito é definida pela própria comunidade em assembleias associativas do banco comunitário. Portanto, critérios como taxa de juros, prazo de pagamento e limites de valores para o microcrédito são determinados em um processo de concertação entre a capacidade de recursos disponíveis e as decisões coletivas nas comunidades. É relevante ressaltar que a oferta de microcrédito frequentemente resulta de convênios e parcerias entre os bancos comunitários e instituições financeiras públicas, como BNDES, BB, CAIXA, BNB, entre outros (Melo Neto, 2023).

Adicionalmente, acordos em nível estadual, como os realizados com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES) e o Banco da Amazônia (BASA), contribuem para esse financiamento nos casos específicos do Banco Bem e Banco Tupinambá, respectivamente (Menezes & Crocco, 2009; Reis Pereira & Castro Oliveira, 2023).

No entanto, nem todos os bancos comunitários desenvolveram a capacidade de gerenciar tais convênios, os quais demandam elevada perícia gerencial. Assim, muitos desses bancos construíram seus fundos de crédito com base em doações da comunidade, entidades filantrópicas, além de doações de empresas públicas e privadas.

Quanto às moedas sociais, embora não sejam um instrumento exclusivo dos bancos comunitários, desempenham um papel crucial como mecanismo de troca para a circulação local da renda das famílias do território. O propósito dessas moedas é estimular o consumo local, fortalecendo a economia e impedindo a fuga de poupanças e renda do território. Nesse contexto, a moeda social atua como um instrumento de proteção da economia local, restrita a um circuito socioeconômico estabelecido pelo banco comunitário (Soares, 2009; Melo Neto & Magalhães, 2005; Lietaer & Kennedy, 2010).

As moedas sociais dos bancos comunitários possuem características distintas, como lastreamento em moeda oficial (Real), confecção baseada na iconografia local, itens de segurança, circulação no comércio local mediante contrato entre os agentes econômicos locais e o banco comunitário. O acesso a essas moedas ocorre por meio de microcrédito, câmbio direto ou recebimentos de vendas de bens ou serviços (França Filho, 2013; Menezes & Crocco, 2009).

Nos últimos anos, as moedas sociais dos bancos comunitários passaram por uma transformação progressiva, adotando a digitalização a partir do ano de 2015, com a criação da plataforma digital e-dinheiro. Essa plataforma funciona como um aplicativo de celular, oferecendo serviços como depósito, recebimento, transferência e pagamento (Cernev & Proença, 2016; Faria, 2018, Melo Neto, 2023; Almeida et. al., 2023).

Apesar do impacto econômico predominante, é importante destacar os efeitos culturais, sociais e políticos das moedas sociais, como as relações de confiança, identificação com o território e participação sociopolítica (Albuquerque, 2003; Melo Neto & Magalhães, 2003).

Embora o microcrédito e a moeda social destaquem-se como os principais serviços financeiros oferecidos pelos bancos comunitários, é possível identificar outros, tais como, correspondente bancário e microsseguros, ofertados em regime de parcerias com instituições públicas e privadas com o objetivo de ampliar a oferta de produtos para comunidade (França Filho, 2013; Souza, 2019; Pupo, 2022).

No que concerne aos serviços não-financeiros, estes visam complementar as ações socioeconômicas com iniciativas de natureza socioeducativa, com o intuito de desenvolver habilidades que permitam aos habitantes do território assumirem o protagonismo nas atividades de desenvolvimento local. Nesse contexto, os bancos comunitários frequentemente promovem cursos de formação e capacitação, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de lideranças comunitárias, a formação de agentes de desenvolvimento local e a capacitação para a gestão de empreendimentos de economia solidária, incluindo a administração da própria instituição bancária comunitária. Tais processos de formação e capacitação são geralmente conduzidos em colaboração com entidades de apoio e fomento, como organizações não governamentais e incubadoras universitárias de economia solidária (França Filho, 2013; Souza, 2019).

A orientação e o acompanhamento de empreendimentos locais constituem um serviço complementar ao microcrédito, sendo especialmente crucial devido à natureza de finança de proximidade dos bancos comunitários e à sua abordagem de desenvolvimento local. Essa ação compreende aspectos relacionados à organização em rede, viabilidade econômica dos empreendimentos financiados, bem como à gestão financeira e comercial (Melo Neto & Magalhães, 2003, 2007; França Filho, 2013; Souza, 2019).

No que se refere às organizações de fóruns e redes, os bancos comunitários buscam desenvolver suas ações mediante a criação de fóruns econômicos locais, nos quais os diversos atores da comunidade podem discutir problemas, apresentar demandas e formular planos. Dessa forma, os bancos comunitários podem ajustar suas ações com base nas discussões

realizadas nos fóruns locais, além de contribuir para vocalizar as demandas da comunidade perante instituições públicas e privadas (Melo Neto & Magalhães, 2003, 2007; França Filho, 2013; Souza, 2019).

Adicionalmente, o estímulo à rede local de economia solidária é um elemento estratégico, considerando a natureza reticular dos bancos comunitários. A construção de redes locais possibilita a articulação de empreendimentos em diferentes segmentos de produção de bens e serviços, envolvendo atores sociais, políticos e culturais. Isso se justifica pelo entendimento de que a ação isolada dos bancos comunitários não é coerente, sendo a colaboração em rede essencial para potencializar o impacto das iniciativas no âmbito local.

2.7.6 A estrutura de governança dos bancos comunitários

A estrutura de governança dos bancos comunitários é composta por quatro níveis, sendo a associação a entidade gestora, seguida pelo conselho gestor, o comitê de avaliação de crédito (CAC) e uma equipe operacional. Além disso, os bancos comunitários buscam se organizar em redes locais e na Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), ambas conferindo maior complexidade à governança dos bancos comunitários em termos de regras e tomada de decisões.

A associação local atua como a entidade gestora, desempenhando a função de representação jurídica e administrativa dos bancos comunitários em seus respectivos territórios. O conselho gestor é constituído por uma variedade de organizações locais e lideranças comunitárias, como representantes de diferentes segmentos sociais e econômicos da comunidade (grupos culturais, empreendimentos, ONGs, igrejas e escolas). O conselho gestor é responsável pela governança do banco, definindo a política e a estratégia de funcionamento. Quanto ao comitê de avaliação de crédito, suas atribuições relacionam-se com a tomada de decisão sobre a concessão de crédito, baseando-se em critérios éticos, sociais e econômicos. Suas decisões podem resultar na aprovação, revisão ou negação das solicitações de crédito dos usuários. A equipe operacional do banco desempenha as funções cotidianas de gestão, administração e atendimento às solicitações dos usuários (Melo Neto & Magalhães, 2003, 2007; França Filho, 2013; Souza, 2019).

As redes às quais os bancos comunitários se integram constituem instâncias de participação em níveis local e nacional, além de serem espaços para a criação de acordos internos e externos. Nesses locais, estratégias de cooperação em rede são discutidas para atuar dentro e fora do território. A RBBC, por exemplo, define princípios e metodologias para o

funcionamento dos bancos comunitários associados à rede, além de formar um movimento social no campo da economia solidária que busca influenciar a formulação de políticas públicas para o setor. No âmbito do território, os bancos comunitários organizam suas redes locais com a presença de produtores, prestadores de serviços, consumidores, agentes políticos e atores sociais e culturais dos bairros, comunidades e territórios (Rigo & Cançado, 2015).

Observa-se que essas estruturas fornecem o suporte político e organizacional necessário para o exercício da governança democrática nos bancos comunitários, possibilitando maior participação dos membros das comunidades nas decisões estratégicas e cotidianas.

2.7.7 Conceitualização dos Bancos Comunitários

A definição conceitual dos bancos comunitários teve sua origem entre os próprios promotores dessas instituições, desempenhando um papel integral em seu processo de consolidação. No segundo encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), um desdobramento significativo foi a elaboração de uma autodefinição pelos membros da rede, caracterizando os bancos comunitários como "serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária" (Melo Neto & Magalhães, 2009).

Na visão da RBBC, a missão dos bancos comunitários é impulsionar o desenvolvimento de territórios caracterizados por condições de pobreza e desigualdade, por meio do apoio à criação de redes locais que envolvem produtores, consumidores e atores sociais, com o propósito de fomentar iniciativas de economia solidária em diversos setores e fases da produção e prestação de serviços.

França Filho & Silva Júnior (2009, p. 103) corroboram com essa perspectiva, conceituando os bancos comunitários como uma "prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano". Nesse contexto, os bancos comunitários são considerados um instrumento privilegiado para a organização e integração de atores sociais e econômicos de um determinado território numa abordagem de rede de economia solidária.

Embora uma definição formalista dos bancos comunitários tenha predominado, conforme revelado por Mourao e Retamiro (2021) em uma pesquisa bibliométrica sobre o campo. Ao longo da trajetória do movimento de bancos comunitários no Brasil, diversas pesquisas têm se empenhado em analisar essas instituições sob prismas conceituais diversos.

Essas investigações contribuem significativamente para enriquecer a compreensão do tema, explorando diferentes mecanismos operacionais e os diversos efeitos gerados pela atuação dos bancos comunitários.

Destacam-se três perspectivas fundamentais para compreender os bancos comunitários: como uma experiência de hibridação de princípios econômicos, como um *commons* financeiro e como instrumentos de utilidade social.

Na primeira perspectiva, destaca-se que o funcionamento dos bancos comunitários envolve a convergência de diversas lógicas em sua atuação, decorrente da natureza multifacetada dos serviços oferecidos e das variadas fontes de geração e captação de recursos. Em consonância com uma visão pluralista do funcionamento socioeconômico, em contraposição à tradicional associação exclusiva à economia de mercado, os bancos comunitários, segundo França Filho (2008) e Rigo & França Filho (2017), representam uma forma substantiva de economia que integra mecanismos de mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade na prestação de serviços financeiros e não financeiros.

Na perspectiva dos *commons* financeiros, os bancos comunitários, de acordo com De Angelis (2007) e De Angelis & Harvie (2013), estabelecem uma modalidade de governança que transforma os recursos em um tipo de *commons* financeiros. A governança democrática dos fundos de microcrédito e moeda social, pautada por decisões participativas e/ou deliberativas, prioriza o interesse coletivo, alinhando-se com modelos de governança que transcendem as relações estatais e de mercado (Ostrom, 2000, 2005). Esses bancos passam a ser reconhecidos como expressões significativas de um novo tipo de *commons*, integrando ação econômica e política.

Por fim, a utilidade social dos bancos comunitários refere-se à sua capacidade de produzir uma forma plural de riqueza econômica, que não se limita à avaliação tradicional centrada em resultados econômico-financeiros. Segundo Silva Júnior (2016) e Lopes et al. (2018), a análise interacionista dessas entidades vai além das métricas quantitativas, considerando que muitos aspectos de utilidade social escapam à captura por parâmetros convencionais usados nas finanças de mercado. Dessa forma, a utilidade social afirma-se no valor societal criado mediante o processo colaborativo de ação do empreendimento para resolver os problemas comuns do território.

As atividades dos bancos comunitários são entendidas como contribuições para a coesão social, redução de assimetrias, fortalecimento da solidariedade e criação de condições propícias ao desenvolvimento sustentável e à democracia, resultando em utilidade social nas dimensões socioambiental, sociopolítica, socioeconômica, sociocultural e socioinstitucional

(Silva Junior & Rigo, 2022; Leal & Silva Júnior, 2023). Essas dimensões abrangem o impacto socioambiental das ações dos bancos, seu papel na esfera política e social, as contribuições para o desenvolvimento econômico-social, a influência na esfera cultural da comunidade e a relevância nas instituições sociais.

Nesse contexto, a avaliação da utilidade social dos bancos comunitários transcende a análise meramente econômica, incorporando uma perspectiva mais abrangente que reconhece e valoriza as contribuições dessas instituições para o bem-estar e o desenvolvimento holístico das comunidades em que estão inseridos.

2.8 Bancos Éticos: a Emergência de um Movimento no Cenário Espanhol

O cenário de crise das instituições financeiras na Espanha pode ser caracterizado por dois momentos: o primeiro de expansão e um segundo de recessão, tendo como ponto de inflexão o recrudescimento da crise financeira de 2007-2008 (crise do subprime), que se estendeu até o ano de 2017. Durante o período de expansão, houve uma notável proliferação das instituições do setor financeiro; no entanto, com a crise de 2008, testemunhou-se uma contração sem precedentes, com mais de 100 instituições, incluindo bancos e cooperativas de crédito, desaparecendo. Destacam-se a extinção de 43 caixas de poupança e crédito das 45 existentes na Espanha e a injeção de 65 milhões de euros pelo estado espanhol para resgatar bancos e outras entidades financeiras falidas (Palomo et al., 2010; Palacio, 2014).

Diversos fatores explicam a ruína do mercado financeiro espanhol, incluindo a queda das taxas de juros para remuneração de depósitos e empréstimos pelo Banco Central Europeu, a concentração bancária das últimas duas décadas, a redução significativa de trabalhadores devido à implementação massiva de tecnologias da informação e comunicação, e a resposta legal de muitos clientes, que buscaram reaver perdas e renegociar contratos considerados abusivos (Alvarez, 2008; Alonso Pérez & Furió Blasco, 2010).

Em resposta à crise, a sociedade civil e os movimentos sociais mobilizaram-se imediatamente, exigindo modelos econômicos e instituições financeiras mais éticas, transparentes e responsivos. O movimento 15 M, por exemplo, reuniu milhares de ativistas na Puerta del Sol de Madrid, denunciando o poder financeiro e os partidos políticos que apoiaram políticas de cortes nos serviços públicos e privatizações. O grupo “Juventude sem Futuro” expressou suas preocupações com a falta de casa, emprego e aposentadoria, destacando as principais consequências dos cortes nos serviços públicos durante a crise financeira (Hughes, 2011; Morell, 2012; Flesher Fominaya, 2020).

A responsabilidade das instituições bancárias tradicionais e dos investimentos especulativos na situação econômica do país gerou repúdio entre seus clientes e aumentou o interesse por finanças éticas (Palacio, 2016).

Assim, os bancos éticos surgiram como resposta de setores da sociedade e movimentos sociais no campo do ativismo econômico, buscando ser uma ferramenta de mudança política e social que utiliza instrumentos de intermediação financeira para atender aos cidadãos "indignados" com as consequências da crise financeira (Sasia & De la Cruz, 2008).

Os bancos éticos promovem, em seu sentido mais radical, uma vinculação direta de comportamentos solidários, constituindo um modelo de intermediação social baseado em valores, solidariedade e inclusão social, articulados por meio de redes cidadãs densas (Sasia & De la Cruz, 2008; De la Cruz & Sasia, 2010).

Segundo Ballesteros (2003), os bancos éticos utilizam serviços financeiros, como poupança e crédito, como meio para atingir objetivos sociais, como investir em projetos geradores de trabalho e renda, promover a inserção laboral de pessoas excluídas e apoiar processos produtivos sustentáveis.

Verifica-se que a atuação dos bancos éticos transcende os meros instrumentos financeiros, incluindo a participação em campanhas ativistas, como a notável "Campanha Banca Armada", que tem por objetivo expor publicamente as instituições bancárias espanholas que financiam indústrias fabricantes de armas por meio de financiamento (Banca Armada, 2023)¹⁰. O interesse crescente dos cidadãos por produtos e iniciativas financeiras de caráter ético tem se consolidado de maneira contínua, com diversas experiências de poupança e crédito ético ganhando destaque em várias regiões autônomas da Espanha (Alonso Alemán, 2020).

Em 1999, um conjunto de entidades sociais catalãs se uniu para fundar a Associação de Finanças Éticas e Solidárias (FETS), com o propósito de mobilizar organizações em torno do campo da economia social e solidária, além de promover os princípios e valores dos bancos éticos (Marí de la Torre, 2009). Antes mesmo de os bancos éticos serem reconhecidos como uma alternativa emergente em resposta à crise, algumas organizações, nos primeiros anos da década de 2000, já promoviam encontros para debater o tema. Um exemplo é o I Congresso Internacional de Banca Ética na Catalunha, organizado pela Associação de Finanças Éticas e Solidárias (FETS), que reuniu importantes organizações do campo das finanças éticas da Europa, como Banca Popolare Etica (Itália), Triodos Bank (Holanda), JAK (Suécia), South Shore Bank (Chicago), Caisse Solidaire Nord-pas de Calais (França), Grameen Bank

¹⁰ Banca Armada. 2023. Site: <https://bancaarmada.org/es/campana/>

(Bangladesh), Sewa Bank (Índia), ADIE (França), Oikocredit (Holanda), SIDI (França), EIRIS (Reino Unido), New Economics Foundation (Reino Unido), FINANSOL (França), Coop57, Acció solidaria contra l'atur, Oikocredit Catalunya, FIDEM, Fundació Un Sol Món (Alsina, 2002; Alonso Alemán, 2020).

Segundo Alonso Alemán (2020), as atividades do sistema financeiro passaram a ser contestadas de forma contundente pelo movimento nascente de finanças éticas na Espanha, tanto de maneira discursiva quanto na criação de soluções e serviços para ativistas e cidadãos. Vale ressaltar que as iniciativas dos bancos éticos estão intimamente relacionadas ao progressivo avanço das experiências de organizações de economia solidária na Espanha, que buscavam crédito e outros serviços financeiros para expandir suas atividades. Nesse contexto, os bancos éticos surgem como uma alternativa para impulsionar o crescente movimento de economia solidária no Estado espanhol (Alsina, 2002).

Em 2001, a organização Economistas sem Fronteiras e a então denominada Rede de Instrumentos de Financiamento Alternativo e Solidário (RUFAS) passaram a trabalhar ativamente na difusão das finanças éticas na Espanha, destacando princípios, metodologias e, sobretudo, as experiências existentes na Espanha, como Acció Solidària contra l'Atur de Barcelona, Fondo de Solidaridad Paz y Esperanza de Granada, Fondo Solidario de Jerez, entre outras (San Emeterio & Retolaza, 2003; Alonso Alemán, 2020; REFAS, 2023).

Cabe destacar que o desenvolvimento dos bancos éticos na Espanha se entrelaça com as experiências de investimentos socialmente responsáveis, nos quais critérios éticos se combinam com os financeiros para apoiar atividades produtivas em setores marginalizados no acesso ao crédito (combate à pobreza, promoção de micro e pequenas empresas, proteção ambiental etc.). Destacam-se os investimentos éticos ou alternativos que canalizam a poupança dos países do norte para projetos que contribuem para o desenvolvimento de países do sul global, apoiados por organizações como Southshore Bank, Triodos Bank, Citizens Bank e Banca Ética Italiana. Esses fundos de investimento representam uma forma de direcionar o capital pelos mercados convencionais, investindo em empresas que buscam melhorar as condições ambientais ou de trabalho em seu entorno (García, 2009).

A agenda sobre os investimentos socialmente responsáveis também passou a incorporar os instrumentos financeiros convencionais da bolsa de valores, que buscam discriminar o investimento a favor de empresas e organizações socialmente responsáveis, como os fundos de investimento ético em bolsas de valores convencionais de empresas ou organizações que atendem a critérios valorativos, excluindo negócios poluentes, armamentistas ou que não respeitam os direitos humanos. Participam desse movimento movimentos religiosos libertários,

cooperativas, sindicatos, ONGs e outros tipos de organizações no campo dos movimentos sociais progressistas que apoiavam mudanças no sistema produtivo e financeiro, a exemplo da Irmandade Obreira de Ação Católica (HOAC) (Alsina, 2002).

Pode-se considerar a existência das experiências de poupança ética na Espanha como parte deste amplo movimento, que culminará no fortalecimento e expansão dos bancos éticos no país. Essas experiências incluem os fundos éticos e solidários gerenciados por ONGs, organizações humanitárias e até mesmo por bancos públicos que oferecem serviços de poupança, crédito e investimento para projetos voltados à mitigação da pobreza e exclusão social (Ballesteros, 2003).

A perspectiva desses movimentos considera que a banca ética engloba diferentes tipos de organizações e instrumentos fundamentados em princípios e metodologias de finanças éticas, destinados a oferecer respostas reais para pessoas e grupos que o mercado financeiro tradicional exclui de seus serviços devido à falta de garantias econômicas suficientes. Isso inclui desde projetos de inserção laboral, ONGs, cooperativas, sindicatos e organizações do movimento de economia social e solidária até pessoas em situação de desemprego, imigrantes, e aquelas que vivem em condição de pobreza e exclusão social, entre outros (Alsina, 2002).

Dessa forma, o surgimento dos bancos éticos na Espanha está relacionado a um conjunto de organizações e experiências no campo das finanças éticas, abrangendo uma diversidade de instrumentos financeiros que promovem valores como solidariedade, democracia e construção de alternativas diante da dinâmica dos mercados financeiros. Esse movimento inclui tanto os fundos de investimento ético quanto as experiências de poupança ética, crédito desmercadorizado e outros serviços financeiros oferecidos por associações e coletivos sociais que apoiam causas diversas, como agricultura ecológica, comércio justo, energias renováveis, habitação social, reciclagem, entre outras.

É instrutivo destacar a experiência do banco ético Coop57 para compreender a dinâmica dos bancos éticos no seio dos movimentos sociais, a partir de uma experiência emblemática na região autônoma da Catalunha, Espanha. A Coop57 é uma cooperativa de serviços financeiros éticos e solidários, caracterizada como uma entidade parabancária, uma vez que não é diretamente regulada pelas autoridades financeiras do país, constituindo-se formalmente como uma sociedade cooperativa de responsabilidade limitada que oferece serviços financeiros sem fins lucrativos para os sócios (Coop57, 2023).

A origem da Coop57 remonta à luta sindical dos trabalhadores da editora Bruguera pela manutenção dos empregos e pelas indenizações por demissão. Com o dinheiro das indenizações, criaram um fundo coletivo, dividido em três partes: destinada à luta operária do

Sindicato de Trabalhadores do Campo de Andaluzia, outra voltada para projetos de solidariedade internacional na Nicarágua, e o restante, cerca de 30 milhões de pesetas, foi utilizado para criar um fundo destinado ao financiamento de projetos cooperativos de geração de emprego, dando origem à Coop57 em 19 de junho de 1995 (Ballbé, 2013; Betanzos-Martín et al., 2023).

A atuação da Coop57 abrange o cooperativismo, a economia social e solidária e as finanças éticas e solidárias, enfrentando desafios relacionados ao crédito a serviço da mudança social, democracia interna, intercooperação, perspectiva feminista e enraizamento territorial. A cooperação desempenha um papel crucial como intermediária financeira, visando à transformação da sociedade por meio do uso do dinheiro, captando a poupança da sociedade civil (indivíduos e entidades) e canalizando-a para o financiamento de projetos desses setores.

A composição da cooperativa inclui pessoas e entidades da economia social e solidária, sendo propriedade de todos os seus membros, cuja gestão é baseada em acordos coletivos entre os sócios, que são simultaneamente provedores e tomadores dos serviços financeiros da cooperativa. Existem dois tipos de membros: membros colaboradores individuais e membros de entidades de serviços (Coop57).

A evolução da Coop57 caracteriza-se por um crescimento contínuo desde o início. A base social da Coop57 é composta por 6.348 membros, dos quais 1.107 são entidades de serviços e 5.241 são membros colaboradores individuais, dados referentes a 2022. No quinquênio de 2018 a 2022, a base social cresceu 25,0%. Do total da base social, 87 entidades de serviços e 382 membros colaboradores individuais pertencem à Coop57-Andalucía (Betanzos-Martín et al., 2023, Coop57, 2023).

Portanto, a Coop57 mantém uma dupla dimensão de ação, atuando no setor socioeconômico e no movimento social, buscando articular-se em mercados sociais e criar alianças com outros atores progressistas nos setores econômico, político e social (Betanzos-Martín et al., 2023). Desde sua origem, os bancos éticos buscaram constituir redes de mobilização política, reivindicando o direito ao crédito como parte do repertório do movimento de economia social e solidária na Espanha.

2.8.1. Rede e Organização Política dos Bancos Éticos

O desenvolvimento das experiências de bancos éticos pode ser atribuído à mobilização de redes e plataformas destinadas a promover as finanças éticas na Espanha. Nessa perspectiva, é possível identificar algumas experiências relevantes como mecanismos para a organização

em rede das experiências emergentes. Essas redes buscam congregar os diversos atores atuantes no campo das finanças éticas, tanto aqueles envolvidos diretamente na intermediação financeira, quanto aqueles que atuam como organizações de apoio e fomento para a criação e desenvolvimento dos bancos éticos na Espanha.

Na década de 1990, diversas organizações de finanças éticas e solidárias, juntamente com ativistas de diferentes movimentos sociais, criaram a "Red de Útiles Financieros Alternativos y Solidarios" (RUFAS), aplicando princípios de participação democrática na governança da poupança e do crédito. Essa rede incorporou o direito do poupador de decidir sobre o destino e a aplicação de seu investimento, além de possibilitar a exigência de um tipo de retorno social e ambiental equilibrado com o retorno financeiro (REFAS, 2023).

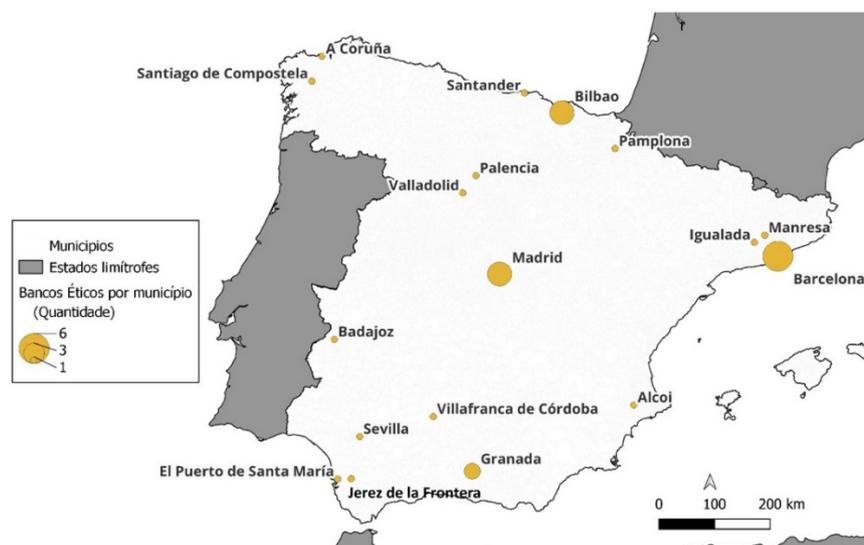
As ações da RUFAS incluíam a troca de experiências e metodologias sobre finanças éticas, sensibilização da opinião pública, influência em governos, políticas públicas e marcos legais, além de realizar campanhas de contestação e denúncia relativas às práticas especulativas da banca comercial (San Emeterio & Retolaza, 2003). Diferentes organizações de finanças éticas e solidárias fizeram parte da RUFAS, como ProEmpleo, Fundació Deixalles em Mallorca, Iniciativas de Economía Alternativa y Solidaria (IDEAS), Cooperativa de Intercambio 3er Sector, Economistas Sin Fronteras, REAS Euskalerrria, Acció Solidària contra l'Atur, Fondo de Solidaridad Paz y Esperanza de Granada, Fondo Solidario de Jerez, Asociación por un Interés Solidario, e a Associação para a Financiación Solidaria. No final dos anos 1990, a RUFAS encerrou suas atividades, dando lugar a outras redes de articulação, como a Red de Finanzas Alternativas y Solidarias (REFAS) (REFAS, 2023).

A REFAS, criada em 2015, é uma rede de entidades que inclui diferentes organizações que desenvolvem atividades parabancárias visando o estabelecimento de circuitos financeiros alternativos. Os instrumentos financeiros dessas entidades, como poupança e crédito, caracterizam-se como mecanismos para promover mudanças políticas e sociais nos territórios em que atuam, especialmente para aqueles excluídos do crédito bancário que buscam construir projetos de economia solidária (REFAS, 2023). A REFAS define-se como uma rede que atua pelo desenvolvimento local e construção social, colaborando com os movimentos sociais no domínio da economia solidária e atendendo às necessidades que requerem apoio financeiro. Atualmente, a REFAS é composta por mais de 19 entidades, incluindo associações, fundos e até mesmo outras redes menores, como a Red Para La Financiación Alternativa (ENCLAU) (REFAS, 2023).

A Figura 3, abaixo, demonstra a presença da banca ética na Espanha, considerando iniciativas e projetos de diferentes tipologias e dimensões, que se complementam e permitem

que o movimento de bancos éticos esteja presente em diferentes regiões do Estado Espanhol. Segundo dados do Barômetro das Finanças Éticas e Solidárias realizado pela FETS (2023), atualmente, há um total de 30 organizações dessa natureza, sendo 18 entidades parabancárias, duas bancárias, seis de seguros e quatro de corretagem.

Figura 3 - Mapa dos Bancos Éticos na Espanha



Fonte: Autor

Outras iniciativas relevantes no contexto das finanças éticas e bancos éticos na Espanha incluem a Red de Redes de Economía Alternativa y Solidaria (REAS) e a organização Financiamento Ético e Solidário (FETS). Essas entidades desempenham um papel crucial no fortalecimento dos bancos éticos, conduzindo pesquisas, campanhas ativistas e fornecendo assistência técnica e metodológica para o desenvolvimento contínuo das finanças éticas na Espanha.

A REAS, criada em 2000, é uma rede de redes do movimento de economia solidária da Espanha, composta por mais de uma centena de entidades agrupadas em redes territoriais e setoriais, abrangendo todo o território espanhol. Seu compromisso está na promoção política e socioeconômica das organizações de economia solidária no Estado espanhol, coordenando iniciativas alinhadas com princípios como igualdade, trabalho, emprego, ecologia, cooperação, sem fins lucrativos e com compromisso territorial (Corrons & Gomis, 2016; REAS, 2023).

Atualmente, a REAS é constituída por 15 redes territoriais e 4 setoriais, reunindo mais de 50.000 pessoas em 944 organizações. Além disso, mantém alianças estratégicas com outras redes de Economia Social e Solidária, como a Mesa de las Finanzas Éticas, Coordinadora Estatal de Comercio Justo, Asociación Española de Recuperadores de Economía Social y Solidaria, Federación de Cooperativas de Trabajo de Cataluña e a Unión Renovables (REAS, 2023).

Outra organização significativa nesse panorama é a Finanças Éticas e Solidárias (FETS), uma associação de segundo nível que reúne, desde 1999, mais de 30 organizações do movimento de economia social e solidária, finanças solidárias, além de outras organizações não governamentais e de solidariedade internacional que promovem instrumentos de financiamento com perspectiva ética, feminista, ecológica e solidária na Espanha, com foco especial na região autônoma da Catalunha (Vidal, et al., 2019).

As principais ações da FETS incluem a elaboração de rankings que evidenciam o grau de conformidade das entidades financeiras com os princípios de finanças éticas, o credenciamento com o selo europeu EthSI de qualidade ética e solidária voltado para os serviços no setor de seguros, a Escola de Ativismo e Finanças Éticas, que atua como um espaço de treinamento para capacitar jovens a participar de campanhas e ações de ativismo econômico. Por fim, a Rede por uma Educação em Finanças Éticas e Solidárias (RedEFES) proporciona um ambiente para a troca de recursos pedagógicos e experiências entre os atores que promovem a educação econômica crítica (FETS, 2023).

2.8.2. Governo, Políticas Públicas e Regulação dos Bancos Éticos

Do ponto de vista regulatório, os bancos éticos na Espanha podem ser classificados como entidades bancárias ou parabancárias. No primeiro caso, referem-se a experiências registradas no Banco Central da Espanha e, portanto, sujeitas à regulamentação bancária. No segundo caso, são entidades cooperativas ou associativas que oferecem serviços financeiros aos sócios, não sendo consideradas instituições financeiras e, conseqüentemente, não sofrendo regulamentação bancária, sendo reguladas pela legislação cooperativa ou de sociedades mútuas.

A relação dos bancos éticos com o governo, políticas públicas e marcos regulatórios na Espanha é relativamente incipiente, marcada por acordos de cooperação ocasionais e uma produção legislativa modesta direcionada à regulação (San José, Retolaza & Pruñonosae, 2014).

Conforme destacado por Setem (2020), a legislação específica para os bancos éticos é pouco desenvolvida, refletindo a escassez de normas regulamentares para as finanças éticas em geral e, particularmente, para os bancos éticos. De modo que as organizações responsáveis pela criação de bancos éticos, como associações e cooperativas, operam com base no marco regulatório geral das sociedades mútuas, da economia social e do cooperativismo, especialmente do cooperativismo de crédito. Este quadro legal inclui as leis do Estado Espanhol sobre os Fundos Mútuos de Segurança Social de 30 de junho de 2000, Economia Social de 29 de março de 2011, e Sociedades Cooperativas de 16 de julho de 1999, além das leis específicas das regiões autônomas para economia social, como na Galiza, Ilhas Canárias, La Rioja e Aragão.

Do ponto de vista regulatório, vale mencionar a aprovação, pela Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários (CNMV) em 2014 do documento elaborado pela Associação das Instituições de Investimento Coletivo e Fundos de Pensões (INVERCO) com a finalidade de regulamentar a aplicação de critérios ambientais, sociais e de governança corporativa na política de fundos de investimento das Instituições de Investimento Coletivo (IIC). Destaca-se também a norma da agência AENOR: UNE 165001:2012, que estabelece os requisitos para produtos financeiros socialmente responsáveis. Essas fontes representam uma regulamentação nascente para um setor financeiro relativamente novo e carente de regulamentação legal e fomento público (Segura & Martinez, 2018).

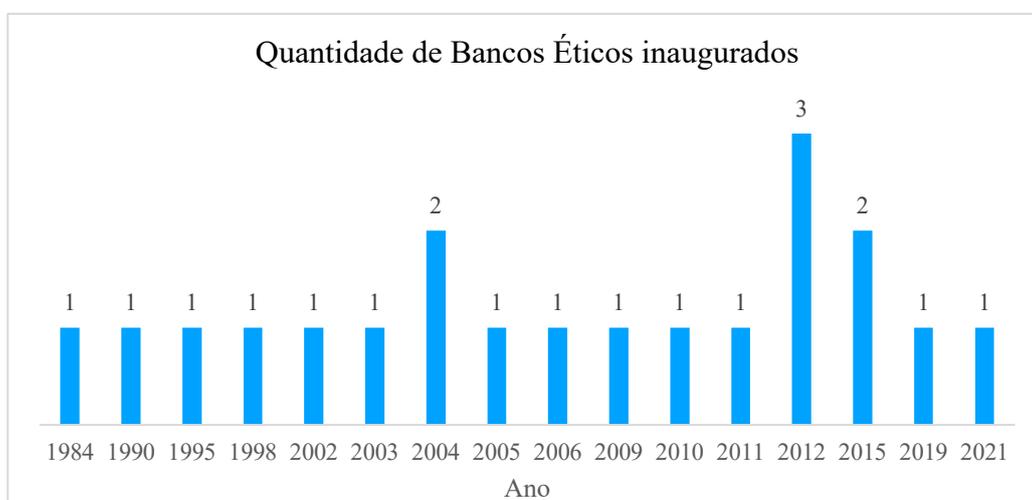
Outras ações dignas de nota referem-se as parcerias estabelecidas entre alguns bancos éticos e governos locais. Geralmente são convênios entre os bancos éticos e as prefeituras para criar fundos de garantia conjuntos, destinados, por exemplo, ao financiamento de entidades sociais consideradas de alto risco, financiamento de projetos de habitação social cooperativa ou de energias renováveis. Como exemplo, destaca-se o acordo firmado em 2017 entre a Coop57 e a Câmara Municipal de Barcelona, com o objetivo de facilitar o acesso a financiamento para entidades da economia social e solidária na cidade de Barcelona (Gaseta Municipal, 2017). Como resultado desse acordo, a Coop57 concedeu 113 empréstimos, totalizando mais de 5 milhões de euros entre 2017 e 2022 (Coop57, 2023).

Esse tipo de operação também é realizado em colaboração com os fundos de garantia do Banco Europeu de Investimento da Comunidade Económica Europeia, visando financiar operações direcionadas para empreendimentos da economia social e solidária, em condições adequadas às necessidades das organizações (Fiare, 2023).

Dessa forma, observa-se que as políticas públicas, relações com governos e marcos regulatórios têm desempenhado um papel sutil no desenvolvimento dos bancos éticos na

Espanha, refletindo-se em um lento processo de difusão quantitativa dessas experiências. O Gráfico 2, abaixo, demonstra a evolução do número de bancos éticos por ano de criação na Espanha.

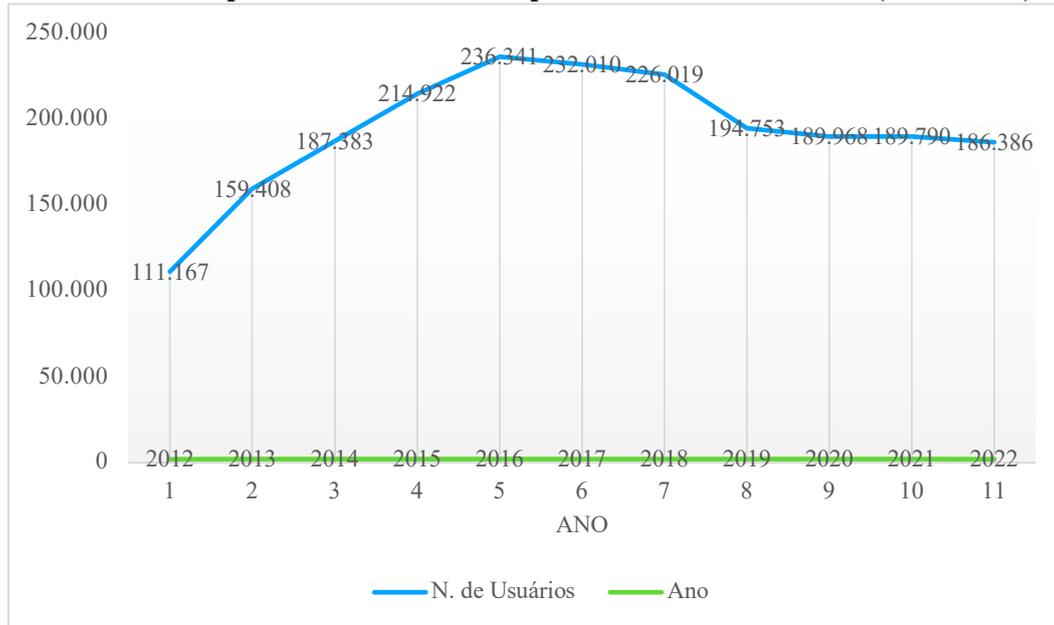
Gráfico 2 - Espanha: Bancos Éticos por ano de criação (1984-2023)



Fonte: Autor

Entretanto, no contexto espanhol, é mais apropriado analisar a evolução dessas experiências pelo número de usuários que aderiram a iniciativa, seja como sócios ou usuários dos bancos éticos. Embora o número de bancos éticos seja comparativamente inferior ao número de bancos comunitários no Brasil, essas experiências contam com um elevado número de usuários, como evidenciado no Gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 - Espanha: Bancos Éticos por número de usuários (2012-2022)



Fonte: Autor

2.8.3. Ações e Serviços dos Bancos Éticos

Os bancos éticos representam experiências emergentes no fornecimento de serviços de crédito, poupança no contexto da intermediação financeira da sociedade civil e movimentos sociais. Esses serviços são direcionados para o desenvolvimento de setores socioeconômicos envolvidos com objetivos de inclusão de imigrantes e pessoas com deficiência, recuperação e preservação ambiental de áreas degradadas, produção de alimentos agroecológicos, organizações de arte e cultura, cooperativas de habitação social, projetos de transição energética, mercados de comércio justo, projetos de formação e educação para o trabalho, empresas recuperadas por trabalhadores, entre outros (Sasia, 2012).

Esse tipo de financiamento tem como propósito criar um circuito de intermediação financeira adequado às necessidades de organizações no campo da economia social e solidária, além de apoiar processos de desenvolvimento local, uma vez que muitas dessas organizações e territórios estão excluídos dos sistemas de financiamento do mercado financeiro (Ballbé, 2013).

Desse modo, os serviços financeiros dos bancos éticos podem ser classificados em dois grupos. Primeiramente, aqueles realizados pelos bancos éticos regulados pela autoridade bancária, e, em segundo lugar, aqueles realizados pelas entidades parabancárias. Essa distinção se justifica, uma vez que as entidades parabancárias estão limitadas à oferta de serviços

financeiros de acordo com o marco regulatório ao qual estão vinculadas, ou seja, o marco das entidades cooperativas e daquelas com relações mútuas.

No primeiro grupo, as entidades bancárias oferecem serviços financeiros comuns à oferta bancária mercantil, direcionados para sócios e não sócios. Entretanto, esses bancos éticos desenvolvem políticas de crédito e critérios de avaliação adicionais relacionados a aspectos éticos e ambientais premiando organizações alinhadas a política dos bancos éticos e excluindo organizações opostas. Nesse caso, os serviços incluem a oferta de conta corrente, cartão de débito, internet banking para serviços online, poupança, plano de pensões, hipoteca e doações.

No segundo grupo, as entidades parabancárias oferecem serviços exclusivamente aos membros associados da cooperativa ou associação, numa perspectiva de ajuda mútua. Nestes casos, os bancos éticos possuem maior discricionariedade para elaborar critérios de avaliação na oferta de serviços. Por outro lado, estão limitados nos tipos de serviços financeiros que podem oferecer. De todo modo, há uma significativa variedade de serviços, tais como, crédito, financiamento, ajudas reembolsáveis, poupança, investimento e autofinanciamento coletivo.

É importante destacar que o financiamento, principal serviço financeiro dos bancos éticos, é baseado em sistemas de garantia solidária entre as entidades sócias. Além disso, buscase alianças com entidades externas, como a administração pública, para criar fundos de aval conjuntos, visando compartilhar os riscos assumidos na atividade de crédito. Cada solicitação de crédito é avaliada por comissões éticas e sociais, além de comissões técnico-econômicas (Fiare, 2023; Coop57, 2023).

Adicionalmente, os bancos éticos passaram a constituir fundações de apoio, visando complementar os serviços financeiros com a oferta de serviços não-financeiros, como a realização de ações de formação, capacitação, influência em políticas públicas e legislação, assessoria técnica e ativismo econômico.

2.8.4. Estrutura e Governança dos Bancos Éticos

O modelo organizacional dos bancos éticos responde a uma abordagem de democracia interna e organização em rede, operando em níveis territorial, nacional e, em alguns casos, internacional. Dessa forma, diversos atores e organizações compõem a governança e participam do processo decisório em diferentes instâncias. Embora haja variações nesse modelo, a caracterização a seguir oferece uma compreensão geral dos princípios de governança e estrutura decisória dos bancos éticos na Espanha.

De acordo com Betanzos-Martín et al., (2023), a base desse modelo consiste nos grupos territoriais, também denominados grupos de iniciativa territorial que consistem em órgãos e estruturas de decisão locais. Esses grupos possibilitam o desenvolvimento de modelos de organização democrática, incorporando dinâmicas participativas e deliberativas nos processos de tomada de decisão.

Os grupos territoriais também desempenham um papel crucial na articulação de redes, mobilizando atores sociais e organizações de economia social e solidária com o objetivo de criar um circuito político e econômico no território de cada banco ético. A dinâmica subjacente à organização em rede a partir do nível local permite uma abordagem adaptada à realidade de cada banco ético, enquanto, ao mesmo tempo, mantém uma unidade organizacional por meio da entidade constituída. Esse modelo viabiliza o protagonismo e o controle social por parte das organizações em cada território (Betanzos-Martín et al., 2023).

O funcionamento dos grupos territoriais baseia-se em decisões descentralizadas dentro do quadro jurídico e institucional de cada banco ético, especialmente no que diz respeito à avaliação de solicitações de financiamento e à escolha de representantes para participação em assembleias gerais. Cada grupo territorial possui órgãos próprios, como comissões, conselhos e assembleias (Fiare, 2023; Coop57, 2023).

Os grupos territoriais geralmente possuem duas comissões: a comissão ética e social e a comissão técnica-econômica. A primeira é responsável pela avaliação ético-social em pedidos de associação ou financiamento, enquanto a segunda avalia a viabilidade econômica dos projetos, recomendando ou rejeitando solicitações de financiamento. Essa dupla avaliação visa garantir alinhamento político, segurança econômico-financeira e promover processos de governança democrática (Betanzos-Martín et al., 2023).

O modelo de governança dos bancos éticos é fundamentado em uma abordagem de baixo para cima. Cada pessoa e entidade associada está vinculada a um grupo territorial. A participação direta da base social, incluindo pessoas e entidades associadas, ocorre no âmbito do território em assembleias dos grupos territoriais, onde são tomadas decisões e por onde são eleitos os representantes que, posteriormente, participam das assembleias gerais. São nessas assembleias gerais que as decisões de cada grupo territorial são compartilhadas e votadas pelo conjunto dos delegados territoriais, seguindo o princípio clássico de uma pessoa, um voto, independentemente do capital (Betanzos-Martín et al., 2023).

A Assembleia Geral é responsável por eleger um Conselho Gestor, que é o órgão colegiado responsável pela gestão e execução das atividades estratégicas e operacionais visando a consecução do objeto político e econômico dos bancos éticos. Adicionalmente, em

alguns casos, são criados órgãos de revisão, vigilância e arbitragem. Além disso, podem ser estabelecidos outros espaços de participação e deliberação na governança dos bancos éticos, como comissões de democracia interna, comissões feministas, comissões de comunicação e comissões ad hoc para assuntos específicos (Fiare, 2023; Coop57, 2023).

Dessa forma, a estrutura de governança dos bancos éticos está intrinsicamente ligada à mobilização e participação dos membros de cada organização, uma vez que os processos de participação e deliberação constituem aspectos centrais na identidade e nas ações dos bancos éticos.

2.8.5 Conceitualização dos Bancos Éticos

Nas últimas duas décadas, tem-se observado uma produção acadêmica significativa que busca compreender e explicar o fenômeno dos bancos éticos no contexto europeu em geral, e na Espanha em particular. Notam-se diferentes tendências na abordagem dos bancos éticos, variando entre abordagens mais organizacionais, passando por abordagens mais economicistas, até aquelas de caráter mais plural. Cabe ressaltar que os bancos éticos também são referidos como bancos alternativos (Karl, 2015), ou banco social (Benedikter & Benedikter, 2011) na literatura anglo-saxã e banco ético na literatura espanhola (Climent, 2018), podendo ser utilizados de forma intercambiável (Goyal & Joshi, 2011; Karl, 2015).

Inicialmente, de maneira abrangente, Sasia (2012) compreende que os bancos éticos realizam uma forma de intermediação financeira que busca viabilizar, por meio do crédito, a transformação dos padrões produtivos e de consumo. Assim, sua atuação utiliza instrumentos econômicos e financeiros para atingir objetivos de natureza política e social.

De modo complementar, a Federação Europeia de Bancos Éticos e Alternativos (FEBEA), juntamente com diferentes autores (Harvey, 1995; Relano, 2008; Karl, 2015), reconhecem que o objetivo dos bancos éticos é alcançar um impacto positivo no destino do dinheiro, investindo em atividades como agricultura orgânica, energias renováveis, terceiro setor (ou sem fins lucrativos), comércio justo, entre outros.

Os bancos éticos também buscam atender às necessidades daqueles excluídos do sistema bancário, assim como às necessidades de poupadores e investidores que demonstram crescente interesse na forma como suas economias são utilizadas. Além disso, essas instituições adotam práticas de transparência e participação democrática na governança (FEBEA, 2017).

Buscando incorporar a diversidade inerente às experiências compreendidas no conjunto do movimento de bancos éticos, a autora Newton (2015) e Resche (2020) consideram que essas

instituições fazem parte de uma tendência mais ampla conhecida como Banktivism, termo utilizado para definir a ética nas finanças. O ativismo bancário reflete uma forma específica de ativismo que visa apoiar atividades destinadas a promover e direcionar mudanças sociais, políticas, econômicas ou ambientais por meio do apoio às comunidades locais ou à comunidade em geral, num esforço para produzir benefícios para os residentes locais, pequenas empresas e a comunidade sem fins lucrativos.

Em uma perspectiva que enfatiza os aspectos econômicos, De la Cuesta et al. (2006) definem um banco ético como aquele que assegura que a aplicação dos recursos financeiros seja feita com base em critérios que combinam princípios de retorno econômico com retornos sociais e ambientais. Eles enfatizam questões como garantia, transparência e critérios socioeconômicos e ambientais na intermediação financeira. No entanto, observa-se um viés de compreensão vinculado às experiências de investimento social corporativo, o que pode limitar a compreensão do fenômeno recente dos bancos éticos e seu contexto mais amplo (De la Orden & Sánchez, 2016; Vidal et al., 2019).

Com Alsina (2002), pode-se chegar a uma ideia de bancos éticos mais precisa e contextualizada ao reconhecer a dupla função dessas instituições, a saber, política e econômica. Assim, o autor entende um banco ético como uma entidade financeira que busca simultaneamente financiar atividades econômicas com propósito de inclusão social e gerar resultados de natureza econômico-financeira (Alsina, 2002).

Mais recentemente, o trabalho de Ferreira, Jalali e Ferreira (2016) oferece uma abordagem das características de um banco ético, como tratamento justo e igualitário com os usuários, cooperação com a comunidade, comprometimento com os usuários, bem-estar dos membros, práticas ecologicamente corretas, governança democrática, manutenção de uma boa reputação e transparência.

Em conclusão, embora não haja consenso acadêmico para definir um conceito preciso de bancos éticos, as definições apresentadas se complementam. Nota-se um amalgama de características que permitem se referir a um mesmo fenômeno, respeitando as especificidades e contextos aos quais se inserem. Além disso, a partir do que os diferentes autores apresentam, reconhece-se a necessidade de aprofundar a investigação desse tema para fornecer uma definição mais delimitada do fenômeno.

Capítulo 3: Método e Dados

Este capítulo detalha a metodologia empregada na pesquisa, juntamente com o fenômeno de estudo e as razões subjacentes à escolha metodológica. Inicialmente, foram conduzidas entrevistas no campo e coleta de material secundário para identificar as evidências empíricas relacionadas às condições e resultados abordados na pesquisa. Em seguida, foram definidas as categorias analíticas das condições e resultados com base no arcabouço teórico do trabalho, ajustando-as conforme necessário com base no conhecimento empírico dos casos. Essa estrutura é submetida à Análise Comparativa Qualitativa de Conjuntos Difusos, na modalidade conhecida como fsQCA (sigla em inglês), conforme descrito por Rihoux e Ragin (2009).

Este estudo concentra-se no nível organizacional dos movimentos sociais, nomeadamente nos bancos comunitários no Brasil e nos bancos éticos na Espanha, que são considerados objetos da pesquisa no contexto do movimento social de economia solidária e finanças solidárias. A explicação para o resultado da governança democrática observada nos casos estudados é fundamentada na abordagem de pensamento configuracional, que se baseia na análise das condições que, quando combinadas, contribuem para um resultado específico, conforme destacado por Rihoux e Ragin (2009). O desenho conceitual da pesquisa permite compreender a interação de múltiplos fatores que conduzem os bancos comunitários e os bancos éticos a alcançarem o resultado de governança democrática.

Para conduzir esta pesquisa, adotou-se a abordagem de *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) que se baseia em dados qualitativos. Nesse sentido, segue-se um procedimento sistemático e transparente que permite transformar os dados qualitativos obtidos a partir das entrevistas e fontes secundárias em valores dentro de um conjunto difuso, conforme proposto em trabalhos de Lam e Ostrom (2010), Linder (2010) e Basurto e Speer (2012).

Os próximos segmentos deste capítulo apresentam a amostra, a seleção dos casos, as técnicas de coleta de dados, o tratamento dos dados, o processo de análise e a sistematização dos resultados. Além disso, é apresentada a operacionalização do construto que estabelece a relação entre as condições e o resultado, de modo a torná-lo utilizável no pacote QCA no software R Studio (Duşa, 2018).

3.1. Abordagem Metodológica com Qualitative Comparative Analysis (QCA)

A Análise Qualitativa Comparativa (QCA), desenvolvida por Charles Ragin em 1987, é tanto uma abordagem de pesquisa quanto um conjunto de técnicas específicas voltadas para resolver problemas associados à obtenção de inferências causais em situações envolvendo um número limitado de casos. Embora inicialmente tenha sido projetada para cenários com amostras de tamanho reduzido ou moderado, é importante notar que atualmente observa-se um crescente número de estudos que empregam essa metodologia para analisar um grande conjunto de casos, conforme abordado por Rihoux (2006) e utilizado por Fiss, Sharapov & Cronqvist (2013). Essa metodologia permite a interpretação de dados qualitativos e a exploração de relações de causalidade entre variáveis, mais especificamente, entre condições e o resultado, conforme detalhado por Albala e Leal (2022).

A pesquisa que emprega a QCA, seja esta conduzida com dados quantitativos, entrevistas qualitativas, documentos históricos ou dados secundários, requer que os procedimentos para definição dos valores se fundamentem no conhecimento teórico e empírico do investigador sobre as teorias empregadas e os casos analisados (Ragin, 2009; Marx, Rihoux & Ragin, 2014).

Segundo Albala e Leal (2022), a principal finalidade da QCA é fornecer mecanismos sistemáticos e transparentes para abordar a causalidade complexa, que envolve a interação de várias condições face a um resultado. A QCA visa identificar as configurações causais ou o conjunto específico de condições que influenciam a produção do resultado variando entre [0] e [1], como apresentado também por Schneider e Wagemann (2012).

Assim, a QCA surge como a nova metodologia qualitativa, conforme apontado por Mahoney (2010). Ela se destaca por sua abordagem comparativa, configuracional e causal. Esta nova metodologia qualitativa se destaca por seu foco na investigação das relações de causalidade, visando identificar os mecanismos subjacentes que conectam as condições teóricas e empíricas e levam a um resultado específico. Essa abordagem visa superar as restrições frequentemente associadas às metodologias qualitativas tradicionais, como limitações na seleção de variáveis e casos, não representatividade dos casos, generalização teórica (Gerring, 2007; Tarrow, 2010)

Uma das principais vantagens da Análise Qualitativa Comparativa (QCA) reside na sua capacidade de modelar a complexidade de fenômenos sociais, levando em consideração padrões conjunturais, assimétricos e equifinais. Dessa forma, esse método não parte do pressuposto de que os efeitos podem ser isolados por variáveis individuais, reconhecendo que

o impacto de uma única condição, ou seja, um fator explicativo, frequentemente depende de combinações com outras condições que são necessárias e/ou suficientes para a ocorrência de um resultado específico. Além disso, a presença de um resultado não pode ser tomada como evidência explicativa para a ausência desse mesmo resultado, ademais, múltiplas combinações de condições podem levar ao mesmo resultado (Rihoux & Ragin, 2009; Schneider & Wagemann, 2012).

Desse modo, a QCA desempenha um papel crucial na simplificação da considerável complexidade frequentemente enfrentada pela pesquisa em ciências sociais, ao mesmo tempo em que mantém uma abordagem holística e abrangente dos fenômenos (Rihoux & Ragin, 2009).

Conforme destacado por Berg-Schlosser et al. (2009), a QCA oferece uma abordagem eficaz para a comparação e a investigação da causalidade nas ciências sociais ao explicar a variação em um resultado de interesse. Isso se deve ao fato de que as técnicas de QCA, incluindo o uso do conjunto difuso (fuzzy-set) como exemplificado neste trabalho, se fundamentam na lógica comparativa em pesquisas qualitativas. No entanto, elas incorporam um nível mais elevado de formalização e complexidade, proporcionando condições aprimoradas para a validação dos procedimentos adotados pelo pesquisador.

A QCA examina como as condições funcionam de modo conjugado, como uma espécie de receita causal para explicar um resultado, chamado configurações causais. Para esse propósito, a QCA assume a equifinalidade como perspectiva, ou seja, mais de uma condição ou combinação de condições pode levar ao mesmo resultado. Adicionalmente, a QCA incorpora a possibilidade de causalidade assimétrica, partindo do pressuposto de que a combinação de condições para a ocorrência de um resultado não é oposta à não ocorrência desse resultado (Rihoux & Ragin, 2009).

Portanto, ao empregar a análise QCA, o investigador é instigado a não buscar a singularização de um único modelo causal que seja adequado para o conjunto de dados, mas sim a identificar o número e as características dos diversos modelos causais, ou soluções, que possam existir, como indicado por Ragin (2014).

A abordagem analítica da QCA é tanto dedutiva quanto indutiva (Misangy et al., 2017). Assim, as pesquisas com essa abordagem procuram se engajar em um diálogo entre casos e teorias relevantes. A escolha das condições e resultado para a análise de casos são teoricamente informadas, no entanto, elaborada de forma mais indutiva, obtendo informações relevantes e profundo conhecimento dos casos, permitindo identificar fatores críticos que devem ser considerados na operacionalização dos conceitos (Rihoux & Ragin, 2009; Grofman &

Schneider, 2009), assim a QCA é definida como um método centrado no processo e nos casos, conforme destacam Albala e Leal (2022).

Além disso, a QCA possui a capacidade de promover a geração de novos entendimentos que podem servir como fundamento para avanços teóricos adicionais ou a revisão das teorias já estabelecidas. Contudo, o desafio reside na identificação das configurações específicas de condições que se relacionam com um resultado específico e na determinação de como essas configurações podem ser utilizadas para respaldar o progresso teórico (Rihoux & Ragin, 2009).

Adicionalmente, é pertinente ressaltar que a QCA é fundamentada nas relações de subconjunto de um conjunto entre a presença das condições causais e a presença do resultado, a fim de identificar quais condições, individualmente ou em conjunto, podem ser consideradas como necessárias ou suficientes para a ocorrência do resultado (Ragin, 2009). Para realizar essa análise, por meio da lógica computacional da QCA, elabora-se uma tabela verdade em que as condições são representadas nas colunas e as linhas representam as diversas combinações possíveis das condições.

Assim, os casos podem ser categorizados em diferentes configurações com base na combinação de suas condições e resultados. Cada configuração é definida por um conjunto específico de condições, presentes ou ausentes, que levam a um resultado determinado. O pesquisador identifica configurações relevantes com base na literatura existente e conhecimento empírico, formulando hipóteses sobre quais conjuntos de condições levam a resultados específicos. A análise de conjuntos aborda diferentes combinações de condições que resultam no mesmo desfecho, proporcionando uma compreensão mais refinada das relações causais (Rihoux & Ragin, 2009).

No que diz respeito à medida que determina a inclusão dos casos, ou seja, a pontuação de inclusão que reflete a proximidade de um caso em relação a uma configuração específica. Pode-se atribuir valores de 0 ou 1 para a presença ou ausência de uma condição (técnica crisp-set). No entanto, também é possível empregar a técnica de fsQCA com números fuzzy para refletir a intensidade ou grau de presença de uma condição em um caso. Os valores fuzzy variam de 0 a 1, no qual 0 indica completa ausência da condição e 1 indica presença total (Ragin, 2000). Valores intermediários entre 0 e 1 indicam graus variados de presença. Essa abordagem permite uma representação mais matizada e flexível das relações entre condições e resultados (Schneider & Wagemann, 2010).

O número mínimo de casos necessário para que uma configuração seja considerada consistente com o resultado é determinado por meio da análise de sensibilidade e robustez. Isso envolve ajustar o número mínimo de casos para encontrar um equilíbrio entre generalidade e

precisão, identificando configurações que sejam robustas o suficiente para serem consideradas válidas, mas também sensíveis o bastante para capturar nuances no conjunto de dados (Greckhamer et al., 2018; Park, Pavlou, et al., 2020).

Na sequência, procede-se à etapa de minimização lógica da tabela verdade. A minimização lógica é o processo mediante o qual os dados empíricos são expressos de maneira concisa (parcimoniosa), com o intuito de identificar semelhanças e diferenças entre casos que compartilham o mesmo resultado (Rihoux & Ragin, 2009). Esse processo de minimização fundamenta-se na lógica booleana¹¹ para discernir as semelhanças entre as configurações que conduzem ao resultado e assim formular proposições lógicas que descrevem tais semelhanças, possibilitando a redução lógica das soluções, ou seja, o caminho considerado suficiente e necessário para a obtenção do resultado (Rihoux & Ragin, 2009; Schneider & Wagemann, 2010).

A análise QCA pode ser conduzida com dados multivariados, sendo as principais técnicas, crisp-set QCA, multivalued QCA e fuzzy-set QCA, sendo essa última de aplicação neste trabalho. Em fsQCA (conjunto difuso), os resultados e condições podem ser calibrados e atribuídos valores entre [0] e [1] para indicar o grau de pertinência de um caso a uma determinada variável (Rihoux & Ragin, 2009). A técnica fsQCA, conforme detalhado no tópico seguinte, permite explorar informações com maior sutileza e avaliar o grau de pertinência de uma observação em uma configuração específica, em contraste com a avaliação dicotômica de pertencimento, como ocorreria em uma análise de crisp-set (Rihoux & Ragin, 2009).

3.2. Fundamentos do QCA com conjuntos difusos (fsQCA)

A técnica de conjuntos difusos com QCA (fsQCA) permite tratar as condições a partir de uma perspectiva difusa, de uma variação não dicotômica, baseada em níveis ou gradações para cada condição e para o resultado. Ou dito de outra forma, permite analisar casos que variam de [0 a 1]. A modalidade fsQCA é baseada na ideia de que é necessário acomodar casos que, por sua natureza, ou pela natureza dos conjuntos, permaneçam em uma posição intermediária, sem solução a partir de uma lógica dicotômica. Por serem parecidas, mas não iguais, essa variação merece consideração e, nesses casos, a aplicação da lógica difusa faz sentido (Ragin, 2009).

¹¹ No contexto do método QCA, a lógica booleana refere-se à abordagem analítica que utiliza operadores lógicos (e, ou, não) para examinar padrões em dados qualitativos para modelar relações causais complexas. Através da lógica booleana (interseção, união e negação), pode-se estabelecer relações entre conjuntos, derivando subconjuntos e superconjuntos (Ragin, 2014).

A atribuição de valores em um conjunto fuzzy requer a aplicação de um método de calibração para conjuntos difusos. Conforme delineado por Medina et al. (2017) e Rihoux (2008), a calibração consiste em transformar uma categoria analítica em uma variável contínua que assume valores no intervalo [0 e 1]. Para alcançar esse objetivo, é crucial distinguir entre variações consideradas relevantes e aquelas tidas como irrelevantes ao definir os valores de pertencimento dos casos em relação aos conjuntos, isto é, identificar na variável original o ponto que teoricamente representa pertinência total ao conjunto previamente definido, o ponto que representa exclusão total do conjunto e a zona intermediária onde a pertinência ou exclusão desse conjunto não é plena.

Nesse sentido, neste estudo, foi desenvolvida uma operacionalização composta por quatro níveis. Assim, o grau de pertinência dos casos a uma variável varia de 0.0 (indicando pertinência nula, ou seja, a condição está completamente ausente), 0.33 (indicando maior afastamento do que adesão), 0.67 (indicando maior adesão do que afastamento) e 1 (indicando pertinência total, ou seja, a condição está inteiramente satisfeita), conforme discutido por Rihoux e Ragin (2009) e Legewie (2013). Esse procedimento permite a quantificação da relação entre as categorias analíticas e os valores contínuos em um contexto fuzzy, fornecendo uma base sólida para análises subsequentes.

A técnica fsQCA é adequada para pesquisas como desta tese, que busca entender a importância relativa de um conjunto de condições suficientes e necessárias para um resultado difuso, no qual as configurações de características dos bancos comunitários e bancos éticos estão associadas a presença do resultado de governança democrática, mas sem alocar artificialmente aqueles casos que têm pouca adesão (0.33) ou tem adesão parcial (0.67). Assim, por se tratar de um procedimento teórico, é necessário oferecer significado e contextualização com base nos casos para definir as chamadas âncoras teóricas a uma matriz de dados formada por dados numéricos. Para Schneider e Wagemann (2010), deve-se justificar de forma transparente as decisões, seja em classificações qualitativas ou quantitativas, processo denominado de calibração.

O método qualitativo de calibração, perspectiva adotada neste trabalho, baseia-se no conhecimento e na experiência do pesquisador para designar a localização das âncoras teóricas (Basurto & Speer, 2012). De acordo com Medina et al., (2017, p. 125), o método de calibração qualitativa permite que o pesquisador, seguindo argumentos teóricos e experiência empírica, atribua pertencimentos a valores no conjunto *fuzzy*, conforme elaborado nesta pesquisa e apresentado no Apêndice 4 – Codificação e calibração dos valores do conjunto fuzzy.

Posteriormente, as informações são organizadas em uma matriz de dados, onde os dados são relacionados para cada caso, condições e resultado, a fim de conduzir a análise QCA. Cada linha da matriz corresponde a um caso, que, neste contexto, diz respeito aos bancos comunitários e bancos éticos. Cada coluna representa as condições e o resultado. Dentro de cada célula, são registrados os valores que indicam a posição dentro do conjunto *fuzzy*, representando o grau de pertinência das condições e do resultado para cada caso. A partir da matriz de dados, é possível realizar cálculos e análises para determinar quais conjuntos de condições são necessários e/ou suficientes para a ocorrência do resultado em questão, expressos na Tabela Verdade. Essa análise, conforme o capítulo 4, é conduzida utilizando o pacote QCA no ambiente do software R Studio, proporcionando uma abordagem rigorosa e sistemática para a investigação de relações complexas de causalidade.

A Tabela Verdade tem o diferencial de representar de modo sistemático todas as combinações possíveis que relacionam as condições e o resultado (Rihoux & De Meur, 2009, p. 44-59), além de possibilitar uma análise de necessidade e suficiência, minimização booleana e os valores de consistência e cobertura (Rihoux & Ragin, 2009b; Marx & Peters, 2004). Os procedimentos metodológicos adotados nesta tese estão descritos abaixo, na Tabela 9.

Tabela 9 - Procedimentos Metodológicos

Casos	Seleção e definição de casos Propriedade e características do caso Amostra de N médio (Rihoux & Ragin, 2009) 14 Casos: 7 Bancos Comunitários do Brasil e 7 Bancos Éticos da Espanha.
Coleta de Dados: Secundária	Documentos de arquivo (relatórios institucionais) recuperados em websites.
Coleta de dados: Primária	Entrevistas semiestruturadas em profundidade com informantes-chave que figuram em posição de centralidade nos bancos comunitários e bancos éticos. O roteiro de entrevista abrange uma seção para cada condição e resultado (Basuto & Speer, 2010). (Apêndice 2 e 3 – Guia de Entrevista – versão em português e espanhol).
Transformação de dados qualitativos em valores <i>fuzzy</i>	São seguidos quatro passos para transformar dados qualitativos de entrevistas para obter valores fuzzy-set (adaptado de Basuto & Speer, 2010): 1. Operacionalizar as condições e o resultado, além dos pontos de ancoragem e valores no conjunto fuzzy. 2. Diretrizes para o inquérito e entrevista com perguntas gerais e específicas.

	<p>3. Resultado dos inquéritos e a codificação com software MaxQDA dos dados das entrevistas obtidas em campo (Apêndice 4).</p> <p>4. Valores do conjunto difuso do resultado e das condições para cada caso calibrados e estruturados para fsQCA na matriz de valores finais (Tabela 15). Posteriormente é utilizado no pacote QCA do software R Studio.</p>
--	---

Fonte: Autor

3.3. A seleção e definição dos casos da pesquisa

Conforme observado por Albala e Leal (2022, p.127), “a pesquisa comparativa utilizando a QCA é fundamentada em duas tarefas essenciais: a seleção de casos, que visa abordar questões de pesquisa específicas, e a seleção de condições para a construção do modelo causal”. De acordo com esses autores (ibidem) e em consonância com as orientações de Medina et al. (2017), é imperativo levar em consideração os seguintes aspectos ao longo desse processo: a) a definição da população potencial dos casos; b) a conceituação dos casos de forma precisa; c) a escolha criteriosa de um número adequado de casos; e d) a definição conceitual das condições que variam entre os casos e que têm o potencial de impactar o resultado a ser explicado. Esse procedimento é fundamental para possibilitar uma comparação sistemática entre os casos, um componente essencial da pesquisa comparativa em QCA.

O caso conceitual em estudo, conforme já apresentado no Capítulo 2, refere-se aos bancos comunitários e bancos éticos como um tipo de organização de movimento social de economia solidária. Os bancos comunitários no Brasil e os bancos éticos em Espanha compartilham objetivos comuns, desde um ponto de vista econômico e até o político – e, nesse sentido, constituem um mesmo campo empírico de análise.

Neste contexto, a seleção de casos é orientada pelo aspecto pragmático, buscando examinar um número de casos que seja suficiente para garantir diversidade, ao mesmo tempo em que permita a manutenção de um conhecimento em profundidade sobre cada um deles (Basurto & Speer, 2012).

A busca por um equilíbrio entre amplitude e profundidade é intrinsecamente ligada às decisões relacionadas aos objetivos da pesquisa. Neste caso, esta pesquisa tem por objetivo a elaboração de uma análise causal e explicativa, indagando sobre os fatores que influenciam o resultado e testando teorias, visando uma abordagem explicativa do fenômeno.

Adicionalmente, a pesquisa almeja contribuir para o desenvolvimento de novos avanços teóricos.

Conforme Lijphart (1975), a dimensão de análise da variável dependente, ou seja, o resultado, também pode ser vista como o domínio em que ocorre a seleção de casos e a coleta de dados destinada à comparação. Portanto, o propósito subjacente na escolha dos casos é identificar os fatores, ou seja, as condições que são tanto necessárias quanto suficientes para a ocorrência e explicação do resultado, conforme destacado por Landman (2011). Além disso, ao considerar o resultado como uma característica controlada, as diferenças entre os casos podem ser interpretadas como variáveis explicativas, ou seja, as condições (Przeworski & Teune, 1970). Adicionalmente, é relevante notar que os casos podem seguir caminhos distintos, porém, ainda assim, produzirem resultados semelhantes, conforme apontado por Tarrow (2010).

Esse tipo de seleção de casos, na perspectiva de Geddes (1990), representa uma abordagem de pesquisa ideal para investigar os detalhes dos mecanismos subjacentes aos fenômenos, permitindo a identificação de variáveis causais plausíveis. Essa metodologia contribui significativamente para a construção, refutação, aprimoramento e revisão de teorias científicas.

Assim, pode-se concluir que é legítimo selecionar casos pela variação do resultado e com isso garantir a máxima heterogeneidade em um número mínimo de casos. Ademais, com base nesse princípio, deve-se atentar para selecionar condições causais com significativa variedade (condições teoricamente relevantes) em relação aos casos selecionados, evitando assim condições (variáveis) constantes (Medina et al., 2017, p. 62).

Como se trata de uma abordagem metodológica centrada nos casos, utilizou-se dois critérios para realizar a seleção: (1) casos que possuem características relacionadas com variação no resultado de interesse e (2) casos que foram reconhecidos na literatura especializada. Ademais, considerou-se os critérios de acesso às informações primárias (questionários e entrevistas) e secundárias (publicações, relatórios, e website dos casos), bem como, a qualidade e disponibilidade das informações.

Portanto, esta pesquisa envolve a análise de um total de 14 casos, distribuídos equitativamente entre sete bancos comunitários no Brasil e sete bancos éticos na Espanha. Ademais, os casos foram selecionados conforme a variação no resultado de interesse da governança democrática de acordo com o embasamento fornecido pela literatura especializada, bem como no conhecimento profundo do fenômeno empírico, o que possibilita abranger os subconjuntos de variação no resultado entre casos que se situam no tipo de governança:

participação deliberativa ou assemblear, representação deliberativa, associativo ou não democrático. A Tabela 10, a seguir, oferece uma síntese dos casos que foram criteriosamente selecionados e submetidos a análise neste estudo.

Tabela 10 - Casos selecionados e modelo de governança

Bancos Éticos - Espanha			Bancos Comunitário - Brasil		
Caso	Cidade	Tipo de Governança	Caso	Cidade	Tipo de Governança
Fiare Banca Ética	Bilbao, País Basco	Representação deliberativa	Banco Cocais	São João do Arraial, Piauí	Representação deliberativa
Coop 57	Barcelona, Catalunha	Representação deliberativa	Banco Tupinambá	Baía do Sol, Pará	Participação deliberativa ou assemblear
Oikocredit	Barcelona, Catalunha	Não democrática	Banco Jardim Botânico	João Pessoa, Paraíba	Associativo
Banca Ética de Badajoz	Badajoz, Estremadura	Participação deliberativa ou assemblear	Banco Palmas	Fortaleza, Ceará	Representação deliberativa
Fondo de Solidaridad Paz e Esperanza	Granada, Andaluzia	Associativo	Banco Preventório	Niterói, Rio de Janeiro	Não democrática
Asociación Finanzas Éticas Castilla y León	Valladolid, Castilha y Leon	Participação deliberativa ou assemblear	Banco Bem	Vitória, Espírito Santo	Participação deliberativa ou assemblear
Triodos Bank	Madrid, Espanha	Não democrática	Banco Laguna	Maceió, Alagoas	Não democrática

Fonte: Autor

A partir dos casos selecionados, realizou-se uma análise empregando a técnica fsQCA. Esta análise fundamentou-se na consideração de seis condições baseada em seis hipóteses,

visando examinar os efeitos causais subjacentes à variação do resultado de interesse, ou seja, às variações na governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos.

A opção pela seleção de casos, em contrapartida à adoção de um método amostral aleatório ou probabilístico, foi motivada pela necessidade de se manter um nível abrangente e profundo de análise dos casos em questão. Essa abordagem permitiu uma aprofundada compreensão de cada caso, enriquecida por meio da aplicação de múltiplas técnicas de coleta de dados, tais como questionários, entrevistas em profundidade, visitas *in loco*, análise de documentos, e a participação direta em atividades significativas.

Por meio desses recursos, torna-se possível manter um conhecimento profundo dos casos, adentrando minuciosamente em cada uma das experiências selecionadas. Mas, por que se busca esse nível de profundidade no conhecimento dos casos? A razão subjacente a essa abordagem reside em assegurar que as categorias de análise de cada condição sejam meticulosamente informadas tanto pelo conhecimento teórico, quanto pelo conhecimento empírico. Esse enfoque favorece uma análise que adota categorias analíticas profundamente enraizadas nas especificidades dos casos analisados.

Desse modo, foram estabelecidos contatos diretos com interlocutores que ocupavam posições de centralidade e detinham experiência substancial nas organizações sob análise. Esses contatos foram estabelecidos pessoalmente em diversas ocasiões, envolvendo visitas, conversas, participação em assembleias e entrevistas estruturadas. Todos os interlocutores concordaram em colaborar como informantes da pesquisa e responderam de forma abrangente às solicitações de informações. Em total, foram contatados 25 informantes com vínculos a bancos comunitários e bancos éticos. No entanto, as entrevistas principais foram conduzidas com um representante de cada organização, totalizando 14 informantes que foram formalmente entrevistados.

Embora todos os bancos comunitários e bancos éticos revelem traços de governança democrática no resultado, é relevante observar uma considerável variação na natureza e na intensidade dessas práticas entre eles. Nesse contexto, é importante esclarecer que, embora os casos possuam certa homogeneidade em um nível mais abrangente, eles revelam notável heterogeneidade nas condições específicas analisadas. Portanto, há uma ampla diversidade de características demográficas dentro da amostra, como pode ser visualizado na Tabela 11.

Tabela 11 - Características demográficas da amostra

Características Demográficas	Categoria	Brasil	Espanha
-------------------------------------	------------------	---------------	----------------

Estatuto Social	Associação	7	5
	Cooperativa		2
Anos de existência	5 a 10 anos	2	
	10 a 20 anos	4	3
	20 a 30 anos	1	3
	Mais de 30 anos		1
Localização	Urbana	4	5
	Rural	1	1
	Suburbana	2	1
Serviços financeiros	Microcrédito	7	4
	Empréstimo para negócios	3	3
	Moeda Social	7	
	Seguro	5	
	Conta bancária		2
	Transações bancárias	3	2
	convencionais	3	1
	Investimento Ético		
Tamanho / N. Sócios	Muito Pequena (até 50)	5	
	Pequena (de 50 a 100)	1	1
	Média (de 100 a 500)		4
	Grande (De 500 a 1000)		
	Muito Grande (Mais de 1000)	1	2
N. de trabalhadores	Menos de 10 pessoas	3	4
	10 a 20 pessoas	2	
	20 a 30 pessoas	1	1
	40 a 50 pessoas	1	
	Mais de 50 pessoas		2
N. de usuário atendidos por ano	Menos de 100	1	2
	De 100 a 500	2	2
	De 1000 a 3000	2	
	De 3000 a 5000	2	
	Mais de 5000		3
Perfil socioeconômico dos usuários	Classe C (renda média)		4
	Classe D (renda baixa)	5	1
	Classe E (extremamente baixa)	2	2
Capacidade financeira	Insuficiente (não atende a demanda)	3	1
		2	
	Suficiente (atende a demanda, mas com dificuldades)	2	5
	Equilibrada (atende a demanda sem dificuldades)		
	Excedente (atende a demanda e ainda tem recursos sobrando)		1

Fonte: Autor

3.4. Estratégia Empírica

De acordo com Basurto e Speer (2012), a transformação de dados qualitativos em conjuntos *fuzzy* representa uma etapa analítica de profunda influência nos resultados da QCA. Portanto, a técnica de calibração desempenha um papel fundamental para assegurar a transparência e a replicabilidade do processo.

Basurto e Speer (2012) e Ragin (2009), destacam que as técnicas de calibração, tanto diretas quanto indiretas, tradicionalmente voltadas para dados quantitativos, não são diretamente aplicáveis a dados qualitativos. Isso ocorre porque os dados qualitativos necessitam de sínteses e codificações antes de se determinarem os valores nos conjuntos *fuzzy*. Além disso, os dados qualitativos oferecem uma riqueza de informações muito maior para o diálogo entre teoria e evidência quando comparados aos dados quantitativos.

Os autores ressaltam que a calibração de dados qualitativos requer o desenvolvimento de definições de valores nos conjuntos *fuzzy* baseados em conhecimento teórico e empírico substanciais, em vez da geração arbitrária de representações numéricas dos dados qualitativos.

O procedimento empregado nesta pesquisa baseia-se no conhecimento empírico adquirido em investigações qualitativas de campo, o que permitiu examinar os casos em níveis micro e meso, utilizando a técnica fsQCA, conforme exemplificado por Basurto e Speer (2012).

Conforme apresentado no Capítulo 1, identificou-se seis hipóteses relevantes na literatura especializada, avaliadas quanto à sua influência sobre o resultado da governança democrática em organizações de movimentos sociais.

A seguir, são apresentadas as medidas qualitativas utilizadas neste estudo, bem como os procedimentos para a transformação de dados de entrevistas em valores nos conjuntos *fuzzy*. Além disso, serão detalhados os passos necessários para a calibração dos dados provenientes de questionários e entrevistas, a fim de obter valores nos conjuntos *fuzzy* que possam ser utilizados no software "R Studio" com uso do pacote QCA.

Antes de iniciar o procedimento, serão apresentadas as condições explicativas teoricamente relevantes, bem como o resultado que possibilitará a observação e a derivação dos testes de hipóteses, como demonstrado a seguir na Tabela 12.

Tabela 12 - Condições e resultado

Codificação	Descrição	Hipótese
Resultado		
GDEMP	Governança Democrática	Quando organizações de finanças solidárias são

		influenciadas por movimentos sociais e arenas públicas progressistas, utilizam recursos financeiros compartilhados, não têm relação com políticas públicas, os membros têm preferência pelo consumo político e utilizam tecnologias da informação e comunicação para apoiar a tomada de decisão coletiva o modelo de governança é mais democrático.
Condições		
INFL_MSA	Influência do movimento social	Quando as organizações de finanças solidárias têm vínculos mais fortes com os movimentos sociais progressistas, maior é a influência no modelo de governança democrática.
PART_AREPU	Participação em arenas públicas	Quando as organizações de finanças solidárias participam de arenas públicas (redes, fóruns, federações), há incentivos para adotar um modelo de governança democrática.
COMP_REC	Origem e uso de recursos compartilhados	Quando as organizações de finanças solidárias utilizam recursos financeiros de forma compartilhada, seu modelo de governança é mais democrático.
REL_POP	Relação com políticas públicas	Quando as organizações de finanças solidárias participam de políticas públicas o seu modelo de governança é menos democrático.
CON_POL	Consumo Político	Quando há um tipo de consumo político em organizações de finanças solidárias, maior é a influência

		no modelo de governança democrática.
TIC_PART	Tecnologias da Informação e Comunicação.	Quando as organizações de finanças solidárias utilizam TICs para tomada de decisões, maior é a influência no modelo de governança democrática.

Fonte: Autor

Levando em consideração os critérios mencionados, a seguir, são delineadas as quatro etapas dos procedimentos adotados: Etapa 1: Nesta fase, são detalhados a operacionalização do resultado e das condições, bem como os pontos de ancoragem e os valores nos conjuntos *fuzzy*. Etapa 2: Aqui são apresentadas as diretrizes para a realização de questionários e entrevistas, abrangendo questões gerais e específicas. Etapa 3: Esta etapa abrange a divulgação dos resultados dos questionários e a codificação dos dados obtidos nas entrevistas realizadas em campo. Etapa 4: Por fim, na quarta etapa, são explicados os procedimentos relativos à atribuição e revisão dos valores do resultado e das condições para cada caso, que são organizados em valores *fuzzy* na matriz de dados.

3.4.1. Etapa 1: Medidas e valores nos conjuntos fuzzy

Nesta seção, é apresentada a lista de medidas relativas às condições e ao resultado, ou seja, a operacionalização dos conceitos teóricos das condições e do resultado, adaptados com base no conhecimento empírico adquirido durante o estudo dos casos, conforme descrito no Capítulo 1 e 2. Esse processo se apoia no embasamento teórico e na pesquisa de campo, levando em consideração as informações substanciais obtidas durante a investigação dos casos. Durante o trabalho de campo, é comum adquirir novos insights relacionados a cada medida utilizada, o que pode resultar em ajustes específicos em cada uma delas. Além disso, são apresentados os pontos de ancoragem para todas as medidas das condições e do resultado.

A classificação qualitativa com valores *fuzzy* é estabelecida com base na precisão dos *fuzzy-sets* utilizados, considerando também o nível de detalhamento dos dados qualitativos obtidos durante a pesquisa de campo. Nesse contexto, as referências teóricas desempenham um papel central na definição dos conceitos, permitindo a identificação das principais variações

nas condições e no resultado. Este processo representa a abordagem principal adotada neste estudo.

Posteriormente, os conceitos teóricos são adaptados à realidade e contexto social dos casos selecionados. Como resultado desse procedimento, os dados qualitativos obtidos nesta investigação são classificados em um conjunto *fuzzy* composto por quatro valores distintos: "Totalmente fora [0]", "Mais fora do que dentro [0,33]", "Mais dentro do que fora [0.67]", e "Totalmente dentro [1]". Essa escala possibilita uma análise aprofundada para cada caso, com o intuito de avaliar a variação de pertencimento em cada condição e resultado dentro do conjunto de casos selecionados, conforme delineado por Basurto e Speer (2012). O Quadro 1, apresentado a seguir, detalha as medidas relativas ao resultado e às condições.

Quadro 1 - Medidas do resultado e das condições

Resultado	Medidas/Calibração
Governança democrática (GDEMP)	1: As decisões são tomadas em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual (Participação deliberativa) ou votos da maioria (Modelo assemblear)
	0.67: As decisões são tomadas por conselho com base na tomada de decisão consensual (Modelo de representação deliberativa)
	0.33: As decisões são tomadas com base em conselho e votos da maioria (Modelo associativo)
	0: As decisões são tomadas por administradores especialistas sem a participação dos membros
Condições	Medidas/Calibração
Influência de movimentos sociais (INFL_MSA)	1: Modelo de governança aprendido e influenciado
	0.67: Modelo de governança similar e adaptado
	0.33: Modelo de governança com influência parcial e superficial

	0: Modelo de governança próprio e sem influência
Participação em arenas públicas (PART_AREPU)	1: Há incentivos explícitos e diretos
	0.67: Há incentivos eventuais e contingentes
	0.33: Os incentivos são restritos e localizados
	0: Os incentivos não são percebidos ou não existem
Uso de recursos financeiros compartilhados (COMP_REC)	1: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou votos da maioria
	0.67: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por conselho com base na tomada de decisão consensual
	0.33: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por conselho por votos da maioria
	0: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por membros especialistas sem a participação dos membros
Relação com políticas públicas estatais (REL_POP)	1: A relação com as políticas públicas é tratada em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou por votos da maioria
	0.67: A relação com as políticas públicas é tratada por conselho com base na tomada de decisão consensual
	0.33: A relação com as políticas públicas é tratada por conselho com por votos da maioria
	0: A relação com as políticas públicas é decidida por membros especialistas sem participação dos membros

Consumo Político (CON_POL)	1: Os membros que utilizam os serviços participam diretamente da tomada de decisões
	0.67: Os membros que utilizam os serviços participam por meio de representantes (conselhos) na tomada de decisões
	0.33: Os membros que utilizam os serviços têm participação parcial ou eventual na tomada de decisões
	0: Os membros que utilizam os serviços não participam da tomada de decisões
Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC_PART)	1.0 A participação dos membros nas decisões também é realizada por meio de TIC
	0.67 A participação dos membros nas decisões por meio de TIC é contingencial
	0.33 A participação dos membros nas decisões por meio de TIC ocorre apenas quando é inviável a presencial
	0.0 A organização não dispõe de TIC para participação dos membros nas decisões

Fonte: Autor

3.4.2. Etapa 2 - Diretrizes do inquérito e da entrevista

Para orientar o processo de inquérito e entrevista, foram elaboradas seções distintas para o resultado e para cada condição, onde foram apresentadas questões gerais da entrevista e questões específicas do inquérito, conforme detalhado no Apêndice 2 e 3. As perguntas gerais servem como ponto de partida para a discussão acerca do resultado e de cada condição, permitindo que os entrevistados expressem suas opiniões e informações relacionadas a esses tópicos. Isso viabiliza a obtenção de dados que ajudam a avaliar a relevância e a variação do resultado, bem como de cada condição.

Em seguida, o entrevistado responde a uma questão específica do inquérito, que tem o propósito de determinar de forma mais precisa a posição do caso em relação aos valores do conjunto *fuzzy* de cada medida correspondente ao caso. As questões relativas ao resultado e a cada condição são concebidas para extrair informações apropriadas relacionadas a

operacionalização do conceito teórico subjacente. Isso possibilita a confirmação precisa da posição no conjunto *fuzzy* em relação ao resultado e a cada condição, além de promover um conhecimento mais aprofundado sobre cada caso em análise.

Dessa maneira, é o interlocutor, ou seja, o membro da organização, que desempenha um papel fundamental na identificação da posição mais apropriada de cada condição nos conjuntos fuzzy.

Cabe repisar que as entrevistas são conduzidas com um membro da organização que ocupa uma posição central na estrutura da organização em análise, geralmente membro do conselho gestor ou um membro indicado pela organização com notório conhecimento, conforme indicado na Tabela 13 abaixo.

Tabela 13 – Posição do informante da pesquisa

Características	Categorias	Brasil	Espanha
Faixa etária	25 a 34 anos	4	2
	35 a 44 anos		2
	45 a 54 anos	3	1
	55 a 64 anos		2
	65 anos ou mais		
Sexo	Masculino	5	3
	Feminino	2	4
Orientação sexual	Heterossexual	7	6
	Outro		1
Nível hierárquico	Conselho Gestor		2
	Diretor	3	1
	Coordenação	4	4
Grau educacional	Ensino Médio	2	
	Graduação	1	
	Especialização	3	2
	Pós-graduação (Mestrado ou Doutorado)	1	5
Raça/Etnia	Branca	1	7
	Preta	2	
	Parda	4	
Tempo na organização	De 5 a 10 anos	1	1
	De 10 a 15 anos	3	3
	De 15 a 20 anos	1	2
	De 20 a 25 anos	2	1
	Mais de 25 anos		
Perfil socioeconômico	Classe B (renda média-alta)	1	3
	Classe C (renda média)	3	4
	Classe D (renda baixa)	3	
Preferência política	Esquerda	6	6
	Direita	1	
	Outro		1

Participação política	Nenhuma participação política		1
	Partido político	2	1
	Movimentos sociais	4	5
	Associações locais	2	3
	ONGs	4	3
	Internet/redes sociais		1

Fonte: Autor

Adicionalmente, no processo de explicação configuracional do resultado e das condições, para confirmar as informações fornecidas pelos entrevistados, faz-se uso de documentos que são disponibilizados em websites da própria organização.

As entrevistas representam a principal fonte de dados desta pesquisa. A primeira fase das entrevistas ocorreu de forma presencial em cada uma das organizações. Durante esse período, foi possível participar ativamente em diversas atividades realizadas pelos bancos comunitários e bancos éticos, tais como reuniões, assembleias e encontros. Essa etapa teve lugar entre os anos de 2018 e 2019. Posteriormente, foram conduzidas novas entrevistas com foco em aspectos específicos, realizadas através de encontros virtuais, entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023. Todas as entrevistas foram conduzidas pelo pesquisador, autor deste trabalho de tese, tanto para os casos no Brasil quanto para os casos na Espanha, visando manter a consistência do processo.

Durante as entrevistas, foi utilizado um questionário semiestruturado, e a duração média de cada entrevista foi de aproximadamente 1,5 horas. Ao todo, foram realizadas 23 horas de entrevistas com 14 participantes (sete provenientes de bancos comunitários do Brasil e sete de bancos éticos na Espanha). Adicionalmente, sete entrevistas exploratórias foram realizadas com outros participantes dos casos investigados. Para incentivar os informantes a compartilharem informações relevantes, inclusive aquelas de natureza sensível, foi assegurado o anonimato dos participantes. Eles também foram solicitados a consentir com a gravação das entrevistas, e, em todos os casos, os informantes concordaram (ver Apêndice 2 e 3). Todas as entrevistas foram transcritas no idioma original, com apoio do transcritor online Reshape, e posteriormente tratadas e analisadas com o auxílio do software MaxQDA. A Tabela 13 resume a posição dos informantes no momento das entrevistas.

Com o intuito de conferir maior credibilidade à pesquisa e garantir a autenticidade e confiabilidade dos dados durante sua coleta e análise, adotou-se o método de verificação baseado na triangulação (Tashakkori & Teddlie, 2003; Flick, 2018). Isso implica examinar o mesmo fenômeno a partir de diferentes perspectivas, empregando múltiplas estratégias e fontes

de coleta de dados distintas (Yin, 1994). Dessa forma, a fim de mitigar possíveis vieses decorrentes das abordagens comuns, foram obtidos dados secundários que continham informações institucionais relevantes relacionadas ao resultado e às condições em análise. Essas informações são utilizadas no Capítulo 4 para enriquecer a análise dos resultados.

A Tabela 14, apresentada a seguir, resume as informações coletadas a partir de fontes de acesso público.

Tabela 14 - Fonte de dados secundários

Fonte	Brasil	Espanha
Relatórios de pesquisa	Pesquisa Mapeamento da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.	Relatórios Finanças Éticas da Asociación FETS. Barômetro das Finanças Éticas e Solidárias.
Relatório institucionais	Site do Banco Palmas/ Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Websites dos casos pesquisados.	Site da Federação Europeia de Bancos Éticos. Sites da Red de Finanzas Alternativas y Solidarias (REFAS). Websites dos casos pesquisados.

Fonte: Autor

3.4.3. Etapa 3 - Codificação das entrevistas para classificação qualitativa

Nesta etapa, após a conclusão da coleta de dados, procede-se à codificação dos dados utilizando o software de análise de dados qualitativos MaxQDA, empregando a técnica de *description coding* (Saldaña, 2016; Bernard, Wutich & Ryan, 2016). O objetivo desse procedimento é extrair o conteúdo manifesto da comunicação dos entrevistados e organizá-lo de forma sistemática empregando um processo iterativo de codificação. Nesse processo, cada condição e resultado foi tratado como uma unidade de codificação, permitindo a articulação de conceitos e contexto por meio de vinculação e agregação semântica das informações e declarações dos interlocutores (Krippendorff, 2004).

A codificação é efetuada com base em uma lista de códigos que corresponde às medidas do resultado e das condições. Em seguida, realiza-se uma análise sistemática dos dados qualitativos codificados, resumindo todas as respostas dos entrevistados em uma tabela organizada de acordo com as categorias que representam as medidas identificadas do resultado e das condições, com uma seção separada para cada caso. Esta tabela é posteriormente apresentada juntamente com o quadro de atribuição, visando confirmar cada grau de

pertencimento ao conjunto fuzzy. Além disso, os resultados dessa codificação são utilizados na seção de análise dos dados, que consiste em um resumo das informações fornecidas por vários entrevistados, refletindo a medida correspondente a cada caso. A codificação das entrevistas desempenha duas funções primordiais, contribuindo, em primeiro lugar, para um conhecimento aprofundado dos casos, e, em segundo lugar, servindo como recurso de confirmação das medidas (resultado e condições).

Durante esse processo, é realizada uma busca ativa por vieses e contradições nas respostas dos entrevistados. Quando identificados vieses ou contradições, adota-se uma abordagem de ponderação. A solução consiste em aplicar a técnica de confirmação, buscando informações em outras fontes, seja com outro entrevistado, com base no conhecimento qualitativo dos casos, ou através do uso de documentos da organização fornecidos pelos entrevistados, bem como informações de acesso público disponíveis em sites, publicações e redes sociais. Essa abordagem torna as decisões tomadas na análise transparentes no que diz respeito às contradições e vieses na coleta de dados, contribuindo para a apresentação transparente dos resultados da análise.

Foi estabelecida uma estrutura de códigos no software MaxQDA, composta por quatro códigos para cada condição e resultado, totalizando 28 códigos utilizados para codificar as entrevistas. Esses códigos correspondem às medidas do conjunto fuzzy para cada condição e resultado, conforme detalhado no Quadro 1. Além disso, foram incluídos no MaxQDA 14 documentos contendo as transcrições das 14 entrevistas. Após análise, resultou em um total de 817 citações primárias, representando os dados brutos das entrevistas. Posteriormente, realizou-se uma análise sistemática dos dados brutos com o objetivo de sintetizar e categorizar as citações das entrevistas de acordo com o valor do conjunto fuzzy de cada condição e resultado para cada caso, conforme apresentado no Apêndice 4.

Esse processo resultou na construção de um robusto constructo causal com base em dados empíricos, resultando na lista final de medidas para as condições e resultados, como apresentado no Apêndice 4. Portanto, a primeira etapa do fsQCA envolveu a construção do modelo configuracional com base no desenvolvimento teórico e no conhecimento aprofundado dos casos, levando em consideração seis condições que podem influenciar no resultado da governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos.

3.4.4. Etapa 4: Atribuir valores do conjunto fuzzy

Após a definição das medidas (resultado e condições), procede-se à atribuição dos valores para os conjuntos *fuzzy* em relação a cada caso, com o intuito de criar o conjunto de dados que representa as classificações qualitativas derivadas das respostas obtidas nas entrevistas, particularmente das respostas às perguntas específicas. Essa atribuição de valores é confirmada por meio da codificação das entrevistas qualitativas e do uso de dados secundários, uma vez que essa revisão é uma parte essencial do processo de integração entre teoria e evidência. Além disso, é realizada uma avaliação para determinar se as diferenças de valor entre os casos refletem diferenças reais entre os casos, de acordo com o conhecimento empírico sobre cada caso. Também é verificado se os valores do conjunto fuzzy capturam adequadamente os dados das entrevistas. Essa atribuição de valores e calibração são apresentados no Apêndice 4 – Codificação e calibração dos valores do conjunto fuzzy.

Para cada caso, são atribuídos valores no conjunto *fuzzy* em relação ao resultado e às condições. Essa atribuição de valores é baseada nas informações obtidas a partir das respostas às perguntas específicas e é confirmada por meio da codificação das entrevistas.

Como resultado do processo de calibração, é gerada a matriz de dados, conforme apresentada na Tabela 15 abaixo. Essa matriz serviu de base para a execução das etapas de análise com uso do pacote QCA no ambiente do software R Studio. Cada linha da matriz exhibe as pontuações de associação atribuídas às condições e ao resultado para cada caso analisado.

Tabela 15 – Matriz de dados finais dos conjuntos fuzzy

Casos	Resultado	Condições					
		INFL_MSA	PART_A REPU	COMP_ REC	REL_POL P	CON_PO L	TIC_PART
Caso 1	0.67	0.67	0.67	0.67	0.67	1.0	0.33
Caso 2	0.67	1.0	0.67	0.67	1.0	0.67	0.33
Caso 3	0.0	0.0	1.0	1.0	0.33	0.0	1.0
Caso 4	1.0	1.0	1.0	0.0	0.33	0.33	0.33
Caso 5	0.33	1.0	1.0	0.33	0.67	0.33	0.67
Caso 6	1.0	0.67	1.0	0.67	0.67	1.0	0.33
Caso 7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	1.0

Caso 8	0.67	1.0	1.0	0.67	0.67	0.67	1.0
Caso 9	1.0	0.67	1.0	0.67	0.67	0.67	1.0
Caso 10	0.33	1.0	1.0	0.67	0.0	1.0	0.67
Caso 11	0.67	1.0	0.67	0.67	0.67	0.67	0.33
Caso 12	0.0	0.67	0.33	0.33	0.33	0.0	0.33
Caso 13	1.0	1.0	0.67	1.0	1.0	0.67	1.0
Caso 14	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.33	1.0

Nota: GDEMP = Governança democrática; INFL_MSA = Influência dos movimentos sociais; PART_AREPU = Participação em arenas públicas; COMP_REC = Uso de recursos compartilhado; REL_POP = Relação com políticas públicas; CON_POL = Consumo político; TIC_PART = Tecnologias da Informação e Comunicação.

Fonte: Autor

Desse modo, o Capítulo 4, desenvolvido a seguir, concentra-se na análise dos dados, apresentando as relações entre as condições e o resultado, além de oferecer análises e interpretações das configurações explicativas, fundamentadas na técnica fsQCA. Assim, a etapa subsequente representa um desdobramento crucial do trabalho realizado no presente capítulo de métodos e dados.

Capítulo 4: A Configuração da Governança Democrática em Bancos Comunitários e Bancos Éticos - Resultado da análise de dados com fsQCA

Este capítulo apresenta os resultados da presente análise conduzida por meio da técnica fsQCA, utilizando o pacote QCA no ambiente do software R Studio, conforme Apêndice 1. Esta análise é conduzida pelo teste de seis hipóteses visando estabelecer relações causais de conjunto entre configuração de condições e um resultado. O procedimento a seguir descreve passo a passo a condução da análise, em conformidade com as recomendações da literatura especializada (Ragin 2008; Schneider & Wagemann 2012; Greckhamer et al. 2018; Duşa, 2022).

De acordo com Rihoux e Ragin (2009), a condução da análise dos dados com fsQCA requer a seguinte sequência de etapas fundamentais: a) identificação das condições necessárias para a ocorrência do resultado e negação do resultado; b) elaboração da Tabela Verdade; c) realização da minimização booleana (teste de suficiência); d) apresentação dos resultados das soluções; e, e) interpretação dos resultados, conforme exposto a seguir.

O primeiro procedimento foi realizar a análise de necessidade (isolada e por combinação), cujo objetivo foi avaliar se a presença ou ausência de uma condição ou configuração de condições pode ser considerada necessária para a ocorrência da governança democrática. Para isso, foram calculados os indicadores de consistência (inclN), relevância da necessidade (RoN) e cobertura (covN), conforme detalhado na Tabela 16. Para tanto, considera-se como critérios de corte o valor ≥ 0.9 para consistência, ou seja, as condições ou configurações de condições a partir desse valor são consideradas necessárias, no entanto, para uma condição necessárias ser considerada relevante o valor de RoN deve ser ≥ 0.6 , em caso contrário ela é considerada trivial (Rihoux & Ragin, 2009; Duşa, 2022).

A análise de necessidade destaca as condições importantes nas quais o resultado não ocorre na sua ausência. Para tanto, são utilizados indicadores de consistência e relevância da necessidade. Quando esses indicadores atingem os valores recomendados, as condições são consideradas importantes para compor uma parte necessária da combinação causal. Dessa forma, qualquer que seja a combinação causal, as condições necessárias estarão sempre presentes (Braumoeller & Goertz, 2000).

Tabela 16 - Análise de necessidade por combinação

Resultado	inclN	RoN	covN
INFL_MSA	0.910	0.590	0.690
PART_AREPU	0.955	0.571	0.700
COMP_REC + CON_POL + ~TIC_PART	0.910	0.590	0.690
REL_POLP + CON_POL + ~TIC_PART	0.910	0.590	0.690
Ausência de Resultado			
~PART_AREPU + TIC_PART	0.950	0.566	0.655
~COMP_REC + ~REL_POLP	0.901	0.751	0.751
~COMP_REC + ~CON_POL	0.949	0.741	0.761
~REL_POLP + ~CON_POL	1.000	0.729	0.770
~CON_POL + TIC_PART	1.000	0.500	0.645
~INFL_MSA + ~CON_POL + ~TIC_PART	0.949	0.607	0.677
~PART_AREPU + ~CON_POL + ~TIC_PART	0.949	0.607	0.677

Fonte: Autor

De acordo com a análise de necessidade demonstrada na Tabela 16, inicialmente observa-se que não existem condições necessárias isoladas, uma vez que não alcançam simultaneamente os indicadores padrão de consistência ($inclN = 0.9$) e relevância ($RoN = 0.6$), tanto para o resultado quanto para a ausência do resultado.

Portanto, embora as condições INFL_MSA e PART_AREPU apresentem consistência de necessidade ($inclN$) de 0.910 e 0.955, respectivamente, o que pode estabelecer uma relação de necessidade para a ocorrência do resultado, ou seja, sem a influência de movimentos sociais ou da participação em arenas públicas não ocorre a governança democrática. Contudo, é crucial destacar que ambas as condições não garantem por si só o resultado da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos. Isso se deve ao fato de que ao analisar o índice de relevância da necessidade para a condição INFL_MSA ($RoN = 0.590$) e PART_AREPU ($RoN = 0.571$), observa-se que estão abaixo do padrão considerado relevante, que começa em 0.6.

Conclui-se, portanto, que a influência dos movimentos sociais e a participação em arenas públicas não atendem aos critérios da análise de necessidade. Desse modo, não há uma

condição necessária, isto é, não existe uma condição sem a qual o resultado não possa ser alcançado.

Quanto à análise de necessidade por combinação de condições, observa-se a mesma situação que anteriormente, ou seja, nenhuma combinação de condições atende aos índices padrão de consistência e relevância da necessidade. As conjunções (COMP_REC + CON_POL + ~TIC_PART, inclN = 0.910 e RoN = 0.590) e (REL_POLP + CON_POL + ~TIC_PART, inclN = 0.910 e RoN = 0.590) ambas possuem índices de consistência ≥ 0.9 e índice de relevância inferiores a 0.6, denotando a trivialidade das combinações e, portanto, baseada na análise padrão, não são combinações de condições necessárias para a ocorrência do resultado.

No que diz respeito à análise de necessidade para a ausência do resultado, observa-se que existem cinco combinações de condições que atendem aos critérios padrão de consistência e relevância. São elas: a) ~COMP_REC + ~REL_POLP, com inclN = 0.901 e RoN = 0.751, demonstrando que 90,1% do conjunto ausência do resultado está incluído nesta configuração. Essa combinação indica que a ausência do resultado da governança democrática não ocorre na ausência da condição uso compartilhado dos recursos ou ausência da condição relação com políticas públicas; b) ~COMP_REC + ~CON_POL, com inclN = 0.949 e RoN = 0.741, demonstrando que 94,9% do conjunto ausência do resultado está incluído nesta configuração. Essa combinação indica que a ausência do resultado da governança democrática não ocorre na ausência da condição uso compartilhado dos recursos ou ausência da condição consumo político; c) ~REL_POLP + ~CON_POL, com inclN = 1.000 e RoN = 0.729, demonstrando que 100% do conjunto ausência do resultado está incluído nesta configuração. Essa combinação indica que a ausência do resultado da governança democrática não ocorre na ausência da condição relação com políticas públicas ou ausência da condição consumo político; d) ~INFL_MSA + ~CON_POL + ~TIC_PART, com inclN = 0.949 e RoN = 0.607, demonstrando que 94,9% do conjunto ausência do resultado está incluído nesta configuração. Essa combinação indica que a ausência do resultado da governança democrática não ocorre na ausência da condição influência de movimentos sociais ou ausência da condição consumo político ou ausência da condição tecnologias da informação e comunicação; e) ~PART_AREPU + ~CON_POL + ~TIC_PART, com inclN = 0.949 e RoN = 0.607, demonstrando que 94,9% do conjunto ausência de resultado está incluído nesta configuração. Por fim, a quinta combinação indica que a ausência do resultado da governança democrática não ocorre na ausência da condição participação em arenas públicas ou ausência da condição consumo político ou ausência da condição tecnologias da informação e comunicação.

Assim, a análise de necessidade por combinação de condições demonstra que as cinco combinações são necessárias, no entanto, por serem consideradas como um tipo de condições SUIN (Sufficient but Unnecessary part of a configuration that is Insufficient but Necessary), nesse caso a ausência do resultado pode ser alcançada mesmo na ausência dessas combinações de condição (Schneider e Wagemann 2012).

A identificação das condições SUIN proporciona uma compreensão mais aprofundada das complexas relações causais envolvidas no fenômeno da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos. Isso ocorre ao possibilitar a captura da interação complexa entre as condições e os casos analisados. Portanto, a ausência de governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos pode ser alcançada pelas cinco combinações mencionadas anteriormente, destacando sua relevância. Contudo, é crucial reconhecer que outras condições também podem ser igualmente importantes em diferentes contextos.

Após a análise de necessidade, elaborou-se a Tabela Verdade, que consiste em listar todas as configurações logicamente possíveis resultantes do conjunto de dados de seis condições e um resultado. Busca-se avaliar dois aspectos na Tabela Verdade, primeiro, as relações entre conjuntos de casos que compartilham uma combinação de condições, segundo, o conjunto de casos com o mesmo resultado. Conforme preconizado por Rihoux e Ragin (2009), quando um conjunto de casos com uma configuração específica apresenta, de forma consistente, o mesmo resultado, essa configuração é considerada suficiente para o resultado.

A Tabela verdade descreve o resultado para cada combinação possível de condições presentes e ausentes para todos os casos com essa combinação, além de identificar as linhas que são suficientes para o resultado, conforme apresentado na Tabela 17, representado pela marcação 1 para o resultado e 0 para ausência de resultado. O limiar de consistência foi definido em $(incl \geq 0.9)$ ¹² para consistência bruta como critério para determinar se uma condição ou configuração estava associada ao resultado de interesse em consonância com a tendência de estudos recentes na área (Greckhamer et al., 2018; Park, Pavlou & Saraf, 2020; Paula, Santos & Couto, 2023), adicionalmente definiu-se um caso como o corte de frequência ($n.cut = 1$), seguindo as diretrizes de Ragin (2008), que preconiza um mínimo de um caso em cada configuração. Outro índice a ser considerado são as pontuações de Redução Proporcional em Inconsistência (PRI) para evitar configurações simultâneas para o resultado e ausência do

¹² O limiar de consistência foi estabelecido em $(incl \geq 0.9)$. Essa escolha foi fundamentada no uso em pesquisas relevantes e considerou o contexto específico da pesquisa e dos dados. Dado que a maioria das configurações apresenta uma consistência elevada, optou-se por um limiar mais alto para identificar as configurações mais relevantes.

resultado. Considerando que o índice PRI é uma medida que indica a importância de uma configuração, assim, quanto maior essa pontuação mais relevante é a configuração, de modo que pontuações de PRI abaixo de 0.5 indicam inconsistência, ademais essa pontuação deve ser idealmente proporcional a pontuação de consistência bruta (CovS).

A Tabela Verdade gerada nesta análise revelou um total de 64 configurações possíveis (2^6), sendo que cada caso foi associado à configuração correspondente (consulte a Tabela Verdade completa no Apêndice 1). Entre essas configurações, existem 56 restantes lógicos ou contrafactuais (isto é, não há casos correspondentes a essas configurações particulares), representando 87,5% das linhas da tabela verdade sem casos. Ademais, oito configurações não têm casos contraditórios, sugerindo que os padrões identificados na análise são consistentes e robustos, especialmente as condições identificadas para o resultado, as quais são adequadas para o conjunto de dados. Além disso, há duas configurações que apresentam sete casos para o resultado (OUT = 1), com uma consistência bruta de 1.000, e seis configurações com consistência bruta abaixo do limiar estabelecido ($incl \geq 0.9$) para a ausência do resultado (OUT = 0).

Os resultados obtidos na construção da Tabela Verdade com uso do pacote QCA são apresentados na Tabela 17 abaixo.

Tabela 17 – Tabela Verdade

Conf.	INFL MS A	PART_ AREP U	COM P_RE C	REL POLP	CON _POL	TIC_ PAR T	OU T	n	incl	PRI	Casos
63	1	1	1	0	0	1	1	4	1.000	1.000	BE Fiare (1) BE Coop57 (2) BE Castilla y León (6) B Palmas (11)
64	1	1	1	0	1	0	1	3	1.000	1.000	B Cocais (8) B Tupinambá (9) B Bem (13)
60	1	1	1	0	1	1	0	1	0.872	0.660	B Jardim Botânico (10)
49	0	1	1	0	0	1	0	1	0.801	0.670	BE Badajoz (4)

54	1	0	1	0	1	0	0	1	0.747	0.496	BE Paz y Esperanza (5)
33	1	1	0	0	0	0	0	1	0.330	0.000	B Preventório (12)
26	1	1	0	1	1	1	0	1	0.248	0.248	B Bem (13)
2	1	1	1	1	0	1	0	2	0.000	0.000	BE Triodos (7) B Laguna (14)

Fonte: Autor

Posteriormente, utilizando a tabela verdade, a função de minimização do pacote QCA no software R foi aplicada para identificar as soluções minimizadas, cujo objetivo é comparar sistematicamente as linhas da tabela verdade com as combinações suficientes de condições.

De acordo com Duşa (2022), o teste de suficiência representa o cerne da metodologia QCA, na medida em que procura encontrar a configuração causal mais simples possível que conduz ao resultado. O teste de suficiência utiliza a álgebra booleana com o propósito de derivar uma expressão que seja consistente com a obtenção do resultado.

O propósito do teste de suficiência, seguido da minimização lógica, consiste em realizar uma análise sistemática das linhas da Tabela Verdade, comparando-as com as combinações suficientes de condições, a fim de examinar como essas condições interagem de maneira conjunta na produção do resultado. Isso ocorre de modo semelhante a uma receita causal, ou seja, à configuração causal que leva ao resultado de interesse¹³. A condição presente em uma expressão e ausente em outra é chamada de logicamente redundante, o que não contribui para a ocorrência do resultado e pode ser omitida. As combinações restantes são chamadas de implicantes primos ou termos de solução, cada um deles é suficiente para o resultado. Assim, se o implicante primo for redundante, ele pode ser removido, levando a uma solução mais curta, a fórmula mínima (Duşa, 2022).

A QCA oferece a possibilidade de derivar três tipos de soluções: a solução complexa, que não inclui nenhum dos restantes lógicos utilizados, apenas casos em que o resultado está

¹³ Exemplo: Ao analisar os fatores que contribuem o êxito de estudantes em uma determinada disciplina. A Tabela Verdade mostra diferentes combinações de condições (por exemplo, horas de estudo, participação em aulas, uso de materiais de estudo) e se cada combinação resultou em sucesso (1) ou fracasso (0). A minimização lógica apresenta a configuração de condições que conduz ao êxito dos estudantes. Pode-se identificar que a combinação de alta participação em aulas e uso frequente de materiais de estudo é suficiente para garantir o sucesso, independentemente de outras condições. Por outro lado, pode-se notar que a condição de dormir tarde não tem impacto no sucesso dos estudantes quando combinada com outras condições. Portanto, essa condição é considerada logicamente redundante e pode ser omitida da análise. Ao final do processo de minimização lógica, obtém-se uma fórmula mínima que descreve as condições relevantes para o sucesso dos estudantes de forma mais concisa, removendo redundâncias e mantendo apenas as condições necessárias para explicar o resultado.

presente; a solução parcimoniosa, na qual todos os restantes lógicos podem ser utilizados sem consideração de sua plausibilidade, ou seja, incluindo condições consideradas principais que não foram minimizadas mesmo em face de contrafactuais difíceis; e, por fim, a solução intermediária, que tem a função de incorporar à solução apenas os restantes lógicos que possuem sentido tanto empiricamente quanto teoricamente (Duşa, 2022). Uma vantagem da solução intermediária é que permite a exclusão de caminhos que não contenham uma condição necessária. Assim, de modo geral, a solução intermediária é considerada superior em relação às demais (Rihoux & Ragin, 2009).

A seguir no teste de suficiência são apresentadas todas as três soluções que incluem os caminhos configuracionais para o resultado de interesse, conforme a Tabela 18. Para cada solução, são fornecidos os parâmetros de consistência (inclS), que indicam o grau de inclusão de uma configuração no conjunto resultado; redução proporcional de inconsistência (PRI), que indica a importância da configuração; e cobertura da solução, dividida em cobertura bruta (covS) e cobertura única (covU). Ambas são métricas utilizadas para avaliar a qualidade e a abrangência das combinações de condições identificadas durante o teste de suficiência. A cobertura bruta é uma medida referente à proporção de casos que apresentam o resultado de interesse e que são explicados por pelo menos uma das combinações de condições identificadas como suficientes no teste de suficiência. Já a cobertura única considera apenas os casos que são explicados por uma única combinação de condições identificada durante o teste de suficiência (Rihoux & Ragin, 2009; Duşa, 2022).

Tabela 18 – Soluções finais

Caminho	Receita	inclS	PRI	covS	covU	cases
Complexa						
1	INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_R EC*REL_POLP*CON_POL	1.000	1.000	0.684	-	1,2,6,11; 8,9,13
	M1	1.000	1.000	0.684		
Parcimoniosa						
1	COMP_REC*REL_POLP	0.890	0.849	0.729	0.045	1,2,6,11; 8,9,13
2	REL_POLP*CON_POL	1.000	1.000	0.729	0.045	1,2,6,11; 8,9,13
	M1	0.890	0.849	0.729		
	M2	1.000	1.000	0.729		
Intermediária						
1	INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_R EC*REL_POLP*CON_POL	1.000	1.000	0.684	-	1,2,6,11; 8,9,13
	M1	1.000	1.000	0.684		

Fonte: Autor

Para o resultado, tanto a solução complexa quanto a solução intermediária exibem o mesmo grau de consistência (inclS = 1.000), PRI (1.000) e cobertura bruta (covS = 0.684). Além disso, possuem composições idênticas, a saber: INFL_MSAPART_AREPUCOMP_RECREL_POLPCON_POL.

As soluções (complexa e intermediária) consistem em uma combinação de condições que são suficientes para explicar o resultado da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos. Esse caminho é composto por condições que indicam a influência de movimentos sociais e a participação em arenas públicas, o uso compartilhado de recursos financeiros, a interação com políticas públicas e a preferência pelo consumo político. A presença dessas condições combinadas é suficiente para a ocorrência do resultado, de modo que sempre que essas condições estiverem presentes em conjunto, o resultado da governança democrática ocorrerá nos casos de bancos comunitários e bancos éticos analisados.

Em relação à solução parcimoniosa, identificam-se dois caminhos distintos. O primeiro caminho (COMP_REC*REL_POLP) exibe valores de consistência (inclS = 0.890), PRI (0.849) e cobertura bruta (covS = 0.729). Esse caminho é composto apenas por duas condições combinadas: o uso compartilhado de recursos financeiros e a interação com políticas públicas. Esse achado sugere que a presença dessas duas condições combinadas é suficiente para a ocorrência do resultado da governança democrática nos casos analisados.

O segundo caminho (REL_POLP*CON_POL) apresenta valores de consistência (inclS = 1.000), PRI (1.000) e cobertura bruta (covS = 0.729). Assim como o primeiro caminho, este também é composto por apenas duas condições combinadas: a interação com políticas públicas e a preferência pelo consumo político. Novamente, essa descoberta sugere que a presença dessas duas condições combinadas é suficiente para a ocorrência do resultado da governança democrática nos casos analisados.

Embora os índices de consistência, PRI e cobertura bruta da solução parcimoniosa atendam aos critérios padrão, é importante observar que ambos os caminhos são excessivamente simplificados, o que pode comprometer sua capacidade de explicar adequadamente o resultado da governança democrática nos casos estudados. Sua aplicação para explicar o resultado pode resultar em uma simplificação excessiva ao analisar o fenômeno da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos. Portanto, a solução parcimoniosa foi descartada devido ao seu baixo potencial explicativo.

Assim, com base no conhecimento empírico e teórico do fenômeno analisado, decidiu-se pela solução intermediária para explicação do resultado da governança democrática. De acordo com Rihoux & Ragin (2009) e Duşa (2022), a solução intermediária ao utilizar apenas

contrafactuais fáceis no processo de minimização contribui para o processo de interpretação se comparada a solução complexa e parcimoniosa.

A fórmula mínima para a presença do resultado com a solução intermediária é representada pela configuração (INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL) que pode ser traduzida como: [Influência de Movimentos Sociais, com Participação em Arenas Públicas, combinada com Compartilhamento de Recursos, Relação com Políticas Públicas e Consumo Político]. Essa configuração está associada a presença do resultado da governança democrática.

Este caminho envolve bancos éticos (BE Fiare (1); BE Coop57 (2); BE Castilla y León (6)) e bancos comunitários (casos B Cocais (8); B Tupinambá (9); B Palmas (11); B Bem (13)), nos quais o resultado de governança democrática, tem por base as evidências empíricas coletadas em sete casos, sendo diretamente influenciado por cinco condições, conforme demonstrado na solução intermediária. Estes incluem uma relação estreita com movimentos sociais, particularmente o movimento de economia social e solidária, bem como os estímulos decorrentes da participação em arenas públicas, como redes e fóruns. Adicionalmente, o uso de recursos financeiros compartilhados configura-se como um claro incentivo para a participação dos membros, combinada com a interação com políticas públicas, embora teoricamente previsto, não resulta em efeito adverso sobre o resultado de governança democrática, por fim, a orientação para o consumo político entre os ativistas é promovida de forma coletiva, impulsionando, por sua vez, uma maior participação neste conjunto de casos. Embora possa parecer relativamente simples, não se pode esperar que a solução intermediária seja mais concisa do que a encontrada nesta pesquisa, dada a complexidade do número de condições e casos analisados.

A composição desta solução representa uma descoberta significativa nesta pesquisa, pois o caminho identificado a partir da solução intermediária permitiu a identificação de uma combinação de condições suficientes para a ocorrência do resultado. Isso proporcionou insights valiosos, os quais serão apresentados no capítulo seguinte, sobre a estrutura de condições que sustenta a governança democrática, englobando casos de bancos comunitários no Brasil e casos de bancos éticos na Espanha.

Este caminho apresentou uma consistência (inclS = 1.000), indica o grau em que essa configuração é um subconjunto do resultado, ou seja, os bancos comunitários e bancos éticos que exibem essas características podem manter de forma consistente a governança democrática. A redução proporcional de inconsistência (PRI = 1.000), indica que a configuração em questão tem uma alta importância e aderência às condições estabelecidas para

o resultado de interesse. Além disso, o caminho demonstrou uma cobertura bruta (CovS = 0.684), revela que 68,4% do resultado é explicado pelas condições desta solução combinada a outras condições. A cobertura única apresentou resultado próximo de zero, demonstra que o resultado não depende exclusivamente de um termo da solução ou desta solução em particular. Ademais, são apresentados sete casos com adesão à solução intermediária para a presença do resultado, sendo: BE Fiare (1); BE Coop57 (2); BE Castilla y León (6); B Cocais (8); B Tupinambá (9); B Palmas (11); B Bem (13).

Destaca-se, que além da análise apresentada acima, foram conduzidos outros testes para avaliar a robustez dos resultados apresentados. Conforme o Apêndice 5, foram alterados os limiares de consistência para analisar outra proposta analítica, com o limiar de consistência (incl ≥ 0.8). Os resultados da análise demonstram que as soluções não são plausíveis de um ponto de vista empírico e teórico, mesmo quando aplicada a análise para *Enhanced Standard Analysis* (ESA), conforme o Apêndice 5. Assim, o teste de robustez adotado demonstra a confiabilidade da presente análise.

A seguir, ao examinar as soluções complexa, parcimoniosa e intermediária, conforme Figura 4, abaixo, observou-se que a condição REL_POP (Relações com Políticas Públicas), está presente nas configurações de todas as soluções. Portanto, a presença dessa condição é considerada central, representando um elemento imprescindível nas configurações para conduzir de maneira consistente os bancos comunitários e bancos éticos a governança democrática. Em contrapartida, as demais condições são consideradas periféricas ou irrelevantes para a obtenção do resultado, conforme a abordagem delineada por Fiss (2011) e Bromley et al., (2012). Com base nesses resultados, elaborou-se a Figura 4, que apresenta as configurações de cada solução que conduzem ao resultado da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos.

Figura 4 – Configurações que levam ao resultado (governança democrática)

Condições	Solução Complexa		Solução Parcimoniosa		Solução Intermediária	
	C1	C1	C2	C1	C1	C1
INFL_MSA	●	⊗	⊗		●	
PART_AREPU	●	⊗	⊗		●	
COMP_REC	●	●	⊗		●	
REL_POP	●	●	●		●	

CON_POL	●	⊗	●	●
TIC_PART	○	⊗	⊗	○
inclS	1.000	0.890	1.000	1.000
PRI	1.000	0.849	1.000	1.000
CovS	0.684	0.729	0.729	0.684
CovU	-	0.045	0.045	-

Fonte: Autor

Na Figura 4, os círculos de maior dimensão conotam as condições centrais, ao passo que os círculos de menor dimensão representam as condições periféricas. Os círculos preenchidos assinalam a presença da condição, enquanto os círculos não preenchidos indicam a ausência. Os círculos cruzados indicam que a presença ou ausência da condição é indiferente para a obtenção do resultado de interesse.

4.1. Análise configuracional

A presente análise emprega a configuração da solução intermediária para esclarecer o resultado da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos. Essa configuração, reconhecida como suficiente para a ocorrência do resultado, é composta por cinco condições combinadas. São elas: a influência que os movimentos sociais e participação em arenas públicas exercem sobre o regime de governança, combinada com o uso compartilhado de recursos financeiros, operando como um módulo de compromisso com a governança. Adicionalmente, destaca-se a interação com políticas públicas, que não enfraquece a governança democrática, e a preferência pelo consumo político, que atua como um elemento de ligação entre o acesso a serviços financeiros e o processo de tomada de decisão baseado em práticas de participação e deliberação.

Essa configuração enfatiza a complexidade das interações entre estas condições, que em conjunto têm a capacidade de explicar o fenômeno da governança democrática em bancos comunitários e éticos. Além disso, essa combinação evidencia a diversidade de expressões pelas quais a governança democrática é representada nos casos incluídos nesta explicação configuracional. Assim, observa-se casos em que a governança democrática se manifesta através de práticas e metodologias de assembleias abertas, onde o processo de tomada de decisão é baseado em métodos consensuais, entendido como o modelo de participação deliberativa, ou em métodos nos quais as decisões são tomadas pelos votos da maioria,

concebido como o modelo assemblear. Adicionalmente, identificam-se casos nos quais a governança democrática é expressa por métodos de representação baseados em conselhos eleitos, mas onde a tomada de decisão é orientada pelo consenso, concebido como o modelo de representação deliberativa.

Portanto, a combinação das condições desta solução atua como uma estrutura sobre a qual repousa a governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos. É sobre esta estrutura composta por relações de influências, uso de recursos, interação e preferência que se projetam diferentes modalidades de governança democrática, combinando princípios, práticas e metodologias participativas e deliberativas como meio de viabilizar a governança destas organizações.

4.1.1. Configuração – Horizonte

(INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL)

A configuração resultante da solução intermediária, denominada "Horizonte", é composta por cinco condições que correspondem as hipóteses do desenho teórico da pesquisa.

As duas primeiras destacam a influência dupla exercida pelos movimentos sociais e pela participação em arenas públicas na conformação da governança democrática. Essa influência é caracterizada por uma série de processos específicos de contágio, propagação e circulação de ideias e práticas, que moldam as estratégias e escolhas dos bancos comunitários e éticos no contexto das relações estabelecidas com movimentos sociais e na participação em arenas públicas.

Além disso, inclui-se a utilização de recursos financeiros compartilhados, que estabelece um tipo de compromisso vinculativo entre a propriedade coletiva e o comonitoramento dos recursos, implicando os membros na governança. A interação com políticas públicas indica que, embora teoricamente possa representar um obstáculo, na prática não inviabiliza a realização da governança democrática neste conjunto de casos. Pelo contrário, é assimilada pelas organizações que foram capazes de desenvolver habilidades para conciliar estruturas de democracia interna com estruturas de perícia gerencial requeridas para os processos de interação com governos e políticas públicas.

Por sua vez, o consumo político emerge como um mecanismo que fortalece a governança democrática, especialmente quando há um serviço de interesse dos membros, pois gera interesse tanto no consumo dos serviços quanto o "consumo da participação". Essa

configuração causal representa o caminho para o resultado da governança democrática demonstrado nesta pesquisa.

Os casos 1, 2, 6, 11, 8, 9 e 13 exemplificam bancos comunitários e éticos que se enquadram nesta configuração, com níveis de adesão de 0.67, 0.67, 1.00, 0.67, 0.67, 1.00 e 1.00 para o resultado, respectivamente. Apesar de enfrentarem desafios na consolidação da governança democrática devido às questões relacionadas com os desafios de consolidação da participação e deliberação, essas organizações conseguem contornar os problemas e manter um nível razoável de governança democrática. Esse nível é expresso em modalidades de representação deliberativa (0.67) e participação deliberativa ou assemblear (1.0), ambas identificadas como relacionadas com o resultado da governança democrática. Para evidenciar o efeito da primeira condição sobre o resultado da governança democrática, são invocadas as declarações dos informantes incluídos neste conjunto de casos, os quais afirmam que:

“FIARE mantiene tres niveles de relación con los movimientos sociales: somos un banco de financiación de los movimientos sociales; la socioestructura, la base social de FIARE está significativamente compuesta por movimientos sociales, socios suelen ser multimilitantes; dinámicas de alianza o partenariado para estrategias de incidencia, para proyectos conjuntos, para denuncia social, para campañas etc. Sectores en los que nosotros financieramente y estamos comprometidos: el sector medioambiental y energías renovables, circuitos cortos, agroecología, comercio justo, la inserción social y laboral, organizaciones de personas con discapacidad y la red de economía social y solidaria. Relación sobre todo con movimientos sociales porque tienen prácticas concretas de democracia económica. Esa es una lógica en la que FIARE tuvo elementos de innovación”. (Caso 1 – Fiare Banca Ética, Bilbao, País Vasco).

“COOP57 no se entiende sin movimientos sociales, por tanto, los movimientos sociales son parte de COOP57. Por ejemplo, organizaciones feministas, movimiento social ligado al tema de la ruralidad, ocupaciones y lucha por la vivienda, o sea, de la lucha por una vivienda, sindicatos de trabajadores, empresas recuperadas, ocupación de las fábricas, lucha por una energía limpia, una energía sostenible, sectores que luchan contra el riesgo de exclusión social, grupos con discapacidad o enfermos mentales, grupos relacionados con la ecología, consumo de proximidad, consumo ecológico, sectores sociales relacionados con el mundo de la cultura, del teatro, de las artes plásticas, de la música, así, son fundamentalmente todos los miembros sociales. Tenemos un origen de nuestra

tradição, que es el origen libertario de la autogestión, hay una base social que se recupera, que es la autogestión. En nuestros consejos, en nuestras asambleas, hay representantes de movimientos sociales, tantos como de cooperativos históricos. Y está todo mezclado. Pero el origen es movimientos cooperativos autogestionarios. Una gobernanza aprendido e influenciado.” (Caso 2 – Coop57, Barcelona, Catalunha).

“El nexo común que nos une a todas las entidades que trabajamos las finanzas éticas y realmente queremos ligarlo a una transformación social es el ejercicio del derecho al crédito. Estamos en movimientos ecológicos, atención a emigrantes, personas con discapacidad, movimientos del mundo rural, asociaciones culturales y deportivas, con el tema de la estrategia alimentaria y agroecológico, ecologistas, mujeres, movimientos de igualdad, incorporación de las mujeres al mundo laboral o al mundo productivo, movimientos Transition Town, erradicación de la violencia, cuestionamiento de los procesos especulativos, del proceso armamentístico, con nuestro dinero no se debe financiar ninguno de estos procesos. Movimiento "no con mi dinero". En gran medida sí [gobernanza democrática fueron también aprendidas con los movimientos sociales] o sea nada se inventa de un día para otro siempre hay unos procesos. Movimientos comunitarios más potentes ha sido a través del propio asociacionismo del carácter para colectivizar determinados procesos.” (Caso 6 - Asociación Finanzas Éticas Castilla y León, Valladolid, Castilha y León).

“Nós dialogamos com a bandeira das cozinhas comunitárias, com o MTST. A gente tem uma ligação com a rede cearense e o fórum brasileiro de Economia Solidária, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, o movimento com os agrários com a Unicafes, Unicopas, Unisol, MST, feiras ecológicas, a relação campo-cidade. Na origem tivemos uma influência das CEBs a partir do PCB e a FASE. Então eles tiveram um papel muito forte na base da Organização dos Movimentos Sociais de bairro. Organizar os moradores para tomar suas decisões, Teologia da Libertação. Muita coisa você vai adaptando, mas você teve esse tronco do movimento social mais antigo como inspirador.” (Caso 11 - Banco Palmas, Fortaleza, Ceará).

“É um espaço de movimentos que a gente participa, estamos ligados diretamente, porque a gente tem vez e voz nesses espaços, setorial de economia solidária, rede brasileira de bancos comunitários, movimento das quebradeiras de coco babaçu, sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos de agricultores e

agricultoras familiares. Enfim, a gente está inserido nessas discussões dos movimentos sociais. Nesses espaços eu trago muito o que aprendi nas formações, trago muito para cá o que aprendo. Então, esses espaços de formação, de debates, são espaços importantíssimos, a gente levar a nossa experiência, é um espaço de troca”. (Caso 8 – Banco dos Cocais, São João do Arraial, Piauí).

“Nós viemos do movimento popular. A gente participa do Fórum da Economia Solidária, somos parte da coordenação da rede brasileira de bancos comunitários. A relação nossa com o movimento social é muito efetiva, de dar direção às atividades da comunidade na luta. Desde o início a gente iniciou um trabalho no movimento social, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), PCB e Associação de Moradores, trouxe essa bagagem para cá, esse histórico facilitou o entendimento, facilitou essa convivência, essa vida que tivemos no banco comunitário. Nossa metodologia de governança veio do [movimento], veio do Banco Palmas, mas foi adaptado na nossa realidade local”. (Caso 9 – Banco Tupinambá, Ilha do Mosqueiro-Belém, Pará).

“O Banco Bem nasce vindo os grupos de economia solidária e associações comunitárias, através do Fórum de Desenvolvimento Comunitário, a gente nunca mais parou de lidar com os movimentos da comunidade. A gente também está no movimento dos MEIs e de micro e pequena empresa, empreendimentos familiares e autogestão comunitária”. (Caso 13 – Banco Bem, Vitória, Espírito Santo).

Essas citações evidenciam que a dinâmica de governança dos bancos comunitários e éticos, conforme explicada pela configuração horizonte, presente na solução intermediária, está intrinsecamente ligada à sua relação com os movimentos sociais. Os interlocutores destacam que essa relação influencia a orientação e o funcionamento das organizações, refletida na definição de princípios, valores e estruturas organizacionais alinhadas com os propósitos e objetivos dos movimentos sociais, dos quais os bancos comunitários e éticos emergem e/ou se associam.

Nesse contexto, a interação com os movimentos sociais envolve apoio mútuo, troca de ideias e transferência de métodos, compartilhamento de recursos e trânsito de membros entre as organizações. Destaca-se a abrangência de relações estreitas com diversos movimentos sociais, abrangendo o ambientalismo e as energias renováveis, a agroecologia, a economia social e solidária, os movimentos sem terra e sem teto, os agricultores familiares, os imigrantes, o empreendedorismo comunitário, o movimento de mulheres e os movimentos comunitários associativos. Essa diversidade caracteriza as ações e relações movimentalistas dos bancos

comunitários e éticos como espaços de formação, debates, troca de experiências e experimentações democratizantes das estruturas organizacionais, além de servir como veículos de contestação direcionados ao sistema bancário tradicional, com o objetivo de denunciar e prefigurar mudanças sociais.

Dessa forma, torna-se evidente que os resultados das interações entre os bancos comunitários e éticos com os movimentos sociais proporcionam aprendizados significativos em relação à governança democrática. Desse relacionamento surge um efeito de difusão e circulação de práticas participativas e deliberativas em processos de tomada de decisão e governança. Assim, os resultados da análise da condição influência dos movimentos sociais fornecem evidências consistentes com a formulação da hipótese 1.

No que diz respeito à participação em arenas públicas, observa-se um efeito semelhante de transbordamento, comparável ao que ocorre com a condição anterior. Isso acontece uma vez que as arenas em que os bancos comunitários e éticos participam operam esquemas de influência nas organizações participantes por meio de mecanismos de incentivo e constrangimento do comportamento dos atores em termos de congruência entre ideias e práticas.

As arenas dos bancos comunitários e éticos são compostas principalmente por redes e fóruns que oferecem uma estrutura de incentivos para a adoção de abordagens participativas e deliberativas em relação ao planejamento de ações e projetos, bem como à própria dinâmica de mediação e negociação dos interesses dos atores nas arenas.

A seguir, são apresentados os argumentos que os interlocutores utilizam para demonstrar o efeito da participação em arenas públicas sobre a governança dessas organizações. Assim, afirmam que:

“La red de economía social y solidaria, REAS, ha sido y sigue siendo un elemento clave en la construcción de FIARE. Además, con REAS hacemos campañas conjuntas, estamos en la confederación española de personas y empresas de la economía social - CEPES, en la organización de microfinanciación - CRESUD y a nivel europeo en FEBEA, la alianza estratégica más fuerte que tiene es con Social Economy Europe, que es la red de economía social europea. La participación en estos espacios la valoramos como imprescindible para mantener la identidad y el propósito.” (Caso 1 – Fiare Banca Ética, Bilbao, País Basco).

“Somos miembros de FEBEA, somos miembros de REAS, somos miembros de las federaciones de cooperativas, somos miembros de la confederación de cooperativas, por ejemplo, CEPES y COFETA en España. Estamos en las

organizações de base. Participamos em esos foros porque nos interesa intercooperar, conocer otras experiencias, actuar de lobby, actuar de representación. Los movimientos sociales, los socios, son los que nos obligan a la gobernanza participativa”. (Caso 2 – Coop57, Barcelona, Catalunya).

“Somos una red de asociaciones, casi 100 entidades. Las socias son unas entidades del tercer sector y que su preocupación primordial es la atención con colectivos con riesgo de vulnerabilidad o de exclusión social y del derecho al crédito. Participamos de manera estable y cohesionada en la Red de Finanzas Alternativas y Solidarias (REFAS), además pertenecemos a la mesa de entidades socias de referencia para la Banca Ética. Nacieron como un espacio para profundizar en esa democracia participativa dentro de las finanzas éticas. Es una plataforma ciudadana que está y que agrupa varios territorios. Son espacios de apoyo explícitos y directos para la gobernanza, además para troca de experiencias, vamos a aprender o ellos van a aprender de nosotras”. (Caso 6 - Asociación Finanzas Éticas Castilla y León, Valladolid, Castilha y León).

“A gente criou aqui o consórcio Palmeiras. São seis organizações que estão muito ligadas ao banco, a Palma Fashion, Prato Colorido, a Cooperativa PalmaCoop, a companhia Bate Palmas, a Associação de moradores, a Nutrição e o Banco Palmas. Uma ação coletiva. É um aprendizado do Palmas, o banco é um grande animador, um grande articulador, mas ele não pode abafar a comunidade. O Palmas, ao longo do tempo, deu fé nisso. Então você começa a criar, começa a participar de federações, de coletivos maiores na própria comunidade, para se nivelar. Temos criado uma rede de cooperativas de plataformas. Temos a nossa rede brasileira de bancos comunitários. Esses são espaços que a grande contribuição é essa articulação dessas redes, para a democracia, para a participação, para o aprendizado, é mesmo na linha da troca de experiência”. (Caso 11 - Banco Palmas, Fortaleza, Ceará).

“As feiras que a gente promove são espaços de participação, é um espaço para dar opinião e intervir quando necessário na questão do banco. A gente participa em conselhos com representações, o Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Cocais é um espaço de construção e de debate de políticas públicas, junto com MQCB, sindicato, escola família agrícola, prefeituras, câmara municipal e empresas privadas. A gente faz parte do Campo Unitário, um espaço de ONGs da sociedade civil para reivindicar políticas públicas. Tem também a Rede

Brasileira de Bancos Comunitários e o Fórum de Economia Solidária que a gente tem uma atuação maior. São espaços que a gente pode contribuir pela nossa experiência, mas também trazer outras experiências que contribuam conosco, é uma troca. Então, isso é um espaço de formação e construção para a nossa governança”. (Caso 8 – Banco dos Cocais, São João do Arraial, Piauí).

“Essa bagagem de participação, de governança, a gente aprendeu muito com o projeto Pro-Renda. Nós somos da Rede de Empreendedores Sociais da Amazônia e da Amazônia Viva, uma rede de polinizadores da sustentabilidade, além disso, temos um GT de participação para subsidiar o governo nas políticas públicas de transferência de renda. A gente criou um grupo de pedal, grupo da Potoca, o Arraia Tupi, mas o mais importante para nós é a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Então, tem que criar mecanismo para isso, criar grupos, manter a comunidade viva do ponto de vista da mobilização”. (Caso 9 – Banco Tupinambá, Ilha do Mosqueiro-Belém, Pará).

“Para criar o banco, a gente entendeu que era necessário ter o Fórum de Desenvolvimento Comunitário. O fórum Bem Maior para discutir todas as questões do banco e todas as questões comunitárias, um lugar onde os líderes comunitários possam se encontrar e conversar sobre todo o território é muito importante. A gente também criou um fórum da juventude, o que tem sido muito interessante. Somos do Fórum Estadual de Economia Solidária, temos a Rede Desenvolver e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. São espaços de construção coletiva, para aprender um com o outro, em algumas situações serviram, em outros, não, foram piores”. (Caso 13 – Banco Bem, Vitória, Espírito Santo).

Essas citações destacam que, para os bancos comunitários e éticos, as arenas públicas representam locais privilegiados para interlocução, aprendizado e articulação política. Nestes espaços, os atores engajam-se em torno de agendas comuns, como o debate sobre acesso e direitos aos serviços financeiros, demandas por políticas públicas de finanças solidárias, construção colaborativa de campanhas mobilizadoras e iniciativas de formação e capacitação para disseminação de suas experiências.

Essas arenas públicas são representadas por entidades como a Red de la Economía Alternativa y Solidaria (REAS), a Federação Europeia de Bancos e Financiadores Éticos e Alternativos (FEBEA), a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o recente processo de criação de um sistema brasileiro de

finanças solidárias, bem como diferentes Conselhos de Políticas Públicas, além de uma miríade de redes e fóruns locais que agregam atores congêneres.

Dessa maneira, torna-se evidente que as arenas públicas nas quais os bancos comunitários e éticos participam são espaços que proporcionam incentivos que favorecem a adoção da governança democrática. Além disso, enfatiza-se um tipo de estratégia crucial adotada por esses casos para fortalecer a presença na esfera pública, proporcionando intercâmbio de ideias, visibilidade e colaboração com outros atores. Assim, os dados coletados sobre a condição participação em arenas públicas confirmam a validade da hipótese 2.

No que diz respeito à utilização de recursos compartilhados, é relevante destacar que os bancos comunitários e éticos mobilizam uma variedade de recursos financeiros que compõem o conjunto de fundos dessas organizações. Esses recursos incluem fontes públicas e governamentais, doações de base solidária e investimentos econômicas (poupança e investimento) provenientes dos membros e participantes das iniciativas.

Independentemente da origem dos recursos, torna-se evidente que o gerenciamento dos fundos está sujeito a um regime de governança democrática, no qual todos os envolvidos se coresponsabilizam e elaboram regras de gestão e avaliação para a circulação dos recursos financeiros, isto ocorre devido ao vínculo gerado entre a fonte dos recursos e governança pelos membros. Essa abordagem reflete uma perspectiva de responsabilidade solidária entre os participantes, destacando que a governança de um ativo financeiro tangível simultaneamente incentiva tanto um monitoramento contínuo para alocação dos recursos, quanto um processo participativo e deliberativo nos processos de governança dos recursos financeiros.

Nesse contexto, os interlocutores afirmam que:

“La evaluación económico-financiera tiene que hacerla un profesional del banco, ahí no hay participación, hay puro análisis técnico, pero nosotros añadimos una evaluación socioambiental que está arraigada en las estructuras democráticas del banco. La participación en cuestiones directamente relacionadas con la actividad financiera se mueve en el nivel estratégico y político, pero no en el nivel de detalle. Para la definición de tipo de producto, tasa de mercado, condiciones, etc., ahí está la estructura del banco, el consejo de administración y el comité de dirección. Esos son los que deciden. Una estructura como la nuestra no permite, ni sería fácil, ni incluso aconsejable, seguramente, que se generasen dinámicas asamblearias para la decisión de cuestiones muy relacionadas con la técnica financiera, particularmente.” (Caso 1 – Fiare Banca Ética, Bilbao, País Vasco).

“La gobernanza desde el punto de vista más técnico u operativo crea una dificultad. La participación aporta el punto de vista ético, o el punto de vista social. COOP57 entiende que la rentabilidad no es la finalidad, es un instrumento, o sea, ganar dinero para mejorar las condiciones de nuestros asociados, entonces es complementario, diría. Como lo hacemos, es cierto que él trabaja en plata [área económica], es cierto que confía en un equipo técnico. El consejo-rector que trabaja previamente ese tema. Estamos hablando de recursos financieros, es un tema más sencillo, ahí tiene un papel más fuerte el consejo-rector”. (Caso 2 – Coop57, Barcelona, Catalunya).

“Luego por la peculiar singularidad de cómo se gestionan estas ayudas reintegrables donde se requiere el aval social, esa red fundamental para fortalecer las finanzas éticas, porque las finanzas éticas no sólo viven de dinero, viven de acompañamiento, viven de esas transformaciones sociales, viven de esa forma de concebir los procesos de una manera comunitaria. La democracia tiene que estar impresa en todo, o sea, en el ser humano porque qué significa democracia, es decir democracia, esa redistribución, esa justicia social, esa libertad. Entonces podemos democratizar el dinero, podemos democratizar las relaciones dentro de la asociación. Cuando van a definir la política de crédito, de precios, eso lo hace la asamblea general”. (Caso 6 - Asociación Finanzas Éticas Castilla y León, Valladolid, Castilha y León).

“Eu acho que isso é uma combinação, a combinação financeira e sustentabilidade. Então tem que pensar quando vai fazer um investimento, um crédito ou um projeto, pensando como é que isso é mais sustentável, financeiramente, ao longo do processo. A gente fazer aquilo que a gente sempre fez, que é o modelo local de moeda social, que circula, que distribui riqueza, que tem participação social, que tem governança social. Acho que as questões, as decisões financeiras, o uso e o recurso, é aí que tem a participação mais consensual do Conselho”. (Caso 11 - Banco Palmas, Fortaleza, Ceará)

“Os bancos comunitários é um processo muito democrático, mas exige uma certa experiência, um certo traquejo com isso. O desafio é ter pessoas ou preparar pessoas para esse processo de gestão do dinheiro. O conselho gestor é um dos entes que podem levar isso para a sociedade. Uma política de uso de recurso financeiro, ela deve ser tomada pelo conselho”. (Caso 8 – Banco dos Cocais, São João do Arraial, Piauí).

“A gente veio de uma nova mentalidade de dizer que existia uma nova forma de ver a economia, uma economia mais participativa, uma economia que não vise o lucro como lucro, mas vise as pessoas como pessoas. As pessoas têm em nós uma confiança muito grande, é o maior legado do banco comunitário. Embora seja um banco comunitário, a gente tem que tomar alguns cuidados em termos de segurança. Hoje é mais na coordenação do Instituto a gestão dos recursos, porém de forma participativa”. (Caso 9 – Banco Tupinambá, Ilha do Mosqueiro-Belém, Pará).

“Às vezes a dificuldade é mais a gente tomar as decisões mesmo, da política de crédito, dos critérios, do que propriamente ter o recurso para a gente poder operar. A operação financeira é muita dificuldade. A gente tem a discussão da política de crédito em assembleia aberta”. (Caso 13 – Banco Bem, Vitória, Espírito Santo).

Essas declarações confirmam que o uso de recursos compartilhados gera um efeito mobilizador entre os membros, uma vez que o mecanismo de comonitoramento caracteriza um conjunto de regras subjacentes à governança democrática dos bancos comunitários e éticos. Em outras palavras, a existência de um fundo financeiro comum faz com que os membros percebam a necessidade de se envolver nos processos de governança, visando evitar desvios e perdas financeiras tanto em nível individual, quanto coletivo. Assim, os resultados da análise da condição uso de recursos compartilhados corroboraram a formulação proposta pela hipótese 3.

Em relação à condição relação com políticas públicas, é relevante destacar que o envolvimento e interação dos bancos comunitários e éticos em diversas modalidades de políticas públicas evidenciaram que, embora teoricamente previsto, tal fato não constitui um obstáculo para a efetivação da governança democrática. Verificou-se que essas organizações desenvolveram um repertório híbrido de ação coletiva, caracterizando-se, por um lado, como organização de movimento social que governam democraticamente serviços financeiros e, por outro lado, adquiriram competências e estruturas organizacionais capazes de gerenciar recursos e estabelecer relações com instituições governamentais, bem como se envolvem na execução de políticas públicas, sem que isso gere um efeito adverso de comprometimento da governança democrática. De fato, esses casos representam formas de organização de movimento social com estruturas híbridas que combinam uma variedade de estruturas participativas e deliberativas com lógicas gerenciais que garantem eficiência na gestão e alocação de recursos.

Dessa forma, os bancos comunitários e éticos empreendem ações de operacionalização no âmbito das políticas públicas, como financiamento, microcrédito e outros serviços

bancários. Destaca-se, nesse contexto, uma clara dimensão relacional, em que os resultados dependem das interações entre os atores e o sistema de política pública em consideração. Essas organizações podem ser concebidas como agentes que propõem modelos alternativos desafiadores para o sistema de políticas públicas. Para alcançar esse propósito, mobilizam estratégias criativas de confronto e cooperação, tanto extrainstitucionais quanto institucionais. Apesar das situações de incompatibilidade entre as estruturas institucionais e aquelas dos bancos comunitários e éticos, constata-se que tal dissonância não impede a sustentação da governança democrática. Nesse contexto, os interlocutores afirmam que:

“El regulador cuando nos audita siempre suele sugerirnos que el dinero que utilizamos en alimentar la participación, deberíamos utilizarlo en hacer cosas más útiles. Al regulador no le gusta este sistema de gobernanza, le parece una pérdida de tiempo dinamizar la base social. Ese es un desafío permanente con el regulador. Se generan nuevos mecanismos de gobierno, de gobernanza, adaptados a esos desafíos. Entonces, quiero decir que la influencia del regulador no ha debilitado nada nuestro modelo de gobernanza democrática. Nada en absoluto. El regulador nos va a pedir una evaluación económico-financiera que tiene que hacerla un profesional del banco, ahí no hay participación, pero nosotros añadimos, lo cual no nos nuestra cultura, una evaluación socioambiental que está arraigada en las estructuras democráticas del banco. El tipo de gobernanza que hacemos es el que queremos hacer. Nosotros tenemos una estructura profesional completamente capacitada para relacionarse [con Estados y con la administración], somos absolutamente autónomos. La relación con las políticas públicas es manejada por el Consejo Rector democráticamente”. (Caso 1 – Fiare Banca Ética, Bilbao, País Basco).

“Con el Ayuntamiento de Barcelona hacemos un fondo de avales mancomunado para las entidades sociales o para potenciar la vivienda cooperativa, nosotros financiamos eso. Nosotros partimos de una premisa muy importante, no depender de la administración pública, ser absolutamente independientes. Por tanto, nuestra relación con la administración pública, si se produce, va a ser en relación de igualdad, así, hemos colaborado mucho con la administración pública. Ese tema es un consenso, decisión más ideológica, más política, decisión colectiva em la asamblea”. (Caso 2 – Coop57, Barcelona, Catalunya).

“El tema de los útiles financieros lo articulamos a través de convenios con las administraciones públicas con los poderes públicos. Tienes un ritmo de hacer esa

interlocución con los poderes públicos que te marcan y que tú tienes que estar respondiendo. Tenemos una relación administrativa y digamos profesional. Somos tan profesionales como la propia administración [pública]. La administración debe tener unos procesos de garantías jurídicas, no puede hacer convenios sin tener garantías, entonces, las asociaciones que trabajamos este tipo de procesos tienen que haber una profesionalidad muy importante. Tenemos miembros que tienen esa experiencia, o sea, conoce cómo funciona la administración pública. Así te dejan entrar en ese recinto, siempre que tú te comportes. Sobre eso nuestra decisión es por la junta directiva, por el consejo rector”. (Caso 6 - Asociación Finanzas Éticas Castilla y León, Valladolid, Castilha y León).

“A relação com políticas públicas e governos tem idas e vindas, tem pontos contraditórios, tem situações delicadas, tem situações de grande impacto. O Estado, [em especial os órgãos de controle], custa a compreender uma inovação como a nossa, porque é uma inovação que incomoda o sistema financeiro. Mas eles vão aprendendo e nós vamos nos adaptando. Você não pode enfrentar, na ausência do marco regulatório, ou uma regulação frágil. Então, você tem que aprender com eles e na medida que dá se adaptar. Outra relação é com o executivo, com os prefeitos, eles têm entendido com mais facilidade do que os órgãos de controle. É importante se relacionar com os prefeitos. A relação com governos não dispensa a governança participativa. No caso do Palmas, acho que ele influenciou mais os governos do que os governos atrapalharam aquele caminho que ele quis ter. A gente não recuou, a gente enfrentou. Então, acho que a gente fez uma inserção muito forte junto dos governos, sempre buscando e algumas vezes conseguindo outras formas, muitas vezes conseguindo que eles se adaptassem aos nossos modelos, à nossa forma, ao nosso jeito de ser. Você precisa se relacionar com o Estado, com o governo, com as políticas públicas, com o governo, você tem que ter primeiro que fazer o seu dever de casa. Que é se organizar, se capacitar... Não pode ir de peito aberto, porque senão eles engolem exatamente isso aí. Acho que [o banco] tem que ter um grupo de especialistas, aqueles que têm mais tempo na estrada, que estão mais à frente da identidade do banco”. (Caso 11 - Banco Palmas, Fortaleza, Ceará)

“A nossa relação com as políticas públicas é muito direta. Com o município, a gente tem uma relação de parceria com o banco, realizar pagamentos e recebimentos. Com o Estado, através da Agência de Fomento de Estado, tem um termo de cooperação, para a gente replicar os créditos da agência. A gente tem algumas

pessoas que fazem esse relacionamento, a pessoa que articula esses convênios, depois a gente traz para os demais da diretoria do Conselho decidir se a gente formaliza a parceria ou não. A última decisão é feita no conselho gestor”. (Caso 8 – Banco dos Cocais, São João do Arraial, Piauí).

“Quando éramos correspondentes da Caixa Econômica, operamos com a Caixa o Programa Crescer, a gente sofreu muito, foi um período muito ruim para o Tupinambá, as pessoas já não nos viam como banco comunitário. A exigência era muito grande, você tinha que trabalhar de crachá, com o nome Caixa Econômica, tinha que trabalhar de calça comprida, camisa com logomarca da Caixa, nós trabalhávamos pisando em ovos, todo mês vinha uma vistoria da Caixa, a gente era tratado como funcionário da Caixa. Mas voltamos à nossa raiz, a gente retomou. Quem sustenta o banco é a comunidade de fato e direito. Essa relação com as políticas públicas [bancos, governo] é muito mais tratada internamente pelo conselho gestor”. (Caso 9 – Banco Tupinambá, Ilha do Mosqueiro-Belém, Pará).

“Você manter as estruturas comunitárias existentes e funcionando, porque isso é muito importante para a política pública, onde os políticos também se encontram. Quando se discutia o uso do recurso de empréstimo do Banestes e do Bandes, a política de crédito, a gente tinha as mesmas decisões, a gente não aceitou que a política fosse definida por eles, a manteve a nossa política, pela governança democrática e participativa. Aqui a gente faz uma discussão coletiva sobre as políticas públicas”. (Caso 13 – Banco Bem, Vitória, Espírito Santo).

As assertivas apresentadas por esses representantes dos casos abordados no conjunto desta configuração indicam que a relação com políticas públicas revela uma estrutura de interação entre bancos comunitários e éticos, abrangendo entidades reguladoras, subsistemas de políticas públicas, administrações locais, entre outros. Para superar os desafios intrínsecos enfrentados por organizações de movimentos sociais no contexto das dinâmicas de cooperação e conflito com governos e políticas públicas, tornou-se imperativo para essas experiências o desenvolvimento de estruturas profissionais e a profissionalização de um corpo técnico capaz de operar uma tecnocracia sob a governança de estruturas democráticas dentro de suas organizações, como verificado ao longo desta pesquisa. Esse tipo de organização híbrida se tornou uma das características distintivas dos bancos comunitários e bancos éticos incluídos nesta solução, tornando possível unificar a dinâmica organizacional participativa e deliberativa de movimentos sociais progressistas combinada com a eficiência no gerenciamento de recursos e convênios com governos na execução de políticas públicas. Desse modo, os resultados da

análise da condição relação com políticas públicas não sustentaram a hipótese 4, conforme formulada inicialmente.

A última condição presente nesta configuração refere-se ao consumo político. Esta condição assinala um efeito que se desdobra em duas funções sobre o resultado da governança democrática nos bancos comunitários e éticos. Em primeiro lugar, ela cumpre a função de satisfazer necessidades relacionadas ao consumo de serviços financeiros voltados para o investimento em atividades geradoras de trabalho e renda, intermediadas pelos serviços financeiros disponibilizados por essas organizações. Em segundo lugar, faz referência à dimensão política envolvida no consumo desses serviços, na medida em que o ato de consumir passa a incorporar um tipo de política prefigurativa que tem como objetivo servir de espaço para experimentações democráticas através da participação na governança dos bancos comunitários e éticos.

Assim, o consumo político de serviços financeiros possibilita a realização de necessidades por meio da ação coletiva dessas organizações, de modo que seus membros e usuários se tornam tanto consumidores quanto tomadores de decisão sobre o próprio processo de gestão dos serviços financeiros. Por essa razão, a condição de consumo político resulta em um impacto sobre os mecanismos de governança democrática de bens e serviços, focalizando-se, neste caso específico, em um serviço financeiro.

Dessa forma, os participantes desses casos buscam consumir um serviço financeiro que não apenas atenda às necessidades materiais, mas também satisfaça o interesse de prefigurar um projeto político representado por processos nos quais os membros possam se envolver em organizações participativas e deliberativas. As declarações dos interlocutores corroboram essa perspectiva, assim, informam que:

“Eso es consumo responsable con criterios, es un consumo político. Ciertamente es un perfil de participante más activo”. (Caso 1 – Fiare Banca Ética, Bilbao, País Basco).

“Cuando empezamos era gente mucho más militantes, ahora, diría que existe, pero sobre todo es por un tema pragmático, les damos respuesta a sus necesidades. Existe, pero ha ido perdiendo peso la parte más militante. Normalmente van relacionados [consumo y participación]. Se siente mucho más el proyecto como suyo. Los miembros que utilizan los servicios participan a través de representantes”. (Caso 2 – Coop57, Barcelona, Catalunha).

“Al principio les mueve la necesidad, pero no es [solo] una necesidad, o sea, saben dónde van, se descubre poco a poco las finanzas éticas. Hay gente que sabe y que

conoce, pero la gran mayoría es algo nuevo, movidos por una necesidad en un primer momento, y van descubriendo luego todo lo que significa. Los que utilizan los servicios participan directamente en la toma de decisiones siempre que formen parte de esa red”. (Caso 6 - Asociación Finanzas Éticas Castilla y León, Valladolid, Castilha y León).

“Evidentemente, elas usam o serviço porque elas têm a necessidade, é óbvio. Estamos no bairro de periferia, as pessoas são pobres, elas vão usar porque é mais barato, agora, depois de 25 anos, essa consciência se alargou muito. Tem muita gente que tem a consciência que o banco é da comunidade, que ela está pagando e se ela não pagar vai ter instrumentos de cobrança social. Esse grau de entendimento do funcionamento e da importância aumentou muito. As pessoas vão vendo que é algo diferente de uma financeira comum, que isso é coisa da própria comunidade, da participação. O banco busca esse propósito, através de suas feiras, reuniões nas escolas, metodologias participativas, as pessoas vão se apropriando mais disso. No entanto, no dia a dia, na tomada de decisão os usuários dos serviços do banco têm uma participação menor, estou falando hoje, aqui no popular, de 3 mil pessoas. Então, radicalizar a participação, radicalizar a governança, gestão participativa, democracia direta, todos os instrumentos onde o povo cria poder, acredita na sua força, é o que nos resta. Eu diria até meio necessário, é o que nos resta”. (Caso 11 - Banco Palmas, Fortaleza, Ceará)

“As pessoas preferem usar o banco [comunitário], por algumas questões, por algumas razões, pela facilidade do acesso ao crédito, pelas taxas, pelo relacionamento, pela moeda [social]. Elas têm a consciência da proposta em si do banco. Elas veem também pelo compreender que é importante, tem essa consciência. As pessoas que sempre acessam conosco, elas são mais fiéis ao banco, têm um compromisso maior. Essa fidelidade acaba, de uma certa forma, fazendo com que ela participe com mais frequência, mesmo que através de representantes”. (Caso 8 – Banco dos Cocais, São João do Arraial, Piauí).

“Pessoas que estão conosco desde o início do Banco, utilizam naturalmente, sabem, compreendem muito bem a função do Banco, a importância que tem o Banco para a comunidade. Se o banco é da comunidade, é uma responsabilidade coletiva, todo mundo”. (Caso 9 – Banco Tupinambá, Ilha do Mosqueiro-Belém, Pará).

“As pessoas conseguem diferenciar o serviço que é do banco comunitário de uma financeira qualquer que às vezes aparece na comunidade, as financeiras perderam

espaço dentro da nossa comunidade. Então o pessoal hoje procura mesmo o banco, sabe a diferença que o banco dá na vida delas. Oferecer um crédito mais barato, mais fácil, claro que isso conta também, mas tem a questão de o banco ser comunitário, elas entendem essa função, tem as duas coisas. Mas na tomada de decisão os usuários dos serviços têm baixa participação”. (Caso 13 – Banco Bem, Vitória, Espírito Santo).

Essas declarações indicam, efetivamente, que o consumo político se configura como uma condição integrante de um processo que incrementa a adoção da governança democrática em bancos comunitários e éticos. Isso ocorre fundamentalmente devido às razões anteriormente apresentadas, isto é, pelo efeito combinado de consumir um serviço financeiro e simultaneamente atuar democraticamente na formulação das regras de governança de um tipo de bem comum financeiro. Desta maneira, pela análise da condição de consumo político, os resultados da pesquisa corroboraram a hipótese 5 em estudo.

Nesse contexto, os bancos comunitários e éticos que fazem parte desta configuração caracterizam-se por uma postura que expressa de forma inequívoca uma preferência por práticas e processos que submetem a tomada de decisão ao regime de governança democrática, performado por meio de espaços participativos e deliberativos, como assembleias e conselhos que adotam decisões pelo método do consenso ou por votos da maioria. Essas escolhas refletem uma orientação política cujas raízes remontam à herança e legado das tradições dos movimentos sociais, como o cooperativismo, o associativismo e a economia solidária, os quais prefiguram a democracia participativa e deliberativa em seus processos decisórios e estruturas organizacionais.

É relevante observar que nesta configuração estão contemplados casos tanto brasileiros quanto espanhóis, garantindo que as condições selecionadas para a análise do resultado sejam consistentes e adequadas para explicar o fenômeno. Isso não exclui, contudo, a possibilidade de explicações assimétricas.

A análise desses casos evidencia de forma inequívoca sua conformidade com princípios e práticas de governança democrática em organizações de movimentos sociais, embora as declarações dos interlocutores revelem debilidades, oscilações e intermitências nos processos participativos e na dinâmica deliberativa. Essas variações demandam dessas organizações uma avaliação constante e uma atualização criativa dos processos de mobilização e engajamento dos membros para assegurar níveis robustos de governança democrática.

Entende-se que a análise da governança democrática dos bancos comunitários e éticos não se limita apenas às declarações dos interlocutores, mas pela manifestação de processos

organizacionais e comunitários que estabelecem estruturas organizacionais instituídas, como assembleias, conselhos e direitos de participação dos membros, além de arranjos instituintes sob a forma de processos extrainstitucionais de participação e deliberação envolvendo múltiplas partes engajadas na governança dessas organizações. As condições analisadas moldam de forma consistente a governança democrática dos bancos comunitários e éticos, como demonstrou-se neste trabalho.

Assim, a análise desta configuração estabelece uma relação associada com o resultado da governança democrática em bancos comunitários e éticos, revelando também a complexidade e a diversidade de condições que permeiam o processo causal. Esta análise demonstra que o resultado da governança democrática não é uma situação estática, mas sim um sistema dinâmico, cujas nuances podem ser elucidadas através da influência exercida por movimentos sociais e arenas públicas, pelo uso compartilhado de recursos financeiros, pela interação com políticas públicas e pela preferência pelo consumo político. Este processo dinâmico será minuciosamente explorado no próximo capítulo, o Capítulo 5, no qual serão delineadas um conjunto de implicações teóricas e práticas derivadas das análises e conclusões desta pesquisa.

Por fim, é crucial considerar que a análise da configuração horizonte, presente na solução intermediária, está diretamente relacionada ao desenho teórico desta pesquisa, especialmente com o constructo de seis hipóteses, conforme apresentado no Capítulo 1. Portanto, é relevante elucidar como cada hipótese se relaciona com a configuração horizonte. Com base nos resultados da codificação das entrevistas e na análise fsQCA, torna-se possível avaliar essas relações.

A primeira hipótese, que aborda a influência dos movimentos sociais, postula que "quando as organizações de finanças solidárias têm vínculos mais fortes com os movimentos sociais progressistas, maior é a influência no modelo de governança democrática". Esta hipótese foi confirmada pelos resultados da pesquisa, uma vez que 14 dos 10 casos revelaram ter sua governança influenciada por movimentos sociais de perfil progressista.

A segunda hipótese trata da influência da participação em arenas públicas sobre o resultado da governança democrática, sugerindo que "quando as organizações de finanças solidárias participam de arenas públicas, há incentivos para adotar um modelo de governança democrática". Esta hipótese também foi confirmada, pois, entre os 14 casos analisados, apenas dois informaram não receber incentivos das arenas públicas em seus modelos de governança democrática.

Quanto à terceira hipótese, ela aborda o uso compartilhado de recursos financeiros, propondo que "quando as organizações de finanças solidárias utilizam recursos financeiros de forma compartilhada, seu modelo de governança é mais democrático". Essa hipótese foi validada por 11 casos que declararam utilizar os recursos financeiros baseados em processos de governança democrática.

A quarta hipótese diz respeito à interação com políticas públicas e afirma que "quando as organizações de finanças solidárias participam de políticas públicas, seu modelo de governança é menos democrático". No entanto, essa hipótese foi rejeitada, pois a análise demonstrou que o resultado esperado pelos argumentos teóricos utilizados para formulação da hipótese não ocorreu como previsto. Entre os casos analisados, ficou evidente que um total de 11 dos 14 casos possuem interação com políticas públicas sem que isso implique em prejuízo para a governança democrática, pois nesses casos, são utilizadas estratégias para contornar os problemas teoricamente previstos, conforme apontados pelos informantes.

A quinta hipótese faz referência à preferência pelo consumo político e alega que "quando há um tipo de consumo político em organizações de finanças solidárias, maior é a influência no modelo de governança democrática". Essa hipótese foi confirmada, considerando que 11 casos analisados informaram que o consumo político é um elemento que contribui para delinear a governança democrática de suas organizações.

Por último, a sexta hipótese aborda o uso de tecnologias de informação e comunicação e propõe que "quando as organizações de finanças solidárias utilizam TICs para tomada de decisões, maior é a influência no modelo de governança democrática". No entanto, essa hipótese foi rejeitada, uma vez que não foi incluída no teste de suficiência como parte da configuração que explica o resultado da governança democrática. Além disso, a análise das entrevistas revelou que o efeito esperado pelas teorias que fundamentam essa hipótese não se confirmou nos casos analisados.

Em resumo, pela análise presente, as hipóteses 1, 2 e 3 foram confirmadas, enquanto a hipótese 4 não produziu o efeito esperado e foi rejeitada. A hipótese 5 foi corroborada, mas a hipótese 6 foi rejeitada. Assim, a relação das hipóteses com o fenômeno estudado demonstrou confiabilidade na explicação da governança democrática, especialmente considerando o constructo conceitual formado pela influência dos movimentos sociais e das arenas públicas, pelo uso de recursos financeiros compartilhados, pela interação com políticas públicas e a preferência pelo consumo político.

Capítulo 5: A Estrutura da Governança Democrática: explorando processos de influência, uso de recurso, interação estado-sociedade e consumo político

Neste capítulo, delineiam-se as implicações teóricas, fundamentadas na análise dos resultados obtidos acerca do resultado da governança democrática, estabelecendo um diálogo crítico com os principais conceitos que fundamentam a concepção de governança democrática neste estudo. Adicionalmente, são elucidadas as implicações práticas decorrentes dos achados da presente pesquisa. Destacam-se, ainda, as principais limitações inerentes ao estudo, bem como a proposição de recomendações destinadas a nortear uma agenda de pesquisa para trabalhos futuros nesta área.

5.1. Implicações Teóricas

O propósito desta seção consiste em desenvolver argumentos teóricos e analíticos acerca da governança democrática, focalizando as principais formulações no âmbito dos estudos sobre democracia em movimentos sociais, com especial atenção às organizações de finanças solidárias, notadamente os bancos comunitários e bancos éticos.

Inicialmente, busca-se estabelecer um diálogo com as contribuições de Andretta e della Porta (2009) e della Porta (2009), que forneceram insights significativos no que diz respeito à identificação de modelos e práticas de democracia interna em organizações de movimentos sociais. Em sua pesquisa, os autores concentram-se nas concepções e práticas de democracia participativa e/ou deliberativa que se desenvolveram no âmbito do GJM, abrangendo uma amostra representativa de 212 organizações em seis países europeus (Andretta & della Porta, 2009).

A premissa fundamental de Andretta e della Porta é que a democracia desempenha um papel crucial nas organizações de movimentos sociais ao construir práticas democráticas alternativas, tanto nas dimensões externas quanto internas, como uma alternativa à democracia representativa. Os ativistas do GJM criticam tanto a democracia liberal das instituições quanto a burocratização interna dos partidos políticos, mas também apresentam tensões internas no próprio GJM, que envolvem disputas entre concepções "horizontais" e "verticais" de democracia, bem como abordagens políticas tradicionais em contraste com aquelas que enfatizam a autonomia.

Para analisar essas dinâmicas, os autores examinam detalhadamente a pluralidade de visões e práticas de democracia expressas pelas organizações e ativistas do GJM. Duas

dimensões principais são apresentadas: a primeira refere-se a concepções participativas que enfatizam as assembleias e a inclusão de membros em condições de igualdade pelo mecanismo de uma pessoa, um voto (alta participação), contrastando com aquelas baseadas na delegação de poder a representantes (baixa participação). A segunda dimensão, consenso/deliberação, destaca métodos de tomada de decisão que valorizam a discussão pública, o bem comum, argumentos racionais e a transformação de preferências, em que as decisões são tomadas pelo método do consenso, seja em assembleia ou em conselhos de representantes.

Baseando-se nas pesquisas realizadas pelo Projeto Demos¹⁴ nos fóruns sociais europeus, os autores desenvolvem uma tipologia que cruza essas duas dimensões, resultando em quatro modelos de democracia adotada por organizações de movimentos sociais: a) modelo de participação deliberativa, em que ocorre a participação de todos os membros e as decisões são tomadas por consenso; b) modelo de assembleia, em que ocorre a participação de todos os membros, porém as decisões são tomadas pelos votos da maioria; c) modelo de representação deliberativa, onde os delegados decidem de maneira consensual; d) modelo associativo, com assembleias compostas por delegados e decisões tomadas por votos da maioria.

Os autores identificaram que mais da metade das organizações adotam o modelo associativo, 14,6% o modelo assemblear, 15,6% o modelo de representação deliberativa e 10,8% o modelo de participação deliberativa. Além disso, destacam que, em geral, os ativistas expressam um nível significativamente alto de satisfação com o modelo de democracia e tomada de decisão no âmbito do GJM.

Desse modo, é possível verificar a relevância das pesquisas de Andretta e della Porta (2009) ao reconhecer e identificar a diversidade das práticas de democracia desenvolvidas no interior das organizações de movimentos sociais, em particular no contexto do GJM. No entanto, é perceptível que existem aspectos que carecem de complementação e que podem representar avanços significativos na compreensão da democracia interna nas organizações dos movimentos sociais, notadamente ao explorar a dinâmica relacional com outros movimentos sociais e arenas públicas, a interação com governos e políticas públicas, os recursos que administram e as preferências dos ativistas.

Seguindo essa concepção, a presente pesquisa, fundamentada em um trabalho empírico com bancos comunitários e bancos éticos, possibilita a formulação de um novo modelo de

¹⁴ O projeto Demos diz respeito a um programa de pesquisa que teve como objetivo investigar formas de democracia participativa implementadas na organização interna dos movimentos sociais e em experiências com a tomada de decisões deliberativas. Ver: <https://cosmos.sns.it/demos-democracy-in-europe-and-the-mobilization-of-society/>

democracia interna baseado na prática das organizações de movimentos sociais. Este modelo configura-se como um novo paradigma de governança democrática, sendo denominado aqui como Modelo de Confluência Democrática.

O modelo de confluência democrática orienta-se pela convergência de dinâmicas organizacionais e territoriais. Pela dinâmica organizacional, pauta-se em procedimentos decisórios próprios de estruturas organizacionais de movimentos sociais de tipo associacionistas e cooperativistas, exemplificada pelas assembleias, conselhos e comitês de debate e decisão. Pela dinâmica territorial, incorpora abordagens de redes territoriais, envolvendo a realização de debates públicos abertos, fóruns e plenárias que promovem a inclusão de atores formais e informais, como lideranças comunitárias, coletivos, ativistas, produtores locais, além dos usuários dos serviços fornecidos pelos bancos comunitários e bancos éticos.

Conforme demonstrado no Capítulo 2 e 4, a prática da governança e dos serviços dos bancos comunitários e bancos éticos são norteadas por processos relacionais com atores, instituições, recursos e território. Essa dinâmica relacional emerge como elemento fundamental para explicar a participação dos membros, a mobilização de recursos, a articulação política, bem como para os relacionamentos com os diversos atores do território. Nesse sentido, as ações dessas organizações estão intrinsecamente ligadas a essas relações em rede no contexto territorial.

Desse modo, o Modelo de Confluência Democrática é resultado da combinação de processos participativos e deliberativos produzidos pela interseção que os atores promovem entre a organização e o território.

A emergência desse modelo nas organizações de movimentos sociais, nomeadamente nos bancos comunitários e bancos éticos, ocorre quando as experiências democráticas convencionais (baseada em regras de estatutos e regimentos) revelam-se inadequadas ou insuficientes diante de contextos desafiadores em que a participação formal é reduzida, e/ou de condições socioeconômicas limitantes. Nesse cenário, as organizações se veem compelidas a desenvolver abordagens inovadoras para incluir não apenas seus membros formais, mas também indivíduos, grupos e outros atores sociais relevantes no território de atuação. A inclusão destes últimos nos processos de tomada de decisão torna-se crucial para legitimidade democrática dessas organizações, impulsionando a criação de novas abordagens de governança democrática.

A governança com base na confluência democrática em bancos comunitários e bancos éticos manifesta-se por meio de um repertório amplo e criativo que abrange mecanismos de

participação e deliberação institucional e extrainstitucional, além de fatores de pertencimento entre os atores em níveis individual, organizacional, em rede e no território. Esse repertório diversificado, favorece a conexão entre os atores, a transformação de identidades e a formação de vínculos reticulares no contexto territorial.

Face a necessidade de adaptação constante que as organizações de movimentos enfrentam diante dos complexos problemas que precisam responder. O modelo de confluência democrática fornece uma contribuição para enfrentar os desafios de adaptação relativamente a expansão da experiência democrática, na medida em que adota uma abordagem de governança democrática interseccional e inclusiva, resultado de uma situação de intensa interação entre os bancos comunitários e éticos com os atores do território. Assim, a Confluência Democrática representa um avanço, apresentando-se como um modelo dinâmico e inovador para a promoção de práticas democráticas mais amplas e eficazes, abraçando a diversidade, desafios e singularidades das organizações e territórios.

Portanto, o modelo de confluência democrática pode ser sintetizado por um tipo de governança operacionalizada por dois instrumentos complementares: organizacional e territorial. O funcionamento de estruturas formais de participação e deliberação é baseado no direito societário associativista ou cooperativista. O reconhecimento de dinâmicas territoriais que manifestam e vocalizam as preferências, necessidades e interesses dos atores. Essa dupla de instrumentos constitui o arranjo deste modelo.

Em consonância com a perspectiva do trabalho de Polletta (2005), reitera-se nesta pesquisa a importância da associação simbólica, aqui denominada de interação, que também está em conformidade com a abordagem de Jasper e Duyvendak (2015), para uma compreensão aprofundada do fenômeno da governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos.

A autora Francesca Polletta (2005) realizou uma investigação minuciosa sobre o surgimento e declínio da democracia participativa no movimento afro-americano "Comitê de Coordenação Não-Violenta de Estudantes" (SNCC, sigla em inglês), considerado pela autora um exemplo de determinação em transcender hierarquias internas por meio de tomada de decisão consensual e organização descentralizada. Esse modelo inspirou o conceito de democracia participativa do movimento "Estudantes para uma Sociedade Democrática" (SDS, sigla em inglês).

Polletta argumenta que, no caso da SNCC, além dos desafios inerentes à tomada de decisões consensual, como necessidade maior de tempo, problemas de coordenação e liderança, para ativistas negros e trabalhadores esses aspectos tornam-se mais problemáticos.

Isso ocorre porque, em geral, essas pessoas enfrentam restrições de tempo e porque essa abordagem de democracia participativa passou a refletir uma norma cultural associada a ativistas brancos de classe média, o que poderia ser desinteressante para os ativistas negros, devido a demanda simbólica por autonomia do próprio movimento.

Esse argumento sugere que uma forma organizacional, que era anteriormente vista como politicamente eficaz, passou a ser percebida como o oposto, quando associada a uma cultura organizacional específica, nomeadamente de organizações não alinhadas politicamente. A partir desta compreensão, a forma organizacional pode ser explicada pela noção de interações simbólicas entre atores. Essas interações ou associações simbólicas moldam o que é considerado estratégico e ideológico nas escolhas dos movimentos, destacando, assim, que as associações simbólicas e relacionais desempenham um papel crucial na modelagem e explicação da governança democrática dessas organizações. Portanto, a análise dos processos interacionistas possibilita uma compreensão mais aprofundada das escolhas, repertórios e práticas de democracia nas organizações dos movimentos sociais.

Alinhadas às conclusões de Polletta (2005), as argumentações desta tese reforçam a ideia de que a governança democrática pode ser explicada pelo tipo de associação existente com os movimentos sociais e arenas públicas, o uso dos recursos financeiros compartilhados, a interações com políticas públicas e preferência pelo consumo político, conforme observado na configuração da solução que explica o resultado da governança democrática em bancos comunitários e bancos éticos.

Portanto, é válido considerar a compreensão de que a governança democrática pode contemplar uma variedade de compromissos com o aprofundamento da democracia e por isso mesmo assumir formas distintas nas organizações dos movimentos sociais, com isso, refletir as associações simbólicas, interações e tradições diversas da política democrática dos movimentos sociais, que vai além da estratégia e forma organizacional.

É crucial observar que a governança democrática para os bancos comunitários e bancos éticos têm implicações significativas para a sobrevivência de suas organizações. Portanto, é necessário compreender que os resultados que alcançam e a forma como se organizam são oriundos de múltiplos processos de interação que estabelecem, tais como a identidade política, a estrutura organizacional, as redes que participam, os financiadores e as alianças. Em outras palavras, a governança democrática dessas instituições vocaliza ao ambiente interno e externo sua natureza política, traduzida pelos laços herdados e os laços estabelecidos.

O argumento desenvolvido nesta pesquisa também se contrapõe a abordagens que foram apresentadas como forma de explicar os processos de governança em organizações de

finanças solidárias. Desse modo, questiona-se a pertinência da abordagem proposta por Hudon e Meyer (2016) e Meyer (2020), a respeito da governança de *commons* financeiros, a qual sustenta que, nas organizações de finanças solidárias, em particular nos bancos comunitários, os serviços financeiros são transformados em bens comuns híbridos por meio da eficiência decorrente da tomada de decisões coletivas baseadas em estabelecimento de regras locais, processos de deliberação, redes colaborativas, utilização de recursos compartilhados, monitoramento e sanções coletivas e resolução de conflitos. Tais dimensões são identificadas como elementos-chave para o êxito dessas instituições.

Nota-se, nesse tipo de análise, uma tendência para um utilitarismo acrítico e oportunista na aplicação de conceitos oriundos da escola dos bens comuns de Ostrom (1990). Identifica-se, também, uma replicação mal apropriada, conforme anteriormente pesquisa realizada por Leal (2013), pois incorre numa consideração equivocada do contexto e das condições específicas das quais os bancos comunitários efetivamente emergiram e se desenvolveram.

Os resultados apontados por esses autores suscitam incongruências quando confrontados com o conhecimento empírico dos casos estudados e com a compreensão conceitual do fenômeno em análise baseado em estudos mais amplos. Nota-se que há uma patente omissão de aspectos cruciais, tais como o processo de formação das organizações associadas a movimentos sociais de natureza democrática e de base comunitária, assim como a presença em arenas públicas que criam incentivos de práticas democráticas, o vínculo entre os recursos e os participantes, a interação com políticas públicas e o consumo político dos membros nos bancos comunitários e bancos éticos.

Os resultados deste estudo destacam a importância do efeito de difusão e circulação de repertórios de governança democrática entre os atores, arenas e os bancos comunitários e éticos, além de outras condições que influenciam no resultado da governança democrática, conforme discutido anteriormente. Este aspecto, apoiado pela abordagem comparativa e pelos dados coletados em campo, ressalta uma estrutura subjacente à governança democrática que não foi considerada pelos autores anteriores. Notavelmente, o Modelo de Análise Institucional e Desenvolvimento de Ostrom (1990) foi aplicado de forma normativa, sem considerar as nuances contextuais que este estudo identificou como cruciais.

Neste contexto, os estudos conduzidos por Hudon e Meyer (2016) e Meyer (2020) são objeto de críticas neste trabalho, pois suas conclusões podem ser consideradas ingênuas ao sugerirem que os princípios de design ostromianos operam de maneira mecânica e normativa. A abordagem dos autores pressupõe que os membros dessas organizações possam simplesmente adotar tais princípios, resultando supostamente em benefícios para a comunidade

ao transformarem automaticamente os recursos financeiros em bens comuns. No entanto, essa análise negligencia as complexas interações com movimentos, arenas, recursos e atores que influenciaram a formação das características dessas organizações. As conclusões dos referidos autores revelam-se simplistas e carentes de uma apreciação mais aprofundada da complexidade subjacente aos processos da governança democrática em geral e da governança dos comuns em particular.

Indo além do que afirmam esses trabalhos, que identificam os recursos financeiros, o reconhecimento legal e a gestão local como os principais insumos da governança dos bancos comunitários, os resultados encontrados na pesquisa desta tese indicam que a governança democrática está intrinsecamente vinculada a processos de interação específicos, que constituem a estrutura sob a qual se sustenta a governança democrática. Em contraposição ao mecanicismo dos autores, entende-se que se trata de um processo interativo que, conforme apontado, envolve um conjunto de dinâmicas, contextos e atores, os quais constituem uma configuração explicativa que desempenha um papel fundamental nas práticas de governança democrática, como demonstrado na configuração da solução intermediária, apresentada no Capítulo 4.

Essa constatação ressalta a importância de uma abordagem mais contextualizada na compreensão da governança democrática em organizações de finanças solidárias, como os bancos comunitários e bancos éticos. A interconexão complexa entre os diversos elementos mencionados destaca a necessidade de uma análise holística para apreender adequadamente as nuances e dinâmicas que permeiam o funcionamento dessas instituições, indo além das simplificações conceituais. Essa abordagem ampliada contribui para uma compreensão mais abrangente e aprofundada do papel da governança democrática nesse contexto específico.

A proposição apresentada por Rigo e França Filho (2017), resultante de uma pesquisa que envolveu um amplo conjunto de casos, destaca o pluralismo de lógicas subjacentes às experiências de finanças solidárias, particularmente dos bancos comunitários no Brasil. Os autores evidenciam que o processo de constituição dos bancos comunitários está fundamentado em uma lógica híbrida, envolvendo relações de reciprocidade, mecanismos de redistribuição, práticas de mercado e processos de domesticidade, conforme discutido por Servet (2013) e Hillenkamp (2013) baseados na perspectiva de Polanyi (1980). Os autores identificam que essas organizações são caracterizadas por dinâmicas reticulares em níveis local e nacional, contando ainda com o respaldo de entidades da sociedade civil e recursos governamentais. Desse modo, elas beneficiam-se da acumulação de articulações interorganizacionais como estratégia para mobilizar o território e consolidar suas experiências.

A dinâmica de formação dos bancos comunitários e bancos éticos ocorre em estreita interação com diversos atores e arenas que reforçam o desenvolvimento de suas ações. Compreender os processos de governança democrática vai além de uma concepção determinista, pois a estrutura de governança dessas instituições pode ser interpretada como uma forma de governança interativa e mobilizadora intimamente associada às relações das quais surgem e estabelecem. O trabalho de Rigo e França (2017) identifica nos bancos comunitários interações com uma variedade significativa de atores, incluindo entidades locais, lideranças locais, órgãos e agentes públicos, escolas, sindicatos, instituições religiosas, associações de bairro, associações de classe, ONGs, movimentos sociais, feiras, redes, eventos culturais, conselhos de políticas públicas, partidos políticos e empreendimentos da economia popular e solidária. Esses atores desempenham papéis cruciais nas dinâmicas de formação, organização, gestão e tomada de decisões dos bancos comunitários. Essas características também podem ser observadas na pesquisa de Silva (2020), que analisa dados das organizações de finanças solidária a partir do sistema nacional de informações da economia solidária.

Os atores participantes organizam-se tanto nas estruturas formais quanto informais, que permeiam as bordas e/ou o interior dessas organizações. As estruturas dos bancos comunitários e bancos éticos incluem a instituição gestora e jurídica, que pode ser uma associação ou cooperativa, o conselho gestor, conselhos de áreas específicas, comitês de avaliação de crédito, comitês éticos e ambientais, grupos temáticos, fóruns locais de moradores e organizações territoriais. Essa diversidade de estruturas reflete a complexidade e a adaptabilidade do processo de governança democrática no contexto investigado pelos autores.

A partir da perspectiva de Eynaud e Laville (2023), o processo de governança em bancos comunitários e bancos éticos pode ser interpretado como uma confluência entre o movimento social de economia solidária e os commons, dentro de um campo no qual emergem novos repertórios e práticas que contribuem para promover transformações significativas nas instituições e organizações sociais. A interpretação desse contexto conduz a uma ideia de que a governança democrática nos bancos comunitários e bancos éticos, envolvem processos associados à dicotomia instituído/instituinte.

A governança democrática, enquanto processo instituído, refere-se à existência de um conjunto de organismos e mecanismos formais característicos de organizações associativistas e cooperativistas, além dos direitos dos membros em relação à participação e voto. Por outro lado, quando a governança democrática assume um caráter instituinte, abrange uma variedade de inovações expressas por meio de novos espaços, como fóruns e redes, bem como processos de tomada de decisão que combinam procedimentos participativos e deliberativos, envolvendo

tanto membros formais quanto não formais da organização. Tais características são observadas nos casos dos bancos comunitários e bancos éticos analisados nesta pesquisa, conforme evidenciado nos casos que integram a configuração da solução intermediária, bem como, está em congruência com o modelo de confluência democrática elaborado nesta tese.

Em consonância com esses autores, a presente pesquisa revela uma contribuição significativa para a compreensão da governança democrática por meio da investigação de casos de bancos comunitários e bancos éticos. Nesse contexto, a governança democrática é percebida como uma perspectiva que elabora horizontes de mudança institucional, compreendida como um repertório de prefiguração política ou de ação política do cotidiano. Este enfoque reconhece a necessidade de incorporar, criar estruturas e processos que aprofundam a democracia, promovem o desenvolvimento de habilidades, geram aprendizados e mobilizam indivíduos e coletivos em torno de uma política democrática no âmbito de organizações e movimentos sociais enraizados nas relações de um dado território.

Dessa maneira, a governança democrática é vista como enraizada em um conjunto de interações, manifestando-se por meio de um equilíbrio dinâmico entre estruturas organizacionais e dinâmicas territoriais amalgamadas, conforme delineado pelo modelo de confluência democrática. De um lado, encontra-se um construto fundamentado nos estatutos da ordem cooperativista e associativista, que preconizam garantias democráticas formais, especialmente por meio do princípio "um membro, um voto". Por outro lado, notam-se inovações democráticas que transcendem as margens organizacionais e institucionais, que são capazes de gerar ressonância do que é vocalizado pelos indivíduos e atores não institucionalizados. Essas inovações democráticas se manifestam por meio de uma diversidade de práticas, como reuniões abertas, círculos de diálogo, grupos de discussão, feiras, festividades, eventos culturais, plataformas online, redes sociais, fóruns digitais, consultas presenciais e online, entre outras, conforme evidenciado pelas declarações dos interlocutores dos casos abordados pela configuração da solução intermediária.

Essa abordagem destaca a complexidade e a adaptabilidade da governança democrática, que vai além das concepções circunscritas a participação estatutária. Ela busca integrar dinâmicas inclusivas oriundas das experiências cotidianas e das interações não convencionais, de modo que, com a abordagem da confluência democrática, seja possível incorporar aquelas parcelas da sociedade que, devido à sua opacidade socioeconômica, não estão incluídas nos processos formais das organizações dos bancos comunitários e bancos éticos.

A confluência como abordagem de governança democrática é precisamente identificado nos casos associados a configuração da solução intermediária que foi apresentada no Capítulo

4, como demonstrado de maneira inequívoca pelas declarações dos interlocutores do Caso 1 – Fiare Banca Ética, Bilbao, País Basco; Caso 2 – Coop57, Barcelona, Catalunha; Caso 6 - Asociación Finanzas Éticas Castilla y León, Valladolid, Castilha y León; Caso 11 - Banco Palmas, Fortaleza, Ceará; Caso 8 – Banco dos Cocais, São João do Arraial, Piauí; Caso 9 – Banco Tupinambá, Ilha do Mosqueiro-Belém, Pará; e, Caso 13 – Banco Bem, Vitória, Espírito Santo. Esses casos destacam univocamente que, embora as estruturas formais de participação e tomada de decisão sejam necessárias, não são suficientes dadas as estratégias e propósitos adotados pelos bancos comunitários e bancos éticos. Portanto, os membros reconhecem a necessidade de complementá-las por meio de mecanismos inovadores que permitam incorporar processos e instrumentos para alargar e aprofundar a democracia na governança dos bancos comunitários e bancos éticos com a inclusão de membros e atores do território que interagem com a organização.

Explorar a governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos a partir da noção de interação, conforme a perspectiva de Jasper e Duyvendak (2015), implica compreendê-la como um processo dinâmico. Segundo essa abordagem, a interação não é apenas um evento isolado, mas sim um fenômeno que ocorre ao longo do tempo, moldado por uma série de fatores contextuais e relacionais.

Nesse sentido a governança democrática é compreendida como decorrente de processos interacionistas. Essas interações são cruciais para delinear os contornos da governança nos bancos comunitários e éticos. Assim, argumenta-se que sem a devida análise das interações, com atores, recursos, e instituições, não é possível explicar adequadamente as condições que estruturam o resultado da governança democrática.

De modo complementar Rigo e França Filho (2017) enfatizam os aspectos de reciprocidade e agregação dos espaços de governança dos bancos comunitários, ao afirmarem que contribuem para a formação de laços, a manutenção de compromissos mútuos e a definição de responsabilidades entre os atores envolvidos, por meio de fóruns e redes. Os autores denominam esse conjunto de práticas como "democracia local" e "outro agir econômico", conforme também se pode perceber no trabalho de Macedo Farias et al., (2020).

O estudo realizado por San-Jose et al. (2011) elaborou o Índice de Afinidade Radical, fundamentado em uma amostra composta por 114 instituições financeiras de forma geral, das quais 11 são especificamente bancos éticos. Esta análise abrange 10 países europeus, visando elucidar as características distintivas entre os bancos éticos e as instituições financeiras tradicionais. No âmbito da governança, os autores designam a participação, transparência e alocação ética de ativos como características preponderantes. Destacam, como uma das

conclusões relevantes, o caráter de ação e propriedade coletiva dos bancos éticos como um dos elementos-chave do referido indicador. Observa-se, ainda, que os bancos éticos estão empenhados em desenvolver mecanismos alternativos de participação, distintos daqueles oferecidos pelos bancos tradicionais.

Na mesma linha de pesquisa, o estudo conduzido por Guzmán, Savall, Solórzano-García (2023), investiga a dinâmica organizacional de três bancos éticos na Espanha, focalizando na identidade organizacional dessas instituições. No que concerne a governança, a participação é destacada como um elemento crucial na tomada de decisões e na composição dos fundos de capital desses bancos éticos. A perspectiva delineada pelas autoras alinha-se com as descobertas de Cowton (2010), que concebe as relações de cooperação e confiança em bancos éticos como estruturadas por práticas e comportamentos moldados na interação entre o banco ético e seus associados. Essas interações são fundamentadas nos princípios de integridade, responsabilidade e afinidade, considerados como alicerces da comunidade interna do banco ético. Nessa mesma linha de pensamento, Davies (2001) argumenta que a viabilidade de um banco ético repousa sobre relações de confiança e autogestão estabelecidas entre os diversos membros associados.

Sem desconsiderar as contribuições inegáveis desta abordagem, é imperativo reconhecer que os resultados derivados da pesquisa sobre identidade organizacional como explicação para a governança democrática demandam complementações substanciais, visando qualificar as conclusões que relaciona as variáveis identidade organizacional e governança de bancos éticos. Neste sentido, a presente investigação oferece recursos empíricos e analíticos que, além de reconhecerem o valor do estudo da identidade organizacional, identificam outros elementos que contribuem para sua formação no que tange à democracia interna nas organizações dos movimentos sociais, especialmente em bancos comunitários e bancos éticos. Conforme tem-se apontado aqui, esses elementos compreendem a estrutura de influência, interações, uso de recursos e consumo político que sustentam a governança democrática.

Como evidenciado na análise apresentada no capítulo 4, tais elementos configuram uma espécie de estrutura que tem por função assegurar a governança democrática. Essa estrutura, conforme já visto, diz respeito as condições que compõe a configuração explicativa do fenômeno da governança democrática, baseada na influência exercida pelos movimentos sociais e arenas públicas, interação com políticas públicas, uso de recursos compartilhados, bem como a preferência pelo consumo político.

Assim é necessário entender que a complexidade da governança democrática se refere ao fato de que ela é sustentada pela estrutura de condições em seu entorno, o que foi

denominado aqui de estrutura interacionista, baseada no conjunto de condições relacionadas com o fenômeno analisado, conforme descrito na configuração da solução explicativa apresentada. Especificamente, destaca-se nesta configuração, os exemplos do Caso 1 – Fiare Banca Ética, Caso 2 – Coop57, Caso 11 - Banco Palmas e Caso 13 – Banco Bem, nos quais a participação se consolida como um valor arraigado na ação militante, voluntária e territorial por parte de ativistas e organizações alinhadas aos valores e ao projeto político e econômico dessas iniciativas. Consequentemente, a explicação desta configuração está na base da dinâmica organizacional dos bancos comunitários éticos inseridos no conjunto desta configuração, nomeadamente no que tange a governança democrática. Desta forma, é possível compreender de maneira mais assertiva, por meio das condições identificadas, as características distintivas destas organizações no contexto em que estão inseridas.

A perspectiva emergente dos resultados e análises da presente pesquisa somam-se também as considerações apresentadas por Sasia (2012), uma vez que este autor considera que as iniciativas no âmbito dos bancos éticos estão fundamentadas principalmente em aspirações políticas. Ele argumenta que os instrumentos econômicos dessas iniciativas operam para alcançar resultados de natureza política. De modo que essas experiências reconhecem a necessidade de estruturas democráticas robustas, não apenas no que diz respeito à capacidade de democracia interna ou à cooperação para atingir objetivos internos, mas também em relação a um impacto que se projeta sobre a esfera pública.

Essa forma de democracia econômica salientada por Sasia, nutre-se das relações de proximidade no território, da contracultura, dos movimentos alternativos ao neoliberalismo globalizado, na abordagem face as injustiças, na prática da economia solidária, na busca pela transformação social e na construção do "comum". A convergência dessas perspectivas reforça a compreensão de que as iniciativas dos bancos éticos não apenas incorporam considerações econômicas, mas também se inserem em um contexto mais amplo de engajamento político e social, contribuindo para a construção de alternativas que transcendem o escopo estritamente financeiro.

O estudo realizado por Alcaras, Gianfaldoni e Richez-Battesti (2009) abordou 18 casos de organizações de economia solidária na França, especificamente bancos cooperativos. Os autores apresentaram descobertas empíricas que convergem com os resultados da presente pesquisa, evidenciando a consistência das dinâmicas interativas em diferentes contextos geográficos e organizacionais. A pesquisa de Alcaras et al., destaca que a governança democrática dos bancos cooperativos é caracterizada por um enraizamento territorial significativo, fundamentado em laços de proximidade institucional, organizacional e cognitiva

com diversas organizações locais. Esses vínculos de proximidade desempenham um papel crucial na definição das oportunidades de ação coletiva dessas iniciativas.

Adicionalmente, a pesquisa conduzida por Bazzani (2020) acerca da moeda complementar Sardex, utilizada na Itália como um instrumento de finanças solidárias também se alinha aos achados deste estudo. O autor propõe que o dinheiro pode desempenhar um papel fundamental no fomento da ação coletiva e que as organizações econômicas inseridas na rede da Sardex constituem uma manifestação de ação coletiva voltada para a promoção do bem comum e o desenvolvimento socioeconômico da região da Sardenha. A adoção da moeda Sardex catalisa o movimento de ação coletiva, transformando a dinâmica de uma arena economicamente competitiva em uma esfera política. Isso ocorre por meio dos efeitos dos elementos contextuais vinculados às características e ao funcionamento da moeda. Esses elementos orientam as interações sociais de tal maneira que, em nível agregado, torna-se evidente a realização de uma ação coletiva direcionada à produção do bem comum.

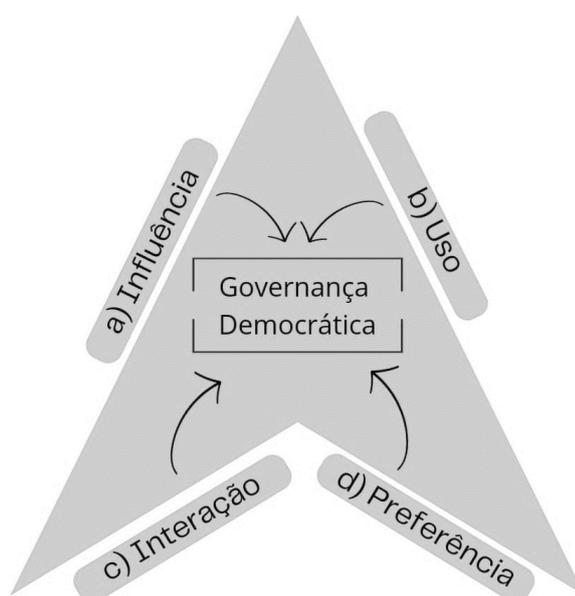
França Filho, Júnior e Rigo (2012) conduziram uma análise aprofundada do Banco Palmas no Brasil, revelando a dinâmica da ação no território, tendo servido como metodologia de replicação para formação de uma rede que atualmente abrange mais de 150 bancos comunitários no Brasil. Segundo esses autores, a base de atuação do Banco Palmas está fundamentada em relações de proximidade na comunidade, envolvendo diversos atores associativos, políticas públicas e a economia popular do bairro, configurando-se como um movimento social de base comunitária. Os instrumentos utilizados por ele incluem o financiamento de iniciativas socioeconômicas, a circulação de uma moeda social e um aplicativo de meio de pagamento eletrônico, com o intuito de estabelecer redes locais de economia solidária, promovendo a interação entre produtores, prestadores de serviços e consumidores locais por meio da mobilização endógena do território. Os autores chegam a duas conclusões principais: em primeiro lugar, o caráter de gestão comunitária resulta em relações mais próximas com os usuários; em segundo lugar, o sistema de relações econômicas é incorporado nas relações comunitárias, baseado na confiança e solidariedade.

A abordagem de Glémain, Bioteau e Artis (2010) fundamenta-se em estudos de 14 organizações de finanças solidárias em duas regiões da França e segue a mesma tendência das conclusões de França Filho et al. Os autores afirmam que a coordenação das atividades dos atores das finanças solidárias é sustentada pela economia de proximidade (geográfica, econômica e social), assim como pelas relações com as políticas econômicas e de desenvolvimento local. Dessa forma, a unidade de referência é a relação entre as organizações, vinculada ao ambiente espacial, cultural, profissional etc.

Os argumentos de Alcaras et al. (2009), Bazzani (2020), França Filho et al. (2012) e Glémain et al. (2010) convergem com as análises desta tese. Eles orientam-se pela ideia de que os vínculos estabelecidos em um espaço de referência possibilitam o reforço mútuo das estratégias e dos resultados das ações dos atores que estão a serviço de um território, tais como a partilha de informações, aprendizagem e confiança, favorecendo uma relação diferenciada com o território, sendo este um receptáculo e fonte de inspiração. O resultado dessas pesquisas, embora sejam muito diferentes em número de casos analisados, parecem ser consistentes com os achados desta pesquisa, uma vez que destacam o papel de uma governança democrática fundamentada na interação e inclusão de diversos atores do território. No entanto, este estudo avança em relação aos autores mencionados, uma vez que identifica categoricamente as condições e como operam na consecução da governança democrática.

As análises desenvolvidas até o momento podem ser resumidas em uma representação geométrica composta por quatro dimensões, denominada Quadrilátero Oxê, conforme ilustrado na Figura 5 abaixo.

Figura 5 – Quadrilátero Oxê



Fonte: Autor

No vértice a), denominado "influência", estão situadas as condições que se referem a ação dos movimentos sociais e das arenas públicas. No vértice b), designado como "uso", encontram-se as condições relacionadas ao uso compartilhado de recursos financeiros. Nos vértices menores abaixo, tem-se, no vértice c), a dimensão "interação", referente a condição

interação com políticas públicas; e, no vértice d), a dimensão "preferência", que abriga a condição de consumo político.

Em síntese, Quadrilátero Oxê é representativo da estrutura que sustenta a governança democrática, essa estrutura funcionando como sustentáculos das dinâmicas e processos de participação e deliberação, conforme o modelo de confluência democrática que caracteriza a governança democrática dos bancos comunitários e bancos éticos.

5.2. Implicações Práticas

A pesquisa apresenta implicações práticas significativas para as organizações de movimentos sociais que gerenciam recursos, com foco no campo das finanças solidárias, exemplificado pelos casos de bancos comunitários e bancos éticos inseridos na solução intermediária. Além disso, oferece contribuições relevantes para gestores de políticas públicas e instituições que mantêm vínculos com esse tipo de organização. Destina-se também a membros que desempenham funções nos conselhos de gestão dessas organizações e buscam embasar suas ações e processos decisórios com informações mais precisas e qualificadas, adotando uma perspectiva de governança democrática.

A discussão desenvolvida até o momento evidencia que os bancos comunitários e bancos éticos, ao incorporarem a governança democrática, conforme abordagem do modelo de confluência democrática e pelo Quadrilátero Oxê, possuem implicações relevantes. O reconhecimento do conjunto de condições que atuam de forma combinada na construção da governança democrática pode levar a uma compreensão mais responsável, afastando-se de abordagens normativas sobre a governança em movimentos sociais, como o ortodoxíssimo autogestionário (Lisboa, 2005; Faria, 2017). Além disso, pode contribuir para a formulação de diretrizes para a governança.

A configuração que explica o resultado da governança democrática identificada por esta pesquisa tem o potencial de orientar de maneira mais precisa as organizações e seus ativistas na observação dos aspectos mais relevantes, especialmente no que se refere aos processos de aprendizado relacionados à participação e deliberação. Além disso, destacam-se as diferentes modalidades de governança democrática, incluindo a combinação entre modelos de participação versus delegação, e voto versus consenso. Essas modalidades, sintetizadas em quatro categorias - participação deliberativa, assemblear, representação deliberativa e associativa -, podem ser adotadas pelas organizações em substituição a modelos estáticos.

Essas condições capacitam as organizações para lidar com situações complexas nos processos de tomada de decisões, permitindo uma abordagem criativa e flexível para combinar tanto as condições quanto as modalidades de governança democrática.

Portanto, a primeira recomendação refere-se ao tratamento que os bancos comunitários e bancos éticos podem dispensar às alianças estabelecidas com movimentos sociais e arenas públicas. Por meio dessas articulações políticas, elas podem beneficiar-se da troca de experiências, aprendizados e do desenvolvimento de habilidades necessárias para enfrentar as pressões por adaptação presentes tanto no ambiente interno quanto externo. De forma mais simplificada, além do acúmulo de força política, podem aprender a superar desafios como a baixa participação em assembleias, a complexidade das decisões por consenso, os riscos de dominação por grupos internos, o alto custo de tempo das decisões coletivas e o isomorfismo institucional.

A segunda recomendação consiste em compreender o papel desempenhado pelo uso dos recursos financeiros compartilhados. Estes podem ser utilizados como instrumento para o gerenciamento da governança democrática, uma vez que podem estimular os processos de participação, em consonância com a necessidade de monitorar os recursos de propriedade coletiva.

A terceira recomendação aborda a necessidade organizacional de incorporar na governança democrática uma dinâmica de perícia gerencial para lidar com as demandas oriundas de acordos e convênios com governos e políticas públicas. Nesse sentido, pode-se considerar a possibilidade de existir uma tecnocracia subordinada às instâncias participativas e deliberativas, constituindo um tipo de organização híbrida. Esse aspecto é particularmente relevante para bancos comunitários e bancos éticos, os quais mantêm uma interação mais substancial com políticas públicas e instituições reguladoras. Torna-se fundamental neutralizar os potenciais efeitos adversos sobre a governança democrática resultantes da interação Estado-movimento. Isso pode ser alcançado por meio da implementação de subsistemas internos com expertise administrativa e capacidade para gerenciar contratos, acordos e convênios. A necessidade dessa abordagem estratégica tornou-se evidente em muitos dos casos analisados, ressaltando a importância de uma abordagem estratégica para mitigar os desafios específicos decorrentes da interação entre essas entidades e o aparato estatal.

A quarta recomendação está relacionada à necessidade de fortalecer um tipo de consumo dos serviços financeiros como um consumo político, onde a preferência dos membros se concentra não apenas na satisfação de necessidades, mas também na participação política na organização. Identificar uma preferência pelo consumo político pode representar uma

oportunidade para potencializar a mobilização dos membros com base em símbolos, identidades, cultura e estilo de vida. Isso é especialmente relevante para pessoas que buscam articular práticas de consumo associadas à transformação social e processos de participação.

Reconhecer esse aspecto como um recurso poderoso dos bancos comunitários e bancos éticos pode contribuir significativamente para a formulação de estratégias mais eficazes, acesso à informação e posicionamento político, tanto para ampliar as redes quanto para se diferenciar de possíveis oportunistas. O entendimento e a valorização do consumo político oferecem uma base sólida para o desenvolvimento de abordagens mais direcionadas e efetivas no engajamento dos membros. Isso promove uma maior coesão e alinhamento com os valores e objetivos dessas organizações.

A trajetória delineada pela configuração da solução intermediária ilustra a complexidade do caminho que conduz ao resultado da governança democrática, composta por cinco condições. Essa trajetória é única e representa um registro que contém informações relevantes que elucidam os elementos centrais para que a governança democrática seja sustentada no contexto dos bancos comunitários e bancos éticos, conforme representado no Quadrilátero Oxê. Os atores dessas organizações podem se orientar pela estrutura dessa solução.

Destaca-se, em particular, a utilidade dessa configuração para analisar e explicar um espectro mais amplo de organizações dentro do universo dos movimentos sociais que gerenciam diversos tipos de recursos. Isso é especialmente aplicável em campos como economia solidária, finanças sociais, habitação social, agroecologia, software livre, entre outros, ampliando a aplicabilidade das conclusões deste estudo para contextos diversos.

Outro aspecto importante a ser destacado como implicação prática é a possibilidade dessas organizações desenvolverem processos de inovação organizacional ao criar estruturas específicas, como comitês internos dedicados exclusivamente aos processos de governança democrática. Esse enfoque visa formalizar e avaliar estruturas, tipos de decisões, procedimentos, relações com múltiplas partes interessadas e classificações de decisões que requerem participação, delegação, voto majoritário ou consenso. É importante ressaltar que não existe um princípio superior entre esses, mas sim necessidades, trajetórias e experiências que se impõem para cada organização. Uma combinação criativa desse repertório pode ser acionada no tempo e espaço de maneira singular pelas organizações que adotam a governança democrática como eixo estruturante de suas ações.

Os casos analisados no Brasil e na Espanha sugerem que o aprendizado e a relação dos membros com experiências que endossam a governança democrática são fundamentais.

Portanto, a continuidade desse relacionamento é primordial para a manutenção da governança democrática, devido ao seu efeito de transbordamento e difusão de ideias e práticas. Conclui-se que a adoção desse tipo de governança não é um mero acaso ou uma decisão normativa dos membros, mas sim o resultado conjunto das influências, usos, interações e preferências com diferentes atores, espaços e recursos. A compreensão desses elementos é crucial para entender as dinâmicas subjacentes à governança democrática nessas organizações.

O estudo também oferece contribuições significativas para formuladores e implementadores de políticas públicas, uma vez que a governança democrática emerge como uma característica distintiva dos bancos comunitários e bancos éticos. Os processos decisórios dessas instituições levam em consideração múltiplas partes interessadas e temporalidades específicas, fatores que podem impactar as expectativas e interesses dos agentes governamentais, dos programas executados em parceria e nos subsistemas de políticas públicas. Além disso, os próprios bancos comunitários e bancos éticos podem buscar influenciar os processos decisórios das instituições e políticas públicas. Isso pode envolver a promoção de processos participativos e deliberativos nas políticas públicas relacionadas à sua área de atuação, como é o caso das políticas de microcrédito, correspondência bancária, inclusão financeira e desenvolvimento local.

5.3. Limitações e pesquisas futuras

A presente pesquisa, embora contribua significativamente para a compreensão da governança democrática em bancos comunitários e éticos, apresenta algumas limitações que destacam áreas potenciais para investigações futuras.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que a amostra utilizada neste estudo é derivada apenas de dois países (Brasil e Espanha), o que implica que os resultados podem ser influenciados pelas particularidades institucionais, contextuais e características específicas dessas nações. Dessa forma, pesquisas futuras poderiam buscar replicar o estudo em outros contextos nacionais, proporcionando uma análise comparativa mais abrangente. O desafio da governança democrática não se limita a esses países específicos, sendo um fenômeno mais amplo enfrentado por instituições similares em outros contextos, o que torna essas descobertas valiosas em um espectro mais amplo, independente da localização regional.

Assim, este estudo abre caminho para pesquisas adicionais que visem replicar a análise em diferentes contextos nacionais. Futuras investigações podem aprofundar a compreensão de como os bancos comunitários e éticos adotam a governança democrática diante de desafios

como a inserção no mercado, crises econômicas e outras pressões institucionais, incluindo demandas por desempenho. Novas pesquisas poderiam oferecer insights valiosos sobre a adaptação e eficácia dessas práticas em diferentes cenários, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e contextualizada da governança democrática.

Um aspecto adicional a ser considerado é que, embora todas as experiências tenham sido investigadas em campo, as entrevistas principais foram realizadas durante um período marcado por uma mudança ambiental significativa que alterou o funcionamento de todos os bancos comunitários e éticos diante da pandemia de Covid-19. Essa circunstância impediu a continuidade do trabalho de campo presencial, que envolveria observações, interações e proximidade física, podendo ter minimizado possíveis vieses do interlocutor. A pandemia, portanto, atuou como um choque externo que alterou a dinâmica dos mecanismos de governança democrática, como relatado pelos interlocutores. Essa mudança afetou o uso de instrumentos, a frequência de encontros, os procedimentos de decisão, flexibilizou alguns procedimentos, entre outros aspectos, adicionando novas camadas de significado à governança democrática. Dessa forma, uma oportunidade para pesquisas futuras seria investigar como os bancos comunitários e éticos enfrentaram os desafios impostos pela pandemia, especificamente no que se refere a governança democrática.

Adicionalmente, este estudo centrou-se no nível organizacional dos bancos comunitários e bancos éticos, sob a perspectiva de uma organização de movimentos sociais. A compreensão da governança democrática derivou da dinâmica interna dessas organizações. Embora tenha sido enfatizada a dupla dimensão organizacional e territorial, expressa no modelo de confluência democrática. No entanto, a estrutura da governança democrática baseou-se principalmente em informações fornecidas por interlocutores membros do conselho gestor e em dados produzidos pelas organizações, excetuando a percepção de atores externos. Assim, pesquisas futuras sobre governança democrática podem incorporar evidências de múltiplas partes interessadas, tanto internas quanto externas à organização. Isso poderia envolver a interação com interlocutores diretos e indiretos, bem como a análise de documentos externos. Uma outra possibilidade seria a condução de estudos multiníveis, considerando lógicas institucionais, organizacionais e individuais.

Outro ponto relevante discutido refere-se à operacionalização do conceito de governança democrática. Neste estudo, adotou-se o modelo proposto por Andretta e della Porta (2009), que inclui o modelo assemblear, o modelo associativo, o modelo de participação deliberativa e o modelo de representação deliberativa. Essa escolha, naturalmente, pode suscitar controvérsias. Portanto, pesquisas futuras podem considerar a elaboração de um

mapeamento para identificar ex post os modelos existentes e, assim, operacionalizar o conceito de governança democrática fundamentado em informações empíricas. Isso poderia sugerir a existência de outras dimensões além das que foram utilizadas neste estudo.

No que diz respeito aos dados coletados, embora se possa considerar que a coleta de dados realizada ofereça consistência e muitos benefícios empíricos, é importante notar que os dados não são transversais, o que impede afirmações sobre os resultados encontrados de maneira longitudinal. Assim, estudos futuros que empreguem métodos de análise de dados longitudinais poderiam adicionar informações mais matizadas e de coevolução à compreensão da governança democrática ao longo do tempo. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o método de análise utilizado nesta pesquisa, o QCA, apresenta algumas limitações. Por exemplo, a abordagem triangulada adotada para transformar os dados de entrevistas qualitativas em medidas do conjunto fuzzy, embora planejada para reduzir o viés do pesquisador, não pode garantir com completa precisão a exclusão de elementos preconcebidos pelo autor da pesquisa.

Desse modo, é de se esperar que existam oportunidades de pesquisa que podem ser realizadas utilizando outras técnicas de coleta de dados para testar a causalidade da interação dessas condições com o resultado da governança democrática, como, por exemplo, o método Process Tracing.

As implicações teóricas extraídas das análises realizadas apontam para a complexidade do caminho que conduz à governança democrática nos bancos comunitários e bancos éticos. A representação desse caminho por meio do Quadrilátero Oxê revela a interconexão das condições presentes na configuração utilizada, destacando a influência dos movimentos sociais e arenas públicas, o uso compartilhado de recursos financeiros, a interação com políticas públicas e a preferência pelo consumo político.

Além disso, a pesquisa revela que a governança democrática não é uma prática isolada senão um processo dinâmico que responde a processos de interação política, econômica e social. A compreensão dessas interações oferece uma contribuição teórica significativa para o campo, fornecendo uma estrutura conceitual que pode ser aplicada e adaptada a diferentes contextos e organizações de movimentos sociais.

Do ponto de vista prático, as implicações são substanciais para os gestores de bancos comunitários e bancos éticos, bem como para os formuladores de políticas públicas. A ênfase na governança democrática como eixo estruturante destas organizações oferece orientações claras para a tomada de decisões e o desenvolvimento de estratégias. A compreensão das condições-chave que impulsionam e explicam a governança democrática possui relação direta

com as condições apresentadas nesta pesquisa e por isso pode informar práticas mais conscientes e eficazes.

Em síntese, as implicações teóricas e práticas derivadas desta pesquisa oferecem contribuições substanciais para a compreensão e aprimoramento do campo de estudos e práticas da governança democrática em organizações de movimentos sociais, especificamente em bancos comunitários no Brasil e bancos éticos na Espanha.

6. Conclusão

A governança democrática em organizações de movimentos sociais tem sido objeto de controvérsia desde que seus princípios e práticas ganharam maior reconhecimento, do movimento operário até as experiências autogestionárias, culminando na adoção de práticas participativas e deliberativas por organizações da sociedade civil e movimentos sociais contemporâneos.

Na trajetória dos bancos comunitários e bancos éticos, a governança democrática tornou-se uma prática e um valor declarado como parte de uma herança oriunda do movimento cooperativista que se refletiu no movimento de economia solidária, formando arranjos de governança que combinam paradigmas participativos e deliberativos na estruturação de processos organizacionais. No entanto, a governança democrática ainda é objeto de polêmicas e contradições, tanto no debate dentro dos movimentos sociais, devido às objeções que suscita em relação à estratégia e identidade, quanto no debate acadêmico, em que se discutem hipóteses opostas, destacando os benefícios da qualidade das decisões, legitimidade, empoderamento e inclusividade, bem como as questões de ineficiência, complexidade, viés de participação, excesso de discurso e manipulação por grupos.

A governança democrática pode abranger uma ampla gama de iniciativas, que incluem modalidades formais na estrutura organizacional, como assembleias, conselhos e comitês. Essas abordagens formais são complementadas por iniciativas muitas vezes informais, que envolvem outros atores do território da organização, com o objetivo de ampliar a legitimidade dos processos decisórios por meio da realização de reuniões abertas, feiras, fóruns locais, grupos de discussão e o crescente uso de redes digitais para aumentar a participação e facilitar processos de deliberação sobre assuntos de interesse das organizações e demais atores do território.

Portanto, este trabalho de pesquisa buscou contribuir com explicações que oferecem sistematizações analíticas sobre as condições que estruturam o caminho para alcançar o resultado da governança democrática em organizações de movimentos sociais, tomando como referência casos de bancos comunitários no Brasil e bancos éticos na Espanha. Especificamente, apresenta conclusões que esclarecem as condições sob as quais a governança democrática se sustenta nas organizações analisadas, permitindo a expansão dessas conclusões para um conjunto mais amplo de organizações de movimentos sociais que gerenciam recursos.

As práticas de democracia participativa e deliberativa representam um dos desafios mais significativos e complexos na governança das organizações de movimentos sociais. Elas

demandam processos de aprendizado, comprometimento e criatividade na concepção de arranjos organizacionais adequados para promover um ambiente propício à transparência, inclusão, igualdade de condições, compartilhamento de conhecimento, transformação de preferências e responsividade nos processos de planejamento e tomada de decisão.

Nesse contexto, argumenta-se que a governança democrática dos bancos comunitários e éticos redefine os limites da tomada de decisão entre a organização e o território, uma vez que passa a considerar relevante o resultado de processos combinados entre os atores formalmente incluídos, com direitos estatutários, e aqueles que, embora não sejam membros formais, possuem legitimidade sociopolítica para serem considerados nas decisões que interferem em seus territórios. Portanto, a inclusão desses atores nos processos decisórios confere maior legitimidade aos processos participativos e deliberativos da relação organização-território, conforme demonstrado pelo modelo de confluência democrática.

Adicionalmente, os processos decisórios adotados por essas organizações representam formas de inovação democrática, pois combinam rotinas de democracia participativa com processos de democracia deliberativa. Isso é alcançado por meio do uso de mecanismos que complementam a participação com delegação e o voto com consenso.

Outro aspecto relevante, evidenciado por esta pesquisa, é a tendência à formação de organizações híbridas, em resposta aos desafios da interação entre organizações de movimentos sociais com governos e políticas públicas. Essas organizações híbridas buscam evitar o sacrifício da governança democrática em prol da estratégia e profissionalização gerencial, adotando uma combinação criativa de participação e deliberação com eficiência burocrática e gerencial.

A conclusão central deste estudo é a demonstração da estrutura subjacente que sustenta a governança democrática, realizada por meio de uma análise comparativa de casos de bancos comunitários e éticos, conforme sistematizado pelo Quadrilátero Oxê. Esta conclusão é alcançada através da análise configuracional, que revela as condições que possuem uma relação causal na produção do fenômeno da governança democrática nos bancos comunitários e éticos incluídos no conjunto da configuração da solução intermediária.

A combinação de cinco condições é identificada como necessária e suficiente para produzir o resultado desejado da governança democrática. Estas condições estão estruturadas da seguinte maneira: em primeiro lugar, a relação de influência, exemplificada pela formação de alianças com movimentos sociais progressistas e a participação em arenas públicas onde ocorre a troca de experiências, aprendizado e aprimoramento de habilidades organizacionais. Estas duas primeiras condições são complementadas pelo compartilhamento de recursos

financeiros, que atua como um elemento vinculante através da dinâmica de monitoramento participativo desses recursos.

A interação com políticas públicas leva a um processo de adaptação organizacional, incorporando à governança democrática uma dinâmica de perícia gerencial para lidar com as demandas decorrentes de acordos de cooperação com governos e políticas públicas. Por fim, a última condição diz respeito à preferência dos membros pelo consumo político, expressando a necessidade de fortalecer a dimensão prefigurativa do consumo, visando criar experiências de participação política através do consumo.

O Quadrilátero Oxê representa uma estrutura de condições que sustenta a governança democrática dos bancos comunitários e éticos. Este modelo oferece uma ferramenta útil para analisar e explicar de forma consistente os processos pelos quais as organizações de movimentos sociais alcançam a governança democrática. Além disso, sua utilização permite evitar noções doutrinárias que generalizam valores, ignoram a complexidade das experiências e falham na análise dos resultados.

O resultado da governança democrática é vinculado a um conjunto de condições combinadas, ou seja, uma configuração causal, sem as quais sua ocorrência não é possível nos casos estudados. Portanto, a explicação da governança democrática sem considerar tais condições, como as sintetizadas no Quadrilátero Oxê, não é plausível. Consequentemente, é imperativo considerar essas condições explicativas ao analisar a governança democrática, seja através deste modelo ou de soluções alternativas.

Argumenta-se que a explicação para o resultado da governança democrática se estende a um âmbito mais amplo de organizações no campo dos movimentos sociais, abrangendo diversas iniciativas como organizações do movimento de economia solidária, cooperativas de recicladores, agricultura agroecológica, habitações cooperativas, comunidades de desenvolvedores de software livre, grupos de consumo responsável, escolas democráticas, ecovilas, sistemas de moedas sociais, comércio justo, entre outros.

A literatura especializada que aborda a governança democrática tem apresentado um desempenho modesto, predominantemente devido à prevalência de concepções normativas e procedimentais, bem como à escassez de pesquisas com base empírica robusta. Como resultado, poucos estudos se destacaram nesse campo. Embora a governança democrática represente um desafio significativo para organizações de movimentos sociais progressistas em geral, e em particular para bancos comunitários e éticos, estudos recentes têm negligenciado a análise de como essas organizações lidam com os desafios da participação e da deliberação em suas estruturas organizacionais, e em que condições podem alcançar o resultado.

Muitos dos estudos anteriores, mencionados no capítulo anterior, sofrem de uma limitação crucial: eles presumem que a adoção da governança democrática é uma prescrição dos membros e atores envolvidos nas organizações, sem considerar as relações de influência e interação que fundamentam essas organizações. Além disso, esses estudos negligenciam o papel dos recursos financeiros na governança e o impacto das preferências de consumo dos membros nas organizações. Portanto, é inadequado adotar uma abordagem descontextualizada dos processos de interação que moldam a governança democrática em organizações de movimentos sociais.

Nesta pesquisa, adotamos a abordagem do pragmatismo interacionista para analisar os movimentos sociais, com foco na governança democrática em bancos comunitários e éticos, baseando-nos nos trabalhos de Polletta & Jasper (2001), Polletta (2002) e Jasper & Duyvendak (2015). Essa abordagem desafia os paradigmas anteriores, assumindo uma perspectiva heterogênea e interacionista que enfatiza a importância de compreender os movimentos sociais a partir das interações sociais cotidianas e das práticas dos ativistas, destacando como os processos são negociados e construídos no contexto das interações de cooperação e conflito.

Contesta-se, assim, a suposição simplista de que a governança democrática nos bancos comunitários e éticos é meramente resultado de escolhas unilaterais das organizações ou um procedimento hermético dos ativistas. Em vez disso, argumenta-se que a governança democrática está imersa em processos reticulares fundamentados em relações de influência, interação, uso de recursos compartilhados e preferências políticas de consumo, conforme demonstrado pelo Quadrilátero Oxê. Ao contrário de muitos estudos que discutem a governança democrática utilizando conceitos e mecanismos restritivos, esta pesquisa definiu consistentemente a estrutura subjacente da governança democrática por meio de um método mais integrativo e rigoroso, contribuindo assim para tornar a pesquisa sobre governança democrática em organizações de movimentos sociais mais perspicaz e relevante.

Nesse contexto, investigaram-se as condições que influenciam a governança democrática adotada pelos bancos comunitários no Brasil e pelos bancos éticos na Espanha. Para conduzir este estudo, formularam-se duas perguntas de pesquisa: 1) Como os bancos comunitários e éticos estruturam sua experiência com a governança democrática em interação com os atores e as arenas envolvidas nos processos decisórios? 2) Quais são os fatores que explicam a escolha da governança democrática como modelo organizacional nos bancos comunitários e bancos éticos no contexto do movimento social de economia solidária?

Para desenvolver os argumentos teóricos desta pesquisa, não se examinou o efeito isolado das condições; ao invés disso, trabalhou-se com uma configuração de condições

combinadas que levam os bancos comunitários e éticos ao resultado da governança democrática. Além disso, foi possível mapear as diferentes modalidades e práticas de governança democrática utilizadas pelos bancos comunitários e éticos, identificando também os casos que não se enquadram dentro do conjunto de experiências que utilizam a governança democrática.

Com base na técnica de análise fsQCA, foram identificadas três soluções explicativas (parcimoniosa, intermediária e conservadora) para o resultado da governança democrática, sendo a configuração "horizonte", presente na solução intermediária, a mais adequada para explicar o fenômeno. A aplicação da abordagem QCA possibilitou a construção de um quadro teórico configuracional fundamentado em uma combinação de características contextuais, organizacionais, relacionais e institucionais associadas ao resultado da governança democrática. Esses achados foram obtidos a partir da coleta de dados de 14 casos, compreendendo sete bancos comunitários no Brasil e sete bancos éticos na Espanha.

As modalidades de governança democrática foram mapeadas com base na perspectiva de Andretta & della Porta (2009), della Porta (2009a, 2009b, 2013) e Mattoni (2012), que empregam uma combinação de processos participativos e deliberativos para concretizar o ideal de governança democrática em organizações de movimentos sociais progressistas. Foram identificados quatro modelos de governança democrática: a) modelo de participação deliberativa; b) modelo assemblear; c) modelo de representação deliberativa; e d) modelo associativo.

A pesquisa de campo revelou que a governança dos casos analisados varia entre esses modelos, e em alguns casos, adotam mais de uma modalidade de acordo com o tema da decisão em questão. Por exemplo, em algumas situações, para lidar com políticas públicas e uso dos recursos financeiros, é empregado um modelo associativo, enquanto para alianças com movimentos sociais, é utilizado um modelo de participação deliberativa ou assemblear. A variação entre os modelos parece estar relacionada com o tipo de decisão em pauta e as ameaças decorrentes dela, permitindo aos ativistas expandir ou limitar o escopo da participação e deliberação conforme tais critérios.

No que diz respeito à influência dos movimentos sociais e à participação em arenas públicas, a maioria dos interlocutores destacou a existência de relações consistentes, incluindo o trânsito de membros e a circulação de recursos e informações, que têm impacto para incentivar ou constringer atitudes dos membros e práticas das organizações. Entrevistas com os interlocutores evidenciaram que o uso compartilhado de recursos, embora sujeito à governança democrática na maioria das organizações, é uma decisão que requer habilidades

gerenciais para garantir alocação eficiente, conquistar a confiança dos membros e promover monitoramento coletivo.

Durante o trabalho de campo, identificou-se que bancos comunitários e bancos éticos que interagem com governos e políticas públicas enfrentam tensões de ordem política e administrativa devido a contratos e convênios estabelecidos para operacionalizar políticas públicas de microfinanças e inclusão financeira. Alguns casos destacaram a necessidade de interromper tais acordos para evitar comprometer a missão da organização. Por outro lado, outras organizações contornaram esses desafios através da adoção de estruturas internas especializadas no gerenciamento desse tipo de contrato.

Além disso, as entrevistas de campo revelaram uma preferência pelo consumo político associado a uma maior participação dos membros e usuários dos bancos comunitários e bancos éticos. No entanto, entre os bancos comunitários no Brasil, observou-se que a necessidade material é o principal estímulo para os usuários, que só desenvolvem um maior interesse em participar da organização após vários ciclos de utilização e com o apoio de atividades de acompanhamento e orientação. Já nos bancos éticos na Espanha, notou-se um perfil distinto, onde os membros e usuários possuem características associadas a um ideal de responsabilidade ética e ecológica em suas práticas de consumo, buscando os bancos éticos para orientar suas escolhas de serviços financeiros.

As descobertas desta pesquisa contribuem para avanços teóricos no campo de estudos da governança democrática em organizações de movimentos sociais, respaldadas por evidências empíricas sólidas. Assim, compreende-se que os bancos comunitários e bancos éticos enfrentam desafios para alcançar resultados de governança democrática, e para entender como essas organizações contornam esses desafios, é necessário integrar a análise das interações estabelecidas com diferentes atores, arenas, recursos e instituições.

Os resultados desta pesquisa demonstraram que os bancos comunitários e éticos sustentam a governança democrática por meio de uma combinação de condições, incluindo a influência dos movimentos sociais e participação em arenas públicas, interação com políticas públicas, uso de recursos compartilhados e preferências pelo consumo político. Encontraram-se diversos casos em que o fenômeno da governança democrática é explicado por essa configuração. Portanto, argumenta-se que é necessário ampliar as explicações sobre governança democrática no contexto das organizações de movimentos sociais, adotando essa configuração de condições para contribuir com a compreensão desse fenômeno.

Os bancos comunitários e éticos, como objetos de estudo, têm o potencial de enriquecer o campo conceitual da governança democrática em organizações de movimentos sociais, pois

estão associados às condições incluídas na configuração adotada para análise dos casos estudados. Eles fornecem insights sobre como as organizações de movimentos sociais lidam com processos que envolvem práticas de participação e deliberação na tomada de decisões.

Em resumo, as descobertas desta pesquisa apoiam os argumentos teóricos sobre interação na análise de movimentos sociais, evidenciando que a dinâmica organizacional é moldada pelas interações sociais cotidianas e pelas práticas dos membros, destacando como as escolhas organizacionais são negociadas e construídas dentro do contexto social de cooperação e conflito.

A utilização da técnica fsQCA permitiu revelar como a adesão de casos (ou seja, os bancos comunitários e éticos) a condições causais (como influência dos movimentos sociais, participação em arenas públicas, uso de recursos compartilhados, interação com políticas públicas e consumo político) se relaciona com sua adesão ao resultado (ou seja, governança democrática). Nessas condições bancos comunitários e bancos éticos podem obter melhores condições de desempenho para a governança democrática. Além disso, essa técnica permite investigar a causalidade conjuntural, examinando como as condições causais interagem em conjunto, em vez de analisá-las isoladamente.

Finalmente, esta pesquisa oferece várias implicações para os membros, associados, ativistas, gestores e atores envolvidos nessas organizações, buscando orientar suas escolhas em direção a um padrão abrangente de governança democrática.

É crucial entender que, no contexto das organizações de movimentos sociais em geral e das organizações de finanças solidárias em particular, a governança democrática não se limita a reproduzir escolhas organizacionais ou tomar decisões internas sobre as necessidades da organização. Ela também envolve tomar decisões considerando múltiplos compromissos com outros atores, como ativistas, território, recursos, instituições e comunidades, além de valores, crenças, princípios e práticas de participação e deliberação. Ignorar esses aspectos pode dificultar o alcance de um modelo efetivo de governança democrática.

Assim, em primeiro lugar, os envolvidos devem considerar que as alianças com movimentos sociais e arenas públicas são ativos sociopolíticos importantes para desenvolver habilidades para superar obstáculos nos processos de governança. Em segundo lugar, é essencial aprender a incluir regras de monitoramento coletivo na governança dos recursos financeiros para fortalecer a participação. Em terceiro lugar, reconhecer a possibilidade de combinar estruturas tecnocráticas com a governança democrática para lidar com acordos e convênios operacionais de políticas públicas. E, por fim, é necessário priorizar o desenvolvimento de uma consciência política por meio do uso e consumo dos serviços

financeiros dos bancos comunitários e éticos. Essas considerações podem contribuir para o desenvolvimento de melhores condições para tomar decisões alinhadas com os princípios e valores de participação e deliberação que essas organizações vocalizam.

Além disso, ao contrário do senso comum, esta pesquisa argumenta que analisar a governança democrática apenas pela estrutura organizacional não é suficiente, pois corre-se o risco de obter uma avaliação instrumental. Nesse sentido, abordar a explicação da governança democrática como um fenômeno relacional e interativo pode proporcionar uma análise mais abrangente e substantiva.

Por fim, os estudos e organizações no campo dos movimentos sociais podem usar as descobertas do modelo de governança democrática desta pesquisa como referência para analisar o desempenho da governança e influenciar futuros trabalhos nesse campo de pesquisa.

Referências

- Abramovay, R. (2003). Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco (Org.). *Estrutura agrária, mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil*. No prelo.
- Accornero, G., & Kousis, M. (2024). From protesting against troika bailouts to pro-EU Governing in Greece and Portugal: Europeanisation and institutionalisation processes. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 62(2), 430-450.
- Accornero, G., & Ramos Pinto, P. (2015). ‘Mild mannered’? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 491-515.
- Accornero, G., & Ramos Pinto, P. (2022). *Movements at the border: Conflict and Protest in Portugal*. Oxford Handbook of Portuguese Politics, 457-471.
- Accornero, G., & Carvalho, T. (2023). Marginal gentrifiers, networks of mobilization and new contentious collective identities. The struggle for housing in post-austerity Lisbon. *Housing Studies*, 1-24.
- Affleck, A. & Mellor, M. (2006). Financiamento do desenvolvimento comunitário: uma solução neomercado para a exclusão social? *Revista Internacional de Política Social*, 35 (2), 303-319.
- Ahmed, N. (Ed.). (2017). Introduction. In: *Inclusive governance in south Asia: Parliament, judiciary and civil service* (p. 1–20). Palgrave Macmillan Cham. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-60904-1>
- Albala, A. & Leal, L. P. (2022). Introdução à Qualitative Comparative Analysis (QCA). In: Perissinotto, R., Botelho, J. C. A., Bolognesi, B., Batista, M., Santo, M. L. (Org.). *Política Comparada: Teoria e Método* (1ed., v. 1, p. 113-140). Rio de Janeiro: ABCP/EduERJ.
- Albuquerque, P. P. (2003). Moeda social 2. In: Cattani, A. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz.
- Alcaras, J. R., Gianfaldoni, P., & Richez-Battesti, N. (2009). Les relations entre les banques coopératives et les organisations de l'économie sociale et solidaire: proximités et partenariats. *Revue internationale de l'économie sociale*, (311), 46-58.
- Alexopoulos, Y., & Goglio, S. (2009). Financial deregulation and economic distress: Is there a future for financial co-operatives? *Euricse Working Paper* No. 001/09.
- Almeida, R. M. D., Vieira, D. M., & Luz, F. D. (2023). Digital Social Currencies, Institutional Pressures and the Social Modeling of Technology. *Revista de Administração Contemporânea*, (27), e220091.
- Alonso Aléman, J. J. A. (2020). *Banca ética: clasificación, definición y prácticas bancarias éticas en España* [Doctoral dissertation]. Universidad Pública de Navarra.
- Alonso Pérez, M., & Furió Blasco, E. (2010). A economia espanhola. Del crescimento à crise passando pela burbuja imobiliária. *Cahiers de Civilization Espagnole Contemporaine*. De 1808 até agora, (6).
- Alonso, A. (2023). *Treze: A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Alonso, J. J. A. (2020). *Banca ética: clasificación, definición y prácticas bancarias éticas en España* [Doctoral dissertation]. Universidad Pública de Navarra.

- Alsina, O. (coord.) (2002). *La banca ética: Mucho más que dinero*. Barcelona: Icaria.
- Alvarez, J. A. (2008). La banca española antela actual crisis financiera. *Estabilidad financiera/Banco de España*, (15), 21-38.
- Anderloni, L., & Carluccio, E. M. (2007). Access to bank accounts and payment services. In: Anderloni, L., Braga, M. D., & Carluccio, E. M. (Eds.). (2007). *New frontiers in banking services: Emerging needs and tailored products for untapped markets* (p. 5-105). Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg.
- Anderloni, L., Bayot, B., Bledowski, P., Iwanicz-Drozowska, M., & Kempson, E. (2008). *Financial services provision and prevention of financial exclusion*. Brussels: European Commission, Directorate General for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities. Executive summary completed in March 2008. <https://www.bristol.ac.uk/media-library/sites/geography/migrated/documents/pfrc0806.pdf>
- Andrée, P., Clark, J. K., Levkoe, C. Z., & Lowitt, K. (2019). *Civil society and social movements in food system governance* (p. 216). Taylor & Francis.
- Andretta, M. & Della Porta, D. (2009). Models of Democracy: how activists see democracy in the movement. In: Della Porta, D. (ed.) *Another Europe: Conceptions and Practices of Democracy in the European Social Forums*. (p. 65-85) New York, Routledge.
- Andretta, M., & Guidi, R. (2017). Political consumerism and producerism intimates of crisis. A social movement perspective? *Partecipazione e conflitto*, 10(1), 246-274.
- Anglada, S. E. (2021). Challenges in strategies for socioeconomic democratization. Assessing solidarity economy policies. *Barcelona, European Planning Studies*, 29 (11), 2145-2163, Doi: 10.1080/09654313.2021.1937950
- Annahar, N., Widianingsih, I., Paskarina, C., & Muhtar, E. A. (2023). A bibliometric review of inclusive governance concept. *Cogent Social Sciences*, 9 (1), 2168839.
- Ansorena, A., Diniz, E. H., Siqueira, E. S., & Pozzebon, M. (2021). From Community Bank to Solidarity Fintech: The Case of Palmas e-Dinheiro in Brazil. In: Walker, T., McGaughey, J., Goubran, S., & Wagdy, N. (eds). *Innovations in Social Finance: Transitioning Beyond Economic Value*, Palgrave Macmillan, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-72535-8_12 251-268.
- Armani, D. (2008). *Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil*. Editora Peirópolis.
- Armendariz, B., & Labie, M. (Eds.). (2011). *The handbook of microfinance*. World scientific.
- Armendáriz, B., & Morduch, J. (2011). *Economía de las Microfinanzas* (No. 332.1 A7Y 2010.). Mexico.
- Artis, A. (2012). *La finance solidaire: analyse socio-économique d'un système de financement*. Michel Houdiard éditeur.
- Artis, A. (2017). Social and solidarity finance: A conceptual approach. *Research in International Business and Finance*, 39 (2015), 737–749.
- Artiz, A. (2019). Solidarity finance and territorial regulation. *International Journal of Financial Accountability, Economics, Management, and Auditing (IJFAEMA)*, 1(1), 1-4.
- Avritzer, L. (2009). *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton University Press.

- Bader, V., & Maussen, M. (2023). *Associative Democracy and the Crises of Representative Democracies*. Taylor & Francis.
- Balassiano, K., & Maldonado, M. M. (2014). Civic spaces in rural new gateway communities. *Community Development Journal*, 49(2), 262–279. <https://doi.org/10.1093/cdj/bst029>
- Ballbé, R. G. (2013). Las finanzas éticas como instrumento al servicio de la economía solidaria. La experiencia de Coop57/Ethical finances as a tool of solidarity economy. The experience of Coop57. *Cuadernos de Trabajo Social*, 26(1), 75-84.
- Ballesteros, C. (2003). “La banca ética”. In: Sichar, G. (Coord.). *La empresa socialmente responsable* (p. 29- 123). Ed. CIDEAL, Madrid.
- Banaszak, L. A. (2005). Inside and outside the state: Movement insider status, tactics, and public policy achievements. In: *Routing the opposition: Social movements, public policy, and democracy* (p. 149-76). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2007). The economic lives of the poor. *Journal of economic perspectives*, 21(1), 141-167.
- Banerjee, A. V., & Duflo, E. (2010). Giving credit where it is due. *Journal of Economic Perspectives*, 24(3), 61-80.
- Banerjee, A., Duflo, E., Glennerster, R., & Kinnan, C. (2015). The miracle of microfinance? Evidence from a randomized evaluation. *American economic journal: Applied economics*, 7(1), 22-53.
- Barkin, D. (2022). ‘Shaping a communitarian ethos in an era of ecological crisis’, *Frontiers in Sustainability*, <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/frsus.2022.944252/full>
- Basurto, Xavier & Speer, Johanna (2012). Structuring the Calibration of Qualitative Data as Sets for Qualitative Comparative Analysis (QCA). *Field Methods*, 24(2), 155-174.
- Bateman, M. (2010). *Why doesn't microfinance work? The destructive rise of local neoliberalism*. Bloomsbury Publishing.
- Bazzani, G. (2020). Money as a tool for collective action. *Partecipazione e conflitto*, 13(1), 438-461.
- Bédécarrats, F. (2010). Évaluer la microfinance, entre utilité sociale et performances financières. *Revue Française de Socio-Économie*, 6, 87-107. <https://doi.org/10.3917/rfse.006.0087>
- Bédécarrats, F. (2013). *La microfinance: entre utilité sociale et rentabilité financière*. Paris, L’Harmattan. 256 p.
- Bédécarrats, F., Guérin, I., & Roubaud, F. (2020). Microfinance RCTs in Development:: Miracle or Mirage? In: *Randomized Control Trials in the Field of Development: A Critical Perspective* (p 186-226). Oxford University Press.
- Benedikter, R., & Benedikter, R. (2011). *Social banking and social finance* (pp. 1-128). Springer New York.
- Bergamin, M. de A. (2011). *Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio*. [Doutorado em Ciências Humanas]. Universidade Federal de São Carlos.
- Berg-Schlosser, Dirk; De Meur, Gisèle; Rihoux, Benoît & Ragin, Charles (2009). Qualitative Comparative Analysis (QCA) as an Approach. In: Rihoux, B. & Ragin, C. (eds.). *Configurational Comparative Methods*. Thousand Oaks, California: Sage.

- Bernard, H. R., Wutich, A., & Ryan, G. W. (2016). *Analyzing qualitative data: Systematic approaches*. SAGE publications.
- Bernholz, L., Landemore, H., & Reich, R. (Eds.). (2021). *Digital technology and democratic theory*. University of Chicago Press.
- Betanzos-Martín, J. M., Escolar, L. O., & Mayo, M. J. G. (2023). Una experiencia cooperativa de financiación alternativa. El caso de Coop57. *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica*, (6), 189-205.
- Bianchi, I. (2018). The post-political meaning of the concept of commons: The regulation of the urban commons in Bologna, *Space and Polity*, 22(3), 1–20.
- Blee, K. M. (2012). *Democracy in the making: How activist groups form*. OUP USA.
- Block, F. (2014). “Democratizing finance,” *Politics and Society*, 42(1), 3–28. <https://doi.org/10.1177/0032329213512976>
- Bollier, D. & Helfrich, S. (2013). Introduction: The commons as a transformative vision. In: Bollier, D. and Helfrich, S. (eds.) *The Wealth of the Commons: A World Beyond Market and State*. Amherst: Levellers Press, pp. 8–19.
- Bollier, D. & Helfrich, S. (eds.). (2015). *Patterns of Commoning*. Amherst: Commons Strategy Group.
- Bollier, D. (2020). Commoning as a transformative social paradigm. In: *The new systems reader Routledge*. (pp. 348-361).
- Bollier, D. and Helfrich, S., eds. (2012). *The Wealth of the Commons: A World beyond Market and State*. Amherst, MA: Levellers Press.
- Bollier, D. and Helfrich, S. (2019). *Free, Fair and Alive: The Insurgent Power of the of the Commons*. New Society Publish.
- Borzaga, C., & Bodini, R. (2014). What to make of social innovation? Towards a framework for policy development. *Social Policy and Society*, (13), 411–421.
- Borzaga, C., & Defourny, J. (Eds.) (2001). *The emergence of social enterprise*. London: Routledge.
- Boscia, V., Carretta, A., & Schwizer, P. (Eds.). (2015). *Cooperative banking in Europe: case studies*. Springer.
- Bosi, L., & Zamponi, L. (2015). Direct social actions and economic crises: The relationship between forms of action and socio-economic context in Italy. *Partecipazione e conflitto*, 8(2), 367-391.
- Bosi, L., & Zamponi, L. (2020). Paths toward the same form of collective action: Direct social action in times of crisis in Italy. *Social Forces*, 99(2), 847-869.
- Bossy, S. (2014). The utopias of political consumerism: The search of alternatives to mass consumption. *Journal of Consumer Culture*, 14(2), 179-198.
- Bouchard, M. J. (Ed.) (2013). *Innovation and the social economy: The Québec experience*. Toronto: University of Toronto Press.
- Braumoeller, B. F., & Goertz, G. (2000). The methodology of necessary conditions. *American Journal of Political Science*, 844-858.
- Breines, W. (1980). Community and organization: the new left and Michels “Iron Law”. *Social Problems*, 27(4), 419-429.

- Breines, W. (1989). *Community and Organization in the New Left, 1962–1968: The Great Refusal*. Rutgers University Press, New Brunswick, NJ.
- Brown, W. (2015). *Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution*. Nova Iorque: Zone Books.
- Buechler, S. M. (1995). New social movement theories. *Sociological Quarterly*, 36(3), 441-464.
- Búrigo, F. L. (2006). Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 14(2), 312-349.
- Búrigo, F.L. (2006). *Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. [Doutorado em sociologia política], Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Calvo Rufanges, J. (2013). *Banca armada vs banca ética*. Madrid: Editorial Dharana.
- Carboni, V. (2011). *Banking on ethics*. Campagna per la riforma della banca mondiale, Roma.
- Carvalho, T. (2022). *Contesting austerity: Social movements and the left in Portugal and Spain (2008-2015)* (p. 196). Amsterdam University Press.
- Caselli, G. (2018). The cooperative banks today in the EU perspective. In M. Migliorelli. *New cooperative banking in Europe* (pp. 201–229). London: Palgrave Macmillan.
- Castelao Caruana, M. E., & Srnec, C. C. (2013). Public policies addressed to the social and solidarity economy in South America. Toward a new model? *International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 24, 713-732.
- Castells, M. (2011). *The rise of the network society*. John Wiley & Sons.
- Cavallero, Luci & Gago, Verónica (2021). *Feminist strike, social reproduction, and debt*, Research Handbook on the Global Political Economy of Work. London: Routledge.
- Cefaï, D. (2002). Qu'est-ce qu'une arène publique? Quel que spistes pour une approche pragmatiste. In: Cefaï, D. & Joseph, I. (Orgs.). *L'Héritage du pragmatisme*. La Tour d'Aigues: Éd. de l'Aube, 2002. pp. 51-82.
- Cefaï, D. (2005). Os novos movimentos de protesto em França. A articulação de novas arenas públicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (72), 129-160.
- Cefaï, D. (2022). The Public Arena a pragmatist concept of the public sphere. In: *The New Pragmatist Sociology: Inquiry, Agency, and Democracy* (pp. 377-405). Columbia University Press.
- Cernev, A. K & Diniz, E. (2020). Palmas para o E-Dinheiro! A Evolução Digital de uma Moeda Social Local. *Revista De Administração Contemporânea*, 24(5), 487-506. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390>.
- Cernev, A. K., & Proença, B. A. (2016). Mumbuca: A primeira moeda social digital do Brasil. *Revista Brasileira de Casos de Ensino em Administração*, 6 (2), 1-13, <https://doi.org/10.12660/gvcasosv6n2c15>.
- Chanial, P. & Laville, J.L. (2009). Associativismo. In: Cattani, A., Laville, J.-L., Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 345 p.
- Chaves-Avila, R., & Gallego-Bono, J. R. (2020). Transformative Policies for the Social and Solidarity Economy: The New Generation of Public Policies Fostering the Social Economy in

- Order to Achieve Sustainable Development Goals. The European and Spanish Cases. *Sustainability*, 12(10):4059. <https://doi.org/10.3390/su12104059>
- Chen, K.K. (2009). *Enabling Creative Chaos: The Organization behind the Burning Man Event*. University of Chicago Press, Chicago.
- Chena, P. I., & Roig, A. (2017). L'exploitation financière des secteurs populaires argentins. *Revue de la régulation. Capitalisme, institutions, pouvoirs*, (22).
- Chesnais, F. (2005). O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: Chesnais, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, p. 35-68.
- Chesnais, F. (2022). Financialization and the impasse of capitalism. In: *Money, Finance, and Capitalist Crisis* (pp. 81-103). Routledge.
- Clemens, E. S. (1996). Organizational Form as Frame. In: McAdam, D., McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (Eds.). *Comparative Perspectives on Social Movements* (p. 205- 225). New York: Cambridge University Press.
- Clemens, E.S., and Minkoff, D.C. (2004). Beyond iron law: Rethinking the place of organizations in social movement research. In: Snow, D. A., Soule, S. A., & Kriesi, H. (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements*. Blackwell, Oxford, pp. 155 – 170.
- Climent, F. (2018). *Ethical versus conventional banking: A case study*. *Sustainability*, 10(7), 2152.
- Cohen J., Fung A. (2004). Radical Democracy. *Swiss Journal of Political Science*, 10 (4), 23-34.
- Cohen, J. (1985). Strategy or identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements. *Social Research*, 52, 663-716.
- Cohen, J. (1989) 'Deliberation and Democratic Legitimacy'. In: Hamlin, A. & Pettit, P. (Eds), *The Good Polity* (p. 17–34). Oxford: Blackwell.
- Cohen, J., Fung, A., Bernholz, L., Landemore, H., & Reich, R. (2021). Democracy and the digital public sphere. *Digital technology and democratic theory*, 23-61.
- Cohen, J., & Fung, A. (2004). Radical democracy. *Swiss Journal of political science*, 10(4), 23-34.
- Colvin, C. L., & McLaughlin, E. (2014). Raiffeisenism abroad: Why did German cooperative banking fail in Ireland but prosper in the Netherlands? *Economic History Review*, 67, 492–516.
- Contel, F. B., & Contel, F. B. (2020). Financialization and local scale dynamisms. In: *The Financialization of the Brazilian Territory: From Global Forces to Local Dynamisms* (105-150). Springer.
- Coraggio, J. L. (2011). *Economía social y solidaria: El trabajo antes que el capital*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala.
- Coraggio, J. L. (2014). Una lectura de Polanyi desde la economía social y solidaria en América Latina. *Cadernos Metrópole*, 16, 17-35.
- Cornée, S. (2014). Soft information and default prediction in cooperative and social banks. *Journal of Organizational and Entrepreneurial Diversity*, 3(1), 89-109.
- Cornée, S., Fattobene, L., & Migliorelli, M. (2018). An overview of cooperative banking in Europe. In: Migliorelli, M. *New cooperative banking in Europe: Strategies for adapting the*

business model post crisis (p. 1-27). Palgrave Macmillan Cham. Doi: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-93578-2>

Corrons, A., & Gomis, J. M. (2016). Economia social i solidària: experiències i reptes. Oikonomics. *Revista d'economia, Empresa i Societat*.

Cowton, C. (2010). "Banking." In: Boatright, J. Wiley, N. (Ed.). *Finance ethics: Critical issues in financial theory and practice*, Kolb Series in Finance.

Cuenoud, T., Glemain, P. & Deffains-Crapsky, C. (2018). Ecosystème entrepreneurial local et finance participative: les enjeux d'une coopération. *Marché et organisations*, (1), 151-171.

Cuevas, C. E., & Fischer, K. P. (2006). *Cooperative financial institutions: Issues in governance, regulation and supervision*. World Bank Working Paper No. 82.

Cull, R., Demirgüç-Kunt, A., & Morduch, J. (2009). Microfinance meets the market. *Journal of Economic perspectives*, 23(1), 167-192.

Dacheux, É. & Laville, J. (2003). Introduction: Penser les interactions entre le politique et l'économique. Hermès, *La Revue*, 36, (2), 9-17. <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2003-2-page-9.htm>.

Dardot, P., & Laval, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. Boitempo Editorial.

Davies, H. (2001). "Ethics in Regulation" *Business Ethics: A European Review*, 10 (4): 280–287. doi: 10.1111/1467-8608.00243.

Davis, G. F., & Kim, S. (2015). Financialization of the Economy. *Annual Review of Sociology*, 41, 203-221.

De Angelis, M. (2003). "Reflections on alternatives, commons and communities or building a new world from the bottom up," *The Commoner*, 6, pp. 1–14.

De Angelis, M. (2007). *The Beginning of History: Value Struggles and Global Capital*. London: Pluto Press.

De Angelis, M. (2012). Crises, movements and commons. *borderlands*, 11(2), 1-22.

De Angelis, M. (2017). *Omnia Sunt Communia: On the Commons and Transformation to Postcapitalism*. London: Zed Books.

De Angelis, M. and Harvie, D. (2013). 'The Commons'. In Parker, M., Cheney, G., Fournier, V. & Land, C. (eds). *The Routledge Companion to Alternative Organisation*. London: Routledge.

De la Cruz, C. & Sasia, P. M., La banca ética como herramienta de acción política. *Icade: Revista de las Facultades de Derecho y Ciencias Económicas y Empresariales*, 80, 2010, 185-210.

De la Cuesta, M., Fernández, B. & Vázquez, O. (2006). Razón de ser de la banca ética. In: *Experiencias internacionales y nacionales*. Madrid: Fundación de las Cajas de Ahorros.

De la Orden de la Cruz, C. & Sánchez González, P. (2016) Desarrollos de banca ética y viabilidad de la banca islámica. *Opción*, 32 (9).

De Moor, T. (2011) 'From Common Pastures to Global Commons: A Historical Perspective on Interdisciplinary Approaches to Commons', *Natures Sciences Sociétés* 19(4).

Dean, J. (2016). *Crowds and party*. Londres: Verso.

- Defourny, J., & Nyssens, M. (2021). *Social enterprise in Western Europe: Theory, models and practice*. Taylor & Francis.
- Della Porta, D. (2005) Deliberation in movement: Why and how to study deliberative democracy and social movements. *Acta Politica* 40, 336 – 350.
- Della Porta, D. (2007). *O movimento por uma nova globalização*. Edições Loyola.
- Della Porta, D. (2013). “Democracy inside social movements,”. In: Snow, D. A., Della Porta, D. B., Klandermans, B. & McAdam, D. (eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 1–5. <https://doi.org/10.1002/9780470674871.wbepm067.pub2>
- Della Porta, D. (2013). Democracy inside social movements. In: *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*.
- Della Porta, D. (2014). Learning democracy: cross-time adaptation in organisational repertoires. In: *Spreading Protest: Movements in Times of Crisis*, 43-69.
- Della Porta, D. (2020). *How social movements can save democracy*. Polity.
- Della Porta, D. (2023). Framing and building the commons: Social movements and solidarity economy. In *Solidarity Economy* (pp. 28-42). Routledge.
- Della Porta, D. (ed.) (2009). *Democracy in Movements*. London: Macmillan
- Della Porta, D. (ed.) (2009b). *Another Europe*. Routledge, London.
- Della Porta, D. and Mattoni, A. (2014). *Spreading protest: social movements in times of crisis*. Colchester, ECPR Press, 2014, 324 pp.
- Della Porta, D., & Doerr, N. (2018). *Deliberation in protests and social movements*. The Oxford handbook of deliberative democracy, 391-426.
- Della Porta, D., & Doerr, N. (2018). Deliberation in protests and social movements. In A. Bächtiger, J. Dryzek, J. Mansbridge, & M. Warren (Eds.), *The Oxford handbook of deliberative democracy* (pp. 391–406). Oxford University Press.
- Della Porta, D., & Felicetti, A. (2019). Innovating democracy against democratic stress in Europe: Social movements and democratic experiments. *Representation*, 58(1), 67–84. <https://doi.org/10.1080/00344893.2019.1624600>
- Della Porta, D., & Mattoni, A. (2012). Cultures of participation in social movements. In *The participatory cultures handbook* (pp. 171-181). Routledge.
- Della Porta, D., & Pavan, E. (2017). Repertoires of knowledge practices: Social movements in times of crisis. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 12(4), 297-314.
- Della Porta, Donatella (2007) ‘The Global Justice Movement: An Introduction’. In: della Porta (ed.), *The Global Justice Movement*, pp. 1–28.
- Della Porta, Donatella (Ed.) (2009a). *Democracy in social movements*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Della Porta, Donatella. (2015). *Social Movements in Times of Austerity*. Cambridge; Malden: Polity press, 2015.
- Diani, M. (1992). The concept of social movement. *The sociological review*, 40(1), 1-25.

- Diani, M. (2000). Social movement networks virtual and real. *Information, communication & society*, 3(3), 386-401.
- Diani, M. The concept of social movement. *The Sociological Review*, v. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.
- Diani, M.; Bison, I. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, n. 3, p. 219-250, 2010.
- Díaz-Foncella, M.; Villajos, E.; Savall, T.; Guzmán, C.; Santos, F.J.; Solórzano-García, M.; Marcuello-Servós, C.; Chaves-Ávila, R.; Marcuello, C (2021) Social enterprise in Spain from a diversity of roots to a tentative typology of models. In Defourny, J.; Nyssens, M. (2021). *Social enterprise in Western Europe*. Theory, models and practice. Routledge: London/New York, pp. 200-217.
- Dieckmann, R., Speyer, B., Ebling, M., & Walter, N. (2007). *Microfinance: An emerging investment opportunity*. Deutsche Bank Research, 19, 1-20.
- Diefenbach, T. (2019). Why Michels iron law of oligarchy's not an iron law—and how democratic organisations can stay 'oligarchy-free'. *Organization Studies*, 40(4), 545-562.
- Diniz, EH, Cernev, AK, Rodrigues, DA, & Daneluzzi, F. (2021). Cripto-moedas solidárias como plataformas comunitárias digitais. *Tecnologia da Informação para o Desenvolvimento*, 27 (3), 524-538.
- Dowbor, L. (2008). *Democracia Econômica*. São Paulo: Vozes.
- Dowbor, L. (2018). *A era do capital improdutivo: nova arquitetura do poder-dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. Editora Autonomia Literária.
- Downey, J., & Fenton, N. (2003). *New media, counter publicity and the public sphere*. *New media & society*, 5(2), 185-202.
- Downing, J. D. (2000). *Radical media: Rebellious communication and social movements*. Sage.
- Dryzek, J. S. (1997). *Democracy in capitalist times: Ideals, limits, and struggles*. OUP Catalogue.
- Dryzek, J. S. (2002). *Deliberative democracy and beyond: Liberals, critics, contestations*. Oxford University Press, USA.
- Dryzek, J. S. (2012). *Foundations and frontiers of deliberative governance*. Oxford University Press.
- Duşa, A. (2018). *QCA with R: A comprehensive resource*. Springer.
- Duşa, A. (2022). *QCA with R: A comprehensive resource*. Springer. <https://bookdown.org/dusadrian/QCAbook/>
- Duvendack, M., R. Palmer-Jones, J. G. Copestake, L. Hooper, Y. Loke, and N. Rao. 2011. *What Is the Evidence of the Impact of Microfinance on the Wellbeing of Poor People?* London: EPPI-Centre, Social Science Research Unit, Institute of Education, University of London.
- Duyvendak, J. W., & Jasper, J. M. (2015). *Players and arenas: The interactive dynamics of protest*. Amsterdam University Press.
- Dymski, G. A. (2005). Financial globalization, social exclusion and financial crisis. *International review of applied economics*, 19(4), 439-457.
- Dymski, G. A. (2006). *Discrimination in the credit and housing markets: findings and challenges*. Handbook on the Economics of Discrimination, 215, 220.

- Edwards, B., & McCarthy, J. D. (2004). *Resources and social movement mobilization*. The Blackwell companion to social movements, 116-152.
- Eliasoph, N. (1998). *Avoiding Politics: How Americans Produce Apathy in Everyday Life*. Cambridge University Press, New York.
- Epstein B. (1991). *Political Protest & Cultural Revolution*. Nonviolent Direct Action in the 1970s and 1980s, University of California Press: Berkeley, Los Angeles, Oxford.
- Erturk, I., Froud, J., Johal, S., Leaver, A., & Williams, K. (2007). (“Professor Adam Leaver - The University of Sheffield”) The democratization of finance? Promises, outcomes and conditions. *Review of international political economy*, 14(4), 553-575.
- Eschweiler, J., & Hulgård, L. (2018). The social and solidarity economy sector: A bottom-up alternative?. In: *Competitiveness and Solidarity in the European Union* (pp. 126-148). Routledge.
- Escoffier, E. (2018). Mobilizational citizenship: sustainable collective action in underprivileged urban Chile, *Citizenship Studies*, 22 (7), 769–790.
- Esteves, A. (2020). Solidarity economy markets as “mobilizational commons”: re-signifying the market through the lens of cooperation. *Community Development Journal*. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsaa008>
- Esteves, A. M., Genus, A., Henfrey, T., Penha-Lopes, G., & East, M. (2021). Sustainable entrepreneurship and the Sustainable Development Goals: Community-led initiatives, the social solidarity economy and commons ecologies. *Business Strategy and the Environment*, 30(3), 1423-1435.
- Eynaud, P. and Laville, J. L. (2021). “How nonprofit governance studies can be enriched by the commons framework: Towards a cross-fertilization agenda of research,” in Donnelly-Cox, G., Meyer, M. and Wijkström, F. (eds.) *Research Handbook on Nonprofit Governance*. Cheltenham: Edward Elgar, pp. 220–234. <https://doi.org/10.4337/9781788114912.00021>
- Eynaud, P., & Laville, J. L. (2023). A shared epistemological framework for the solidarity economy and the commons. In *Solidarity Economy*. Alternative Spaces, Power and Politics (pp. 13-27). Routledge.
- Faria, J. H. D. (2017). Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos Ebape*. Br, 15, 629-650.
- Faria, Luiz. (2018). *Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (pré)histórias: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias*. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Farias, M. W. M., Garcia, A., & Olave, M. E. L. (2020). O Fortalecimento dos Bancos Comunitários a partir da Organização em Rede: O Caso da Rede Baiana de BCDs. *Revista Organizações em Contexto*, 16(31), 177-223.
- FEBEA: REAB - Reporting on Ethical And Alternative Banks. (2017). *Referred August 14 2018*. http://www.febea.org/sites/default/files/reab_2017_final.pdf
- Federici, S. (2011). *Feminism and the Politics of the Commons*. na.
- Federici, S. and Caffentzis, G. (2013). “Commons against and beyond capitalism,” *Upping the Anti: A Journal of Theory and Action*, 15, pp. 83–97.
- Federici, Silvia (2018). “Women, Money and Debt: Notes for a Feminist. Reappropriation Movement”. *Australian Feminist Studies*, 33:96, 178-186.

- Feenstra, R. (2015). Activist and citizen political repertoire in Spain: A reflection based on civil society theory and different logics of political participation. *Journal of Civil Society*, 11(3), 242–258. <https://doi.org/10.1080/17448689.2015.1060662>
- Felicetti, A. (2016). *Deliberative democracy and social movements: Transition initiatives in the public sphere*. Rowman & Littlefield.
- Fernando, J. L. (Ed.). (2004). *Microfinance: Perils and prospects* (Vol. 46). Routledge.
- Ferrarini, A., Gaiger, L. I., Veronese, M. V., & Cruz Filho, P. (2019). Brazilian Social Enterprises: Historical Roots and Converging Trends. In: *Social Enterprise in Latin America: theory, models and practice* (p. 330). Taylor & Francis.
- Ferraton, C., & Vallat, D. (2011). Un avatar de la finance solidaire: vers un modèle d’entrepreneur collectif? *Revue française de socio-économie*, (1), 67-81.
- Ferree, M.M., and Martin, P.Y. (1995) *Feminist Organizations: Harvest of the Women’s Movement*. Temple University Press, Philadelphia.
- Ferreira Júnior, R. R., Prates, T. M., Fontenele, A. L. M., & Rodrigues, G. L. V. (2018). Desconcentração da política de inclusão financeira produtiva: uma estratégia de desenvolvimento para regiões periféricas. *Revista Econômica do Nordeste*, 49(2), 9-25.
- Ferreira, F. A., M. S. Jalali, and J. J. Ferreira. 2016. “Experience-Focused Thinking and Cognitive Mapping in Ethical Banking Practices: From Practical Intuition to Theory.” *Journal of Business Research* 69 (11): 4953–4958. doi:10.1016/j.jbusres.2016.04.058.
- FETS (2023). *Barómetro de las finanzas éticas 2021*. <https://fets.org/es/observatorio/barometro/>
- FETS. (2023). *Barómetro 2023 de las Finanzas Éticas – Una radiografía del sector em el Estado Español*. Observatório de las Finanzas Éticas.
- FETS. 2023. Site: <https://fets.org/>
- Fiare. 2023. Site: <https://www.fiarebancaetica.coop/empresas-y-organizaciones/financiacion>
- Fielden, S. L., & Dawe, A. (2004). Entrepreneurship and social inclusion. *Women in Management Review*, 19(3), 139-142.
- Fiss, P. C. (2011). Building better causal theories: A fuzzy set approach to typologies in organization research. *Academy of Management Journal*, 54(2), 393-420. <https://doi.org/10.5465/amj.2011.60263120>
- Fiss, P. C., Sharapov, D., & Cronqvist, L. (2013). Opposites attract? Opportunities and challenges for integrating large-N QCA and econometric analysis. *Political Research Quarterly*, 191-198.
- Flesher Fominaya, C. & Feenstra, A.R. (2023). *Reconsidering social movement impact on democracy: the case of Spain’s 15-M movement*, *Social Movement Studies*, DOI: 10.1080/14742837.2023.2190090
- Flesher Fominaya, C. (2007). Autonomous movements and the institutional left: Two approaches in tension in Madrid’s anti-globalization network. *South European Society & Politics*, 12(3), 335–358. <https://doi.org/10.1080/13608740701495202>
- Flesher Fominaya, C. (2017). European anti-austerity and pro-democracy protests in the wake of the global financial crisis. *Social Movement Studies*, 16(1), 1–20. <https://doi.org/10.1080/14742837.2016.1256193>

- Flesher Fominaya, C. (2020). *Democracy reloaded: Inside Spain's political laboratory from 15-M to podemos*. Oxford University Press.
- Flesher Fominaya, C. (2022). Reconceptualizing democratic innovation: “Democratic innovation repertoires” and their impact within and beyond social movements. *Democratic Theory*, 9(2), 78–100. <https://doi.org/10.3167/dt.2022.090205>
- Flesher Fominaya, C., & Feenstra, R. A. (2023). Reconsidering social movement impact on democracy: the case of Spain's 15-M movement. *Social Movement Studies*, 22(3), 273-303.
- Flesher Fominaya, Cristina (2007) Autonomous Movements and the Institutional Left: Two Approaches in Tension in Madrid's Anti-globalization Network, *South European Society & Politics*, 12:3, 335-358, DOI: 10.1080/13608740701495202
- Flick, U. (2018). Designing qualitative research (p. 1-200). In: *Designing Qualitative Research*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: SAGE Publications Ltd.
- Fligstein, Neil, McAdam, Doug (2011). Toward a general theory of strategic action fields. *Sociological Theory*, 29, 1–26.
- Fois, F. (2019). Enacting experimental alternative spaces, *Antipode*, 51 (1), 107–128.
- Fominaya, C. F. (2020). *Democracy reloaded: Inside Spain's political laboratory from 15-M to Podemos*. Oxford University Press.
- Fominaya, C. F. (2022). Reconceptualizing democratic innovation: “Democratic innovation repertoires” and their impact within and beyond social movements. *Democratic Theory*, 9(2), 78-100.
- Fominaya, C. F., & Feenstra, R. A. (2019). Introduction: Contemporary European social movements: Democracy, crisis and contestation. In: *Routledge Handbook of Contemporary European Social Movements* (pp. 1-14). Routledge.
- Forno, F., & Graziano, P. R. (2014). Sustainable community movement organisations. *Journal of Consumer Culture*, 14(2), 139-157.
- Forno, F., Grasseni, C., Signori, S. (2015). Italy's Solidarity Purchase Groups as ‘citizenship labs’. In: E. Huddart Kennedy, M. J. Cohen, N. Krogman (Eds). *Putting Sustainability into Practice*. Applications and Advances in Research on Sustainable Consumption, Edward Elgar, Cheltenham, pp. 67–88.
- Fouillet, C., Guérin, I., Morvant-Roux, S. & Servet, J. (2016). De gré ou de force: le microcrédit comme dispositif néolibéral. *Revue Tiers Monde*, 225, 21-48. <https://doi.org/10.3917/rtm.225.0021>
- Fournier, V. (2013). ‘Commoning: On the Social Organisation of the Commons’, *M@n@gement* 16(4): 433–53.
- França Filho, G. C. & Laville, J.L. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. UFRGS Editora.
- França Filho, G. C. (2008). Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. *Gestão Social*, 117.
- França Filho, G. C. (2013). *Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como Expressão de Finanças Solidárias: Por uma outra abordagem da inclusão financeira*. Fortaleza: Arte Visual.
- França Filho, G. C. D. (2004). A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos Ebape. Br*, 2, 01-18.

- França Filho, G. C. D., & Cunha, E. V. D. (2009). Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. *Organizações & Sociedade*, 16, 725-747.
- França Filho, G. C. & Eynaud, P. *Solidariedade e organizações: pensar uma outra organização* [online]. Salvador: EDUFBA; Ateliê de Humanidades, 2020, 297 p. ISBN: 978-65-5630-199-0. <https://doi.org/10.7476/9786556301990>.
- França Filho, G. C., Júnior, J. T. S., & Rigo, A. S. (2012). Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas. *Revista de Administração*, 47(3), 500-515.
- França Filho, G., Guérin, I., Hillenkamp, I., & Vasconcelos, O. (2018). Une gestion démocratique et solidaire des communs? *Revue internationale des études du développement*, 163-181.
- França Filho, G.C., Silva Júnior, J.T. (2009). Bancos comunitários de desenvolvimento. In: Cattani, Antonio D. et al. (Org.) *Dicionário internacional da outra economia*. 1.ed. Coimbra: Edições Almedina. v.1, p.31-36.
- França Filho, G.C., Guérin, I., Hillenkamp, I. & Vasconcelos, Ó. (2018). Une gestion démocratique et solidaire des communs ? *Revue internationale des études du développement*, 233, 163-181. <https://doi.org/10.3917/ried.233.0163>
- Francis, J., Henriksson, K., & Stewart Alonso, J. (2020). Collaborating for transformation: Applying the Co-Laboratorio approach to bridge research, pedagogy and practice. *Canadian Journal of Development Studies*. <https://doi.org/10.1080/02255189.2020.1797650>
- Freeman, J. (1973) The tyranny of structurelessness. In: Koedt, A., Levine, E., and Rapone, A. (eds). *Radical Feminism*. Quadrangle Books, New York.
- Freeman, Jo. 1973. "The Tyranny of Structurelessness." In: Koedt, Ann, Levine, Ellen, & Anita Rapone (eds.). *Radical Feminism*, New York: Quadrangle Books.
- Freire, A. (org.) (2015). *O futuro da representação política democrática*. Lisboa, Nova Veja.
- French, S., Leyshon, A., & Wainwright, T. (2011). Financializing space, spacing financialization. *Progress in Human Geography*, 35(6), 798–819. <https://doi.org/10.1177/0309132510396749>
- Frère, B. (2020). "Politics Without Politics": Affordances and Limitations of the Solidarity Economy's Libertarian Socialist Grammar. *Everyday Resistance: French Activism in the 21st Century*, 229-261.
- Fung, A. (2003). Associations and democracy: Between theories, hopes, and realities. *Annual review of sociology*, 29(1), 515-539.
- Fung, A., & Wright, E. O. (2001). Deepening democracy: Innovations in empowered participatory governance. *Politics & Society*, 29(1), 5-41. <https://doi.org/10.1177/0032329201029001002>
- Gaiger, L. I. G. (2021). A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária. *Nova economia*, 31, 157-183.
- Gaiger, L. I., Nyssens, M., & Wanderley, F. (2019). *Social enterprise in Latin America: theory, models and practice* (p. 330). Taylor & Francis.
- García, F. J. C. (2009). *Finanzas éticas: banca ética, microfinanzas y monedas sociales*. La Hidra de Lerna.

- Gaseta Municipal. (2017). *Butlletí Oficial de l'Ajuntament de Barcelona*. Site: <https://bcnroc.ajuntament.barcelona.cat/jspui/handle/11703/106915?mode=simple>
- Gastil, J. (2018). The lessons and limitations of experiments in democratic deliberation. *Annual Review of Law and Social Science*, 14, 271-291.
- Geddes, Barbara. (1990). How the Cases You Choose Affect the Answers You Get: Selection Bias in Comparative Politics. *Political Analysis*, 2(1), 131–150.
- Gerbaudo, P. (2017). Social media teams as digital vanguards: the question of leadership in the management of key Facebook and Twitter accounts of Occupy Wall Street, Indignados and UK Uncut. *Information, Communication & Society*, 20(2), 185-202.
- Gerhards, J. e Rucht, D. (1992). Mesomobilização: organização e enquadramento em duas campanhas de protesto na Alemanha Ocidental. *American Journal of Sociology*, 98 (3), 555-596.
- Gerring, J. (2007). *Case study research: Principles and practices*. New York and Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Giambartolomei, G., Forno, F., Sage, C. (2018). *Urban food strategies: the role of food champions and policy entrepreneurship in Cork and Bergamo*, in Re-Imagining Sustainable Food Planning, Building Resourcefulness: Food Movements, Insurgent Planning and Heterodox Economics, Coventry University, Coventry, 96–104.
- Giovannini, M. (2020). Solidarity economy and political mobilization: Insights from Barcelona. *Business Ethics: A European Review*, 29(3), 497-509.
- Giugni, M., McAdam, D., & Tilly, C. (Eds.). (1998). *From contention to democracy*. Rowman and Littlefield.
- Glémain, P., Bioteau, E. & Artis, A. (2010). Finances solidaires et territoires : analyses en Bretagne et Pays-de-la-Loire. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, 213-233. <https://doi.org/10.3917/reru.102.0213>
- Gloukoviezoff, G. (2007). *From financial exclusion to overindebtedness: The paradox of difficulties for people on low incomes?* In: Anderloni, L., Braga, M. D. & Carluccio, E. M. (Eds.), *New frontiers in banking services: Emerging needs and tailored products for untapped markets* (pp. 213–245). Berlin: Springer.
- Goglio, S., & Catturani, I. (2018). The way forward for cooperative banks. In: M. Migliorelli (Ed.). *New cooperative banking in Europe* (pp. 183–200). Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Goglio, S., & Kalmi, P. (2017). Credit unions and cooperative banks across the world. In: J. Michie et al. (Ed.). *The Oxford handbook of mutual, co-operative, and co-owned business* (pp. 143–157). Oxford: Oxford University Press.
- Gohn, M. G. (2014). *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Editora Vozes Limitada.
- Gold, T. (2022). Contentious Tactics as Jazz Performances: A Pragmatist Approach to the Study of Repertoire Change. *Sociological Theory*, 40(3), 249-271. <https://doi.org/10.1177/07352751221110625>
- Goodwin, J., Jasper, J. M., & Polletta, F. (Eds.). (2001). *Passionate politics: Emotions and social movements*. University of Chicago Press.

- Goyal, K. A., and V. Joshi. 2011. "A Study of Social and Ethical Issues in Banking Industry." *International Journal of Economics and Research*, 2 (5): 49–57.
- Graeber, D. (2013). *The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement*. New York.
- Graeber, David. 2011. *Debt: The First Five Thousand Years*. New York, NY: Melville House.
- Grasseni, C. (2014). Seeds of trust. Italy's Gruppi di Acquisto Solidale (solidarity purchase groups), *Journal of Political Ecology*, 21 (1), 178–192.
- Graziano, P. R., & Forno, F. (2012). Political consumerism and new forms of political participation: The Gruppi di Acquisto Solidale in Italy. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 644(1), 121-133.
- Greckhamer, T., Furnari, S., Fiss, P. C., & Aguilera, R. V. (2018). Studying configurations with qualitative comparative analysis: Best practices in strategy and organization research. *Strategic Organization*, 16(4), 482-495.
- Groeneveld, H. (2020). Reconciling different truths about isomorphic pressure and distinctive behavior at European cooperative banks: Back to the future with Raiffeisen's principles. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 91(3), 359-386.
- Groeneveld, J. M. (2015). Governance of European co-operative banks: Overview, issues and recommendations. In S. Novkovic & K. Miner (Eds.). *Co-operative governance fit to build resilience in the face of complexity* (pp. 79–94). International Co-operative Alliance.
- Groeneveld, J. M. (2018). *Co-operative banks: At the service of their members and society: 200 Years after Raiffeisen's birth, the omnipresence and contemporary relevance of Raiffeisen's principles in banking*. Publication commissioned by the European Association of Co-operative Banks to commemorate the 200th birthday of F. W. Raiffeisen. Brussels.
- Grofman, Bernard & Schneider, Carsten Q. (2009). An introduction to Crisp Set QCA, with a Comparison to Binary Logistic Regression. *Political Science Quarterly*, 62(4), 662-672.
- Guérin I, Vallat D. *Les finances solidaires*. Impatiences démocratiques éditeur, 1999.
- Guérin, I. (2015). *La microfinance et ses dérives: émanciper, discipliner ou exploiter?* Démopolis-IRD Editions, Paris.
- Guérin, I., & Servet, J. M. (2005). L'économie solidaire entre le local et le global: l'exemple de la microfinance. *Revue internationale de l'économie sociale*, (296), 83-99.
- Guerreiro Ramos, A. (1981). *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Guimarães, E. F., Malheiros, T. F., & Marques, R. C. (2016). *Inclusive governance: New concept of water supply and sanitation services in social vulnerability areas*. *Utilities Policy*, 43, 124–129. <https://doi.org/10.1016/j.jup.2016.06.003>
- Guzmán, C., Savall, T., & Solórzano-García, M. (2023). Ethical banking in Spain: Does an organisational identity exist that distinguishes it from conventional banking?. *Journal of Social Entrepreneurship*, 14(1), 1-28.
- Habermas, J. (2012 [1987]). *Teoria do agir comunicativo I*. São Paulo: Martins Fontes.
- Haida, A., & Jaad, M. (2021). Solidarity finance and economic growth: Case of financial intermediation (A theoretical approach). *International Journal of Accounting, Finance, Auditing, Management and Economics*.

- Harvey, B. 1995. "Ethical Bank: The Case of the Co-Operative Bank." *Journal of Business Ethics* 14 (12): 1005–1013. doi:10.1007/BF00872116.
- Harvey, D. (2010). *The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism*. London: Profile Books.
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities*. London: Verso.
- Haug, C. (2013). Organizing spaces: Meeting arenas as a social movement infrastructure between organization, network, and institution. *Organization Studies*, 34(5-6), 705-732.
- Hendriks, B. (2010). *Urban livelihoods, institutions and inclusive governance in Nairobi: 'spaces' and their impacts on quality of life, influence and political rights*. Amsterdam University Press.
- Hess, C. and Ostrom, E. (2007). *Understanding Knowledge as a Commons: From Theory to Practice*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Hillenkamp, I. (2013). Le principe de householding aujourd'hui. Discussion théorique et approche empirique par l'économie populaire. In: Hillenkamp *Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi, Toulouse, Erès*, 215-39.
- Hillenkamp, I. (2015). Solidarity economy for development and Women's emancipation: lessons from Bolivia. *Development and Change*, 46(5), 1133-1158.
- Honneth, Axel (2009 [1992]). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Editora 34.
- Hoque, R. (2017). The inclusivity role of the judiciary in Bangladesh. In Ahmed, N. (Ed.), *Inclusive governance in south Asia: Parliament, judiciary and civil service* (pp. 99–122). *Springer International Publishing*. https://doi.org/10.1007/978-3-319-60904-1_6
- Hsu, G., & Hannan, M. T. (2005). Identities, genres, and organizational forms. *Organization science*, 16(5), 474-490.
- Hudon, M. and Meyer, C. (2016) 'A Case Study of Microfinance and Community Development Banks in Brazil: Private or Common Goods?', *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly* 45(4S): 116S–133S.
- Hudon, M., & Meyer, C. (2016). A case study of microfinance and community development banks in Brazil: Private or common goods? *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 45(4_suppl), 116S-133S.
- Hughes, N. (2011). 'Young people took to the streets and all of a sudden all of the political parties got old': The 15M movement in Spain. *Social Movement Studies*, 10(4), 407-413.
- Hulgard, L., Avelino, F., Eynaud, P. & Laville, J.-L. (2019). Deepening the Theoretical and Critical Debate Through North-South Dialogue. In: Eynaud, Philippe; Laville, Jean-Louis; Lucas dos Santos, Luciane; Banerjee, Swati; Avelino, Flor, and Hulgard, Lars (eds.). *Theory of Social Enterprise and Pluralism: social movements, solidarity economy and the global South* (pp. 225-240). New York: Routledge.
- Keane, J. (1998). *Democracy and Civil Society*, London: Verso.
- Janda, K., & Svárovská, B. (2010). Investing into microfinance. *Journal of Business Economics and Management*, 11(3), 483-510.
- Jasper, J. M. & Duyvendak, J. W. (2015). *Players and arenas: The interactive dynamics of protest*. Amsterdam University Press.
- Jasper, J. M. (2021). Linking arenas: structuring concepts in the study of politics and protest. *Social Movement Studies*, 20(2), 243-257.

- Jasper, J., & Duyvendak, J. (2015). *Players and arenas: The interactive dynamics of protest*. Amsterdam University Press: Amsterdam. <https://doi.org/10.1515/9789048524235>
- Jenkins, C. (1983). Resource mobilization theory. *Annual Review of Sociology*, 9, 527-553.
- Johnston, H., & Almeida, P. (Eds.). (2006). *Latin American social movements: Globalization, democratization, and transnational networks*. Rowman & Littlefield.
- Jones, D., & Kalmi, P. (2012). Economies of scale versus participation: A co-operative dilemma? *Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 1, 37-64.
- Junqueira, R. G. P., & Abramovay, R. (2005). A sustentabilidade das microfinanças solidárias. *Revista de Administração-RAUSP*, 40(1), 19-33.
- Juris, J. (2013). Spaces of intentionality: Race, class and horizontality at the US Social Forum. In J. Juris & A. Khasnabish (Eds.). *Insurgent encounters: Transnational activism, ethnography and the political*. Durham: Duke University Press.
- Juris, J.S (2004). Social forums and their margins: Networking logics and the cultural politics of autonomous space. *Ephemera* 5, 253-272.
- Kahn, R., & Kellner, D. (2004). New media and internet activism: from the 'Battle of Seattle' to blogging. *New media & society*, 6(1), 87-95.
- Kalmi, P. (2017). The role of stakeholder banks in the European banking sector. In E. Miklaszewska (Ed.). *Institutional Diversity in Banking* (pp. 33-50). Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Karl, M. A. 2015. *Are Ethical and Social Banks Less Risky? Evidence from a New Dataset*. Europe Working Paper No. 96, WIFO, number 58138, July. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2617228
- Kelly Garrett, R. (2006). Protest in an information society: A review of literature on social movements and new ICTs. *Information, communication & society*, 9(02), 202-224.
- Kitschelt, H. (1985). New social movements in West Germany and the United States. *Political Power and Social Theory*, 5, 273-324.
- Kitschelt, H. (2002). Popular dissatisfaction with democracy: populism and party systems. In: *Democracies and the populist challenge* (pp. 179-196). London: Palgrave Macmillan UK.
- Kitschelt, Herbert (1993). 'Social Movements, Political Parties, and Democratic Theory', *Annals of the AAPSS*, 528, 13-29.
- Klandermans, B., & Tarrow, S. (1988). Mobilization into social movements: Synthesizing European and American approaches. In: *International social movement research: Research in social movements, conflicts and change* (Vol. 1, pp. 1-38). Greenwich, CT: JAI.
- Klandermans, Bert (1989) 'Introduction: Social Movement Organizations and the Study of Social Movements'. In: Klandermans (ed.). *Organizing for Change: Social Movement Organizations in Europe and the United States*, vol. 2, International Social Movement Research, Greenwich, CT/London: JAI Press, pp. 1-17.
- Koku, P. S. (2015). Financial exclusion of the poor: a literature review. *International Journal of Bank Marketing*, 33(5), 654-668.
- Koopmans, R. (1997). The dynamics of protest waves: West Germany, 1965 to 1989. In: D. McAdam & D. A. Snow (Eds.). *New social movements and political opportunities in Western Europe* (pp. 367-387). Los Angeles: Roxbury.

- Körnert, J. (2012). *Eds Swedish cooperative banking in the 1990s: A decade of crisis and transition*. In Mooij and Boonstra (Eds), *Raiffeisen's footprint: The cooperative way of banking* (pp. 217–230). Amsterdam: VU University Press
- Krippendorff, K. (2004). *Content Analysis: Na introduction to its methodology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Krumer-Nevo, M., Gorodzeisky, A., & Saar-Heiman, Y. (2017). Debt, poverty, and financial exclusion. *Journal of Social Work*, 17(5), 511-530.
- Kumar, A. (2010). Global civil society: Emergent forms of cosmopolitan democracy and justice. In: Kumar, A., & Messner, D. (Eds.). *Power shifts and global governance: Challenges from South and North* (pp. 45–64). Anthem Press. <https://doi.org/10.7135/UPO9781843318842.005>
- Laamanen, Mikko, Francesca Forno & Stefan Wahlen. 2022. "Neo-materialist movement organisations and the matter of scale: scaling through institutions as prefigurative politics?" *Journal of Marketing Management*.
- Labie, M. & Vanroose, A. (2013). La légitimité en microfinance: tentative d'application de la théorie du champ au cas latino-américain. *Mondes en développement*, 163, 21-36. <https://doi.org/10.3917/med.163.0021>
- Lagoarde-Segot, T. (2014) *La finance solidaire, un humanisme économique de Boeck*, Brussels.
- Lagoarde-Segot, Thomas 2014. *La finance solidaire. Un humanisme économique*, Post-Print hal-01474279, HAL. <<https://ideas.repec.org/p/hal/journal/hal-01474279.html>>
- Lam, W., and E. Ostrom. 2010. Analyzing the dynamic complexity of development interventions: Lessons from an irrigation experiment in Nepal. *Policy Sciences* 43:1–25.
- Landman, Todd. (2011). *Política comparada: una introducción a su objeto y metodos de investigacion*. Madrid: Alianza.
- Lana, T. P. (2015). *Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- Landman, Todd. (2011). *Política comparada: una introducción a su objeto y metodos de investigacion*. Madrid: Alianza.
- Laval, Christian e Dardot, Pierre. (2014). *Común*. Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI. Gedisa, 665 pp (2014).
- Laville J.-L., 2005, « Action publique et économie: un cadre d'analyse », dans Laville J.-L., Magnen J.-P. et al. (dir.). *Action publique et économie solidaire*. Une perspective internationale, Toulouse, Erès, p. 17-46.
- Laville, J. L. (2016). Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. *Organizações & Sociedade*, 23, 369-377.
- Laville, J. L. (2023). *The solidarity economy*. U of Minnesota Press.
- Laville, J. L. (Ed.). (2019). *L'économie solidaire*. CNRS Éditions via OpenEdition.
- Laville, J. L. A economia solidária: um movimento internacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, p. 7-47, 2009.
- Laville, J. L., & Nyssens, M. (2000). Solidarity-Based Third Sector Organizations in the "Proximity Services" Field: A European Francophone Perspective. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 11, 67-84.

- Laville, J. L., & Salmon, A. (2015). Rethinking the relationship between governance and democracy: The theoretical framework of the solidarity economy. In: In J. L. Laville, D. R. Young, & P. Eynaud (Eds.). *Civil society, the third sector and social enterprise* (pp. 145-162). New York, NY: Routledge.
- Laville, J.L. & Eynaud, P. (2019). Rethinking Social Enterprise Through Philanthropic and Democratic Solidarities. In: Eynaud, Philippe; Laville, Jean-Louis; Lucas dos Santos, Luciane; Banerjee, Swati; Avelino, Flor, and Hulgard, Lars (eds.) *Theory of Social Enterprise and Pluralism: social movements, solidarity economy and the global South* (pp. 18-43). New York: Routledge.
- Laville, J.-L. (2010). *The solidarity economy: An international movement*. RCCS Annual Review, 2, 3-41. DOI: [10.4000/rccsar.202](https://doi.org/10.4000/rccsar.202)
- Laville, J.L. *Politique de l'association*, Seuil, 2010, p. 26.
- Laville, Jean-Louis. (2023). *Uma economia para a sociedade: terceiro setor, economia social, economia solidária*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial.
- Laville, Jean-Louis; Frère, Bruno (2023). *A fábrica da emancipação: repensar a crítica do capitalismo através das experiências democráticas, ecológicas e solidárias*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial.
- Laville, Jean-Louis; Gaiger, Luiz Inácio. Economia Solidária. In: Cattani, Antonio; Coraggio, José Luis; Laville, Jean-Louis (orgs.). *Dicionário de la outra economia*. Buenos Aires: Altamira, 2009. p. 169-178.
- Laville, J.L. (2004). Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma teoria da economia plural. In: Nunes, Brasilmar Ferreira & Martins, Paulo Henrique (eds.). *A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea*. 2004. Paralelo 15, Brasília. p. 42-57.
- Leach, D. (2013). Prefigurative spaces. In D. Snow, D. della Porta, B. Klandermans, & D. McAdam (Eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of social and political movements* (Vol. 3). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Leach, D. K. (2005). The iron law of what again? Conceptualizing oligarchy across organizational forms. *Sociological Theory*, 23(3), 312-337.
- Leach, D. K. (2009). An Elusive “We” Antidogmatism, Democratic Practice, and the Contradictory Identity of the German Autonomes. *American behavioral scientist*, 52(7), 1042-1068.
- Leach, D. K. (2013). Prefigurative politics. In: Snow, David A., della Porta, Donatella, Klandermans, Bert & McAdam, Doug (Eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*, Blackwell Publishing Ltd.
- Leach, D. K. (2016). When freedom is not an endless meeting: A new look at efficiency in consensus-based decision making. *The Sociological Quarterly*, 57(1), 36-70.
- Leach, D.K. & Haunss, S. (2009) Scenes and social movements. In: Johnston, H. (ed.). *The Cultural Dimension in Social Movements*. Ashgate, Farnham, UK.
- Leach, M. & Scoones, I. (2007). *Mobilizing citizens: social movements and the politics of knowledge*. IDS Working Paper 276. Brighton, UK: Institute of Development Studies at the University of Sussex.
- Leal L. P. e Santos Almeida S. C., (2016). "Incubação de iniciativas de finanças solidárias: Perspectivas da gestão coletiva dos bens comuns no Banco comunitário Olhos d'Água em Igaci, Alagoas," *Revista NAU Social*, 7(12), pp. 143-162.

- Leal, L. (2023). Democratic governance and financial commons. In: *Solidarity Economy* (pp. 159-174). Routledge.
- Leal, L. P. (2013). *Gestão coletiva dos bens comuns na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento: o caso de Matarandiba*. Masters Dissertation, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.
- Leal, L. P., & Almeida, S. C. S. (2016). *Incubação de Iniciativas de Finanças Solidárias: Perspectivas da Gestão Coletiva dos Bens Comuns do Banco Comunitário Olhos D'Água em Igaci, Alagoas*. *NAU Social*, 7(12).
- Leal, L. P., Rigo, A. S., & Andrade, R. N. (2016). *Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no nordeste do Brasil*.
- Leal, M. G. de S. B., & Silva Júnior, J. T. (2023). Improving the Social Utility Evaluation of Brazilian Community Banks: A Study on Banco dos Cocais. *Revista de gestão social e ambiental*, 18(1), e04381. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n1-018>
- Lechat, Noëlle. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Palestra proferida no II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, UNICAMP, 2002.
- Ledgerwood, J., Earne, J., & Nelson, C. (Eds.). (2013). *The new microfinance handbook: A financial market system perspective*. World Bank Publications.
- Legewie, N. (2013). An introduction to applied data analysis with qualitative comparative analysis. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research*, 14(3), 1-45. <https://doi.org/10.17169/fqs-14.3.1961>
- Lekakis, E. and Forno, F. (2018). Political consumerism in Southern Europe. In: Boström, M., Micheletti, M., Oosterveer, P. (Eds.). *The Oxford Handbook of Political Consumerism*, Oxford University Press, Oxford, pp. 1–23.
- Lekakis, E. J., & Forno, F. (2019). *Political consumerism in southern Europe* (pp. 457-478). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Lemaître, A., & Helmsing, A. H. J. (2012). Solidarity economy in Brazil: Movement, discourse and practice analysis through a Polanyian understanding of the economy. *Journal of International Development*, 24(6), 745-762.
- Lichterman, P. (1996). *The Search for Political Community*, Cambridge University Press: New York.
- Liettaer, B., Kennedy, M. (2010). *Monedas regionales: nuevos instrumentos para una prosperidad sustentable*. Almeria: La Hidra de Lerna Ediciones.
- Lijphart, A. (1975). The comparable-cases strategy in comparative research. *Comparative political studies*, 8(2), 158-177.
- Lima, V. (2021). The Institutionalisation of social movements: Co-optation and democratic policy-making. *Political Studies Review*, 19(2), 245-261.
- Linder, W. 2010. On the merits of decentralization in young democracies. *Publius: The Journal of Federalism*, 40:1–30.
- Linebaugh, P. (2008). *The Magna Carta Manifesto: Liberties and Commons for All*. Berkley: University of California Press.
- Lisboa, A. D. M. (2005). Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de administração de empresas*, 45, 109-115.

- Liyanage, K. (2017). Gender inclusive governance: Representation of women in national and provincial political bodies in Sri Lanka. In: Ahmed, N. (Ed.). *Women in governing institutions in South Asia: Parliament, civil service and local government* (pp. 117–137). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-57475-2_7
- Lopes, L. M. S., Rigo, A. S., & Silva Júnior, J. T. (2018). Utilidade social na percepção dos usuários de Organizações da Sociedade Civil: primeiras análises a partir de uma rede de economia solidária na Bahia. *Revista Alcance*, vol. 25, núm. 1, Jan-Abr, pp. 38-60.
- Lorenzini, J., & Forno, F. (2022). Political consumerism and lifestyle activism. In: Giugni, M. & Grasso, M. (Eds.), *The Oxford handbook of political participation* (pp. 417–434). Oxford University Press.
- Macedo Farias, M. W., Garcia, A., & Olave, M. E. L. (2020). O fortalecimento dos bancos comunitários a partir da organização em rede: o caso da Rede Baiana de BCDS. *Revista Organizações em Contexto*, 16 (31), 177-223.
- Macleán, K. (2010). Capitalizing on women's social capital? Women-targeted microfinance in Bolivia. *Development and Change*, 41(3), 495-515.
- Mader, P. (2018). Contestando a inclusão financeira. *Desenvolvimento e mudança*, 49 (2), 461-483.
- Mader, P., & Mader, P. (2015). *The financialization of poverty* (pp. 78-120). Palgrave Macmillan UK.
- Maeckelbergh, M. (2016). The prefigurative turn: The time and place of social movement practice. In: *Social sciences for an other politics: Women theorizing without parachutes*, 121-134.
- Maeckelbergh, M. 2009. *The will of the many*. How the alterglobalisation movement is changing the face of democracy. London: Pluto Press.
- Magalhães, R. & Abramovay, R. “A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 63, 2007.
- Malamidis, H. (2020). *Social movements and solidarity structures in crisis-ridden Greece* (p. 367). Amsterdam University Press.
- Mansbridge, J. (1983) *Beyond Adversary Democracy*. University of Chicago Press, Chicago.
- Mansbridge, J. (2003). Consensus in context: a guide for social movements. *Research in Social Movements, Conflicts and Change*, 24, 229-253.
- March, J. G., & Olsen, J. P. (1989). *Rediscovering institutions: The Organizational Basis of Politics*. New York: Free Press.
- Marí de la Torre, J. (2009). Finanzas éticas y solidarias en España. En A. Comín Oliveres & L. Gervasoni Vila (Eds.), *Democracia económica: hacia una alternativa al capitalismo*. Barcelona: Icaria; Fundació Catalunya segle XXI.
- Marx, A., Rihoux, B., & Ragin, C. (2014). The origins, development, and application of Qualitative Comparative Analysis: the first 25 years. *European Political Science Review*, 6(1), 115-142.
- Matthews, N. (1994). *Confronting Rape: The Feminist Anti-Rape Movement and the State*. Routledge, New York.

- McAdam, D.; McCarthy, J.; Zald, M. N. (1996). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McAdam, D.; Tarrow, S.; Tilly, C. 2001. *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press.
- McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American journal of sociology*, 82(6), 1212-1241.
- McCarthy, M. A. (2019). The Politics of Democratizing Finance: A Radical View. *Politics & Society*, 47(4), 611-633. <https://doi.org/10.1177/0032329219878990>
- McGarry, A., Davidson, R. J., Accornero, G., Jasper, J. M., & Duyvendak, J. W. (2016). Players and arenas: strategic interactionism in social movements studies. *Social Movement Studies*, 15(6), 634-642.
- McGinnis, M., & Ostrom, E. (1996). Design principles for local and global commons. *The international political economy and international institutions*, 2, 465-493.
- Medearis, J. (2005). Social movements and deliberative democratic theory. *British journal of political science*, 35(1), 53-75.
- Medina, Iván, Ortiz, Pablo José Castillo, Álamos-Concha, Priscilla & Rihoux, Benoît. (2017). *Análisis Cualitativo Comparado (QCA)*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Melo Neto Segundo, J. J., and S. Magalhaes. 2009. “Bancos Comunitários [Community Banks].” *Mercado de Trabalho* 41: 2126.
- Melo Neto, J. J., & Magalhães, S. (2006). *Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade*. Fortaleza: Instituto Palmas.
- Melo Neto, J.J. (2023). *As Moedas Sociais no Brasil*. Do palmacard ao e-dinheiro. Fortaleza, CE: Arte Visual Gráfica e Editora.
- Melo Neto, J.J., Magalhães, S. (2003). *Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas, ponto a ponto*. Fortaleza: Expressão Gráfica.
- Melo Neto, J.J., Magalhães, S. (2005). *O poder do circulante local: a moeda social no Conjunto Palmeiras*. Fortaleza: Instituto Palmas.
- Melo Neto, J.J., Magalhães, S. (2007). *Bancos comunitários de desenvolvimento: uma rede sob o controle da comunidade*. Fortaleza: Arte visual.
- Melucci A. 1985, The Symbolic Challenge of Contemporary Movements. *Social Research*, 52, pp. 156-174.
- Melucci, A. (1980). The new social movements: A theoretical approach. *Social science information*, 19(2), 199-226.
- Melucci, A. (1989). *Nomads of the Present*. Hutchinson Radius, London.
- Melucci, A. *Challenging codes: collective action in the information age*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996.
- Mendell, M. (2009). *The three pillars of the social economy: the Quebec experience*. The social economy, 176-207.
- Mendell, M. (2015). Democratizing capital: Social and solidarity finance in Quebec. In Pun, N., Hok-bun Ku, B., Yan, H. and Koo, A. (eds.). *Social Economy in China and the World*. London: Routledge, pp. 94–114.

- Mendell, M. and Nogales, R. (2012). "Solidarity finance: An evolving landscape," *Universitas Forum*, 3(2).
- Mendell, M., and R. Nogales. 2011. "Solidarity Finance." Working paper. *International Forum on the Social and Solidarity Economy* (FIESS), Chantier de l'économie sociale, Canada
- Mendonça, R. F., & Domingues, L. B. (2021). Protestos contemporâneos e a crise da democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*.
- Menezes, M. S., Crocco, M. A. (2009). Sistemas de moedas locais: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES. *Economia e Sociedade*, Campinas/SP, v.18, n.2 (36), p.371-398, ago.
- Meyer, C. (2020). "Social finance and the commons paradigm: Exploring how community-based innovations transform finance for the common good", *Management Decision*, Vol. 58 No. 4, pp. 786–796. <https://doi.org/10.1108/MD-01-2019-0133>
- Meyer, D.S. (2004) Protest and political opportunities. *Annual Review of Sociology*, 30, 125–145.
- Micheletti, M. (2009). La svolta dei consumatori nella responsabilità politica e nella cittadinanza. *Partecipazione e Conflitto*, (3), 17-41.
- Michels, R. (1958). *Political Parties: A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. Trans. E. Paul and C. Paul. Free Press, New York.
- Migliore, G., Forno, F., Guccione, G. D. et al. (2014). Food community networks as sustainable self-organized collective action: a case study of a solidarity purchasing group, *New Medit*, 13 (4), 54–62.
- Mikhaylovskaya, A. (2024). Enhancing Deliberation with Digital Democratic Innovations. *Philosophy & Technology*, 37(1), 3.
- Minkoff, Debra C. 1999. "Bending with the Wind: Strategic Change and Adaptation by Women's and Racial Minority Organizations. *American Journal of Sociology* 104, 1666-1703.
- Misangyi, V. F., Greckhamer, T., Furnari, S., Fiss, P. C., Crilly, D., & Aguilera, R. (2017). Embracing causal complexity: The emergence of a neo-configurational perspective. *Journal of Management*, 43(1), 255-282.
- Mladenatz, G. (2003). *História das doutrinas cooperativas*. Brasília: Confedbras.
- Morais, L. P., & Bacic, M. J. (2020). Social and Solidarity Economy and the need for its entrepreneuring ecosystem: current challenges in Brazil. CIRIEC-España, *Revista de economía pública, social y cooperativa*, (98), 5-30.
- Morales-López, E. (2012). Discursos de mudança social nas democracias contemporâneas: a construção ideológica de um grupo de mulheres equatorianas baseado na "economia e finanças solidárias". *Texto e conversação*, 32 (3), 329-348.
- Morduch, J. (1999). The microfinance promise. *Journal of economic literature*, 37(4), 1569-1614.
- Morduch, J. (2000). The microfinance schism. *World development*, 28(4), 617-629.
- Morell, M. F. (2012). The free culture and 15M movements in Spain: Composition, social networks and synergies. *Social Movement Studies*, 11(3-4), 386-392.
- Mounk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Editora Companhia das Letras.

- Mourao, P. R., & Retamiro, W. (2021). Community development banks (CDB): a bibliometric analysis of the first 2 decades of scientific production. *Environment, Development and Sustainability*, 23, 477-493.
- Mueller, C. M. 1992. "Building social movement theory". In: Morris, A. D.; Mueller, C. M. (eds.) *Frontiers in social movement theory*. New Haven/London: Yale University Press.
- Mumbuca. (2022). *Balanço das operações de microcrédito. Série Mumbuca em números*. N. Especial, Novembro de 2022. (https://www.bancomumbuca.com.br/balanco_das_operacoes_de_microcredito.pdf)
- Mumbuca. (2023). *Anuário Especial 2013-2022*, n. 1, Junho de 2023. (https://www.bancomumbuca.com.br/anuario_mumbuca_com_codigo_de_barras.pdf)
- Muñoz, R. (2007). Alcance de las microfinanzas para el desarrollo local. Microcrédito en el Conurbano Bonaerense: el Banco Social Moreno y Horizonte. In: Muñoz, R.; Verbeke G.; Carbonetti, C.; Ozomek, S. *Las finanzas y la economía social*. Experiencias argentinas. Buenos Aires, Editorial Altamira, 2007.
- Muñoz, R. (2009). "Finanzas solidarias" en Cattani, A.; Coraggio, J.L.; Laville, J.L. (org.). *Diccionario La Otra Economía*. Buenos Aires, UNGS-CLACSO Ed. Altamira.
- Muñoz, R. (2013). Atributos y trayectorias deseables de instrumentos, instituciones y modalidades de finanzas solidarias en la transformación de la matriz productiva del Ecuador. In: *La economía Popular y Solidaria*. El Ser Humano Sobre el Capital, 117-140.
- Muñoz, R. E. (2017). "De la perplejidad a una acción monetario – financiera contra hegemónica. Contexto y desafíos ante la especulación financiera global," *Ciencias Económicas*, 1(14), 123–139.
- Nagem, F. A., & Silva, S. P. (2013). Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 21, 159-175.
- Nardi, D. N. A (2012). *Experiência do banco comunitário de desenvolvimento da Cidade Estrutural na realização do direito à cidade*. 71 f. Monografia (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- Narring T., 2016, *Les banques communautaires: protection ou normalisation des populations périphériques? Étude de cas de Banco Bem (Vitoria, Brésil)*, mémoire de Master en sciences sociales, Paris, EHESS.
- Newton, P., (2015). *Guia para a Banca Ética: Parte 1*. Site: <https://www.intelligenthq.com/guide-to-ethical-banking-part-1/>
- Nez, H. (2012). Délibérer au sein d'un mouvement social: Etnografía das assembleias de indignados em Madrid. *Participações*, 4 (3), 79–102. doi: 10.3917/parti.004.0079
- Nölke, A. (2020). Financialization and the crisis of democracy. In: Mader, P., Mertens, D. & Van der Zwan, N. (eds.). *The Routledge international handbook of financialization*, , 425–36. Oxford: Routledge.
- Norris, P. (Ed.). (1999). *Critical citizens: Global support for democratic government*. OUP Oxford.
- Norris, P., & Inglehart, R. (2011). *Sacred and secular: Religion and politics worldwide*. Cambridge University Press.
- Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP. (2015). *Finanças Solidárias, Cadernos de Finanças Solidárias*. São Paulo: NESOL-USP.

- Nunes, R. (2023). *Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política*. Tradução: Raquel Azevedo. São Paulo, Ubu, 2023, 384 págs.
- Nyssens, M. and Petrella, F. (2015) 'ESS et Ressources Communes: Vers la Reconnaissance d'une Diversité Institutionnelle', *Revue Française de Socio-Économie*, 15(1): 117–34.
- Offe C. 1985, New Social Movements: Changing Boundaries of the Political, *Social Research*, 52, pp. 817-868.
- Ofreneo, R. P. (2019). Engendering Social and Solidarity Economy (SSE) in the Context of the 2030 Sustainable Development Agenda. *Philippine Journal of Social Development*, 12, 115.
- Oliveira, G. M. & Dowbor, M. W. (2020). Dynamics of autonomous action in social movements: From rejection to construction. *Latin American Perspectives*, 47(5), 49-61.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge university press.
- Ostrom, E. (2000). *El Gobierno de los Comunes*. La evolución de las instituciones de acción colectiva. Mexico: Editorial Fondo de Cultura Económica.
- Ostrom, E. (2005). *Understanding Institutional Diversity*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ostrom, E. (2009a). *A polycentric approach for coping with climate change*. The World Bank, Development Economics, Washington, DC. <http://hdl.handle.net/10535/5357>
- Ostrom, E. (2009b). *Beyond markets and states: Polycentric governance of complex economic systems*. Prize lecture.
- Ostrom, E. (2010). Beyond markets and state: Polycentric governance of complex economic systems. *American Economic Review*, 100, 641–672.
- Ostrom, E.; Walker, J. & Gardner, R. (1992). Covenants with and without a sword: self-governance is possible. *The American Political Science Review* 86(2): 404-417.
- Palacio, J. R. S. (2013). *La banca que necesitamos*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València.
- Palacio, J. R. S. (2016). ¿Es posible un mundo sin bancos?. *El Viejo topo*, (336), 26-31.
- Palacio, J. R. S. (2016). “A Revolução das Finanças Éticas e Solidárias,” *Oikonomics. Revista d'Economia, Empresa i Societat*, 6, pp. 28–34.
- Palacio, J. R. S., & Climent, V. C. (2018). Economía del Bien Común y finanzas éticas. CIRIEC-España, *Revista de economía pública, social y cooperativa*, (93), 241-264.
- PALOMO, R., SANCHIS, J.R. y SOLER, F. (2010). Las entidades financieras de economía social ante la crisis financiera, REVESCO, *Revista de Estudios Cooperativos*, nº 100, p. 101-133.
- Park, Y., Pavlou, P. A., & Saraf, N. (2020). Configurations for achieving organizational ambidexterity with digitization. *Information Systems Research*, 31(4), 1376-1397. <https://doi.org/10.1287/isre.2020.0950>
- Pateman C. 1970, *Participation and Democratic Theory*, Cambridge University Press: Cambridge.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Paula, P. P. D., Santos, C. D. D., & Couto, F. F. (2023). Organizational survival of technology-based enterprises after incubation: a qualitative comparative explanation. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 25, 498-515.
- PEREIRA, Amanda Souza do Nascimento, ZEIDAN, Diego Cardoso Siqueira, SENRA, Lorena Thevénard & COSTA, Nathan Melo.(2020). *As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá*. Ipea, Mercado de trabalho, setembro.
- Périlleux, A. and Nyssens, M. (2017). “Understanding cooperative finance as a new common,” *Annals of Public and Cooperative Economics*, 88(2), pp. 155–177.
- Périlleux, A. and Nyssens, M. (2017). “Understanding cooperative finance as a new common,” *Annals of Public and Cooperative Economics*, 88(2), pp. 155–177.
- Pinho, D. B. (2004). *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva.
- Pirson, M. and Turnbull, S. (2011). ‘Towards more humanistic governance: Network governance structures’. *The Journal of Business Ethics*, 99(1), 101–114
- Pleyers, G. (2013). *La consommation critique comme action collective*. Barricade: Liège, Belgium.
- Pleyers, G. [dir.]. *La Consommation critique*, Desclée de Brouwer, 2011
- Pochmann, M. (2014). *Dominação financeira e suas contradições*. Palhares, J. E. A internacional do capital financeiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Polanyi K (2001 [1944]). *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston, MA: Beacon Press.
- Polanyi, K. (1977). *The livelihood of man*. Academic Press.
- Poli, F. (2019). *Co-operative banking networks in Europe: Models and performance*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan Studies in Banking and Financial Institutions.
- Polletta, F. (2002). *Freedom Is an Endless Meeting: Democracy in American Social Movements*. University of Chicago Press, Chicago.
- Polletta, F. (2005). How participatory democracy became white: Culture and organizational choice. *Mobilization: An International Quarterly*, 10(2), 271-288.
- Polletta, F. (2013). “Participatory democracy in social movements,”. In: Snow, D. A., Della Porta, D. B., Klandermans, B. & McAdam, D. (eds.). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*. Oxford: Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9780470674871.wbespm442.pub2>
- Polletta, F. (2013). *Participatory democracy in social movements*. The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements.
- Polletta, F. (2019). *Freedom is an endless meeting: Democracy in American social movements*. University of Chicago Press.
- Polletta, F., & Hoban, K. (2016). Why consensus? *Journal of Social and Political Psychology*, 4(1), 286-301.
- Polletta, F., & Jasper, J. M. (2001). Collective identity and social movements. Annual review of Sociology, 27(1), 283-305. In: Polletta, F. (2005). How participatory democracy became white: Culture and organizational choice. *Mobilization: An International Quarterly*, 10(2), 271-288.

- Porta, D. (2005). Making the polis: social forums and democracy in the global justice movement. *Mobilization: An International Quarterly*, 10(1), 73-94.
- Prahalad, C. K. (2005). *The fortune at the bottom of the pyramid: Eradicating poverty through profits*. Upper Saddle River, NJ: Wharton School Publishing.
- Przeworski, A., & Teune, H. (1970). *The logic of comparative social inquiry*. New York: Wiley.
- Pupo, C.G.P. (2022). *Finanças solidárias no Brasil: Bancos comunitários, moedas locais e a força dos lugares*. 2022. Tese (Doutorado em Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. New York: Simon and Schuster.
- Puusa, A., Mönkkönen, K., & Varis, A. (2013). Mission lost? Dilemmatic dual nature of cooperatives. *Journal of Co-operative Organisation Management*, 1, 6–14.
- Ragin, C. C. (2009). *Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond*. University of Chicago Press.
- Ragin, C. C. (2014). *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Oakland: University of California Press.
- Ragin, Charles. (2000). *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rakopoulos, T. (2014). Resonance of solidarity: meanings of a local concept in anti-austerity Greece. *Journal of Modern Greek Studies*, 32(2), 313-337.
- Rapeli, Lauri. (2013). *The Conception of Citizen Knowledge in Democratic Theory*. London: Palgrave Macmillan.
- Ratza, M. & Kurnik, A. (2012) The Occupy Movement in Žižek’s Hometown: Direct Democracy and a Politics of Becoming. *American Ethnologist*, 39 (2), 238–58.
- Razeto, L. (1990). *Economía Popular de Solidaridad: Identidad y proyecto en una visión integradora*. Santiago: Área Pastoral Social de la Conferencia Episcopal de Chile.
- Razeto, L. 1984. *Economía de Solidaridad y Mercado Democrático*. Santiago de Chile: Ediciones PET.
- REAS. 2023. *Red de la Economía Alternativa y Solidaria*. Site: <https://reas.red/>
- Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006). *Banco comunitário: serviços solidários em rede*. Fortaleza: Instituto Palmas.
- REFAS. 2023. Site: <https://www.refas.org/historia/>
- Reis Pereira, R. M., & Castro Oliveira, L. M. (2023). O microcrédito, política pública para gerar capital social: Estudo sobre o Banco do Povo e o Instituto Tupinambá em Belém/PA. *RBEST Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 5, e023018-e023018.
- Relano, F. 2008. “From Sustainable Finance to Ethical Banking.” *Transformations in Business & Economics* 7 (315): 123–131.
- Resche, C. (2020). Quand l’exception importe: réflexions sur le rôle de certains néologismes dans le domaine de la banque-finance en anglais. *ASp. la revue du GERAS*, (77), 5-23.
- Rigo, A. S. & França Filho, G. C. (2017). O paradoxo das Palmas: análise do (des)uso da Moeda social no ‘bairro da economia solidária’, *Cadernos EBAPE.BR*, 15 (1), 169–193.

- Rigo, A. S. (2014). *Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas*. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, impressão eletrônica, 2014. 344 pp.
- Rigo, A. S., & Cançado, A. C. (2015). Gestão social e construção de espaços públicos: reflexões a partir da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, 38-44.
- Rigo, A. S., & França Filho, G. C. (2017). *Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva*. Salvador: EDUFBA.
- Rigo, A. S., de França Filho, G. C. & Leal, L. P. (2015). “Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Política Pública de Finanças Solidárias. Apresentando a Realidade do Nordeste e Discutindo Proposições,” *Desenvolvimento em Questão*, 13(31), pp. 70–107.
- Rigo, A. S.; França Filho, G. C. (2017). *Bancos comunitários e moedas sociais no Brasil: reflexões a partir da noção de economia substantiva*. Salvador: EDUFBA.
- Rihoux, B. (2006). Qualitative comparative analysis (QCA) and related systematic comparative methods: Recent advances and remaining challenges for social science research. *International sociology*, 21(5), 679-706.
- Rihoux, Benoît & Ragin, Charles. (eds.). (2009). *Configurational Comparative Methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques*, Thousand Oaks, CA: Sage.
- Rihoux, Benoît (2008). Case-Oriented Configurational Research. Qualitative Comparative Analysis (QCA), Fuzzy Sets, and Related Techniques. In: Box-Steffensmeier, J. M.; Brady, H. E. & Collier, D. (eds.). *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford: Oxford University Press.
- Robinson, M. (2001). *The microfinance revolution: Sustainable finance for the poor*. World Bank Publications.
- Rosanvallon, P. (2022). *A Contra-Democracia: a política na era da desconfiança*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial.
- Rosenberg, R., Gonzalez, A., & Narain, S. (2009). The new moneylenders: Are the poor being exploited by high microcredit interest rates?. In: *Moving beyond storytelling: Emerging research in microfinance* (pp. 145-181). Emerald Group Publishing Limited.
- Ross, M. (2006). Is democracy good for the poor? *American journal of political science*, 50(4), 860-874.
- Rossi, F. M. (2023). Democracy as a trust-building learning process: Organizational dilemmas in social movements. *International Journal of Comparative Sociology*, 00207152231196509.
- Rothschild, J., and Whitt, J.A. (1986). *The Cooperative Workplace: Potentials and Dilemmas of Organizational Democracy and Participation*. Cambridge University Press, New York.
- Rothschild-Whitt, Joyce. 1979. “The Collectivist Organization: An Alternative to Rational-Bureaucratic Models.” *American Sociological Review*, 44: 509-27.
- Rucht, D. (1990). The strategies and action repertoires of new movements. In R. J. Dalton & M. Keuchler (Eds.). *Challenging the political order: New social and political movements in Western democracies* (pp. 156-175). Cambridge, UK: Polity.
- Ruggiero, V. (2002). " Attac": a global social movement? *Social Justice*, 29(1/2 (87-88), 48-60.

- Runciman, David. 2014. *The Confidence Trap: A History of Democracy in Crisis from World War I to the Present*. Princeton: Princeton University Press.
- Sachs, J. D. (2006). *The end of poverty: Economic possibilities for our time*. Penguin.
- Saldaña, J. (2016). *The coding manual for qualitative researchers* (3rd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Salinas, Juanita, and Susana Sastre-Merino. 2021. "Social Capital as an Inclusion Tool from a Solidarity Finance Angle" *Sustainability* 13, no. 13: 7067. <https://doi.org/10.3390/su13137067>
- San Emeterio, J., & Retolaza, J. L. (2003). ¿Existe espacio para una banca ética?. *Lan Harremanak-Revista de Relaciones Laborales*, (9).
- San José Ruiz de Aguirre, L.; Retolaza Ávalos, J. L. y Pruñonosae, J. T. (2014) Efficiency in Spanish banking: A multistakeholder approach analysis. *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*, No 32. pp. 240-255.
- San-Jose, L., Retolaza, J. L., & Gutierrez-Goiria, J. (2011). Are ethical banks different? A comparative analysis using the radical affinity index. *Journal of business ethics*, 100, 151-173.
- Sarria Icaza, A. M. and Freitas, M. R. (org). (2009). *O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da Economia Solidária no Brasil: Relato de Uma experiência*, Cáritas Brasileira, Porto Alegre.
- Sasia Santos, P. M. (2012). La banca ética en Europa: El enfoque del crédito como criterio de configuración de un espacio de alternativa. CIRIEC – España. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 75, 277-300.
- Sasia, P. (2012). La Banca Ética en Europa: el enfoque del crédito como criterio de configuración de un espacio de alternativa. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, 75, 276-299.
- Sasia, P. M., & Cruz, C. de la (2008). *Banca ética y ciudadanía*. Madrid, Spain: Trotta.
- Schneiberg, M., & Lounsbury, M. (2008). Social movements and institutional analysis. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Eds.), *The SAGE handbook of organizational institutionalism* (pp. 650–672). Sage.
- Schneiberg, M., King, M., & Smith, T. (2008). Social Movements and Organizational Form: Cooperative Alternatives to Corporations in the American Insurance, Dairy, and Grain Industries. *American Sociological Review*, 73(4), 635-667. <https://doi.org/10.1177/000312240807300406>
- Schneider, Carsten & Wagemann, Claudius. (2010). Standards of Good Practice in Qualitative Comparative Analysis (QCA) and Fuzzy-Sets. *Comparative Sociology*, 9, 1-22.
- Schneider, Carsten & Wagemann, Claudius. (2012). *Set-theoretic methods for the social sciences: A guide to qualitative comparative analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scholz T. 2016. *Platform cooperativism: challenging the corporate sharing economy*. Rep., Rosa Luxembg. Stift.,
- Segura, E. A., & Martínez, M. D. C. V. (2018). Analisis estrategico de la Banca etica en Espana a traves de Triodos Bank. Financiacion de proyectos sociales y medioambientales. *CIRIEC-Espanha: Revista de Economía Publica, Social y Cooperativa*, 2018(92), 87-120.
- Servet, J. (2004). Introduction générale. In I. GUÉRIN & J. SERVET (Eds.), *Financiers, Exclusion et Liens: Rapport du Centre Walras* (p. 605). Paris: Economica.

- Servet, J. M. (2006). *Banquiers aux pieds nus: La microfinance*. Odile Jacob.
- Servet, J. M. (2013). *Le principe de réciprocité aujourd'hui*. Un concept pour comprendre et construire l'économie solidaire. In: Socioéconomie et démocratie. L'actualité de Karl Polanyi, Toulouse, Erès, p. 187-213.
- Servet, J. M. and Guérin, I. (2002). *Exclusion et liens financiers: Rapport du Centre Walras*. Paris: Editions Economica.
- Servet, J.-M. (2013). Monnaie: quand la dette occulte le partage. *La Découverte, revue Française de Socio-Economie*, 2(12), 125147.
- Setem. (2020). *Finanzas éticas: un análisis de la situación española*. Espanha: Economistas.
- Shawki, N. (2013). Understanding the transnational diffusion of social movements: an analysis of the US solidarity economy network and transition US. *Humanity & Society*, 37(2), 131-158.
- Silva Júnior, J. T. (2016). *Utilidade social e finanças solidárias: uma proposta de avaliação dos bancos comunitários de desenvolvimento brasileiros*. 291f., 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Salvador, BA, 2016.
- Silva Junior, J. T. (2023). 49. Participation, governance, collective action and democracy. *Encyclopedia of the Social and Solidarity Economy*, 388.
- Silva Junior, J. T., & Rigo, A. S. (2022). *Decid: uma matriz de indicadores para avaliar a utilidade social dos empreendimentos de finanças solidárias*. IPEA.
- Silva Júnior, J.T. (2004). *Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas, 2004*. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- Silva Júnior, J.T. (2007). “Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias,” *Cadernos Gestão Social* 1, no. 1: 34-51.
- Silva Rocha, R., & Miranda, M. G. de. (2021). Banco comunitário de desenvolvimento: contribuições para os movimentos sociais. *Epitaya E-Books*, 1(7), 1-55. <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2021274p1>
- Silva, M. K, & Oliveira, G. L. (2011). A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento - uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, 13(28), 86-124.
- Silva, S. P. (2017). Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil (No. 2270). *Texto para Discussão*.
- Silva, S. P. (2020). Finanças solidárias no Brasil: caracterização, tipos organizacionais e suas dimensões estruturais. In: Silva, S. P. (Org.). *Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas*. Brasília: Ipea, p. 99-128.
- Silva, S. P. and Pereira, C. A. (2023). *Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: Da experiência pioneira do banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do banco Mumbuca (Maricá-RJ)*. Brasília: IPEA.
- Sinclair, S. P. (2001). *Financial exclusion: An introductory survey*. CRSIS, Edinburgh College of Art/Heriot Watt University.
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

- Singer, P. (2022). *Economia Solidária: introdução, história e experiência brasileira*. São Paulo: Editora Unesp.
- Singer, Paul; Souza, André Ricardo. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, 2000.
- Sirianni, Carmen. (1993). "Learning Pluralism: Democracy and Diversity in Feminist Organizations,". In: Chapman, John W. & Shapiro, Ian (Eds.). *Democratic Community*, New York: New York University Press. p 283-312.
- Smith, J., & Doerr, N. (2015). Democratic innovation in the US and European social forums. In: *Handbook on world social forum activism* (pp. 339-359). Routledge.
- Smith, J., Chase-Dunn, C., della Porta, D., Karides, M., Becker, M., Brunelle, D., Icaza Garza, R., Juris, J.S., Mosca, L., Reese, E., Smith, P.J., & Vazquez, R. (2007). *The World Social Forum*. Paradigm, Boulder, CO.
- Soares, C.L.B. (2009). Moeda social. In: Cattani, A.D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. 1.ed. Coimbra: Edições Almedina. p.255-259.
- Souza, E. B. (2019). *As Políticas de finanças solidárias e as experiências de bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs): um estudo sobre o Banco Comunitário de Matarandiba–BCD Ilhamar-BA*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
- Staggenborg, Suzanne. (1986). Coalition Work in the Pro-Choice Movement: Organizational and Environmental Opportunities and Obstacles. *Social Problems*, 33, 374-390.
- Steenbergen, D. J. (2016). Strategic customary village leadership in the context of marine conservation and development in southeast maluku, Indonesia. *Human Ecology*, 44(3), 311–327. <https://doi.org/10.1007/s10745-016-9829-6>
- Talpin, J. (2015). Democratic Innovations. In: D. della Porta & M. Diani (Eds.). *The Oxford handbook of social movements*. Oxford University Press.
- Tarrow, S. (2010). The strategy of paired comparison: Toward a theory of practice. *Comparative political studies*, 43(2), 230-259.
- Tarrow, S. G. (2011). *Power in movement: Social movements and contentious politics* (Revised and updated 3rd ed.). Cambridge University Press.
- Tarrow, S. *Power in movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (2003). Major issues and controversies in the use of mixed methods in the social and behavioral sciences. In: Tashakkori, A., & Teddlie, C. (Eds.) *Handbook of mixed methods in social & behavioral research* (p. 3-50). Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications, Inc.
- Taylor, V. (1989). Social movement continuity: The women's movement in abeyance. *American sociological review*, 761-775.
- Taupin, MT & Glémain, P. (2007). Quelle(s) responsabilité(s) pour les finances solidaires? *Revue internationale de l'économie sociale*, Numéro 304, mai 2007, p. 27–45. <https://doi.org/10.7202/1021530ar>.
- Taylor, V., & Van Dyke, N. (2004). "Get up, stand up": Tactical repertoires of social movements. In: *The Blackwell companion to social movements*, 262-293.

- Thompson, E.P. (1991) *The Making of the English Working Class*. Penguin Books, London. (Orig. pub. 1963.) (pp. 781–792).
- Thompson, L., Conradie, I., & Tsolekile, D. W. (2014). Participatory politics: Understanding civil society organisations in governance networks in Khayelitsha. *Politikon*, 41(3), 387–402. <https://doi.org/10.1080/02589346.2014.975937>
- Tilly, C. & Tarrow, S. (2007). *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Tilly, C. (1995). Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: Traugott, M. (Org.), *Repertoires and cycles of collective action* (pp. 15-42). Durham: Duke University Press.
- Tilly, C. (1995). *Popular Contention in Great Britain, 1758-1834*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Tilly, C. (2004). *Social Movements, 1768–2004*. Routledge.
- Tilly, C. (2006). *Regimes and repertoires*. Chicago: University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226803531.001.0001>
- Tilly, C.; Tilly, L. & Tilly, R. (1975). *The rebellious century, 1830-1930*. London: Dent.
- Tilly, C., & Wood, L. J. (2015). *Social Movements 1768-2012*. Routledge.
- Turnbull, S. (1995), ‘Innovations in corporate governance: The Mondragon experience’, *Corporate Governance: An International Review*, 3(3), 167–180
- Turnbull, S., Stoianoff, N. P., & Poelina, A. (2023). Polycentric self-governance and Indigenous knowledge. *Journal of Behavioural Economics and Social Systems*, 5(1).
- Utting, P., Van Dijk, N., & Matheï, M. A. (2014). Social and solidarity economy: Is there a new economy in the making? (No. 10). UNRISD Occasional Paper: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy.
- Utting, Peter (Ed.) (2015). *Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe*. Insert Publication Information.
- Van Dijk, G., Sergaki, P., & Baourakis, G. (2019). *The cooperative enterprise: Practical evidence for a theory of cooperative entrepreneurship*. Cooperative Management Series. Cham, Switzerland: Springer.
- Vibert, Frank. (2007). *The Rise of the Unelected*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vidal, P., Rodríguez, M. P., Zaragoza, M., Sureda, M. (2019). *Les finances étiques*. Papers de l'Observatori de les Finances Ètiques. FETS.
- Villamayor-Tomas, S., & García-López, G. (2018). Social movements as key actors in governing the commons: Evidence from community-based resource management cases across the world. *Global environmental change*, 53, 114-126.
- Vogelaar, N. (2012). Rabobank and the credit crisis. In: Boonstra and Mooij (Eds.). *Raiffeisen's footprint: The cooperative way of banking* (pp. 197–216). Amsterdam: VU University Press.
- Von Bülow, M. (2018). The survival of leaders and organizations in the digital age: Lessons from the Chilean student movement. *Mobilization: An International Quarterly*, 23(1), 45-64.
- Voss, K., & Sherman, R. (2000). Breaking the iron law of oligarchy: Union revitalization in the American labor movement. *American journal of sociology*, 106(2), 303-349.
- Warren, Mark E. 2009. “Governance-driven Democratization.” *Critical Policy Studies*, 3 (1): 3–13.

- Whittier, N. (2024). Spillover, Social Movement. In: Snow, D. A, Porta, D., Klandermans, B. & D. McAdam. (eds). *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements* (<https://doi.org/10.1002/9780470674871.wbespm201.pub2>)
- Wigger, A. (2018). From dissent to resistance: Locating patterns of horizontalist self-management crisis responses in Spain. *Comparative European Politics*, 16, 32-49.
- Williamson, V., Trump, K. S., & Einstein, K. L. (2018). Black lives matter: Evidence that police-caused deaths predict protest activity. *Perspectives on Politics*, 16(2), 400-415.
- Wright, E. O. (2010). *Envisioning real utopias*. London: Verso.
- Yin, R. K. (1994). Discovering the future of the case study. *Method in evaluation research. Evaluation practice*, 15(3), 283-290.
- Young, I. M. (2002). *Inclusion and democracy*. Oxford University Press, USA.
- Yunus, M. (2017). Social business entrepreneurs are the solution. In: *The future makers* (pp. 219-225). Routledge.
- Yunus, Muhammad. *Banker to the Poor: MicroLending and the Battle Against World Poverty*. New York: Public Affairs, 2003.
- Zaar, M. H. (2023). La Economía Solidaria y sus contribuciones a la resiliencia socio territorial. Contextos, conceptos y perspectivas. *Ar@cne. Revista Electrónica de Recursos en Internet sobre Geografía y Ciencias Sociales*, 27.
- Ziervogel, G. (2019). Building transformative capacity for adaptation planning and implementation that works for the urban poor: Insights from South Africa. *Ambio*, 48(5), 494–506. <https://doi.org/10.1007/s13280-018-1141-9>.

Apêndices

Apêndice 1 – Análise fsQCA no pacote QCA no software R Studio

Resultado

```

> superSubset(BD_LEAL,
+             outcome = "GDEMP",
+             conditions = "INFL_MSA, PART_AREPU, COMP_REC, REL_POLP, CON_POL, TIC_PART", incl.cut = 0.9, ron.cut = 0.5)

```

		inclN	RoN	covN
1	INFL_MSA	0.910	0.590	0.690
2	PART_AREPU	0.955	0.571	0.700
3	COMP_REC + CON_POL + ~TIC_PART	0.910	0.590	0.690
4	REL_POLP + CON_POL + ~TIC_PART	0.910	0.590	0.690

```

> #Tabela_Verdade
>
> truthTable(BD_LEAL, outcome = "GDEMP", conditions = "INFL_MSA, PART_AREPU, COMP_REC, REL_POLP, CON_POL, TIC_PART", incl.cut = 0.9, n.cut = 1, complete = TRUE, sort.by =
"m,incl", show.cases = TRUE, dcc = FALSE, use.letters = FALSE)

```

OUT: output value
n: number of cases in configuration
incl: sufficiency inclusion score
PRI: proportional reduction in inconsistency

	INFL_MSA	PART_AREPU	COMP_REC	REL_POLP	CON_POL	TIC_PART	OUT	n	incl	PRI	cases
63	1	1	1	1	1	0	1	4	1.000	1.000	1,2,6,11
64	1	1	1	1	1	1	1	3	1.000	1.000	8,9,13
60	1	1	1	0	1	1	0	1	0.872	0.660	10
49	1	1	0	0	0	0	0	1	0.801	0.670	4
54	1	1	0	1	0	1	0	1	0.747	0.496	5
33	1	0	0	0	0	0	0	1	0.330	0.000	12
26	0	1	1	0	0	1	0	1	0.248	0.248	3
2	0	0	0	0	0	1	0	2	0.000	0.000	7,14
1	0	0	0	0	0	0	?	0	-	-	
3	0	0	0	0	1	0	?	0	-	-	
4	0	0	0	0	1	1	?	0	-	-	
5	0	0	0	1	0	0	?	0	-	-	
6	0	0	0	1	0	1	?	0	-	-	
7	0	0	0	1	1	0	?	0	-	-	
8	0	0	0	1	1	1	?	0	-	-	
9	0	0	1	0	0	0	?	0	-	-	
10	0	0	1	0	0	1	?	0	-	-	
11	0	0	1	0	1	0	?	0	-	-	
12	0	0	1	0	1	1	?	0	-	-	
13	0	0	1	1	0	0	?	0	-	-	
14	0	0	1	1	0	1	?	0	-	-	
15	0	0	1	1	1	0	?	0	-	-	
16	0	0	1	1	1	1	?	0	-	-	
17	0	1	0	0	0	0	?	0	-	-	
18	0	1	0	0	0	1	?	0	-	-	
19	0	1	0	0	1	0	?	0	-	-	
20	0	1	0	0	1	1	?	0	-	-	
21	0	1	0	1	0	0	?	0	-	-	
22	0	1	0	1	0	1	?	0	-	-	
23	0	1	0	1	1	0	?	0	-	-	
24	0	1	0	1	1	1	?	0	-	-	
25	0	1	1	0	0	0	?	0	-	-	
27	0	1	1	0	1	0	?	0	-	-	
28	0	1	1	0	1	1	?	0	-	-	
29	0	1	1	1	0	0	?	0	-	-	
30	0	1	1	1	0	1	?	0	-	-	
31	0	1	1	1	1	0	?	0	-	-	
32	0	1	1	1	1	1	?	0	-	-	
34	1	0	0	0	0	1	?	0	-	-	
35	1	0	0	0	1	0	?	0	-	-	
36	1	0	0	0	1	1	?	0	-	-	
37	1	0	0	1	0	0	?	0	-	-	
38	1	0	0	1	0	1	?	0	-	-	
39	1	0	0	1	1	0	?	0	-	-	
40	1	0	0	1	1	1	?	0	-	-	
41	1	0	1	0	0	0	?	0	-	-	
42	1	0	1	0	0	1	?	0	-	-	
43	1	0	1	0	1	0	?	0	-	-	
44	1	0	1	0	1	1	?	0	-	-	
45	1	0	1	1	0	0	?	0	-	-	
46	1	0	1	1	0	1	?	0	-	-	
47	1	0	1	1	1	0	?	0	-	-	
48	1	0	1	1	1	1	?	0	-	-	
50	1	1	0	0	0	1	?	0	-	-	
51	1	1	0	0	1	0	?	0	-	-	
52	1	1	0	0	1	1	?	0	-	-	
53	1	1	0	1	0	0	?	0	-	-	
55	1	1	0	1	1	0	?	0	-	-	
56	1	1	0	1	1	1	?	0	-	-	
57	1	1	1	0	0	0	?	0	-	-	
58	1	1	1	0	0	1	?	0	-	-	
59	1	1	1	0	1	0	?	0	-	-	
61	1	1	1	1	0	0	?	0	-	-	
62	1	1	1	1	0	1	?	0	-	-	

```

> #Objeto
>
> tt <- truthTable(BD_LEAL, outcome = "GDEMP", conditions = "INFL_MSA, PART_AREPU, COMP_REC, REL_POLP, CON_POL, TIC_PART", incl.cut = 0.9, n.cut = 1, complete = TRUE, sort.by = "m,incl", show.cases = TRUE, dcc = FALSE, use.letters = FALSE)
> #Soluções
>
> #solução parcimoniosa
>
> minp_tt <- minimize(tt, include = "?", C, details = TRUE, show.cases = FALSE)
> show(minp_tt)

M1: COMP_REC*REL_POLP -> GDEMP
M2: REL_POLP*CON_POL -> GDEMP

-----
            inclS  PRI  covS  covU  (M1)  (M2)  cases
-----
1  COMP_REC*REL_POLP  0.890  0.849  0.729  0.045  -      1,2,6,11; 8,9,13
2  REL_POLP*CON_POL  1.000  1.000  0.729  0.045  -      1,2,6,11; 8,9,13
-----
M1 0.890 0.849 0.729
M2 1.000 1.000 0.729

>
> #solução intermediaria
>
> mini_tt <- minimize(tt, include = "?", C, dir.exp = "1,1,1,1,1", details = TRUE, show.cases = FALSE)
> show(mini_tt)

From C1P1, C1P2:

M1:  INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL -> GDEMP

            inclS  PRI  covS  covU  cases
-----
1  INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL  1.000  1.000  0.684  -      1,2,6,11; 8,9,13
-----
M1 1.000 1.000 0.684

>
> #solução conservadora
>
> minc_tt <- minimize(tt, details = TRUE, show.cases = TRUE)
> show(minc_tt)

M1:  INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL -> GDEMP

            inclS  PRI  covS  covU  cases
-----
1  INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL  1.000  1.000  0.684  -      1,2,6,11; 8,9,13
-----
M1 1.000 1.000 0.684

```

Ausência do Resultado

```

> superSubset(BD_LEAL,
+             outcome = "~GDEMP",
+             conditions = "INFL_MSA, PART_AREPU, COMP_REC, REL_POLP, CON_POL, TIC_PART", incl.cut = 0.9, ron.cut = 0.5)

            inclN  RoN  covN
-----
1  ~PART_AREPU + TIC_PART  0.950  0.566  0.655
2  ~COMP_REC + ~REL_POLP  0.901  0.751  0.751
3  ~COMP_REC + ~CON_POL  0.949  0.741  0.761
4  ~REL_POLP + ~CON_POL  1.000  0.729  0.770
5  ~CON_POL + TIC_PART  1.000  0.500  0.645
6  ~INFL_MSA + ~CON_POL + ~TIC_PART  0.949  0.607  0.677
7  ~PART_AREPU + ~CON_POL + ~TIC_PART  0.949  0.607  0.677
-----

```

```
> truthTable(BD_LEAL, outcome = "-GDEMP", conditions = "INFL_MSA, PART_AREPU, COMP_REC, REL_POLP, CON_POL, TIC_PART", incl.cut = 0.9, n.cut = 1, complete = TRUE, sort.by = "m,incl", show.cases = TRUE, dcc = FALSE, use.letters = FALSE)
```

```
OUT: output value
n: number of cases in configuration
incl: sufficiency inclusion score
PRI: proportional reduction in inconsistency
```

	INFL_MSA	PART_AREPU	COMP_REC	REL_POLP	CON_POL	TIC_PART	OUT	n	incl	PRI	cases
2	0	0	0	0	0	1	1	2	1.000	1.000	7,14
33	1	0	0	0	0	0	1	1	1.000	1.000	12
26	0	1	1	0	0	1	0	1	0.752	0.752	3
54	1	1	0	1	0	1	0	1	0.751	0.504	5
60	1	1	1	0	1	1	0	1	0.751	0.340	10
49	1	1	0	0	0	0	0	1	0.596	0.330	4
64	1	1	1	1	1	1	0	3	0.451	0.000	8,9,13
63	1	1	1	1	1	0	0	4	0.439	0.000	1,2,6,11
1	0	0	0	0	0	0	?	0	-	-	-
3	0	0	0	0	1	0	?	0	-	-	-
4	0	0	0	0	1	1	?	0	-	-	-
5	0	0	0	1	0	0	?	0	-	-	-
6	0	0	0	1	0	1	?	0	-	-	-
7	0	0	0	1	1	0	?	0	-	-	-
8	0	0	0	1	1	1	?	0	-	-	-
9	0	0	1	0	0	0	?	0	-	-	-
10	0	0	1	0	0	1	?	0	-	-	-
11	0	0	1	0	1	0	?	0	-	-	-
12	0	0	1	0	1	1	?	0	-	-	-
13	0	0	1	1	0	0	?	0	-	-	-
14	0	0	1	1	0	1	?	0	-	-	-
15	0	0	1	1	1	0	?	0	-	-	-
16	0	0	1	1	1	1	?	0	-	-	-
17	0	1	0	0	0	0	?	0	-	-	-
18	0	1	0	0	0	1	?	0	-	-	-
19	0	1	0	0	1	0	?	0	-	-	-
20	0	1	0	0	1	1	?	0	-	-	-
21	0	1	0	1	0	0	?	0	-	-	-
22	0	1	0	1	0	1	?	0	-	-	-
23	0	1	0	1	1	0	?	0	-	-	-

24	0	1	0	1	1	1	?	0	-	-	-
25	0	1	1	0	0	0	?	0	-	-	-
27	0	1	1	0	1	0	?	0	-	-	-
28	0	1	1	0	1	1	?	0	-	-	-
29	0	1	1	1	0	0	?	0	-	-	-
30	0	1	1	1	1	0	?	0	-	-	-
31	0	1	1	1	1	0	?	0	-	-	-
32	0	1	1	1	1	1	?	0	-	-	-
34	1	0	0	0	0	1	?	0	-	-	-
35	1	0	0	0	1	0	?	0	-	-	-
36	1	0	0	0	1	1	?	0	-	-	-
37	1	0	0	1	0	0	?	0	-	-	-
38	1	0	0	1	0	1	?	0	-	-	-
39	1	0	0	1	1	0	?	0	-	-	-
40	1	0	0	1	1	1	?	0	-	-	-
41	1	0	1	0	0	0	?	0	-	-	-
42	1	0	1	0	0	1	?	0	-	-	-
43	1	0	1	0	1	0	?	0	-	-	-
44	1	0	1	0	1	1	?	0	-	-	-
45	1	0	1	1	0	0	?	0	-	-	-
46	1	0	1	1	0	1	?	0	-	-	-
47	1	0	1	1	1	0	?	0	-	-	-
48	1	0	1	1	1	1	?	0	-	-	-
50	1	1	0	0	0	1	?	0	-	-	-
51	1	1	0	0	1	0	?	0	-	-	-
52	1	1	0	0	1	1	?	0	-	-	-
53	1	1	0	1	0	0	?	0	-	-	-
55	1	1	0	1	1	0	?	0	-	-	-
56	1	1	0	1	1	1	?	0	-	-	-
57	1	1	1	0	0	0	?	0	-	-	-
58	1	1	1	0	0	1	?	0	-	-	-
59	1	1	1	0	1	0	?	0	-	-	-
61	1	1	1	1	0	0	?	0	-	-	-
62	1	1	1	1	0	1	?	0	-	-	-

```
> #Soluções1-
```

```
> minp_tti <- minimize(tti, include = "?", details = TRUE, show.cases = FALSE) #solução parcimoniosa
> show(minp_tti)
```

```
M1: ~PART_AREPU -> ~GDEMP
```

	inclS	PRI	covS	covU	cases
1 ~PART_AREPU	0.917	0.890	0.550	-	7,14; 12
M1	0.917	0.890	0.550		

```
> mini_tti <- minimize(tti, include = "?", dir.exp = "1,1,1,1,1", details = TRUE, show.cases = FALSE) #solução intermediária
> show(mini_tti)
```

```
From C1P1:
```

```
M1: INFL_MSA*~PART_AREPU + ~PART_AREPU*TIC_PART -> ~GDEMP
```

	inclS	PRI	covS	covU	cases
1 INFL_MSA*~PART_AREPU	0.834	0.670	0.249	0.051	12
2 ~PART_AREPU*TIC_PART	0.910	0.876	0.498	0.300	7,14
M1	0.917	0.890	0.550		

```
> minc_tti <- minimize(tti, details = TRUE, show.cases = TRUE) #solução conservadora
> show(minc_tti)
```

```
M1: INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*~TIC_PART + ~INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*TIC_PART -> ~GDEMP
```

	inclS	PRI	covS	covU	cases
1 INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*~TIC_PART	1.000	1.000	0.150	0.101	12
2 ~INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*TIC_PART	1.000	1.000	0.300	0.251	7,14
M1	1.000	1.000	0.401		

Apêndice 2 – Guion de entrevista (España)

 iscte INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	Instituto Universitario de Lisboa (ISCTE-IUL) Escola de Sociologia e Políticas Públicas
 UnB	Universidade de Brasília (UnB) Instituto de Ciência Política
Investigación de doctorado: Gobernanza democrática participativa en organizaciones de movimientos sociales: un análisis comparativo entre organizaciones de finanzas solidarias en Brasil y España.	
Doctorado: Leonardo Leal	
Dirección: Guya Accornero (ISCTE-IUL)	
Dirección: Adrian Albala (IPOL/UnB)	

TÉRMINOS DEL CONSENTIMIENTO LIBRE Y EXPLICADO

Solicitamos su participación en un estudio sobre gobernanza democrática participativa en organizaciones de movimientos sociales: un análisis comparativo entre organizaciones de finanzas solidarias en Brasil y España.

Este estudio tiene como objetivo percibir cuáles son los factores que influyen la gobernanza democrática participativa en Bancos Éticos en España y en Bancos Comunitarios en Brasil.

Para asegurar el rigor del análisis de los datos recogidos es deseable proceder a la grabación en audiovisual de esta entrevista.

Todo lo que diga será estrictamente confidencial, pues los resultados serán codificados.

Autorizo la inclusión, transcripción, edición y publicación de mis discursos (o extractos de estos) grabados en audio o video en este y futuros trabajos de investigación.

Declaro que entiendo el propósito de este estudio y voluntariamente doy mi consentimiento para participar.

Nombre:	
Organización:	
Función:	
Dirección:	
Contacto:	
Fecha:	
Firma del participante:	

Contacto: leopratesleal@gmail.com +55 71 99611 4593

Guion de entrevista

Sección: Gobernanza Democrática Participativa (GDEMP)

Preguntas generales:

- ¿Cómo se aplica la democracia participativa en la vida interna de la organización?
- ¿Cuáles son los órganos/estructuras de participación y toma de decisiones colectivas en la organización?
- ¿Cómo califica la participación de los miembros en la gobernanza de la organización?
- ¿Cuáles son los desafíos para profundizar la democracia interna y la participación en la organización?

Pregunta específica: **¿Qué tipo de gobernanza democrática participativa se asemeja más al modelo de su organización?**

- Las decisiones se toman en una reunión abierta basada en la toma de decisiones por consenso (participación deliberativa) o mayoría simple (modelo de asamblea)
- Las decisiones son tomadas por el consejo rector con base en la toma de decisiones consensuada (representación deliberativa)
- Las decisiones se toman por consejo rector con mayoría simple (modelo asociativo)
- Las decisiones son tomadas por administradores expertos sin la participación de los miembros

Sección: Influencia de los movimientos sociales (INFL_MSA)

Preguntas generales:

- ¿Qué tipo de relación tiene la organización con los movimientos sociales progresistas?
- ¿En qué movimientos sociales progresistas participas o te identificas?
- ¿Qué aprendieron sobre democracia interna con los movimientos sociales progresistas?

Pregunta específica: **¿En qué medida los movimientos sociales progresistas influyen en el modelo de gobernanza democrática de la organización?**

- Modelo de gobernanza aprendido e influenciado
- Modelo de gobernanza similar y adaptado
- Modelo de gobernanza con influencia parcial y superficial
- Modelo de gobernanza propio sin influencia

Sección: Participación en espacios/arenas públicas (PARTE_AREPU)

Preguntas generales:

- ¿Qué tipo de relación tiene la organización con los espacios/arenas públicas (foros, redes, federaciones)?
- ¿En qué espacios/arenas públicas está más presente la organización?
- ¿Qué aprendieron sobre democracia interna con los espacios/arenas públicas??

Pregunta específica: **¿En qué medida la participación en espacios/arenas públicas (redes, foros, federaciones) fomenta prácticas de gobernanza democrática en la organización?**

- Existen incentivos explícitos y directos
- Existen incentivos ocasionales y contingentes

- Los incentivos son restringidos y localizados
- No se perciben incentivos o no existen

Sección: Origen y uso de los recursos compartidos (COMP_REC)

Preguntas generales:

- ¿Cuáles son los desafíos para la gestión de los recursos financieros con participación democrática?
- ¿Cuáles son los impactos en el interés de los miembros en la toma de decisiones en la organización?

Pregunta específica: **¿Qué tipo de gobernanza democrática se adopta para definir la política de uso de los recursos financieros de la organización?**

- La política para el uso de los recursos financieros es una decisión tomada en una reunión abierta basada en la toma de decisiones consensual o por mayoría simple
- La política para el uso de los recursos económicos es una decisión del consejo rector con base en decisiones consensuadas o por mayoría simple
- La política de uso de los recursos financieros es una decisión de los miembros expertos
- La política para el uso de los recursos financieros es una decisión tomada sin la participación de los miembros

Sección: Relación con las políticas públicas estatales (REL_POP)

Preguntas generales:

- ¿Cuál es la relación de la organización con las políticas públicas?
- ¿Cuáles son los miembros responsables de la relación con las políticas públicas?
- ¿Cuáles son las tensiones o conflictos que existen en la organización con la participación en políticas públicas?

Pregunta específica: **¿Cuáles son los efectos en la gobernanza democrática de la organización con la participación en las políticas públicas?**

- La relación con las políticas públicas se trata en asamblea abierta basada en decisiones consensuadas o por mayoría simple
- La relación con las políticas públicas es manejada por el consejo rector con base en decisiones consensuadas o por mayoría simple
- La relación con las políticas públicas es manejada por miembros especialistas
- La relación con las políticas públicas no implica la participación de los miembros

Sección: Consumo Político (CON_POL)

Preguntas generales:

- ¿Cuál es la motivación de los miembros para usar/consumir los servicios de la organización?
- ¿El consumo de servicios está relacionado con la participación de los miembros en la gobernanza de la organización?

Pregunta específica: **¿Cuáles son los efectos del consumo político de servicios en la gobernanza democrática de la organización?**

- Los miembros que utilizan los servicios participan directamente en la toma de decisiones

- Los miembros que utilizan los servicios participan a través de representantes (consejo rector o especialistas) en la toma de decisiones
- Los miembros que utilizan los servicios tienen participación parcial u ocasional en la toma de decisiones
- Los miembros que utilizan los servicios no participan en la toma de decisiones

Sección: Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC)

Preguntas generales:

- ¿Cuál es la percepción de la organización sobre el uso de las TIC para fortalecer la participación de los miembros en las decisiones de la organización?

Pregunta específica: **¿Cuáles son los efectos de la participación a través de las TIC en la gobernanza democrática de la organización?**

- La participación de los miembros en las decisiones también se realiza a través de las TIC
- La participación de los miembros en las decisiones a través de las TIC es ocasional
- La participación de los miembros en las decisiones a través de las TIC solo ocurre cuando las reuniones presenciales no son factibles
- La organización no cuenta con TIC para la participación de los miembros en las decisiones

Apêndice 3 – Diretriz da entrevista (Brasil)

 INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA	Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) Escola de Sociologia e Políticas Públicas
	Universidade de Brasília (UnB) Instituto de Ciência Política
Investigação: Governança democrática participativa em organizações de movimentos sociais: uma análise comparativa entre organizações de finanças solidárias em Brasil e Espanha.	
Pesquisador: Leonardo Leal	
Orientadora: Guya Accornero (ISCTE-IUL)	
Orientador: Adrián Albala (IPOL/UnB)	

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicitamos sua participação em um estudo sobre governança democrática participativa em organizações de movimentos sociais: uma análise comparativa entre organizações de finanças solidárias em Brasil e Espanha.

Este estudo visa perceber quais são os fatores que influenciam a governança democrática participativa em Bancos Éticos na Espanha e em Bancos Comunitários no Brasil.

Para garantir o rigor da análise dos dados recolhidos, é desejável proceder à gravação audiovisual desta entrevista.

Tudo o que você disser será estritamente confidencial, pois os resultados serão codificados.

Autorizo a inclusão, transcrição, edição e publicação de minhas falas (ou trechos delas) gravadas em áudio ou vídeo neste e em futuros trabalhos de pesquisa.

Declaro que entendi o objetivo deste estudo e voluntariamente dou meu consentimento para participar.

Nome:	
Organização:	
Função:	
Endereço:	
Contato:	
Data:	
Assinatura:	

Contato: leopratesleal@gmail.com +55 71 99611 4593

Diretriz da entrevista

Seção: Governança democrática participativa (GDEMP)

Perguntas gerais:

- Como a democracia participativa se aplica a vida interna desta organização?
- Como você avalia a participação dos membros na governança da organização?
- Quais os órgãos/estrutura de participação e tomada de decisão coletiva na organização?
- Quais os desafios para o aprofundamento da democracia interna e participação na organização?

Pergunta específica: **Qual o tipo de governança democrática participativa mais se aproxima do modelo de sua organização?**

- As decisões são tomadas em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual (Participação deliberativa) ou maioria simples (Modelo assemblear)
- As decisões são tomadas por um conselho com base na tomada de decisão consensual (Modelo de representação deliberativa)
- As decisões são tomadas com base em conselho e votos da maioria (Modelo associativo)
- As decisões são tomadas por administradores especialistas sem a participação dos membros

Seção: Influência de movimentos sociais (INFL_MSA)

Perguntas gerais:

- Qual o tipo de relação a organização possui com os movimentos sociais progressistas?
- Em quais movimentos sociais progressistas participam ou se identificam?
- O que aprenderam sobre democracia interna com os movimentos sociais progressistas?

Pergunta específica: **Em que medida os movimentos sociais progressistas influenciam o modelo de governança democrática da organização?**

- Modelo de governança aprendido e influenciado
- Modelo de governança similar e adaptado
- Modelo de governança com influência parcial e superficial
- Modelo de governança próprio e sem influência

Seção: Participação em arenas públicas (PART_AREPU)

Perguntas gerais:

- Qual o tipo de relação a organização possui com arenas públicas (fóruns, redes, federações)?
- Quais arenas públicas a organização está mais presente?
- Quais aprendizados em relação a participação e democracia interna tiveram influência das arenas públicas?

Pergunta específica: **Em que medida a participação em arenas públicas (redes, fóruns, federações) incentivam práticas de governança democrática na organização?**

- Há incentivos explícitos e diretos
- Há incentivos eventuais e contingentes

- Os incentivos são restritos e localizados
 Os incentivos não são percebidos ou não existem

Seção: Origem e uso de recursos compartilhados (COMP_REC)

Perguntas gerais:

- Quais os desafios em gerenciar recursos financeiros com participação democrática?
- Quais os impactos no interesse dos membros pela tomada de decisão na organização?

Pergunta específica: **Qual a modalidade de governança democrática é adotada para definir a política de uso dos recursos financeiros da organização?**

- A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples
 A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por conselho com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples
 A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por membros especialistas
 A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada sem a participação dos membros

Seção: Relação com políticas públicas estatais (REL_POP)

Perguntas gerais:

- Qual o tipo de relação da organização com políticas públicas?
- Quais membros são responsáveis pela relação com as políticas públicas?
- Quais as tensões ou conflitos que existem na organização com a participação em políticas públicas?

Pergunta específica: **Quais os efeitos na governança democrática da organização com a participação em políticas públicas?**

- A relação com as políticas públicas é tratada em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples
 A relação com as políticas públicas é tratada por conselho com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples
 A relação com as políticas públicas é tratada por membros especialistas
 A relação com as políticas públicas não envolve a participação dos membros

Seção: Consumo Político (CON_POL)

Perguntas gerais:

- Qual a motivação dos membros para utilizar/consumir os serviços da organização?
- O consumo dos serviços tem relação com a participação dos membros na governança da organização?

Pergunta específica: **Quais os efeitos do consumo político dos serviços na governança democrática da organização?**

- Os membros que utilizam os serviços participam diretamente da tomada de decisões
 Os membros que utilizam os serviços participam por meio de representantes (conselhos ou especialistas) na tomada de decisões

- | |
|---|
| <p><input type="checkbox"/> Os membros que utilizam os serviços têm participação parcial ou eventual na tomada de decisões</p> <p><input type="checkbox"/> Os membros que utilizam os serviços não participam da tomada de decisões</p> |
|---|

Seção: Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC_PART)
--

Perguntas gerais:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Qual a percepção da organização quanto ao uso de TIC para fortalecer a participação dos membros nas decisões da organização? |
|--|

Pergunta específica: Quais os efeitos da participação por meio de TICs na governança democrática da organização?

- | |
|--|
| <p><input type="checkbox"/> A participação dos membros nas decisões também é realizada por meio de TIC</p> <p><input type="checkbox"/> A participação dos membros nas decisões por meio de TIC é contingencial</p> <p><input type="checkbox"/> A participação dos membros nas decisões por meio de TIC ocorre apenas quando é inviável a presencial</p> <p><input type="checkbox"/> A organização não dispõe de TIC para participação dos membros nas decisões</p> |
|--|

Apêndice 4 – Codificação e calibração dos valores do conjunto fuzzy

Resultado: Governança democrática participativa (GDEMP)			
Medidas e valor do conjunto difuso	Casos	Codificação das Entrevistas	Valor do conjunto difuso
<p>1: As decisões são tomadas em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual (Participação deliberativa) ou maioria simples (Modelo assemblear)</p> <p>0.67: As decisões são tomadas por conselho com base na tomada de decisão consensual (Modelo de representação deliberativa)</p> <p>0.33: As decisões são tomadas com base em conselho e votos da maioria (Modelo associativo)</p>	<p>Caso 1 (Fiare BE)</p> <p>Caso 2 (Coop57)</p>	<p>A ver, la base fundamental es la participación, compuesta por Grupos de Implantación Territorial, los socios que son organizaciones, tenemos la tabla de socios de referencia, esos tienen competencias con relación a la gobernanza. La participación como reconocimiento del derecho a plantear temas. Hay también la asamblea de la cooperativa a la que asistimos todos los socios, una persona, un voto, sin ponderaciones de capital. Valor en la participación y en la vinculación con el territorio. Un elemento de participación radical de la base social es que la evaluación socioambiental de las solicitudes de financiación la hace esta base social, una metodología adicional de participación. Es voluntariado de alta intensidad, el desafío más fuerte es seguir captando capital social, una militancia muy densa dentro del proyecto. Han sido decisiones deliberadas, bien deliberadas, no negociadas, sino que al final la postura que ha salido adelante es la normativamente más fuerte, la que está mejor argumentada.</p> <p>La Coop57 tiene dos tipos de socios, las entidades socias de servicios y los socios colaboradores, todos deciden en la Asamblea General, una entidad, un voto, un socio colaborador, un voto. Empezamos por la Asamblea Territorial, es soberana y es universal,</p>	<p>0.67</p> <p>0.67</p>

<p>0: As decisões são tomadas por administradores especialistas e/ou sem a participação dos membros</p>		<p>todos participan, donde está fundamentalmente la participación en democracia, la Asamblea General es indirecta de compromisarios/delegados, es el órgano máximo de toda Coop57. El órgano político es la asamblea, pero lo que más funciona es la participación del consejo rector o el consejo de sección del territorio, realmente se ejerce el poder es en el territorio. Eso sale de la base y al final el consejo rector o la asamblea general refrenda los acuerdos de los territorios.</p> <p>En cada territorio hay comisiones voluntarias, la ética/social y la técnica. El consejo rector lleva una propuesta que ha trabajado previamente, las decisiones son tomadas de forma consensuada. No se impuso una mayoría sobre una minoría, sino que se hizo un gran debate, no digo unanimidad, pero sí por un amplio consenso.</p>	
	<p>Caso 3 (Oikocredit)</p>	<p>En Oikocredit las personas se asocian, organizaciones que invierten y la base social. Participan directamente en los órganos de gestión y de gobernanza, esto implica participación democrática, una persona un voto, en línea con el movimiento cooperativista. Todavía, el órgano de decisión, el consejo rector, con funciones gerenciales de dirección y de gestión. La participación es baja, mientras las cosas vayan bien y mientras no haya nada grave, si no hay ningún tema candente, ya está, a lo mejor, delegan el voto, hay como confianza. El proceso de decisión es trabajado por el consejo rector que formula ciertas opciones.</p>	<p>0.0</p>
	<p>Caso 4 (BE Badajoz)</p>	<p>Nosotros hemos pretendido, modestísimamente, cambiar la participación de la sociedad, una nueva economía más participativa, más democrática. Ejercemos la democracia dentro de la asociación, hacer justicia social mediante el derecho al crédito. A ver, la democracia, los socios son las personas ahorradoras y las personas prestatarias de las ayudas</p>	<p>1.0</p>

		reintegrables. Entonces, todas esas personas están llamadas a participar en la asamblea general. La participación, esa democracia, se ejerce en la asamblea. Hay un grupo [el grupo motor] que está totalmente abierto, que dirige y propone a la asamblea. En la asamblea hay que votar las cosas, se intenta que sea por unanimidad, consenso. Además del grupo motor hay el grupo de comisiones de préstamos. El nivel de participación es relativamente bajo, pero hay bastante implicación, en ese sentido hay participación, pero no tanto en la Asamblea, confían en el órgano de gobierno. La participación es cambiada por la confianza, si la cosa va bien, entonces estamos atentos, estamos movilizados, pero no siempre hay participación en todos los espacios, pero las personas están involucradas en un proceso. Yo diría que las decisiones importantes las expone el grupo motor a la Asamblea General y la vota la Asamblea General, por mayoría, siempre ha sido el mismo modelo de democracia.	
	Caso 5 (Fondo de Granada)	El fondo de solidaridad es una asociación, hay los socios que dan dinero a fondo perdido y hay gente que deja su depósito para que nosotros los prestemos. La forma de organización es una junta directiva que se elige en la asamblea y que toman decisiones democráticamente en general por votos. Nosotros nos organizamos por comisiones de proyectos, de seguimiento/acompañamiento y la comisión de formación. Participación siempre poca en las asambleas y reuniones, o sea participan colaborando económicamente a lo mejor. El [tema] diario, del día a día, se toman en una junta directiva.	0.33
	Caso 6 (Asociación Castillha)	La asociación hace parte del ecosistema de las finanzas éticas. Queremos ligarlo a una transformación social, el ejercicio del derecho al crédito como un derecho humano. Tenemos órganos de gobierno, la Junta Directiva para dinamizar la gestión y la Asamblea	1.0

		<p>General. Los órganos deben funcionar, comunicación flexible y plural, eso es fundamental para haber democracia, participación, gestión y resultados positivos. La participación la medimos, después del COVID, no por la presencia, sino por los resultados que se obtienen de la labor que se realiza. Podemos tener una asamblea muy grande, pero si no se mueve, si no tiene el dinamismo necesario para desarrollar todos los retos y todas las responsabilidades que tiene de poco nos vale. Si no hay una participación cohesionada, rica, ágil y flexible no se consigue los resultados.</p> <p>Entonces, esa democracia, es una plataforma ciudadana que está y que agrupa varios territorios, es la manera que entendemos de ejercer la democracia participativa. Los procesos de planificación global, las principales decisiones se fijan por la asamblea y luego asuntos más complejos del día a día se viabilizan por la junta directiva y equipo técnico, si no se nombra una asamblea extraordinaria. Generalmente las decisiones suelen ser por consenso.</p>	
	<p>Caso 7 (Triodos)</p>	<p>Triodos Bank es un grupo que tiene servicios y su especificidad. Entonces, por un lado, para las decisiones más estratégicas y operativas el día a día, tiene un executive board. Que se reúne semanalmente y entonces, pues bueno, semana a semana se van tomando las decisiones más estratégicas, conforme a la estrategia que se define cada tres años en Triodos y los planes operativos anuales. Eso, por un lado. Después, cada sucursal tiene su propio grupo de dirección, que llamamos el CMT. Y entonces, los grupos de dirección y los equipos de dirección, pues en cada país se va dando cumplimiento a los planes operativos anuales. Después también, el grupo también tiene a parte el supervisory board. Después hay otros órganos también de decisión en las diferentes líneas de negocio: el comité de riesgos que se encarga de decidir y de sancionar semanalmente qué operaciones</p>	<p>0.0</p>

		de financiación son las que se van aprobando con los préstamos. Conta con especialistas multidisciplinar que forman parte del equipo. Son personas directivas del banco. Está la directora de business banking, la directora de retail banking, el director general de la sucursal, la directora de riesgos, la directora de recursos humanos. Un grupo heterogéneo donde entran, digamos, las diferentes líneas estratégicas del banco. Y entonces ahí es un poco donde se toman las decisiones conforme a o respecto a tres variables, riesgo, impacto y rentabilidad. Es un poco, pues donde nos basamos para tomar nuestras decisiones. Para que el banco funcione poniendo el dinero al servicio de empresas y personas para generación de máximo impacto positivo.	
	Caso 8 (B. Cocais)	A gente parte de um princípio de que se não houver um processo democrático dentro dos bancos comunitários é o primeiro passo para o banco não dar certo ou não funcionar, porque o banco é feito para a comunidade e pela a comunidade. Então é mais do que necessário a participação de todos e a participação interna é ainda mais [importante], porque é preciso internalizar a democracia para externalizar depois, então [por isso] as pessoas se identificam com o Banco dos Cocais. Processo de diálogo democrático na comunidade. O banco tem uma estrutura, tem o conselho gestor, tem o CAC, tem as reuniões de equipe, então, todas as decisões passam por esses conselhos, por esses grupos, então, eu entendo que é uma participação democrática.	0.67
	Caso 9 (B. Tupinambá)	A participação e a democracia interna são discutidas dentro do Instituto Tupinambá. A gente faz mobilização, reuniões e as atividades do banco, nessas reuniões que se decide. Temos nós que ficamos à frente do banco no dia a dia, mas as decisões são coletivas, toda decisão que é tomada é submetida ao coletivo. Essa movimentação, essa participação que	1.0

		<p>a comunidade tem é que faz o banco, a gente prima muito por esse eixo do controle social, dessa participação da comunidade, das pessoas participando, das pessoas sentindo que o banco é dela. Então, a participação da comunidade, digamos, é o coração do banco comunitário, ela é o sangue que corre na veia, sem a comunidade não tem banco comunitário. Então, a gente prima muito por isso. Todas as ações, todos os eventos, todas as organizações que nós fazemos têm esse viés desse controle social, dessa participação comunitária. A maioria da decisão não costuma ir para votação, porque na votação sempre tem divergência, às vezes tem ranço, e a gente sempre tenta fazer um consenso. Raramente existe a votação.</p>	
	<p>Caso 10 (B. Jardim Botânico)</p>	<p>Aqui [a democracia interna] se aplica desde o início da criação do banco, que nasce com a rádio comunitária, [assim], já existia um processo participativo, modelo de associação, diretoria colegiada, fazer tudo de forma autogestionária, com a participação, através de votação, o modelo de democracia que a gente aprendeu, modelo de associativismo criado aqui no Brasil. Desde o início todas as ações são feitas dessa forma, nesse modelo de democracia, todo mundo poder expor as suas ideias durante a reunião e a gente poder tomar a decisão mais correta de tentar entrar no consenso [ou] por votação e ganha a maioria dos votos. A gente sempre teve uma boa participação, a gente não começou com o banco comunitário, todos [já] eram do conselho da rádio, as entidades que já estavam aqui, a Associação de Moradores, a Igreja, a Unidade de Saúde e tal. A gente está falando de uma comunidade, pessoal trabalhador, nem todos conseguem. Hoje, mais do que nunca, está extremamente difícil mobilizar pessoas para participarem de reunião, seja ela qual for. É o modelo associativista que a gente tem aqui, que são as decisões tomadas pelo conselho com voto da maioria, e a gente complementa.</p>	<p>0.33</p>

		E é um processo de aprofundamento, de democratização, que não acaba num processo eleitoral.	
	Caso 11 (B. Palmas)	O Banco começa com a associação de moradores, a assembleia da associação de moradores que decide, a diretoria e a assembleia. Então, tem dois espaços de governança participativa. O Banco Palmas surge dentro de uma associação com esse modelo. O Banco Palmas ampliou isso, criou um conselho gestor, são conselhos que opinam, que sugerem, o órgão deliberativo é a assembleia de sócios. Esse conselho é formado por pessoas do bairro, lideranças religiosas, escolas e tudo mais. Além dessas instâncias, como a própria natureza do banco, como ele é dentro da comunidade, o controle social é espontâneo. O fato das lideranças, dos gestores do banco, de serem todos da comunidade, então, essa relação direta da própria comunidade cria uma espécie de pressão social, um controle social muito grande. Essa característica do banco local, atuar no local, dá essa governança participativa maior. A gente criou aqui o consórcio Palmeiras, são seis organizações que estão muito ligadas. O banco é um elemento do consórcio. Ele é um animador da lógica e ele é um aprendiz da lógica da participação. O aprendizado do Palmas é que o banco é um grande animador, um grande articulador. A diretoria, o conselho, a assembleia, é um espaço. Mas um banco local, ele tem que aprender e ouvir coisas que são ditas. Então tem que aprender a ouvir, esse clamor da rua, dos espontâneos, dos desorganizados, e trazer para a vida [do banco]. Uma democracia, de uma visão de banco local, ela se faz na abertura que você dá de acolher, de entender, de trazer para as suas decisões aquilo que a rua está falando. Temos espaços institucionalizados, comitês institucionais para se proteger legalmente. E tem os espaços não institucionais, eu acho que são nesses espaços não institucionais que você vai aprender, os conselhos do quarteirão, as plenárias	0.67

		<p>populares. Em geral, é mais isso, conselho, decisão consensual, para as decisões mais importantes.</p> <p>E acho que o Banco Comunitário é um instrumento que ele vai dar à comunidade essa capacidade de mobilização muito grande, ele é um instrumento para radicalizar a democracia.</p>	
	Caso 12 (B. Prevê)	<p>O Banco Preventório tem um jeito de organizar o trabalho, divide por segmentos com autonomia, planejamento próprio, mas tem reuniões de alinhamentos. Manter aquecido um espaço de atenção, contradição, mas tem decisão e construção de unidade. É um exercício diário de construir compromisso e construir empatia. Isso é uma forma de gerir não ter postura autoritária. Criar um ambiente onde a equipe que questione a liderança, é um desafio muito interessante. Democracia não é só ir para uma reunião e levantar a mão. Porque eu tenho receio do jeito tradicional, assemblaria, que acha que é democrático, mas abandonar a prática que é muito saudável. As decisões são tomadas mais pela diretoria.</p>	0.0
	Caso 13 (B. Bem)	<p>Um dos grandes desafios do Banco Comunitário é ter a participação popular envolvida em todo o processo. Para criar o banco, a gente entendeu que era necessário a gente ter o Fórum de Desenvolvimento Comunitário. As pessoas se sentem que elas efetivamente donas do banco, com o passar dos anos, a participação comunitária acaba se tornando muito natural, a comunidade nunca mais deixar de lutar pelos seus direitos, pelas suas políticas públicas.</p> <p>É preciso aprender a fazer a autogestão comunitária, é o grande ponto de um banco da economia solidária, as finanças de proximidade. Os espaços de discussão política e de governança é uma forma de trazer a educação popular, política, de volta para dentro das</p>	1.0

		nossas comunidades. As decisões têm que ser unânimes. Não tem aprovação se não for por unanimidade, consensual, não é voto da maioria. Então, a decisão que tem hoje para ser tomada está ligada ao processo de desenvolvimento local, uma decisão dentro do fórum, é uma decisão consensual, as vezes precisa de votação, mas é processo de uma governança democrática participativa.	
	Caso 14 (B. Laguna)	Hoje o Banco Laguna hoje está sob o guarda-chuva do Instituto Mandaver, que é outra organização. O modelo do Mandaver é um modelo de projetos. Nós olhamos para o banco, há um planejamento baseado em indicadores e métricas. No processo de tomada de decisões, além da diretoria e o Comitê de Avaliação de Crédito que tomam decisões olhando para o usuário. Mas, administrativamente, a gente possui diretoria e coordenações, que olha para o plano e assim toma decisões. As decisões são tomadas pelos administradores da organização de cada área, em alguns casos criamos comitês específicos.	0.0

Condição: Influência de movimentos sociais (INFL_MSA)			
Medidas e valor do conjunto difuso	Casos	Codificação das Entrevistas	Valor do conjunto difuso
1: Modelo de governança aprendido e influenciado	Caso 1 (Fiare BE)	FIARE mantiene tres niveles de relación con los movimientos sociales: somos un banco de financiación de los movimientos sociales; la socioestructura, la base social de FIARE está significativamente compuesta por movimientos sociales, socios suelen ser	0.67

<p>0.67: Modelo de governança similar e adaptado</p> <p>0.33: Modelo de governança com influência parcial e superficial</p> <p>0: Modelo de governança próprio e sem influência</p>		<p>multimilitantes; dinámicas de alianza o partenariatado para estrategias de incidencia, para proyectos conjuntos, para denuncia social, para campañas, etc. Sectores en los que nosotros financieramente y estamos comprometidos: el sector medioambiental y energías renovables, circuitos cortos, agroecología, comercio justo, la inserción social y laboral, organizaciones de personas con discapacidad y la red de economía social y solidaria. Relación sobre todo con movimientos sociales porque tienen prácticas concretas de democracia económica. Esa es una lógica en la que FIARE tuvo elementos de innovación.</p>	
	<p>Caso 2 (Coop57)</p>	<p>COOP57 no se entiende sin movimientos sociales, por tanto, los movimientos sociales son parte de COOP57. Por ejemplo, organizaciones feministas, movimiento social ligado al tema de la ruralidad, ocupaciones y lucha por la vivienda, o sea, de la lucha por una vivienda, sindicatos de trabajadores, empresas recuperadas, ocupación de las fábricas, lucha por una energía limpia, una energía sostenible, sectores que luchan contra el riesgo de exclusión social, grupos con discapacitada o enfermos mentales, grupos relacionados con la ecología, consumo de proximidad, consumo ecológico, sectores sociales relacionados con el mundo de la cultura, del teatro, de las artes plásticas, de la música, así, son fundamentalmente todos los miembros sociales. Tenemos un origen de nuestra tradición, que es el origen libertario de la autogestión, hay una base social que se recupera, que es la autogestión. En nuestros consejos, en nuestras asambleas, hay representantes de movimientos sociales, tantos como de cooperativos históricos. Y está todo mezclado. Pero el origen es movimientos cooperativos autogestionarios. Una gobernanza aprendido e influenciado.</p>	<p>1.0</p>

	Caso 3 (Oikocredit)	Hacemos parte del movimiento de las finanzas éticas es lo más natural para nosotros, pero también en economía social y solidaria, o sea, formamos parte de la Xarxa de Economía Solidaria de Cataluña. Nosotros tenemos nuestro modelo de gobernanza propio. Al final nuestro modelo de gobernanza no ha cambiado mucho desde nuestra fundación y que es un modelo que ya viene de raíz, de origen, pero que hemos ido mejorando o ampliando.	0.0
	Caso 4 (BE Badajoz)	Nosotros venimos todos [de los movimientos sociales]. Entonces todos venimos de esa posición, tenemos una clara relación [con el movimiento social]. Históricamente, hemos aprendido prácticas de gobernanza democrática que vienen por conta de esta relación con movimientos sociales. El modelo gobernanza aprendido e influenciado, evidentemente, pero también es verdad que lo hemos adaptado un poco a nuestra realidad de sociedad y de personas de experiencia que hemos cogido. Venimos de movimientos sociales y después estamos influenciados por ellos y hemos intentado por lo menos, eso que hemos aprendido de participación, etcétera, llevarlo a nuestra asociación.	1.0
	Caso 5 (Fondo de Granada)	Estamos integrados en varias plataformas de movimientos sociales, por ejemplo, movimientos del clima. Esas plataformas también son bastante democráticas y nos ayudan, yo creo que potencian la participación. Hemos participado y puede ser que hayamos aprendido esa forma de organizarnos. Una gobernanza aprendida influenciado de los movimientos.	1.0
	Caso 6 (Asociación Castilla)	El nexo común que nos une a todas las entidades que trabajamos las finanzas éticas y realmente queremos ligarlo a una transformación social es el ejercicio del derecho al crédito. Estamos en movimientos ecológicos, atención a emigrantes, personas con	0.67

		<p>discapacidad, movimientos del mundo rural, asociaciones culturales y deportivas, con el tema de la estrategia alimentaria y agroecológico, ecologistas, mujeres, movimientos de igualdad, incorporación de las mujeres al mundo laboral o al mundo productivo, movimientos Transition Town, erradicación de la violencia, cuestionamiento de los procesos especulativos, del proceso armamentístico, con nuestro dinero no se debe financiar ninguno de estos procesos. Movimiento "no con mi dinero". En gran medida sí [gobernanza democrática fueron también aprendidas con los movimientos sociales] o sea nada se inventa de un día para otro siempre hay unos procesos. Movimientos comunitarios más potentes ha sido a través del propio asociacionismo del carácter para colectivizar determinados procesos.</p>	
	<p>Caso 7 (Triodos)</p>	<p>Las organizaciones sociales que hacen parte de la red del Triodos, tenemos relación con organizaciones del tercer sector, bancarias y financieras, consumidores, o sea, es bastante amplio y heterogéneo. Una es la parte que llamamos de exchange finance o advocacy, porque el banco tiene su propia agenda de advocacy en temas regulatorios. Son entidades aliadas o algunas son entidades clientas. Pero son organizaciones con las cuales tenemos convenios comerciales y alianzas estratégicas relacionadas finanzas sostenibles. Triodos tiene definido su propio modelo de gobernanza, pero es un modelo vivo que toma en cuenta los tiempos, el contexto, etcétera.</p>	<p>0.0</p>
	<p>Caso 8 (B. Cocais)</p>	<p>É um espaço de movimentos que a gente participa, estamos ligados diretamente, porque a gente tem vez e voz nesses espaços, setorial de economia solidária, rede brasileira de bancos comunitários, movimento das quebradeiras de coco babaçu, sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, movimentos de agricultores e agricultoras</p>	<p>1.0</p>

		familiares. Enfim, a gente está inserido nessas discussões dos movimentos sociais. Nesses espaços eu trago muito o que aprendi nas formações, trago muito para cá o que aprendo. Então, esses espaços de formação, de debates, são espaços importantíssimos, a gente levar a nossa experiência, é um espaço de troca.	
	Caso 9 (B. Tupinambá)	Nós viemos do movimento popular. A gente participa do Fórum da Economia Solidária, somos parte da coordenação da rede brasileira de bancos comunitários. A relação nossa com o movimento social é muito efetiva, de dar direção às atividades da comunidade na luta. Desde o início a gente iniciou um trabalho no movimento social, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), PCB e Associação de Moradores, trouxe essa bagagem para cá, esse histórico facilitou o entendimento, facilitou essa convivência, essa vida que tivemos no banco comunitário. Nossa metodologia de governança veio do [movimento], veio do Banco Palmas, mas foi adaptado na nossa realidade local.	0.67
	Caso 10 (B. Jardim Botânico)	A gente tem uma ligação muito forte com o movimento de rádios comunitárias, movimento de democratização da comunicação, porque tudo nasceu pela rádio comunitária. Entramos no movimento de economia solidária. A rede paraibana de pontos de cultura, movimento cultural. Movimento de associações comunitárias, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. A nossa governança nasceu disso mesmo, dos movimentos. Esses movimentos sempre traziam a pauta da discussão coletiva, deliberação e assembleias, criar organizações para fazer esse debate coletivo, aprendemos muito com eles, modelo de governança aprendida e influenciado	1.0

	Caso 11 (B. Palmas)	Nós dialogamos com a bandeira das cozinhas comunitárias, com o MTST. A gente tem uma ligação com a rede cearense e o fórum brasileiro de Economia Solidária, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, o movimento com os agrários com a Unicafes, Unicopas, Unisol, MST, feiras ecológicas, a relação campo-cidade. Na origem tivemos uma influência das CEBs a partir do PCB e a FASE. Então eles tiveram um papel muito forte na base da Organização dos Movimentos Sociais de bairro. Organizar os moradores para tomar suas decisões, Teologia da Libertação. Muita coisa você vai adaptando, mas você teve esse tronco do movimento social mais antigo como inspirador.	1.0
	Caso 12 (B. Prevê)	A nossa experiência está ligada aos movimentos sociais. Temos uma aliança nacional com movimentos sociais, a gente se posiciona como movimento social na cidade. Somos uma ampla articulação contra o sistema bancário tradicional. A gente está ligado ao Fórum de Economia Solidária (Municipal, Estadual e Nacional). Temos também duas frentes de atuação de cultura e de meio ambiente. Atualmente, temos como inspiração movimentos de organização popular, tipo, MST, MAB, movimento de pequenos agricultores. Nosso aprendizado também herdamos do movimento social, dos fóruns. Temos um modelo de governança similar.	0.67
	Caso 13 (B. Bem)	O Banco Bem nasce vendo os grupos de economia solidária e associações comunitárias, através do Fórum de Desenvolvimento Comunitário, a gente nunca mais parou de lidar com os movimentos da comunidade. A gente também está no movimento dos MEIs e da micro e pequena empresa, empreendimentos familiares e autogestão comunitária.	1.0
	Caso 14 (B. Laguna)	Temos relações mais com organizações da sociedade civil. Temos o Instituto IABS, Cooperativa das Marisqueiras e o Gerando Falcões, interagimos bastante juntos.	0.0

		<p>Tivemos uma interação muito grande com a organização privada (O4B) no nível mais estratégico. E também com uma rede privada de financiadores. Era pra ter relação com movimentos sociais porque o trabalho faz todo sentido. Por exemplo com a cooperativa. Construímos o nosso modelo de gestão para interagir com bancos nacionais e internacionais que têm modelos semelhantes ao lugar que gostaríamos de alcançar. Caso contrário, o banco teria morrido. Nosso modelo de gestão a gente criou olhando para evolução do papel e dos pontos de oportunidade que fomos enxergando à medida que foi andando. Confesso que o banco deu um salto mais rápido do que eu imaginava. Então tivemos a oportunidade de interagir com outras instituições que já tem aí uns 10, 20 anos de experiência. Nosso modelo é próprio. Tomamos algumas decisões e operamos em um modelo mais adequado. A comunidade já tem muita afinidade com a nossa forma de gestão.</p>	
--	--	---	--

Condição: Participação em arenas públicas (PART_AREPU)			
Medidas e valor do conjunto difuso	Casos	Codificação das Entrevistas	Valor do conjunto difuso
<p>1: Há incentivos explícitos e diretos 0.67: Há incentivos eventuais e contingentes</p>	<p>Caso 1 (Fiare BE)</p>	<p>La red de economía social y solidaria, REAS, ha sido y sigue siendo un elemento clave en la construcción de FIARE. Además, con REAS hacemos campañas conjuntas, estamos en la confederación española de personas y empresas de la economía social - CEPES, en la organización de microfinanciación - CRESUD y a nivel europeo en</p>	<p>0.67</p>

<p>0.33: Os incentivos são restritos e localizados</p> <p>0: Os incentivos não são percebidos ou não existem</p>		<p>FEBEA, la alianza estratégica más fuerte que tiene es con Social Economy Europe, que es la red de economía social europea. La participación en estos espacios la valoramos como imprescindible para mantener la identidad y el propósito.</p>	
	<p>Caso 2 (Coop57)</p>	<p>Somos miembros de FEBEA, somos miembros de REAS, somos miembros de las federaciones de cooperativas, somos miembros de la confederación de cooperativas, por ejemplo, CEPES y COFETA en España. Estamos en las organizaciones de base. Participamos en esos foros porque nos interesa intercooperar, conocer otras experiencias, actuar de lobby, actuar de representación. Los movimientos sociales, los socios, son los que nos obligan a la gobernanza participativa.</p>	<p>0.67</p>
	<p>Caso 3 (Oikocredit)</p>	<p>Trabajamos con FETS, Financiamiento Ético y Solidario, un sectorial de finanzas solidarias, también de REAS. Formamos parte de la Xarxa de Economía Solidaria de Cataluña y de las asociaciones Oikocredit del Estado español. Formamos parte de la CD.cat, un sector ONGs de cooperación y justicia global. Yo creo que existen incentivos explícitos y directos para la gobernanza democrática, ha hecho mucho énfasis en temas de mejora de la participación de sus organizaciones socias, por ejemplo, incorporación de políticas de prevención del acoso sexual, de políticas de igualdad, de transparencia etcétera.</p>	<p>1.0</p>
	<p>Caso 4 (BE Badajoz)</p>	<p>La Asociación Banca Ética de Badajoz pertenece a REFAS, FIARE, tenemos relación con Cáritas, Cruz Roja. Es que [nuestro] el modelo participativo-democracia no ha variado, siempre se ha aprobado todo en asamblea, siempre ha sido el mismo modelo de democracia, un socio, un voto. Bueno, aprendes y la relación, esa red te hace ser más abierta, siempre en todas las reuniones, el tema de la gobernanza es presente. Y siempre</p>	<p>1.0</p>

		hay que mejorar, intentar que esa democracia sea participativa, transparente. El tema es totalmente explícito y directo.	
	Caso 5 (Fondo de Granada)	Estamos integrados en la Plataforma Pobreza Cero, FAESTA que es una federación de cooperativas de trabajo, REFAS la red de financiación de las entidades, ARCA Empleo que es una entidad que elabora proyectos de autoempleo. Creo que la forma de tomar las decisiones y demás pues efectivamente todo ese te influye positivamente a la hora de la participación, de la democracia, todos esos foros, y aprendemos uno de otro, incluso la forma de organización de unos de otros las compartimos y bueno si algunos tienen buenas prácticas y le está funcionando bien tanto como de gobernanza como en otro sentido, claro que nos sirven.	1.0
	Caso 6 (Asociación Castillha)	Somos una red de asociaciones, casi 100 entidades. Las socias son unas entidades del tercer sector y que su preocupación primordial es la atención con colectivos con riesgo de vulnerabilidad o de exclusión social y del derecho al crédito. Participamos de manera estable y cohesionada en la Red de Finanzas Alternativas y Solidarias (REFAS), además pertenecemos a la mesa de entidades socias de referencia para la Banca Ética. Nacieron como un espacio para profundizar en esa democracia participativa dentro de las finanzas éticas. Es una plataforma ciudadana que está y que agrupa varios territorios. Son espacios de apoyo explícitos y directos para la gobernanza, además para troca de experiencias, vamos a aprender o ellos van a aprender de nosotras.	1.0
	Caso 7 (Triodos)	Triodos es cofundador de la Global Alliance por Banking on Values, que conocerás muy bien. Y después, formamos parte de diferentes redes también nacional, en España formamos parte de FETS, tenemos interacción con diferentes organismos de banca ética	0.0

		o solidaria. Também formamos parte de outras redes, como por ejemplo B Corp. Tenemos modelo gobernanza propio. Pero, es adaptable.	
	Caso 8 (B. Cocais)	As feiras que a gente promove são espaços de participação, é um espaço para dar opinião e intervir quando necessário na questão do banco. A gente participa em conselhos com representações, o Conselho de Desenvolvimento Territorial Sustentável dos Cocais é um espaço de construção e de debate de políticas públicas, junto com MQCB, sindicato, escola família agrícola, prefeituras, câmara municipal e empresas privadas. A gente faz parte do Campo Unitário, um espaço de ONGs da sociedade civil para reivindicar políticas públicas. Tem também a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e o Fórum de Economia Solidária que a gente tem uma atuação maior. São espaços que a gente pode contribuir pela nossa experiência, mas também trazer outras experiências que contribuam conosco, é uma troca. Então, isso é um espaço de formação e construção para a nossa governança.	1.0
	Caso 9 (B. Tupinambá)	Essa bagagem de participação, de governança, a gente aprendeu muito com o projeto Pro Renda. Nós somos da Rede de Empreendedores Sociais da Amazônia e da Amazônia Viva, uma rede de polinizadores da sustentabilidade, além disso, temos um GT de participação para subsidiar o governo nas políticas públicas de transferência de renda. A gente criou um grupo de pedal, grupo da Potoca, o Arraia Tupi, mas o mais importante para nós é a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Então, tem que criar mecanismo para isso, criar grupos, manter a comunidade viva do ponto de vista da mobilização.	1.0
	Caso 10 (B. Jardim)	Temos parceria com o Grupo dos Sistema S para apoiar o programa Mesa Brasil de segurança alimentar aqui e em outras comunidades. Também com a ESSOR Brasil e a	1.0

	Botânico)	<p>Rede Brasileira de Bancos Comunitários e criamos a Rede Paraibana de Bancos Comunitários. A gente faz parte dos Fóruns Zona da Mata e do Estadual de Economia Solidária. Eu vejo de total aprendizado, quando a gente constrói, por exemplo, os encontros das redes, é um espaço para apresentar as suas experiências, trocar experiências, as novas tecnologias e tal, são espaços de aprendizado fantásticos. Agora, quando a gente fala de organização de fato, processo mais democrático, a gente ainda sente que é um pouco engessado, não consegue fazer com que todos os bancos comunitários construam de forma coletiva aqueles momentos, ainda tem uma centralidade. Aqui na Paraíba a gente tem quatro, então é mais fácil. E aí, é positivo e é negativo. Mas são espaços fundamentais de aprendizagem. Um processo de aprofundamento, de democratização, que não acaba num processo eleitoral.</p>	
	Caso 11 (B. Palmas)	<p>A gente criou aqui o consórcio Palmeiras. São seis organizações que estão muito ligadas ao banco, a Palma Fashion, Prato Colorido, a Cooperativa PalmaCoop, a companhia Bate Palmas, a Associação de moradores, a Nutrição e o Banco Palmas. Uma ação coletiva. É um aprendizado do Palmas, o banco é um grande animador, um grande articulador, mas ele não pode abafar a comunidade. O Palmas, ao longo do tempo, deu fé nisso. Então você começa a criar, começa a participar de federações, de coletivos maiores na própria comunidade, para se nivelar. Temos criado uma rede de cooperativas de plataformas. Temos a nossa rede brasileira de bancos comunitários. Esses são espaços que a grande contribuição é essa articulação dessas redes, para a democracia, para a participação, para o aprendizado, é mesmo na linha da troca de experiência.</p>	0.67
	Caso 12	<p>Estamos na Rede de Bancos Comunitários, Fórum Brasileiro de Economia Solidária,</p>	0.33

	(B. Prevê)	Rede de Pontos de Cultura. Há um incentivo, acho pouco em relação a governança.	
	Caso 13 (B. Bem)	Para criar o banco, a gente entendeu que era necessário ter o Fórum de Desenvolvimento Comunitário. O fórum Bem Maior para discutir todas as questões do banco e todas as questões comunitárias, um lugar onde os líderes comunitários possam se encontrar e conversar sobre todo o território é muito importante. A gente também criou um fórum da juventude, o que tem sido muito interessante. Somos do Fórum Estadual de Economia Solidária, temos a Rede Desenvolver e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. São espaços de construção coletiva, para aprender um com o outro, em algumas situações serviram, em outros, não, foram piores.	0.67
	Caso 14 (B. Laguna)	Nós fazemos parte da rede brasileira de bancos comunitários e de outra da rede através do Banco do Povo, nessa última temos até alguns treinamentos, diálogos e discussões sobre captação de recursos nacional. Nós aprendemos com eles uma pegada mais de negócios, comércio, produtividade financeira, tem uma outra visão. Quanto a governança, acho que existem pontos relevantes, outros nem tanto. Encontrei neste universo bancário modelos extremistas. Ou aqueles bancos na pegada do cooperativismo e não conseguem uma sustentabilidade, não conseguem se tornar sustentáveis e morrem por volta dos dois anos. Ou então, o extremo, eu conheci bancos que conseguiram uma gestão vitoriosa, mas que perderam o feeling comunitário. Vi os dois extremos, como eu disse a gente teve muito aprendizado e adequação, pois, para mim, nem gostaríamos de morrer na praia, sem a sustentabilidade, mas também não queria deixar a tecnologia social, a comunidade. Então, existem pontos relevantes, mas outros não tanto. Assim criamos o nosso próprio modelo.	0.0

Condição: Origem e uso de recursos compartilhados (COMP_REC)			
Medidas e valor do conjunto difuso	Casos	Codificação das Entrevistas	Valor do conjunto difuso
<p>1: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples</p> <p>0.67: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por conselho com base na tomada de decisão consensual</p> <p>0.33: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por conselho por maioria simples</p>	<p>Caso 1 (Fiare BE)</p>	<p>La evaluación económico-financiera tiene que hacerla un profesional del banco, ahí no hay participación, hay puro análisis técnico, pero nosotros añadimos una evaluación socioambiental que está arraigada en las estructuras democráticas del banco. La participación en cuestiones directamente relacionadas con la actividad financiera se mueve en el nivel estratégico y político, pero no en el nivel de detalle. Para la definición de tipo de producto, tasa de mercado, condiciones, etc., ahí está la estructura del banco, el consejo de administración y el comité de dirección. Esos son los que deciden. Una estructura como la nuestra no permite, ni sería fácil, ni incluso aconsejable, seguramente, que se generasen dinámicas asamblearias para la decisión de cuestiones muy relacionadas con la técnica financiera, particularmente.</p>	<p>0.67</p>
<p>0: A política de uso dos recursos financeiros é uma decisão tomada por membros especialistas sem a participação dos membros</p>	<p>Caso 2 (Coop57)</p>	<p>La gobernanza desde el punto de vista más técnico u operativo crea una dificultad. La participación aporta el punto de vista ético, o el punto de vista social. COOP57 entiende que la rentabilidad no es la finalidad, es un instrumento, o sea, ganar dinero para mejorar las condiciones de nuestros asociados, entonces es complementario, diría. Como lo hacemos, es cierto que él trabaja en plata [área económica], es cierto que confía en un equipo técnico. El consejo-rector que trabaja previamente ese tema. Estamos hablando</p>	<p>0.67</p>

		de recursos financieros, es un tema más sencillo, ahí tiene un papel más fuerte el consejero-rector.	
	Caso 3 (Oikocredit)	Siempre intentamos como que la información sobre finanzas sea lo más completa posible para la base social, lo básico y puedan tomar decisiones al respecto. Hay total transparencia en las asambleas, son un espacio donde puedes explicar, puedes resolver dudas directas, la gente puede preguntar y puedes interactuar y votar. Sí, las decisiones diarias, las toman los técnicos de la cooperativa, las líneas o criterios generales de financiación de proyectos, estos han sido tomados de forma consensuada por la Asamblea.	1.0
	Caso 4 (BE Badajoz)	Hay una comisión de valoración de préstamos que toma la decisión, pues las exponemos en la Asamblea. A la comisión de préstamos le damos absoluta libertad, después en las reuniones mensuales nos dicen cómo se han dado los préstamos, ha aprobado siempre, porque tenemos absolutamente confianza. Se hace una valoración económica y otra social. Es una comisión de miembros expertos, es la comisión y que tenemos absolutamente, porque tiene una gran experiencia.	0.0
	Caso 5 (Fondo de Granada)	Muchas veces las decisiones al ser temas económicos, manejamos dinero de otra gente, luego a la hora de tomar las decisiones no te puede muchas veces llevar por una persona que lo necesita, entonces las decisiones al ser económicas quizás sean unas decisiones más reflexionadas, entonces puede ser que haya un poco más de complicación. Esas decisiones han sido tomadas de forma participativa, en una reunión se toma la decisión y ya está, pero todo muy trabajado por la junta [directiva] pues normalmente no hay mucho debate porque ha estado ya muy trabajado, muy debatido en la junta, entonces	0.33

		normalmente en la asamblea se aprueba y la gente no pone [cuestiones].	
	Caso 6 (Asociación Castilla)	Luego por la peculiar singularidad de cómo se gestionan estas ayudas reintegrables donde se requiere el aval social, esa red fundamental para fortalecer las finanzas éticas, porque las finanzas éticas no sólo viven de dinero, viven de acompañamiento, viven de esas transformaciones sociales, viven de esa forma de concebir los procesos de una manera comunitaria. La democracia tiene que estar impresa en todo, o sea, en el ser humano porque qué significa democracia, es decir democracia, esa redistribución, esa justicia social, esa libertad. Entonces podemos democratizar el dinero, podemos democratizar las relaciones dentro de la asociación. Cuando van a definir la política de crédito, de precios, eso lo hace la asamblea general.	0.67
	Caso 7 (Triodos)	El próximo punto es sobre la gobernanza de los recursos financieros. ¿Dale? Los miembros que hacen inversión y que utilizan los servicios no participan de los procesos de toma de decisión. Eso, por ejemplo, es más propio de los modelos cooperativos, pero no en nuestro caso, nosotros somos una forma social diferente, y entonces, en ese sentido, pues, no están abiertos esos espacios de participación.	0.0
	Caso 8 (B. Cocais)	Os bancos comunitários é um processo muito democrático, mas exige uma certa experiência, um certo traquejo com isso. O desafio é ter pessoas ou preparar pessoas para esse processo de gestão do dinheiro. O conselho gestor é um dos entes que podem levar isso para a sociedade. Uma política de uso de recurso financeiro, ela deve ser tomada pelo conselho.	0.67

	Caso 9 (B. Tupinambá)	A gente veio de uma nova mentalidade de dizer que existia uma nova forma de ver a economia, uma economia mais participativa, uma economia que não vise o lucro como lucro, mas vise as pessoas como pessoas. As pessoas têm em nós uma confiança muito grande, é o maior legado do banco comunitário. Embora seja um banco comunitário, a gente tem que tomar alguns cuidados em termos de segurança. Hoje é mais na coordenação do Instituto a gestão dos recursos, porém de forma participativa.	0.67
	Caso 10 (B. Jardim Botânico)	Essa questão do dinheiro e que é uma coisa que a gente sempre disse para o pessoal. Para quem faz parte da organização, do conselho e tal, dizer o que a gente vai fazer com o dinheiro, já que o dinheiro é do banco, da comunidade, a gente pode investir. Sempre foi de forma muito democrática. Mas para o restante da comunidade não é assim. É o conselho de gestor com a entidade de gestora, como todo recurso do banco, a comunidade não participa dessa decisão, é o conselho de gestor junto com a entidade de gestora faz essas definições.	0.67
	Caso 11 (B. Palmas)	Eu acho que isso é uma combinação, a combinação financeira e sustentabilidade. Então tem que pensar quando vai fazer um investimento, um crédito ou um projeto, pensando como é que isso é mais sustentável, financeiramente, ao longo do processo. A gente fazer aquilo que a gente sempre fez, que é o modelo local de moeda social, que circula, que distribui riqueza, que tem participação social, que tem governança social. Acho que as questões, as decisões financeiras, o uso e o recurso, é aí que tem a participação mais consensual do Conselho.	0.67
	Caso 12 (B. Prevê)	Aqui na favela do Rio de Janeiro, a dificuldade que a gente tem, por exemplo, de ter uma contabilidade pública, uma prestação de conta pública dentro da favela é por causa do	0.33

		tráfico, é um tráfico muito econômico. Então, aqui a equipe de microcrédito é uma área separada aqui do Banco. Esse núcleo estuda isso e apresenta para os demais do banco. O nosso problema de não fazer isso comunitariamente, de forma muito ampla, é a questão do tráfico. Ainda que não se faça assembleísmo, tem muita escuta. Aqui a política de uso de recursos financeiros é uma decisão tomada por um conselho e pelo voto.	
	Caso 13 (B. Bem)	Às vezes a dificuldade é mais a gente tomar as decisões mesmo, da política de crédito, dos critérios, do que propriamente ter o recurso para a gente poder operar. A operação financeira é muita dificuldade. A gente tem a discussão da política de crédito em assembleia aberta.	1.0
	Caso 14 (B. Laguna)	A nossa principal fonte de recurso financeiros é através de parceiros doações privadas e editais de empresas A gestão financeira é feita por um diretor financeiro, a gente opera dentro de um mesmo modelo de gestão do instituto. Então, ao invés de deixar a prestação de contas muito simplificada, a gente opera pelo que é mais robusto. Mesmo se o recurso que entre seja um pouco mais livre, a gente trata a prestação de contas com a mesma robustez. Para ficar num modelo mais padronizado de prestação de contas neste sentido. Mesmo sendo mais trabalhoso, é mais transparente e seguro também. Especialmente quando é um com um setor privado. Que requer mais detalhes do processo da prestação de contas.	0.0

Condição: Relação com políticas públicas estatais (REL_POP)

Medidas e valor do conjunto difuso	Casos	Codificação das Entrevistas	Valor do conjunto difuso
<p>1: A relação com as políticas públicas é tratada em assembleia aberta com base na tomada de decisão consensual ou por maioria simples</p> <p>0.67: A relação com as políticas públicas é tratada por conselho com base na tomada de decisão consensual</p> <p>0.33: A relação com as políticas públicas é tratada por conselho com base na tomada por maioria simples</p> <p>0: A relação com as políticas públicas é decidida por membros especialistas sem a participação dos membros</p>	<p>Caso 1 (Fiare BE)</p>	<p>El regulador cuando nos audita siempre suele sugerirnos que el dinero que utilizamos en alimentar la participación, deberíamos utilizarlo en hacer cosas más útiles. Al regulador no le gusta este sistema de gobernanza, le parece una pérdida de tiempo dinamizar la base social. Ese es un desafío permanente con el regulador. Se generan nuevos mecanismos de gobierno, de gobernanza, adaptados a esos desafíos. Entonces, quiero decir que la influencia del regulador no ha debilitado nada nuestro modelo de gobernanza democrática. Nada en absoluto. El regulador nos va a pedir una evaluación económico-financiera que tiene que hacerla un profesional del banco, ahí no hay participación, pero nosotros añadimos, lo cual no nos nuestra cultura, una evaluación socioambiental que está arraigada en las estructuras democráticas del banco. El tipo de gobernanza que hacemos es el que queremos hacer. Nosotros tenemos una estructura profesional completamente capacitada para relacionarse [con Estados y con la administración], somos absolutamente autónomos. La relación con las políticas públicas es manejada por el Consejo Rector democráticamente.</p>	<p>0.67</p>
	<p>Caso 2 (Coop57)</p>	<p>Con el Ayuntamiento de Barcelona hacemos un fondo de avales mancomunado para las entidades sociales o para potenciar la vivienda cooperativa, nosotros financiamos eso. Nosotros partimos de una premisa muy importante, no depender de la administración pública, ser absolutamente independientes. Por tanto, nuestra relación con la administración pública, si se produce, va a ser en relación de igualdad, así, hemos</p>	<p>1.0</p>

		colaborado mucho con la administración pública. Ese tema es un consenso, decisión más ideológica, más política, decisión colectiva en la asamblea.	
	Caso 3 (Oikocredit)	Tenemos colaboraciones puntuales con la administración, sobre todo con ayuntamientos. [Estas relaciones con las políticas públicas, con gobiernos] es hecha por el Consejo Rector, la Junta Directiva.	0.33
	Caso 4 (BE Badajoz)	Tenemos relación con la diputación de Badajoz, con el ayuntamiento y con la Junta de Extremadura, colaboramos con varios proyectos para crear una red de financiación ética de asociaciones. En esos caso la decisión es del grupo motor.	0.33
	Caso 5 (Fondo de Granada)	Nosotros tenemos poca relación con ayuntamientos. Los intentos son hechos por el consejo rector, personas de la junta directiva. Estos intentos de hacer parcerías con gobiernos son hechos por el consejo rector.	0.67
	Caso 6 (Asociación Castillha)	El tema de los útiles financieros lo articulamos a través de convenios con las administraciones públicas con los poderes públicos. Tienes un ritmo de hacer esa interlocución con los poderes públicos que te marcan y que tú tienes que estar respondiendo. Tenemos una relación administrativa y digamos profesional. Somos tan profesionales como la propia administración [pública]. La administración debe tener unos procesos de garantías jurídicas, no puede hacer convenios sin tener garantías, entonces, las asociaciones que trabajamos este tipo de procesos tienen que haber una profesionalidad muy importante. Tenemos miembros que tienen esa experiencia, o sea, conoce cómo funciona la administración pública. Así te dejan entrar en ese recinto,	0.67

		siempre que tú te comportes. Sobre eso nuestra decisión es por la junta directiva, por el consejo rector.	
	Caso 7 (Triodos)	Sobre la relación con gobiernos y políticas públicas, yo te diría que hay sobre todo una relación básica, que son los temas de advocacy, para promover la regeneración del sistema financiero, y entonces, en ese sentido, todas las legislaciones europeas o nacionales en Europa, que tengan que ver con un sistema, promover una economía más resiliente, y más justa, pues ahí estamos trabajando. Y entonces, eso se puede materializar en leyes relacionadas con cambio climático, o, por ejemplo, con obligaciones del sistema financiero a la hora de medir, reportar, traccionar, digamos, los fondos para una economía más sostenible. Eso, por un lado. Y después, también por otro lado, el banco también tiene contacto con las diferentes herramientas que están a disposición de los bancos para activar aquellas líneas de financiación que son más estratégicas para este tipo de economía. Trabajamos mucho con el Instituto de Crédito Oficial, el ICO, del Ministerio de Economía, con el banco europeo de inversiones para tener instrumentos financieros específicos y entonces ahí colaboramos con nuestra especialidad y conocimiento. El órgano responsable es el Advocacy Hub que forma parte del Impact Economics and Impact y Business Banking. Es quien se encarga de estas relaciones.	0.0
	Caso 8 (B. Cocais)	A nossa relação com as políticas públicas é muito direta. Com o município, a gente tem uma relação de parceria com o banco, realizar pagamentos e recebimentos. Com o Estado, através da Agência de Fomento de Estado, tem um termo de cooperação, para a gente replicar os créditos da agência. A gente tem algumas pessoas que fazem esse	0.67

		relacionamento, a pessoa que articula esses convênios, depois a gente traz para os demais da diretoria do Conselho decidir se a gente formaliza a parceria ou não. A última decisão é feita no conselho gestor.	
	Caso 9 (B. Tupinambá)	Quando éramos correspondentes da Caixa Econômica, operamos com a Caixa o Programa Crescer, a gente sofreu muito, foi um período muito ruim para o Tupinambá, as pessoas já não nos viam como banco comunitário. A exigência era muito grande, você tinha que trabalhar de crachá, com o nome Caixa Econômica, tinha que trabalhar de calça comprida, camisa com logomarca da Caixa, nós trabalhávamos pisando em ovos, todo mês vinha uma vistoria da Caixa, a gente era tratado como funcionário da Caixa. Mas voltamos à nossa raiz, a gente retomou. Quem sustenta o banco é a comunidade de fato e direito. Essa relação com as políticas públicas [bancos, governo] é muito mais tratada internamente pelo conselho gestor.	0.67
	Caso 10 (B. Jardim Botânico)	A principal política pública que a gente tem incidência é a implementação do Centro Público Estadual de Economia Solidária aqui na Paraíba. O banco participou da criação da Lei e do Plano Estadual de Economia Solidária. A gente tinha parceria com o Programa Empreender da Prefeitura João Pessoa, são empréstimos que os moradores pegavam e o banco dava todo o suporte. Isso mostra o quanto a sociedade civil, tendo esse apoio do poder público, melhora, faz de forma diferente, constrói de forma diferente, de forma mais efetiva e eficaz, a implementação da política pública. Temos uma equipe que centraliza e acompanha esse processo com as políticas públicas, pessoas com maior visão, os mais especialistas, pela história e pelo aprendizado que tem. Como a gente não consegue se preparar bem, aí termina a gente concentrando na mão de determinadas	0.0

		<p>peessoas essa relação com políticas públicas.</p>	
	<p>Caso 11 (B. Palmas)</p>	<p>A relação com políticas públicas e governos tem idas e vindas, tem pontos contraditórios, tem situações delicadas, tem situações de grande impacto. O Estado, [em especial os órgãos de controle], custa a compreender uma inovação como a nossa, porque é uma inovação que incomoda o sistema financeiro. Mas eles vão aprendendo e nós vamos nos adaptando. Você não pode enfrentar, na ausência do marco regulatório, ou uma regulação frágil. Então, você tem que aprender com eles e na medida que dá se adaptar. Outra relação é com o executivo, com os prefeitos, eles têm entendido com mais facilidade do que os órgãos de controle. É importante se relacionar com os prefeitos. A relação com governos não dispensa a governança participativa.</p> <p>No caso do Palmas, acho que ele influenciou mais os governos do que os governos atrapalharam aquele caminho que ele quis ter. A gente não recuou, a gente enfrentou. Então, acho que a gente fez uma inserção muito forte junto dos governos, sempre buscando e algumas vezes conseguindo outras formas, muitas vezes conseguindo que eles se adaptassem aos nossos modelos, à nossa forma, ao nosso jeito de ser. Você precisa se relacionar com o Estado, com o governo, com as políticas públicas, com o governo, você tem que ter primeiro que fazer o seu dever de casa. Que é se organizar, se capacitar... Não pode ir de peito aberto, porque senão eles engolem exatamente isso aí. Acho que [o banco] tem que ter um grupo de especialistas, aqueles que têm mais tempo na estrada, que estão mais à frente da identidade do banco.</p>	<p>0.67</p>
	<p>Caso 12 (B. Prevê)</p>	<p>A operação de correspondente bancário de bancos oficiais foi a maior furada, um nível de responsabilidade enorme, pouco resultado para o banco comunitário, não vale a pena.</p>	<p>0.33</p>

		Eu posso lá tomar informação, posso ser o mais preparado, mas eu sempre vou vir aqui conversar com o pessoal. A sabedoria popular é algo incrível, é o que sabe resolver problema e a gente especialista nunca vai saber.	
	Caso 13 (B. Bem)	Você manter as estruturas comunitárias existentes e funcionando, porque isso é muito importante para a política pública, onde os políticos também se encontram. Quando se discutia o uso do recurso de empréstimo do Banestes e do Bandes, a política de crédito, a gente tinha as mesmas decisões, a gente não aceitou que a política fosse definida por eles, a manteve a nossa política, pela governança democrática e participativa. Aqui a gente faz uma discussão coletiva sobre as políticas públicas.	1.0
	Caso 14 (B. Laguna)	A nossa relação com governos e políticas públicas é por meio de acesso a editais, mas não evoluíram. As tentativas que temos com políticas públicas é liderada pela diretoria, eu e outro colaborador do instituto. Então, desenhamos o modelo do Banco Municipal da Mulher pensando no que o banco tem capacidade, a partir do que o banco já fazia , versus as ambições públicas. Em relação à proposta do banco. Um processo feito pela nossa diretoria.	0.0

Condição: Consumo Político (CON_POL)			
Medidas e valor do conjunto difuso	Casos	Codificação das Entrevistas	Valor do conjunto difuso

<p>1: Os membros que utilizam os serviços participam diretamente da tomada de decisões</p> <p>0.67: Os membros que utilizam os serviços participam por meio de representantes (conselhos ou especialistas) na tomada de decisões</p> <p>0.33: Os membros que utilizam os serviços têm participação parcial ou eventual na tomada de decisões</p> <p>0: Os membros que utilizam os serviços não participam da tomada de decisões</p>	Caso 1 (Fiare BE)	Eso es consumo responsable con criterios, es un consumo político. Ciertamente es un perfil de participante más activo.	1.0
	Caso 2 (Coop57)	Cuando empezamos era gente mucho más militante, ahora, diría que existe, pero sobre todo es por un tema pragmático, les damos respuesta a sus necesidades. Existe, pero ha ido perdiendo peso la parte más militante. Normalmente van relacionados [consumo y participación]. Se siente mucho más el proyecto como suyo. Los miembros que utilizan los servicios participan a través de representantes.	0.67
	Caso 3 (Oikocredit)	Hay gente que tiene mucha inversión, confía en plenamente, a veces participa en alguna asamblea, votan, pero no participan excesivamente. Mientras las cosas vayan bien, dan carta blanca. Sí, de todas formas, hay pocos que realmente se impliquen mucho y que quieran conocer mucho detalle. En general la gente no participa en la toma de decisión.	0.0
	Caso 4 (BE Badajoz)	Todos los ahorradores vienen de una conciencia de movimientos sociales. Los prestatarios suelen ser gente muy precaria, algunos están cogiendo conciencia, pero, evidentemente, lo que necesitan es un dinero para solucionar su problema. A ver, todo ahorrador tiene la posibilidad de participar directamente en la asamblea, ellos tienen esa capacidad de participar directamente en la toma de decisiones. Yo creo que sería una participación parcial u ocasional, quizás.	0.33
	Caso 5 (Fondo de Granada)	La realidad es que la gente que nos llega es gente que tiene una necesidad, que necesita poner un pequeño negocio o algo y no ha conseguido financiación por ningún banco, ni nada, entonces, no son gente que tenga una conciencia social, por eso les damos formación para que conozcan lo que son las finanzas éticas. Y con pasar del tiempo, así,	0.33

		de la relación con estas personas, han desarrollado una conciencia más social, más crítica. Cuanto más participan, más integrados. En realidad, los que utilizan los servicios, que nos solicitan la ayuda reintegrable, no pueden votar porque no son socios, no pueden participar en las decisiones, es algo ocasional cuando pasan a ser socios.	
	Caso 6 (Asociación Castilha)	Al principio les mueve la necesidad, pero no es [solo] una necesidad, o sea, saben dónde van, se descubre poco a poco las finanzas éticas. Hay gente que sabe y que conoce, pero la gran mayoría es algo nuevo, movidos por una necesidad en un primer momento, y van descubriendo luego todo lo que significa. Los que utilizan los servicios participan directamente en la toma de decisiones siempre que formen parte de esa red.	1.0
	Caso 7 (Triodos)	Los socios inversores participan de algunas asambleas. Pero los socios que son usuarios, que toman servicios no participan de decisiones, solamente las personas que tienen productos de inversión.	0.0
	Caso 8 (B. Cocais)	As pessoas preferem usar o banco [comunitário], por algumas questões, por algumas razões, pela facilidade do acesso ao crédito, pelas taxas, pelo relacionamento, pela moeda [social]. Elas têm a consciência da proposta em si do banco. Elas veem também pelo compreender que é importante, tem essa consciência. As pessoas que sempre acessam conosco, elas são mais fiéis ao banco, têm um compromisso maior. Essa fidelidade acaba, de uma certa forma, fazendo com que ela participe com mais frequência, mesmo que através de representantes.	0.67
	Caso 9 (B.	Pessoas que estão conosco desde o início do Banco, utilizam naturalmente, sabem, compreendem muito bem a função do Banco, a importância que tem o Banco para a	0.67

	Tupinambá)	comunidade. Se o banco é da comunidade, é uma responsabilidade coletiva, todo mundo.	
	Caso 10 (B. Jardim Botânico)	Praticamente todos os usuários usam [o banco] pela necessidade. Mas, a relação com o banco leva as pessoas a participar mais. As pessoas que participam são muito próximas, elas conhecem as ações, vivenciaram o banco. Então todo mundo que usa, que pegou um microcrédito ou fez outra coisa, participa mais das ações. Agora, lógico, ainda é para essas famílias uma visão muito assistencialista, [por outro lado] quanto mais elas participam, mais fácil fica construir coletivamente e mudar esse modelo. Esses que participam e que utilizam os serviços participam diretamente das tomadas de decisão do banco.	1.0
	Caso 11 (B. Palmas)	Evidentemente, elas usam o serviço porque elas têm a necessidade, é óbvio. Estamos no bairro de periferia, as pessoas são pobres, elas vão usar porque é mais barato, agora, depois de 25 anos, essa consciência se alargou muito. Tem muita gente que tem a consciência que o banco é da comunidade, que ela está pagando e se ela não pagar vai ter instrumentos de cobrança social. Esse grau de entendimento do funcionamento e da importância aumentou muito. As pessoas vão vendo que é algo diferente de uma financeira comum, que isso é coisa da própria comunidade, da participação. O banco busca esse propósito, através de suas feiras, reuniões nas escolas, metodologias participativas, as pessoas vão se apropriando mais disso. No entanto, no dia a dia, na tomada de decisão os usuários dos serviços do banco têm uma participação menor, estou falando hoje, aqui no popular, de 3 mil pessoas. Então, radicalizar a participação, radicalizar a governança, gestão participativa, democracia direta, todos os instrumentos onde o povo cria poder, acredita na sua força, é o que nos resta. Eu diria até meio	0.67

		necessário, é o que nos resta.	
	Caso 12 (B. Prevê)	Eu acho que a gente ainda não conseguiu chegar nesse nível, de uma consciência mais política em relação ao banco, só o pessoal mais antigo entende isso. Mas existe uma ideia de mudança de metodologia, fazer formação em grupos de microcréditos, que poderia aumentar esse nível de consciência, mas a organização precisa amadurecer.	0.0
	Caso 13 (B. Bem)	As pessoas conseguem diferenciar o serviço que é do banco comunitário de uma financeira qualquer que às vezes aparece na comunidade, as financeiras perderam espaço dentro da nossa comunidade. Então o pessoal hoje procura mesmo o banco, sabe a diferença que o banco dá na vida delas. Oferecer um crédito mais barato, mais fácil, claro que isso conta também, mas tem a questão de o banco ser comunitário, elas entendem essa função, tem as duas coisas. Mas na tomada de decisão os usuários dos serviços têm baixa participação.	0.33
	Caso 14 (B. Laguna)	As pessoas que são beneficiárias do banco, por exemplo, cidade de Falcões, que é o que chamamos de auxílio Sururote e o SuruCash. Percebemos que a gente conseguiu fazer uma leitura maior das famílias, criar os programas, trazer para a participação desses programas já mais personalizados. Hoje, eu já tenho famílias fora do endividamento, em evolução. Então, tenho famílias propondo soluções. O Sururucash, por exemplo, foi uma provocação da própria comunidade. A gente só fez modelar e lançar! Mas foi a própria provocação da comunidade. Então eles começam a entender o motivo da tecnologia e como, de alguma forma, ela pode ir se adequando e modelando para a necessidade do momento. Então a gente já percebe uma participação mais ativa, uma mudança	0.33

		comportamental na gestão financeira dessas famílias na questão de endividamento.	
--	--	--	--

Condição: Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC_PART)			
Medidas e valor do conjunto difuso	Casos	Codificação das Entrevistas	Valor do conjunto difuso
1.0 A participação dos membros nas decisões também é realizada por meio de TIC 0.67 A participação dos membros nas decisões por meio de TIC é contingencial	Caso 1 (Fiare BE)	Me parece que las TIC en general favorecen una participación de baja intensidad. El tipo de participación madura, comprometida y de un cierto nivel de formación requiere la participación en la gobernanza, las TIC no lo favorecen prácticamente nunca. Nuestra experiencia es que no mejora. Animamos siempre es la participación en presencia. Nosotros desaconsejamos la no presencialidad.	0.33
0.33 A participação dos membros nas decisões por meio de TIC ocorre apenas quando é inviável a presencial 0.0 A organização não dispõe de TIC para participação dos membros nas decisões	Caso 2 (Coop57)	Cuando ocurrió lo del COVID-19 y con las nuevas tecnologías pensábamos que, a través de videoconferencia, a través de Zoom, habría una participación más importante, después de dos años, la participación incluso a través de videoconferencia ha ido disminuyendo. En la pandemia hicimos asambleas con streaming, nos dimos cuenta de que era muy interesante, pero un desastre. Al cabo de la tercera asamblea, teníamos la mitad de la participación. La tecnología ha de servir sobre todo para fortalecer los vínculos entre los miembros, pero estamos empezando.	0.33
	Caso 3 (Oikocredit)	Siempre hemos sido así muy positivo con respecto a el uso de las nuevas tecnologías, han tenido ya un papel importante durante la pandemia, tuvimos buena participación en	1.0

		las asambleas que fueron online, 100% online. Seguro que se pueden mejorar cosas, se puede hacer más usable, más humana, o hacer participación a través de herramientas TIC, que estén más integradas en el día a día de la gente. Seguro que pueden ayudar, pero no sé hasta qué punto, o no confío en que puedes hacer un salto de participación solo con aplicación de tecnologías. No creo que ni siquiera con eso mejorásemos mucho la participación. Desde la pandemia la participación se realiza también a través de las TIC, ahora todas van a implicar las asambleas con participación online y presencial, o sea híbrida.	
	Caso 4 (BE Badajoz)	Bueno, tenemos la página web que se va renovando, tenemos a una persona encargada para ir renovando las noticias, Twitter, Facebook, etcétera, y vamos dando noticias que pueden llegar a todos los socios. Cuando estuvimos confinados con la pandemia, las reuniones del Grupo Motor fueron online. La participación de las personas en el espacio de la banca ética por TIC, solo cuando no podríamos presencial.	0.33
	Caso 5 (Fondo de Granada)	Pues la comunicación es siempre la batalla, tenemos una página web, las redes sociales, es la tarea pendiente para nosotros. Online hemos estado haciendo prácticamente todas las reuniones, desde la pandemia, y ahora es una online y otra presencial. Todo tipo de tecnología fomentaría la participación, el problema es que necesita unos conocimientos que nosotros en muchas ocasiones no los tenemos. Desde la pandemia todas las decisiones se han tomado a través de medios TIC, entonces la participación con TIC es de manera ocasional o contingencial.	0.67
	Caso 6 (Asociación)	Las TIC ha sido una de las piezas importantes, sobre todo en la transformación hacia temas digitales, presencia en redes, página web, Facebook, Twitter, Zoom, YouTube. En	0.33

	Castilha)	tiempos del COVID nosotros hemos tenido plataformas de apoyo en todo, que enriquece mucho. Me parece importante y facilita el encuentro de gente que en un momento dado se está ahí, está presente, está a través de las redes, pero hay tener un equilibrio, no se puede prescindir en el encuentro humano y cálido, pero también es una herramienta potente que facilita, pues también mucha libertad. Si por ejemplo una persona no puede venir siempre lo hacemos también a través de las TIC, pero no va a sustituir la presencia.	
	Caso 7 (Triodos)	En triodos el uso de tecnología para los procesos de toma de decisión ahora es más digitales, como encuestas que podamos hacer a nuestros clientes o nuestros inversores y incluso las reuniones. Todo es facilitado y también permite que las persona pueda venir de forma digital, creo que el futuro va a ser algo híbrido, pero por ahora sigue muchas cosas en Triodos para toma de decisión es digital.	1.0
	Caso 8 (B. Cocais)	Acho que hoje já tem alguns espaços democráticos no ambiente virtual, WhatsApp, redes sociais onde as pessoas se expressam muito. Temos um site com informações públicas, dar mais transparência, alimentar a sociedade de informações. É uma forma de participação, sim. Conhecer o que fazemos, ações, reuniões, uma forma de acompanhar, fazer um comentário, entrar em contato, eu acho que é fundamental, ainda há dificuldade com o acesso a internet, gente que não tem rede social, a gente tem trilhado por esse caminho. A pandemia impulsionou muito isso, uma partição dos membros feita por meio de TIC.	1.0
	Caso 9 (B. Tupinambá)	A gente utiliza muito esses grupos de WhatsApp na comunidade, temos vários, grupo de segurança, grupo amigo da praça, grupo do Réveillon, que faz com que a comunicação chegue mais próxima. Agora, é claro, a gente tem dificuldades, questão da tecnologia, a	1.0

		internet não é 100% boa, utilização de aparelhos de celular, nós estamos ainda nesse processo de ensinar o pessoal a utilizar essa ferramenta e participa do banco com elas.	
	Caso 10 (B. Jardim Botânico)	Estamos num território excluído digitalmente, não sabe celular, smartphone, aplicativo. A gente deveria criar uma plataforma para fazer essa participação. As TICs são ações que a gente atua antes mesmo do Banco Comunitário. O e-democracia para construir uma metodologia mais participativa para os bancos comunitários. Tem o grupo WhatsApp, que é a ferramenta hoje, a ferramenta mais viável, porque praticamente todo mundo tem o WhatsApp. A gente está usando aqui o GitSmith desenvolvidas em software livre. Mas aqui a prioridade é presencial, então o uso de TIC para participação é eventual, o uso é contingencial, quando precisa.	0.67
	Caso 11 (B. Palmas)	Utilizar as novas mídias sem que substituía a rua. Acho que acreditar que o Facebook, o Instagram, o WhatsApp vão poder se contrapor o poder da rua, acho que não. A tecnologia vai evoluir muito, mas acho que a gente vai ter uma tendência de voltar a aqueles métodos de participação presencial, de movimentos de bairro, de rua, reuniões coletivas. A gente nasceu na favela, qual é o desafio? É fazer tudo isso, sem perder os seus princípios. É fácil, não é? Tem muita comunicação feita por TIC, mas a participação é presencial.	0.33
	Caso 12 (B. Prevê)	Eu acho que as TICs é uma aposta importante. Uma coisa que a gente faz é prestar contas no Instagram, de tudo que a gente vai fazendo, isso é uma prestação de conta pública. Fazemos muito habitualmente reunião online, enquete de WhatsApp, informes, muito habituado a tecnologias de comunicação, usando as ferramentas de WhatsApp, de Instagram, Facebook. A nossa preferência é presencial, mas quando é inevitável a gente	0.33

		faz online, então talvez a terceira seja mais recomendável.	
	Caso 13 (B. Bem)	A gente criou o grupo de WhatsApp do Conselho Gestor. É o nosso cotidiano, as decisões são tomadas nos grupos de WhatsApp. Uma forma de melhorar a participação pelo uso de tecnologias de informação, o ruim nessas redes, é a história das fake News. É a questão do encontro, faz falta etc. Mas as coisas ficaram muito rápidas, a gente consegue implementar as ideias, é ruim, mas é muito bom, porque às vezes você consegue implementar uma ideia muito mais rápido, você consegue movimentar as pessoas muito mais rápido, você consegue reunir as pessoas muito mais rápido. Eu acho que é um híbrido que veio para ficar e para a gente aprender a conviver e a melhorar cada vez mais.	1.0
	Caso 14 (B. Laguna)	Aqui tudo é tecnológico. Com os usuários, temos o WhatsApp, que é a tecnologia que está mais próxima deles. No sentido de gestão, tomada de decisões internas e monitoramento, nós usamos outro sistema que faz uma leitura 360° das famílias. Então, eu sei se a família está tirando o microcrédito, se fez alguma formação, qual é a situação econômica. Então, do sistema que é global, podemos ler essa família em geral. Isso ajuda no processo de decisão, especialmente no CAC, a aprovação para entender quem é sua família. E há outro sistema onde podemos fazer uma leitura socioeconômica, previsão e a possibilidade de pagamento, até quanto essa pessoa que está tirando microcrédito suporta parcelas a partir do modelo de negócios dela.	1.0

Fonte: Autor

Apêndice 5 – Teste de robustez do resultado

Resultado (incln.cut: 0.8)

```
> #Tabela_Verdade
>
> truthTable(BD_LEAL, outcome = "GDEMP", conditions = "INFL_MSA, PART_AREPU, COMP_REC, REL_POLP, CON_POL, TIC_PART", incl.cut = 0.8, n.cut = 1, complete = TRUE, sort.by =
"m,incl", show.cases = TRUE, dcc = FALSE, use.letters = FALSE)
```

```
OUT: output value
n: number of cases in configuration
incl: sufficiency inclusion score
PRI: proportional reduction in inconsistency
```

	INFL_MSA	PART_AREPU	COMP_REC	REL_POLP	CON_POL	TIC_PART	OUT	n	incl	PRI	cases
63	1	1	1	1	1	0	1	4	1.000	1.000	1,2,6,11
64	1	1	1	1	1	1	1	3	1.000	1.000	8,9,13
60	1	1	1	0	1	1	1	1	0.872	0.660	10
49	1	1	0	0	0	0	1	1	0.801	0.670	4
54	1	1	0	1	0	1	0	1	0.747	0.496	5
33	1	0	0	0	0	0	0	1	0.330	0.000	12
26	0	1	1	0	0	1	0	1	0.248	0.248	3
2	0	0	0	0	0	1	0	2	0.000	0.000	7,14
1	0	0	0	0	0	0	?	0	-	-	-
3	0	0	0	0	1	0	?	0	-	-	-
4	0	0	0	0	1	1	?	0	-	-	-
5	0	0	0	1	0	0	?	0	-	-	-
6	0	0	0	1	0	1	?	0	-	-	-
7	0	0	0	1	1	0	?	0	-	-	-
8	0	0	0	1	1	1	?	0	-	-	-
9	0	0	1	0	0	0	?	0	-	-	-
10	0	0	1	0	0	1	?	0	-	-	-
11	0	0	1	0	1	0	?	0	-	-	-
12	0	0	1	0	1	1	?	0	-	-	-
13	0	0	1	1	0	0	?	0	-	-	-
14	0	0	1	1	0	1	?	0	-	-	-
15	0	0	1	1	1	0	?	0	-	-	-
16	0	0	1	1	1	1	?	0	-	-	-
17	0	1	0	0	0	0	?	0	-	-	-
18	0	1	0	0	0	1	?	0	-	-	-
19	0	1	0	0	0	1	?	0	-	-	-
20	0	1	0	0	1	1	?	0	-	-	-
21	0	1	0	1	0	0	?	0	-	-	-
22	0	1	0	1	0	1	?	0	-	-	-
23	0	1	0	1	1	0	?	0	-	-	-
24	0	1	0	1	1	1	?	0	-	-	-
25	0	1	1	0	0	0	?	0	-	-	-
27	0	1	1	0	1	0	?	0	-	-	-
28	0	1	1	0	1	1	?	0	-	-	-
29	0	1	1	1	0	0	?	0	-	-	-
30	0	1	1	1	0	1	?	0	-	-	-
31	0	1	1	1	1	0	?	0	-	-	-
32	0	1	1	1	1	1	?	0	-	-	-
34	1	0	0	0	0	1	?	0	-	-	-
35	1	0	0	0	1	0	?	0	-	-	-
36	1	0	0	0	1	1	?	0	-	-	-
37	1	0	0	1	0	0	?	0	-	-	-
38	1	0	0	1	0	1	?	0	-	-	-
39	1	0	0	1	1	0	?	0	-	-	-
40	1	0	0	1	1	1	?	0	-	-	-
41	1	0	1	0	0	0	?	0	-	-	-
42	1	0	1	0	0	1	?	0	-	-	-
43	1	0	1	0	1	0	?	0	-	-	-
44	1	0	1	0	1	1	?	0	-	-	-
45	1	0	1	1	0	0	?	0	-	-	-
46	1	0	1	1	0	1	?	0	-	-	-
47	1	0	1	1	1	0	?	0	-	-	-
48	1	0	1	1	1	1	?	0	-	-	-
50	1	1	0	0	0	1	?	0	-	-	-
51	1	1	0	0	1	0	?	0	-	-	-
52	1	1	0	0	1	1	?	0	-	-	-
53	1	1	0	1	0	0	?	0	-	-	-
55	1	1	0	1	1	0	?	0	-	-	-
56	1	1	0	1	1	1	?	0	-	-	-
57	1	1	1	1	0	0	?	0	-	-	-
58	1	1	1	0	0	1	?	0	-	-	-
59	1	1	1	1	0	1	?	0	-	-	-
61	1	1	1	1	0	0	?	0	-	-	-
62	1	1	1	1	0	1	?	0	-	-	-

```

> #solução parcimoniosa
>
> minp_tt <- minimize(tt, include = "?", C", details = TRUE, show.cases = FALSE)
> show(minp_tt)

M1: CON_POL + PART_AREPU*~TIC_PART -> GDEMP
M2: CON_POL + INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP -> GDEMP
M3: CON_POL + PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP -> GDEMP
M4: INFL_MSA*COMP_REC + PART_AREPU*~TIC_PART -> GDEMP
M5: INFL_MSA*COMP_REC + INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP -> GDEMP
M6: INFL_MSA*COMP_REC + PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP -> GDEMP
M7: COMP_REC*REL_POLP + INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP -> GDEMP

-----
            inclS  PRI  covS  covU  (M1)  (M2)  (M3)  (M4)  (M5)  (M6)  (M7)  cases
-----
1          CON_POL  0.819  0.752  0.819  0.045  0.319  0.459  0.459          10; 1,2,6,11; 8,9,13
2          INFL_MSA*COMP_REC  0.894  0.847  0.774  0.000          0.319  0.459  0.459          10; 1,2,6,11; 8,9,13
3          PART_AREPU*~TIC_PART  0.924  0.877  0.546  0.000  0.046          0.091          4; 1,2,6,11
4          COMP_REC*REL_POLP  0.890  0.849  0.729  0.000          0.459  1,2,6,11; 8,9,13
5          INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP  0.749  0.571  0.406  0.000          0.046  0.091          0.136  4; 10
6          PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP  0.900  0.801  0.406  0.000          0.046          0.091          4
-----

            M1  0.793  0.725  0.865
            M2  0.793  0.725  0.865
            M3  0.793  0.725  0.865
            M4  0.905  0.867  0.865
            M5  0.864  0.814  0.865
            M6  0.905  0.867  0.865
            M7  0.827  0.767  0.865

> #solução intermediária
>
> mini_tt <- minimize(tt, include = "?", C", dir.exp = "1,1,1,1,1", details = TRUE, show.cases = FALSE)
> show(mini_tt)

From C1P1, C1P4:

M1:  INFL_MSA*PART_AREPU*~TIC_PART + INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL -> GDEMP

-----
            inclS  PRI  covS  covU  cases
-----
1          INFL_MSA*PART_AREPU*~TIC_PART  0.924  0.877  0.546  0.091  4; 1,2,6,11
2          INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL  0.940  0.908  0.729  0.274  10; 1,2,6,11; 8,9,13
-----

            M1  0.900  0.858  0.820

From C1P2, C1P5, C1P7:

M1:  INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP + INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL -> GDEMP

-----
            inclS  PRI  covS  covU  cases
-----
1          INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP  0.749  0.571  0.406  0.091  4; 10
2          INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL  0.940  0.908  0.729  0.414  10; 1,2,6,11; 8,9,13
-----

            M1  0.858  0.802  0.820

From C1P3, C1P6:

M1:  INFL_MSA*PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP + INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL + (INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL*TIC_PART) -> GDEMP
M2:  INFL_MSA*PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP + INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL + (INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP*CON_POL*TIC_PART) -> GDEMP

-----
            inclS  PRI  covS  covU  (M1)  (M2)  cases
-----
1          INFL_MSA*PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP  0.900  0.801  0.406  0.046  0.091  0.046  4
2          INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL  1.000  1.000  0.684  0.185  0.185  0.414  1,2,6,11; 8,9,13
3          INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL*TIC_PART  0.921  0.855  0.544  0.000  0.000          10; 8,9,13
4          INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP*CON_POL*TIC_PART  0.886  0.744  0.360  0.000          0.000  10
-----

            M1  0.900  0.858  0.820
            M2  0.900  0.858  0.820

> #solução conservadora
>
> minc_tt <- minimize(tt, details = TRUE, show.cases = TRUE)
> show(minc_tt)

M1: INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL + INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL*TIC_PART + INFL_MSA*PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*~TIC_PART
-> GDEMP

-----
            inclS  PRI  covS  covU  cases
-----
1          INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL  1.000  1.000  0.684  0.185  1,2,6,11; 8,9,13
2          INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL*TIC_PART  0.921  0.855  0.544  0.045  10; 8,9,13
3          INFL_MSA*PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*~TIC_PART  0.801  0.670  0.181  0.091  4
-----

            M1  0.900  0.858  0.820

#ESA

INCO <- findRows("~INFL_MSA + ~PART_AREPU", tt)
minimize(tt, include = "?", exclude = INCO)

ALL <- findRows("~INFL_MSA + ~PART_AREPU", tt, type = 1)

iLF <- minimize(tt, include = "?", dir.exp = "1,1,1,1,1", exclude = INCO)

iLF

From C1P1:

M1:  INFL_MSA*PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP + INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*TIC_PART +
      INFL_MSA*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL*~TIC_PART +
      (INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*CON_POL*TIC_PART) -> GDEMP
M2:  INFL_MSA*PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP + INFL_MSA*PART_AREPU*COMP_REC*REL_POLP*TIC_PART +
      INFL_MSA*COMP_REC*REL_POLP*CON_POL*~TIC_PART +
      (INFL_MSA*PART_AREPU*~REL_POLP*CON_POL*TIC_PART) -> GDEMP

```

Ausência do Resultado (incln 0.8)

```
> truthTable(BD.LEAL, outcome = "-GDEMP", conditions = "INFL_MSA, PART_AREPU, COMP_REC, REL_POLP, CON_POL, TIC_PART", incl.cut = 0.8, n.cut = 1, complete = TRUE, sort.by = "m,incl", show.cases = TRUE, dcc = FALSE, use.letters = FALSE)
```

OUT: output value
n: number of cases in configuration
incl: sufficiency inclusion score
PRI: proportional reduction in inconsistency

	INFL_MSA	PART_AREPU	COMP_REC	REL_POLP	CON_POL	TIC_PART	OUT	n	incl	PRI	cases
2	0	0	0	0	0	1	1	2	1.000	1.000	7,14
33	1	0	0	0	0	0	1	1	1.000	1.000	12
26	0	1	1	0	0	1	0	1	0.752	0.752	3
54	1	1	0	1	0	1	0	1	0.751	0.504	5
60	1	1	1	0	1	1	0	1	0.751	0.340	10
49	1	1	0	0	0	0	0	1	0.596	0.330	4
64	1	1	1	1	1	1	0	3	0.451	0.000	8,9,13
63	1	1	1	1	1	0	0	4	0.439	0.000	1,2,6,11
1	0	0	0	0	0	0	?	0	-	-	-
3	0	0	0	0	1	0	?	0	-	-	-
4	0	0	0	0	1	1	?	0	-	-	-
5	0	0	0	1	0	0	?	0	-	-	-
6	0	0	0	1	0	1	?	0	-	-	-
7	0	0	0	1	1	0	?	0	-	-	-
8	0	0	0	1	1	1	?	0	-	-	-
9	0	0	1	0	0	0	?	0	-	-	-
10	0	0	1	0	0	1	?	0	-	-	-
11	0	0	1	0	1	0	?	0	-	-	-
12	0	0	1	0	1	1	?	0	-	-	-
13	0	0	1	1	0	0	?	0	-	-	-
14	0	0	1	1	0	1	?	0	-	-	-
15	0	0	1	1	1	0	?	0	-	-	-
16	0	0	1	1	1	1	?	0	-	-	-
17	0	1	0	0	0	0	?	0	-	-	-
18	0	1	0	0	0	1	?	0	-	-	-
19	0	1	0	0	1	0	?	0	-	-	-
20	0	1	0	0	1	1	?	0	-	-	-
21	0	1	0	1	0	0	?	0	-	-	-
22	0	1	0	1	0	1	?	0	-	-	-
23	0	1	0	1	1	0	?	0	-	-	-
24	0	1	0	1	1	1	?	0	-	-	-
25	0	1	1	0	0	0	?	0	-	-	-
27	0	1	1	0	1	0	?	0	-	-	-
28	0	1	1	0	1	1	?	0	-	-	-
29	0	1	1	1	0	0	?	0	-	-	-
30	0	1	1	1	0	1	?	0	-	-	-
31	0	1	1	1	1	0	?	0	-	-	-
32	0	1	1	1	1	1	?	0	-	-	-
34	1	0	0	0	0	1	?	0	-	-	-
35	1	0	0	0	1	0	?	0	-	-	-
36	1	0	0	0	1	1	?	0	-	-	-
37	1	0	0	1	0	0	?	0	-	-	-
38	1	0	0	1	0	1	?	0	-	-	-
39	1	0	0	1	1	0	?	0	-	-	-
40	1	0	0	1	1	1	?	0	-	-	-
41	1	0	1	0	0	0	?	0	-	-	-
42	1	0	1	0	0	1	?	0	-	-	-
43	1	0	1	0	1	0	?	0	-	-	-
44	1	0	1	0	1	1	?	0	-	-	-
45	1	0	1	1	0	0	?	0	-	-	-
46	1	0	1	1	0	1	?	0	-	-	-
47	1	0	1	1	1	0	?	0	-	-	-
48	1	0	1	1	1	1	?	0	-	-	-
50	1	1	0	0	0	1	?	0	-	-	-
51	1	1	0	0	1	0	?	0	-	-	-
52	1	1	0	0	1	1	?	0	-	-	-
53	1	1	0	1	0	0	?	0	-	-	-
55	1	1	0	1	1	0	?	0	-	-	-
56	1	1	0	1	1	1	?	0	-	-	-
57	1	1	1	0	0	0	?	0	-	-	-
58	1	1	1	0	0	1	?	0	-	-	-
59	1	1	1	0	1	0	?	0	-	-	-
61	1	1	1	1	0	0	?	0	-	-	-
62	1	1	1	1	0	1	?	0	-	-	-

```
> #solução parcimoniosa
> minp_ttl <- minimize(ttl, include = "?", details = TRUE, show.cases = FALSE)
> show(minp_ttl)
```

M1: ~PART_AREPU -> ~GDEMP

	inclS	PRI	covS	covU	cases
1	~PART_AREPU	0.917	0.890	0.550	- 7,14; 12
M1	0.917	0.890	0.550		

```
> #solução intermediária
> mini_ttl <- minimize(ttl, include = "?", dir.exp = "1,1,1,1,1", details = TRUE, show.cases = FALSE)
> show(mini_ttl)
```

From CIP1:

M1: INFL_MSA*~PART_AREPU + ~PART_AREPU*TIC_PART -> ~GDEMP

	inclS	PRI	covS	covU	cases
1	INFL_MSA*~PART_AREPU	0.834	0.670	0.249	0.051 12
2	~PART_AREPU*TIC_PART	0.910	0.876	0.498	0.300 7,14
M1	0.917	0.890	0.550		

```
> #solução conservadora
> minc_ttl <- minimize(ttl, details = TRUE, show.cases = TRUE)
> show(minc_ttl)
```

M1: INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*~TIC_PART + ~INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*TIC_PART -> ~GDEMP

	inclS	PRI	covS	covU	cases
1	INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*~TIC_PART	1.000	1.000	0.150	0.101 12
2	INFL_MSA*~PART_AREPU*~COMP_REC*~REL_POLP*~CON_POL*TIC_PART	1.000	1.000	0.300	0.251 7,14
M1	1.000	1.000	0.401		